

BARBARA HELLER | DANILA CAL | ANA PAULA DA ROSA

ORGANIZADORAS

Miãiatização,  
(in)tolerância  
e reconhecimento



Midiatização,  
(in)tolerância  
e reconhecimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

*João Carlos Salles Pires da Silva*

VICE-REITOR

*Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

ASSESSOR DO REITOR

*Paulo Costa Lima*



EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

*Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

CONSELHO EDITORIAL

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*Maria do Carmo Soares de Freitas*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

compós

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS  
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)

PRESIDENTE

*Maurício Ribeiro da Silva*

VICE-PRESIDENTE

*Nísia Martins do Rosário*

SECRETÁRIO-GERAL

*Eneus Trindade Barreto Filho*

DIRETOR CIENTÍFICO

*Osmar Gonçalves dos Reis Filho*

TESOUREIRO

*Marcel Vieira Barreto Silva*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM COMUNICAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB),  
Campus Darcy Ribeiro,  
Icc Norte - Subsolo, Sala Ass 633. Asa  
Norte, Brasília - DF. Cep: 70910-900

Barbara Heller  
Danila Cal  
Ana Paula da Rosa  
(Organizadoras)

# Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento

Salvador  
Edufba  
2020

2020, Autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e Projeto Gráfico

*Vânia Vidal*

Revisão e Normalização

*Equipe Edufba*

Sistema de Bibliotecas - UFBA

---

Midiatização (in)tolerância e reconhecimento / Barbara Heller,

Danila Cal, Ana Paula da Rosa, organizadoras. - Salvador : EDUFBA, 2020.

378 p.

ISBN: 978-65-5630-000-9

1. Comunicação de massa. 2. Midiatização. 3. Intolerância.  
4. Jornalismo - aspectos políticos. 5. Mídia. I. Heller, Barbara. II. Cal,  
Danila. III. Rosa, Ana Paula da.

CDD – 302.23

---

Elaborada por Jamilli Quaresma – CRB-5: BA-001608/O

Editora filiada à:



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n Campus de Ondina

Salvador - Bahia CEP 40170-115

Tel. (71) 3283-6164

[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br) / [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>9</b>
<i>Barbara Heller   Danila Cal   Ana Paula da Rosa</i>	
<b>MIDIATIZAÇÃO, DISCURSOS DE ÓDIO E FEMINICÍDIO</b>	
<b>Polarização como estrutura da intolerância: uma questão comunicacional</b>	<b>19</b>
<i>José Luiz Braga</i>	
<b>Acontecimento, discursos de ódio e intolerância: uma análise da circulação do voto de Jair Bolsonaro no <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff</b>	<b>37</b>
<i>Diosana Frigo   Aline Dalmolin   Viviane Borelli</i>	
<b>A ocultação do ódio: mídia, misoginia e medicalização</b>	<b>61</b>
<i>João Freire Filho   Júlia dos Anjos   Amanda Rezende Lopes</i>	
<b>O jornalismo e o direito ao esquecimento: premissas e interfaces jurídico-comunicacionais a partir do caso Guilherme de Pádua</b>	<b>83</b>
<i>Luciano Souto Dias   Maria Clara Aquino Bittencourt</i>	

## RECONHECIMENTO, INTOLERÂNCIA E MORALIDADES

**A Teoria do Reconhecimento em tempos de intolerância:**  
retrocesso cultural e politização reativa **109**

*Rousiley C. M. Maia | Bruna Silveira | Maiara Orlandini  
Gabriella Hauber | Pedro Camelo  
Leonardo Santa Inês | Thais Choucair*

**Como importar uma guerra cultural:**  
populismo conservador e a crítica  
ao multiculturalismo no Brasil **131**

*Paulo Vaz | Amanda Santos | Nicole Sanchotene*

**Ativismo em rede e a dimensão moral  
das lutas por moradia** **159**

*Regiane Lucas de O. Garcêz | Kelly Cristina de Souza Prudencio  
Vanessa Veiga de Oliveira | Larissa Moreira de Oliveira Arantes  
Julia Ester de Paula*

## MIGRAÇÕES, ALTERIDADE E CULTURA

**Refúgio em cena:**  
testemunho e fama na sociedade midiaticizada **185**

*Mohammed ElHajji | Otávio Cezarini Ávila*

**Imigração haitiana:**  
tensões entre afetos, imaginários e hospitalidade **203**

*Sônia Caldas Pessoa | Jude Civil*

**Midiaticizações da intolerância  
em narrativas de migrantes no Brasil** **223**

*Luís Mauro Sá Martino | Ângela C. S. Marques*

## CORPOS, SEXUALIDADES E PERFORMANCES NO AUDIOVISUAL

**Identidades cambiantes, corpos instáveis:**  
notas sobre gênero, visibilidades e cotidiano  
em narrativas documentárias trans **249**

*Denise Tavares | Sandra Pereira*

**Os embalos de Tikal adornando a cena:**  
memórias e percepções de um lugar sensível  
na película *CorpoStyleDanceMachine* (2017) **271**

*Baga de Bagaqueira Souza Campos | Renata Pitombo Cidreira  
Hanna Cláudia Freitas Rodrigues*

***Boy Erased:***  
pânico sexual, intolerância e vigilância  
no Brasil contemporâneo **287**

*Allan Santos | Igor Sacramento | Julio César Sanches*

## DISPUTAS DE SENTIDOS IMAGÉTICOS, CENSURA E CONSUMO

**Negacionismo da censura no filme 1964**  
**– o Brasil entre armas e livros (2019):** **311**  
*O Estadão e O Globo*

*Gabriel Pansardi Ruiz | Márcia Neme Buzalaf*

**Não farás para ti imagem:**  
fé, política e pensamento mágico-imagético-circular **327**

*Vinicius Souza*

<b>Efeitos de sentido, boicotes e rituais de despojamento:</b> os significados transferidos pela publicidade aos bens de consumo	<b>345</b>
<i>Pablo Moreno Fernandes   Maurício Gomes de Faria</i>	
<b>Sobre as organizadoras</b>	<b>363</b>
<b>Sobre as autoras e os autores</b>	<b>365</b>

# APRESENTAÇÃO

BARBARA HELLER

DANILA CAL

ANA PAULA DA ROSA

Há temas que são de difícil abordagem. Outros preferimos não tocar para evitar que vozes dissonantes ou que o contraditório se transforme em tensão. Este livro, no entanto, desde a sua proposta inicial, lança-se a fazer ambas as coisas: tratar de temas difíceis, que remexem as nossas entranhas, já que nos levam a uma viagem aos nossos próprios valores, à nossa capacidade de ver o Outro; e, ao mesmo tempo, propõe-se a projetar luz a angulações e a problemáticas que mostram as dissonâncias, os contraditórios, os desvios, os conflitos. Especificamente, buscamos evidenciar como a comunicação lida com tais questões em uma ambiência marcada pela midiaticização cada vez mais complexa em termos de relações, vivências e formas de interação.

Embora diversos autores, dentre eles Norbert Elias e John L. Scotson, na seminal obra *Estabelecidos e outsiders* (1964), já tenham abordado a intolerância, e Foucault (2005) tenha produzido ampla obra sobre a temática do discurso de ódio, assim como Honneth (2003) tenha se dedicado a compreender a força motriz das lutas por reconhecimento, verifica-se que tais conceitos parecem ter adquirido novas dimensões na sociedade atual, intensificando-se globalmente tanto nas mídias massivas e nas digitais quanto nas relações interpessoais. É nesse cenário que passamos a pensar a sociedade brasileira e questionamos:

como compreender as crescentes manifestações da intolerância, das mais variadas naturezas?

Lilia Moritz Schwarcz (2019) afirma que sempre fomos intolerantes, em razão da nossa colonização violenta, responsável pela imposição da cultura europeia sobre a dos índios nativos, e à longa escravidão, cujas consequências, apesar dos esforços de alguns governos mais democráticos, permanecem até a contemporaneidade, agravando as desigualdades sociais.

Portanto, ser “cordial” nunca foi uma característica típica brasileira. Mal interpretado, esse conceito formulado por Sérgio Buarque de Holanda em 1936, em *Raízes do Brasil*, é agora retomado. Somos dissimuladamente cordiais. Sob a fina película da alegria e da hospitalidade brasileiras, existe uma matriz de origem patriarcal e rural que potencializa as diferenças de gênero, de religião, de raça, especialmente depois do binarismo exacerbado pelas campanhas eleitorais presidenciais recentes em nosso país e também no exterior.

No Brasil, o Outro tem sido visto como um inimigo em potencial, sobre quem sentimos aversão e de quem não devemos nos aproximar. O modelo a ser seguido e preservado nas várias instâncias da vida, como a sexualidade, as crenças e os rituais religiosos, a identidade nacional, entre outros, é determinado política, econômica, social e etnicamente pelas classes hegemônicas.

Números recentes comprovam o crescimento da intolerância sobre as camadas mais vulneráveis da população, como as mulheres, os LGBTQI+, os indígenas, os imigrantes, os afrodescendentes, os judeus, os umbandistas etc. Para ficarmos em apenas três exemplos, recorremos ao *Atlas da violência* (2019), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (CERQUEIRA, 2019), cujos números informam que, em 2011, ocorreram 12.087 estupros/mês, contra 22.918/mês em 2016, ou seja, um aumento de 89,61%. Enquanto a taxa de homicídios de homens negros saltou 11,08%, de 21.895 casos/ano em 2000 para 46.217 casos/ano em 2017, o de homens não negros decresceu 19,88%, pois em 2000 foram registrados 16.460 casos/ano, contra 13.187 casos/ano em 2017.

As gritantes diferenças numéricas entre homens negros e não negros vítimas de homicídios e o aumento de mulheres vítimas da violência sexual corroboram a ideia de que estamos diante de processos biopolíticos (AGAMBEN, 2010), em que determinadas vidas parecem ter mais valor que outras. No lugar do Estado de Direito, usa-se o poder do Estado para exterminar líderes políticos aparentemente contrários à ordem vigente e perseguir mulheres, negros, pobres, travestis, gays e

trans em nome da preservação da moral e dos costumes. Contudo, para além do fazer do Estado, são os cidadãos que também se voluntariam em suas páginas e dispositivos digitais a negar o Outro e a amplificar o discurso intolerante e as práticas de exclusão do diverso ou do antagônico.

Certamente, as práticas de intolerância, não reconhecimento e polarização são frutos de um contexto nacional muito maior. As enormes desigualdades nas cinco regiões do país, em suas cidades e municípios, no que se refere às ofertas de trabalho, de acesso a moradias dignas, ao saneamento básico, à mobilidade social e à educação, entre vários fatores, ajudam a compreender os diferentes índices de violência em cada uma delas. Quanto mais violentos, mais intolerantes nos tornamos e vice-versa. Isso porque intolerância, ignorância e medo estão interligados. (RICOEUR, 2006)

A acentuação da violência, para além das estatísticas e dos territórios, dá-se também pela desigualdade educacional e do acesso ao direito à comunicação como forma de reflexão epistemológica da vida. Isto é, em lugares onde falta o básico, o papel das universidades, em especial dos cursos e programas de pós-graduação em Comunicação, tem sido não apenas trazer à tona os índices e buscar compreendê-los, mas atribuir visibilidade, por meio da pesquisa, a sujeitos e grupos historicamente calados e esquecidos e às suas lutas.

Assim, tão importante quanto mostrar indicadores e razões que fomentam as desigualdades no Brasil é compreender que a intolerância e a violência resultam da falta de políticas públicas que distribuam melhor a renda e capacitem os brasileiros ao pleno exercício da cidadania. Além disso, há um componente moral que alimenta a intolerância e a denegação de reconhecimento, já que a base da intolerância é a desaprovação das crenças e convicções dos demais e o desejo de impedir que vivam como preferirem. (RICOEUR, 2006)

As universidades, por sua vez, apesar de tão atacadas ultimamente, tentam cumprir seu papel de formar gerações aptas ao exercício da convivência entre diferentes, ainda que isso implique em conflitos em sala de aula, em produção intelectual divergente das teorias hegemônicas e métodos inovadores de pesquisas.

A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), coerente com seu papel de questionar os desmandos que o Brasil tem enfrentado no cenário político nacional, apoiou a proposição deste livro, *Midiatização, (In)tolerância e Reconhecimento*, que ora apresentamos.

Ao longo de seus 16 artigos, organizados em torno de cinco eixos, os autores analisam como essa tríade tem se manifestado nos mais variados ambientes midiáticos – em produtos audiovisuais e impressos, em textos e imagens que circulam nas mídias digitais e nas peças publicitárias – e como ela atinge a todos nós, direta ou indiretamente, uma vez que somos diversos e plurais: ativistas, artistas, imigrantes, gays, trans, ex-detentos, negros etc. Não foi nossa pretensão, em nenhum momento, explicar por meio dos textos selecionados as inúmeras causas da ascensão da intolerância e da crise do reconhecimento, mas mostrar que elas têm permeado as práticas cotidianas explícita ou implicitamente e, mais que tudo, reforçar que a democracia é o único regime possível em uma sociedade pluralista e tem como elemento central os processos de comunicação.

O livro inicia-se com o eixo “Midiatização, discursos de ódio e feminicídio”. Seus quatro artigos organizam-se em torno da ideia central de que a midiatização da sociedade favorece a circulação de discursos de ódio e de intolerância.

José Braga (Unisinos), autor de “Polarização como estrutura da intolerância (uma questão comunicacional)”, analisa o papel da comunicação ao articular diferenças e permitir ajustes em uma sociedade polarizada e binária. Na sequência, Diosana Frigo (UFSM), Aline Dalmolin (UFSM) e Viviane Borelli (UFSM), em “Acontecimentos, discursos de ódio e intolerância: uma análise da circulação do voto de Jair Bolsonaro no *impeachment* de Dilma Rousseff”, debruçam-se sobre o conceito de circulação e como o ódio se prolifera a partir do uso das tecnologias digitais e suas interações em um cenário “de falência de instituições, retirada de direitos conquistados historicamente”. João Freire Filho (UFRJ), Júlia dos Anjos (UFRJ) e Amanda Rezende Lopes (UFRJ), por sua vez, refletem sobre as estratégias discursivas na cobertura jornalística de jornais impressos e portais de notícias sobre os crimes de Marinésio dos Santos Olinto, autor do homicídio de duas mulheres no Distrito Federal, em 2019, no artigo intitulado “A ocultação do ódio: mídia, misoginia e medicalização”. Fechando esse primeiro conjunto, Luciano Souto Dias (Unisinos) e Maria Clara Aquino Bittencourt (Unisinos) aproximam os campos da Comunicação e do Direito quando lembram o direito ao esquecimento do ex-ator global Guilherme de Pádua, conhecido nacionalmente por ter assassinado Daniella Perez, seu par romântico em novela da Rede Globo. Os autores concluem, em “O jornalismo e o direito ao esquecimento: premissas e interfaces jurídico-comunicacionais a partir do caso Guilherme de Pádua”, que determinadas palavras e expressões em conteúdos jornalísticos corroboram o estigma e “inflam discursos de ódio de indivíduos que já cumpriram pena”.

O segundo eixo, “Reconhecimento, intolerância e moralidades”, com três artigos, retoma questões inerentes à sociedade polarizada já anunciadas no eixo anterior, mas com enfoque mais dirigido à dimensão moral das demandas por reconhecimento e das possibilidades e tensões ligadas aos processos identitários e às lutas por reconhecimento em contextos conservadores.

As lutas por reconhecimento, que abrangem diversos campos e ações, desde a ampliação e manutenção de identidades coletivas já estabelecidas, podem provocar contradições e, inclusive, aproximarem-se de novas formas de dominação, como investigam Rousiley C. M. Maia (UFMG), Bruna Silveira (UFMG), Maiara Orlandini (UFMG), Gabriella Hauber (UFMG), Pedro Camelo (UFMG), Leonardo Santa Inês (UFMG) e Thais Choucair (UFMG) em “A Teoria do Reconhecimento em tempos de intolerância: retrocesso cultural e politização reativa”. Paulo Vaz (UFRJ), Amanda Santos (UFRJ) e Nicole Sanchotene (UFRJ) analisam como o populismo conservador atua em uma mudança na sensibilidade social e no modo de fazer política em “Como importar uma guerra cultural: populismo conservador e a crítica ao multiculturalismo no Brasil”. A partir do caso da luta pelo direito à moradia, Regiane Lucas de O. Garcêz (UFMG), Kelly de Souza Prudencio (UFPR), Vanessa Veiga de Oliveira (UFMG), Larissa Moreira de Oliveira Arantes (UFMG) e Julia Ester de Paula (UFMG) discutem quais dimensões morais a luta por demandas materiais assume no contexto do ativismo digital, no capítulo “Ativismo em rede e a dimensão moral das lutas por moradia”.

Os três artigos do terceiro eixo, “Migrações, alteridade e cultura”, refletem sobre algumas das questões mais sensíveis na contemporaneidade, isto é, as centenas de milhares de seres humanos em situação de refúgio, vítimas da intolerância religiosa, política ou econômica em seus países de origem. Quando encontram abrigo nos países de destino, afirmam Mohammed ElHajji (UFRJ) e Otávio Cezarini Ávila (UFRJ), em “Refúgio em cena: testemunho e fama na sociedade midiaticizada”, tanto podem sofrer estigma como serem elevados à condição de celebridades, dado que a midiaticização da sociedade (já analisada no eixo I) permite explorar tanto o sofrimento quanto a glamourização de histórias de vida bem-sucedidas. Também se trata aqui de políticas de reconhecimento (eixo II), uma vez que refugiados muitas vezes se tornam invisíveis ou mesmo indesejáveis. Em “Imigração haitiana: tensões entre afetos, imaginários e hospitalidade”, de Sônia Caldas Pessoa (UFMG) e Jude Civil (UFMG), os autores analisam a experiência do estranhamento provocado em uma reunião do grupo de pesquisa a partir da fala de um estudante haitiano que

revela ter se descoberto negro no Brasil. Luís Mauro Sá Martino (FCL) e Ângela C. S. Marques (UFMG), em “Midiatizações da intolerância em narrativas de migrantes no Brasil”, fecham esse eixo com a discussão sobre as modalidades narrativas de apresentação do Outro, a fim de se tornarem “reconhecíveis”. Para que isso ocorra, são necessárias negociações entre alteridade e tolerância, como observam em algumas plataformas de portais de notícias (BBC Brasil, UOL e R7).

No quarto eixo, “Corpos, sexualidades e performances no audiovisual”, os autores dos três artigos problematizam como os corpos não normativos são representados no audiovisual brasileiro e como têm saído da invisibilidade. Denise Tavares (UFF) e Sandra Pereira (UFF), em “Identidades cambiantes, corpos instáveis (Notas sobre gênero, visibilidades e cotidiano em narrativas documentárias trans)”, investigam a temática trans em algumas obras audiovisuais, com destaque para o filme *Laerte-se*, produzido em 2017. Em “Os embalos de Tikal adornando a cena: memórias e percepções de um lugar sensível na película *CorpoStyleDanceMachine* (2017)”, Baga de Bagaceira Souza Campos (UFRB), Renata Pitombo Cidreira (UFRB) e Hanna Cláudia Freitas Rodrigues (UFRB) analisam Tikal Babado, o protagonista do filme *CorpoStyleDanceMachine*, “com suas brilhantes formas e cores características de seus vestuários e adereços”. Trata-se de um corpo negro e *queer* que narra suas memórias de forma coreografada e performática. Em “Boy Erased: pânico sexual, intolerância e vigilância no Brasil contemporâneo”, Allan Santos (UFRJ), Igor Sacramento (UFRJ) e Julio César Sanches (UFRJ) investigam as práticas censórias e suas repercussões no Facebook e no Twitter do filme *Boy Erased*, nos primeiros meses de 2019. Nesse caso, não é o corpo em exibição que mereceu a atenção dos pesquisadores, mas “as narrativas que criticam a heterossexualidade compulsória, assim como aquelas que validam as terapias de conversão sexual”, fatores que “contribuíram para o cancelamento da circulação do filme no Brasil”.

O quinto e último eixo, “Disputas de sentidos imagéticos, censura e consumo”, dialoga com o anterior, pois os três artigos tematizam, cada um conforme seus recortes e referenciais teóricos, a importância de não se negar a prática da censura durante o governo militar, as multiplicidades de sentidos quando nos deparamos com as imagens e como elas ajudam a indústria do consumo.

Sobre o primeiro tema, Gabriel Pansardi Ruiz (UNESP) e Márcia Neme Buzalaf (UNESP) analisam a versão amenizadora da censura durante a ditadura militar brasileira no filme *1964 – o Brasil entre armas e livros* (2019). As mídias mais pesquisadas foram *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Os autores concluem no artigo

“Negacionismo da censura no filme *1964 – o Brasil entre armas e livros* (2019): *O Estadão* e *O Globo*” que “o filme presta um desserviço ao saber histórico [...] e reforça uma visão relativista, intolerante e inverossímil em relação à violência” nos anos de chumbo. Essa conclusão nos leva ao artigo seguinte, “Não farás para ti imagem: fé, política e pensamento mágico-imagético-circular”, de Vinicius Souza (UFMT), que analisa a força das imagens e seus impactos emocionais e a facilitação de se criarem *fake news* a partir delas. Em “Efeitos de sentido, boicotes e rituais de despojamento: os significados transferidos pela publicidade aos bens de consumo”, os autores Pablo Moreno Fernandes (UFMG) e Maurício Gomes de Faria (FMU/ FIAM/FAAM) analisam a campanha publicitária veiculada pela marca Nike em 2018 e mostram como a circulação de sentidos nas redes sociais ultrapassa as intencionalidades institucionais.

Esses 16 artigos mostram, cada qual à sua maneira, que a intolerância nem sempre é explícita; ao contrário, ela pode até ser negada, porém, cada vez que é identificada, levantam-se vozes que lutam contra as mais diversas opressões. Tais manifestações valorizam a alteridade como postura ética e política e permitem acreditar na conversão de experiências de desrespeito em força motriz por reconhecimento. Assim, em uma sociedade atravessada pela midiaticização, esse sistema de interação social que promove a circulação de sentidos e discursos, em que se produzem em tempo real *fake news* e centenas de milhares de comentários racistas, xenófobos, misóginos em poucos segundos, quase impossíveis de serem esquecidos ou apagados, resistir se faz cada vez mais necessário. Este livro que está em suas mãos é a nossa forma de resistência.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CERQUEIRA, Daniel (coord.). *Atlas da violência 2019*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/7047-190802atlasdaviolencia2019municipios.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Estabelecidos e outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

RICOUER, Paul. Estado actual de la reflexión sobre la intolerancia. In: ACADEMIA UNIVERSAL DE LAS CULTURAS. *La intolerancia*. Buenos Aires: Granica, 2006, p. 19-22.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

# **MIDIATIZAÇÃO, DISCURSOS DE ÓDIO E FEMINICÍDIO**



# POLARIZAÇÃO COMO ESTRUTURA DA INTOLERÂNCIA: uma questão comunicacional<sup>1</sup>

JOSÉ LUIZ BRAGA

## Introdução

A intolerância, como uma questão referida aos desafios da civilização, atravessa a história. A recusa de acolhimento mútuo entre diferentes – em comportamento, culturas, interesses, opiniões, motivações e preferências, além das diferenças socialmente produzidas – leva com frequência a uma intolerância opressora, malgrado a importância hoje percebida (mas pouco realizada) de reconhecimento e valorização da diversidade humana.

Voltaire, em seu *Tratado sobre a tolerância*, argumentou que “o direito à intolerância é absurdo e bárbaro: é o direito dos tigres, e isso é horrível, pois os ti-

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de comunicação oral e debates realizados no III Seminário Internacional de Pesquisa em Mídiação (Linha de pesquisa: Mídiação e Processos Sociais), do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em maio de 2019.

gres não estraçalham senão para comer, e nós nos exterminamos por parágrafos”<sup>2</sup> (VOLTAIRE, 1763, p. 39, tradução nossa)

Certamente, toda intolerância é absurda e bárbara – mas se torna particularmente detestável em situações polarizadas, que estimulam sua exacerbação, desenvolvendo uma organização estruturadora de comportamentos humanos.

A variação das características e da intensidade do fenômeno da polarização se manifesta por diversos ângulos. Há graus diversos na ferocidade possível, podendo chegar à violência física entre pessoas ou a uma situação de guerra entre países. Mesmo fora desses extremos, os riscos interacionais deterioram a sociedade e provocam danos.

Há variação, também, de modos expressivos. Atitudes e comportamentos que costumam ser associados a situações de polarização – intolerância, incivilidade, antagonismo, má-fé argumentativa, *fake news*, hostilizações, discursos de ódio, proposições excludentes – são ao mesmo tempo sintomas e reiteração do processo.

O tema da intolerância na polarização aparenta ser uma questão sociológica ou política, entre outras ciências humanas e sociais – que mostram ângulos específicos do fenômeno. Vamos tratar o tema, entretanto, como questão comunicacional, perspectiva legítima para sua abordagem na medida em que pode fornecer contribuições específicas para uma compreensão abrangente.

O objetivo de uma perspectiva comunicacional, para todas as questões sociais, é o de perceber os aspectos especificamente “de comunicação” nessa diversidade de situações, ampliando sua compreensão e viabilizando um enfoque praxiológico.

Os comportamentos em pauta neste artigo implicam processos comunicacionais em todos os aspectos de interação social. São expressões sociais de conflito, de passionalidade, de emoções exacerbadas no próprio processo da comunicação entre pessoas, sempre que suas diferenças sobressaem e por todo o tempo em que não encontram ou não buscam possibilidades de entendimento minimamente produtivo para os objetivos da tensão.

Por outro lado, a ênfase no ângulo da emocionalidade pode restringir a atenção à superfície comportamental, como se bastasse um esforço voluntário dos partici-

---

2 “Le droit de l’intolérance est donc absurde et barbare : c’est le droit des tigres, et il est bien horrible, car les tigres ne déchirent que pour manger, et nous nous sommes exterminés pour des paragraphes”.

pantes para um esfriamento de ânimos, uma atitude de sensatez. Isso tende a banalizar a questão, reduzindo a preocupação a um cuidado apenas com a intensidade.

Acreditamos que a situação do país – embora se demarque, efetivamente, pela intensidade e abrangência do fenômeno – pede uma análise mais substancial que a de apontar o conflito e a emocionalidade.

O artigo não se volta para a toda a diversidade de situações conflitivas que podem ser expressas por aqueles indicadores interacionais de comportamento; limita-se a refletir sobre alguns mecanismos internos que caracterizam a polarização, assumindo que perceber as lógicas em ação, na especificidade de uma ocorrência, pode ampliar as chances de uma práxis voltada para enfrentar os riscos envolvidos. Certamente, nos episódios concretos, os mecanismos serão diversos – mas acreditamos que essa aproximação reflexiva pode ser uma heurística adequada para a investigação de situações específicas em sua diversidade empírica.

\*

No espaço deste artigo não darei exemplos referidos à nossa atualidade. Não se trata de considerar que um texto reflexivo dispensa concretizações – mas temos exemplos cotidianos nos jornais diários e nos *sites* alternativos.<sup>3</sup> O tema se tornou, quase de repente, uma questão que se impõe a todos perante o risco, mais que iminente, em curso, de esfacelamento dos processos plurais que devem sustentar a complexidade de uma verdadeira cidadania. Os exemplos estão disponíveis no Brasil, mas também em nível global – quando consideramos o avanço da extrema-direita em muitos países, com suas estratégias de “pensamento único” que dividem as sociedades entre os que reforçam polarizações e os que são aí oprimidos. Nem por outra razão, este livro marca, com seu tema, a urgência de reflexões que devem ir além da postura recusadora do atual estado das coisas.

O presente estudo é baseado na observação empírica de matérias jornalísticas, emissões de televisão e circuitos de internet. Observação essa que, na circunstância, coincide ponto a ponto com a circulação informativa de atualidades recebidas pelo cidadão, em seu dia a dia, reforçando a midiaticização como arena em que podemos acompanhar grande parte dos embates.

---

3 A situação do país, que atualiza o tema, tem seus primórdios nos anos de 2015 a 2017, e foi intensificada nas eleições de 2018 e no governo iniciado em 2019. Consultas à imprensa brasileira e internacional e a artigos acadêmicos sobre a realidade imediata serão certamente complementadas no futuro próximo por esquadrinhamentos feitos nas perspectivas de todas as ciências sociais e humanas.

## Uma perspectiva comunicacional

A perspectiva comunicacional não esvai os aspectos estudados pelas demais ciências humanas e sociais. A posição implica, apenas, não aceitar que processos comunicacionais sejam epifenômeno de qualquer destas disciplinas, mero recurso a serviço dos processos que elas estudam. A comunicação é parte constituinte das ocorrências políticas, sociais, culturais. É relevante estudar, nestas, as incidências e processualidades de ordem comunicacional presentes, seus modos e suas lógicas – objetivando o desenvolvimento de tal percepção em modo transversal às demais áreas.

Isso não implica que a Comunicação seja um conhecimento interdisciplinar. Busca elaborar suas perspectivas próprias sobre quaisquer fatos sociais, sem desconhecer suas especificidades e inserções. Assim como a História, que, podendo se voltar sobre a política, a cultura, as artes, o conhecimento, a literatura, o faz **por suas perspectivas próprias**, de conhecimento histórico, e não como se fosse interdisciplinar. O que argumentamos aqui é a possibilidade de a visada comunicacional oferecer uma contribuição específica, que se soma aos demais conhecimentos.

Para constituir a perspectiva de comunicação com que observaremos o fenômeno em pauta, sintetizo aqui algumas características do processo interacional que venho elaborando em artigos recentes.

Considero a comunicação (no ambiente social) como o trabalho das diferenças humanas para viabilizar a interação nos mais diversos processos e por todos os tipos de modalização, acionando recursos materiais e simbólicos, e sofrendo as injunções e incidências dos ambientes tecnológico, natural e cultural que cercam todas as ações humanas. É preciso observar, ao lado das diferenças idiossincráticas, diferenças socialmente construídas, assim como as circunstâncias em que essa construção se faz.

No trabalho das diferenças, a comunicação não é o espaço do consenso: é, antes, o âmbito do reconhecimento de diferenças e do trabalho de compartilhamentos em busca de sua articulação eficiente. A política não se manifesta apenas como relação de forças – mas também, e sobretudo, como espaço de negociação de diferenças. Nesse espaço, perceber como se estabelecem as lógicas interacionais é fazer estudo comunicacional.

O trabalho da comunicação humana não é o de apagar as diferenças, o que seria constitutivamente impossível, e sim o de viabilizar articulações entre estas,

buscar que os tensionamentos resultantes da diversidade sejam produtivos ou superáveis, evitando a geração de rupturas e reduzindo a probabilidade de violência e opressão. É a comunicação que reduz o relativismo das coisas, produzindo sentidos sociais comuns.

As questões comunicacionais referem-se então ao problema de articular diferentes ordens simbólicas, diferentes processos, posições, preferências – e mesmo idiosincrasias pessoais. Todos os elementos – participantes, contextos, urgências e estratégias – incidem nas interações em curso ou buscadas.

Estudando relatos de pesquisa da área da Comunicação, mormente no âmbito da Compós, assim como através de observações empíricas em meu grupo de pesquisa, (BRAGA et al., 2017) discernimos, através de toda uma variedade de processos, dois aspectos básicos na ocorrência da interação – que caracterizamos como “códigos” e “inferências”.

O sentido da palavra “código”, no conceito de “códigos interacionais”, é marcadamente distinto do da mesma palavra na Teoria Matemática da Informação. Na teoria informacional, corresponde ao processo de transposição de algo (pensamento, ideia, proposta, informação) em mensagem, de tal modo que a reversão do mesmo código, no ponto de chegada, faça recuperar aquele algo, idêntico ao ponto de partida – trata-se, portanto, de um processo meramente transmissivo.

Na expressão “códigos interacionais”, diversamente, o que temos são elementos pré-compartilhados nos espaços de uma cultura em comum, de uma vivência já dada. No momento de uma interação, os participantes, mesmo fazendo interpretações distintas, podem se basear naqueles elementos comuns para elaborar algo que antes não se encontrava pronto ou previsto na ocorrência do episódio.

Já os processos inferenciais correspondem à necessidade interpretativa e de ajuste dos elementos compartilhados à circunstância concreta da interação. O compartilhamento não é matemático, mas aproximativo: pede interpretações de ajuste. Os códigos, sempre necessários, nunca se ajustam rigorosamente às circunstâncias – é preciso que os próprios participantes, por táticas pessoais e estratégias de conjunto, elaborem esse passo indispensável.

Os dois componentes assinalam, assim, o aspecto de produção conjunta da comunicação – pela escolha e pela adaptação dos códigos já disponíveis. Mais que apenas a busca dos objetivos próprios dos participantes, o processo comunicacional – em seus múltiplos episódios no âmbito da cultura – gera tentativamente os códigos requeridos, seja por invenção social, seja por adaptação cons-

tante e reajustes do já dado. Assim como os códigos sempre requerem inferência – tanto para a articulação entre compartilhamentos não coplanares como para o ajuste à especificidade da circunstância –, o trabalho inferencial, tentativo, no enfrentamento das urgências e desenvolvimento de estratégias, é o que gera e estabiliza códigos interacionais na medida em que as tentativas confirmem sua pertinência. Os dois elementos se elaboram mutuamente, na própria prática da interação comunicacional.

Paralelamente, sublinhamos que os mais simples episódios comunicacionais fazem acionar toda uma diversidade de elementos compartilhados: a língua verbal, a gestualidade, as expressões habituais do conjunto participante, os padrões estabelecidos no contexto imediato da questão, a vivência de mesmas práticas; e ainda os meios e as mediações acionados, com sua panóplia de incidências materiais e simbólicas.

Assinalamos aí dois aspectos centrais:

a) os códigos assim acionados, processos compartilhados entre os participantes, não correspondem a um padrão contratual, são apenas percepções variadas do acervo pessoal de memórias e hábitos, ou impregnadas nos materiais acionados. São referências múltiplas e aproximativas postas em comum;

b) essa pluralidade de códigos não é pré-ajustada em seu conjunto – ou seja: não há um supercódigo que os articule. O ajuste entre estes, portanto, depende dos processos inferenciais em ação na circunstância em que sejam acionados.

O jogo entre aspectos compartilhados e trabalho inferencial produz historicamente dispositivos interacionais, pragmaticamente organizados pela sociedade. O conceito de dispositivo, de Michel Foucault é adaptado, nessa visada, a serviço da perspectiva comunicacional (BRAGA, 2018, p. 89) como processo segundo o qual códigos e inferências se elaboram.

## A estrutura polarizadora

Os processos da polarização se mostram como questão comunicacional na medida em que derivam de diferenças construídas entre seres humanos em convivência e geram riscos para o trabalho da interação. É importante entender as condições

e características de sua ocorrência disruptiva. Em perspectiva praxiológica, esse conhecimento é central para o esforço de correções de rumo, quando o risco se apresenta, ou para o enfrentamento de efetiva ruptura.

O fenômeno da polarização não deve ser confundido com o simples debate de posições contrárias, mesmo veemente. Na polarização não há debate, ou este deriva para a desconexão e para a violência simbólica – que pode, conforme as circunstâncias, chegar à violência física.

Uma característica da polarização se evidencia na própria escolha da palavra para referir o fenômeno. Diante de uma urgência, de um problema a ser enfrentado em que há divergência de perspectivas entre participantes – seja para caracterizar o que é a questão, para definir os objetivos do enfrentamento ou ainda para elaborar as estratégias –, as posições se organizam em modo binário.

Em qualquer situação contemporânea, convivemos pelo acionamento de códigos múltiplos – relacionados a conhecimentos e a práticas comuns a um número significativo de participantes de uma cultura, e que servem de base para toda uma variedade de ações, harmônicas ou tensas. Cada setor especializado, embora usuário preferencial de determinados dispositivos interacionais específicos, reconhece outros dispositivos presentes na cultura – e percebe a multiplicidade de aspectos diferenciais que os caracterizam. Essa percepção viabiliza interações diversificadas e flexíveis no ambiente social.

Quando as diferenças se organizam com essa pluralidade, favorecem arranjos e composições em que as divergências podem se diluir, oferecendo caminhos para evitar o contrachoque enfático de posições. Se o plural se desvanece em binarismo e a diversidade de posições se submete a uma dupla alternativa artificial, a intolerância prevalece e a polarização se torna constitutiva e definidora do próprio perfil das diferenças. Entretanto, se o binarismo opositor é uma condição necessária para o desenvolvimento polarizado, não parece ser suficiente para sua implantação. Faz parte, ainda, dessa organização das coisas uma sobre-ênfase da diferença, em formatação binária excludente.

Nas situações polarizadoras, o Outro, definido no polo oposto, é visto exclusivamente pela característica que o faz se classificar como diferente. Reduzido a essa dimensão única, todos os indicadores que comporiam um espaço de pluralidade e permitiriam interações são apagados. O único vínculo entre os polos passa a ser o eixo da diferença excludente.

A própria entidade redutora se autolimita: “**minha** posição”. O mundo passa a ser composto por um processo classificador binário (nós *versus* adversários), já não pela simples constatação do desacordo, mas pela redução dos dois polos à dimensão única de uma diferença radicalizada.

Os esforços inferenciais sobre os códigos compartilhados, que na situação concreta se voltariam para reelaborações conjunturais, deixam de existir. Desaparecem as ponderações que completam os códigos no exercício comunicacional das diferenças humanas.

Os exemplos são fáceis de perceber: todos os que discordam, hoje, no país, de uma atitude contraditoriamente denominada “liberal”, se veem imediatamente categorizados em um código polarizador – “comunistas”. O mesmo tipo de estrutura age no racismo e na homofobia.

As situações polarizadas se encontram, então, em uma zona de risco de ruptura. Aparece aqui outra qualidade negativa, a que se referem aquelas atitudes e comportamentos de intolerância, antagonismo e ódio. Desaparece a busca de ação em comum entre diferenças. A ruptura é a cessação do processo de comunicação.<sup>4</sup>

A ruptura, em si, na medida em que fizesse cessar o trabalho de articulação afastando os opostos, deixaria de caracterizar uma situação polarizada. Se o tipo de urgência, objetivo ou estratégia deixa de ser uma dimensão de embate, o afastamento entre os participantes dos dois polos eliminaria também o eixo da diferença. Mas uma característica da polarização, além da inviabilização crescente de interações que façam algum ajuste entre diferenças, é a impossibilidade de afastar a “convivência” entre os opostos. Em determinadas questões no âmbito social, os dois lados têm alguma coisa a dizer, alguma perspectiva a defender em um espaço de ação de que não podem se alhear.

Essa interação, assim estruturada, é que justifica a denominação “polarizadora”. Por isso mesmo a polarização é estruturante: as ações, as proposições, o comportamento, frequentemente com aquelas características de ódio acima referidas, não são simplesmente ocorrências emocionais de desacordo intenso – são estruturadas e conduzidas por esta condição dupla e contraditória de participantes (como indivíduos ou como coletividades formadas por tal perspectiva) em situação de

---

4 Embora este não seja o único modo destrutivo. A indiferença, o simples não reconhecimento, o tédio, a ausência de objetivos e de problemas em comum, assim como o enrijecimento de códigos inflexíveis, podem ser fatores de uma ausência comunicacional.

inevitável interação, que não articulam suas diferenças e recusam um reconhecimento mútuo. Estão ao mesmo tempo em ruptura e não podem deixar de interagir.

Com isso, aquele código polarizador de diferenças se torna uma espécie de supercódigo que equaliza todos os demais códigos presentes, tornando-os inoperantes, e se impõe como se fosse pleno e suficiente, dispensando qualquer reflexão interpretativa – inclusive aquelas que seriam requeridas pelos fatos. O que caracterizo como “supercódigo”, nessa perspectiva comunicacional, é um processo padronizador que pretende dispensar qualquer necessidade de ajuste flexível à variação das circunstâncias e das ações em curso, anulando a diversidade dos demais elementos compartilhados. Essa rigidez completa a estrutura da intolerância: o trabalho inferencial, necessário para a comunicação, desaparece, impedindo os ajustes finos viabilizadores da interação.

Podemos então definir a polarização como a convivência forçada de adversários, restrita ao supercódigo de sua diferença exacerbada em estrutura binária, excludente de inferências relativas a outras dimensões e cujas ações não podem deixar de se interferir mutuamente.

\*

Precisamos ainda examinar uma impressão induzida pela metáfora dos polos. A referência geográfica de um eixo de rotação, assim como a referência eletromagnética, com seus polos positivo e negativo, reforçam uma impressão de estrutura simétrica.

Há efetivamente uma tendência à simetria inversa, se considerarmos que a redução do adversário a uma dimensão única estimula, na ordem prática, o reverso redutor. Essa possibilidade é reforçada pela prevalência, na copresença dos polos, da diferença exacerbada. Não encontrando outras referências compartilhadas que possam ser acionadas, o polo oposto fica adstrito a uma posição igualmente recusadora do polo que o recusa. Quem pretende evitar o embate monocórdico não encontra processos compartilhados acionáveis na interação: quaisquer argumentos para circundar a linha direta entre os polos é reinterpretada como confirmação da diferença estabelecida e imposta. Assim como somos julgados com desprezo por nossas perspectivas, tendemos a simetrizar o julgador em sua posição redutora: esta se caracteriza também como única dimensão significativa deste.

Por outro lado, essa característica de simetria não deve ser generalizada para todos os aspectos da estrutura – há diversos ângulos que devem ser examinados

nos casos concretos, em decorrência dos quais as entidades polarizadas não são similares com sinal trocado.

Um primeiro aspecto possível pode ser a questão de quem tem razão – já que um dos lados pode tê-la mais claramente que o outro –, afastando a situação de uma efetiva simetria. Não que seja simples, em uma situação determinada (mesmo se estivermos olhando de fora), decidir quem está certo e quem está errado – é bastante possível que os dois lados evidenciem diferentes equívocos. Até mesmo conjuntamente, se irmanados (a expressão é paradoxal, mas pode ser verdadeira) na construção estrutural do impasse. Ainda assim, discutir razões e desrazões será um ângulo importante no estudo de situações polarizadas e de sua história de origem como importante marca de assimetria.

Mais relevante ainda é o fato de que muito dificilmente os dois lados de uma estrutura desse tipo estarão equilibrados em termos de poderes (políticos, físicos, materiais, econômicos) e de outras condições de ação. O que significa que, malgrado uma simetria possível no código reductor, as situações de polarização podem ser fortemente assimétricas na realidade social – situando um dos polos na posição de opressor; o outro, na de oprimido. É onde aparece com resultados mais graves a questão da intolerância. A desigualdade de forças leva ao cerceamento, à coação sem argumentos e ao impedimento da autodefesa.

Com estas características, outra diferença vai corresponder à articulação interna de cada um dos dois campos, com seus participantes e apoiadores. Como a diversidade se mantém provavelmente mais perceptível no polo oprimido, há motivos de articulação produtiva – mas esta pode sofrer, ao contrário, de linhas internas de conflito e ruptura.

Já no campo da intolerância polarizante, o quadro é outro. Certamente, encontra-se aí uma diversidade factual de interesses grupais, de categorias e de status social, de estamentos e de linhas de ação preferencial. Como explicar o pensamento único que parece apagar a pluralidade de perspectivas dos diferentes circuitos? Como estes esquecem suas diferenças (particularmente quando afastados dos núcleos de poder) e fazem frente opressora conjunta?

Umberto Eco (1995) mostra o potencial agregador, em determinadas situações político-econômico-sociais, de frustrações e ressentimentos em parcelas da sociedade que se consideram não atendidas (ou não reconhecidas) em suas expectativas. Apesar da variedade de problemas e dificuldades, se os diferentes circuitos são levados a atribuir a culpa pela situação a uma parcela mais ou menos

identificável da sociedade, pode ser gerada aí uma dinâmica de polarização, que passa a se autoalimentar. O setor dito “culpado” é constituído, em referência genérica e abrangente, como responsável por todos os problemas da sociedade:

O ur-fascismo provém da frustração individual ou social. O que explica por que uma das características dos fascismos históricos tem sido o apelo às classes médias frustradas, desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos. (ECO, 1995, característica nº 6)

A intolerância se torna o projeto de ação, articulador dos participantes desse campo, com o objetivo de calar, afastar ou destruir o outro.

## A mediação da intolerância

Não pretendo atribuir a atual polarização social aos processos da mediação. Questões diretamente políticas e econômicas têm aí um peso preponderante. Mas tal polarização se desenvolve no ambiente da mediação em curso – e toma, assim, o perfil demarcado por esta circunstância. A mediação, como processo interacional de referência, (BRAGA, 2007) incide de diversos modos sobre a estrutura polarizadora. Essa incidência não corresponde a uma pretendida “influência da mídia” (ver BRAGA, 2015) – as mídias afetam o social não por “influência”, mas por uma lógica de *affordances*.<sup>5</sup>

Abordaremos aqui apenas três desses modos de incidência – o suficiente para evidenciar sua relevância. Um dos modos é resultante de uma oferta tecnológica que viabiliza o superdimensionamento de tendências sociais que antes eram de curto alcance. O segundo corresponde a uma experimentação midiática generalizada pela sociedade, que desmonta dispositivos sociais antes de gerar substitutos sedimentados. O terceiro decorre do acionamento de *affordances* midiáticas diretamente motivado pela intolerância em busca de poder.

---

5 O conceito, de J. J. Gibson, relaciona características do ambiente a perspectivas das espécies que o acionam. Correa Gomes Júnior e demais autores (2018, p. 59) observam que “os agentes de um ambiente percebem o que um nicho oferece, interpretam as *affordances* e agem sobre elas”.

## PRIMEIRO MODO

No século XX, o rádio e a TV nos direcionaram para discursos centralizados. Na virada para o XXI – como parte das estratégias para enfrentar o problema dessa voz centralizada, propondo acesso a vozes diversificadas –, as tecnologias acabaram tornando disponível uma “voz centralizada” para cada grupo organizado, com condições interacionais de se tornar o centro de seu próprio mundo. As funcionalidades tecnológicas favorecem o encontro de participantes em torno de um foco de opiniões e atitudes. Esse foco singular funciona como agregador – definindo o perfil de seus participantes por essa dimensão singularizada.

Quando redes digitais agregam perfis e ideias com base em similaridades de posições e de atitudes, não dependendo de proximidade física, os circuitos organizados por zonas de acordo prévio podem manifestar um processo de exclusão dos discordantes. Em corolário, o risco de exclusão alimenta uma tendência ao alinhamento interno, reduzindo ainda mais as variações. O risco de exclusão por desvio leva o participante a abdicar mesmo de suas pequenas diferenças – gerando uma coesão mais automática.

Nesse espaço, o aparente consenso entre participantes é duplamente artificial. Foi pré-estabelecido no processo de agregar os participantes, e não se elabora por processos de comunicação e ajuste entre estes, e sim pela constante poda de dissidentes, caracterizando um âmbito de pensamento único. Tais microambientes são criadouros de tendência polarizadora.

## SEGUNDO MODO

Temos aqui uma incidência mais abrangente e difusa. A oferta de tecnologias interacionais e as experimentações sociais que se desenvolvem em todos os níveis e todas as áreas de ação ampliam os espaços de indefinição e reduzem a eficácia de padrões interacionais antes habituais. Os estudos da midiaticização mostram uma porosidade crescente nas fronteiras de campos especializados. Patrice Flichy (2016, p. 15) demonstra que “o saber dos amadores, em diversos campos, situa novas relações com os especialistas, inclusive criando novas expertises”. Há uma perda de consistência em campos de ação especializada – participantes internos acionam novas experimentações, em relação direta com outros campos e com o sistema geral de entorno, na competição por ampliação de capitais sociais. As experiências

diversificadas de acionamento e de invenção a partir das *affordances* de novas tecnologias diluem as linhas de ação mais definidas.

Em consequência, a sociedade se vê a braços com uma insuficiência de referências compartilhadas para organizar processos em comum. A comunicação se torna cacofônica, estimulando ansiedade social. A sensação de insegurança social cultural se amplia. Os que não conseguem articular aí suas expectativas e valores tentam mitigar a ansiedade pela adoção de “verdades” simplificadoras, por uma busca de culpados da situação e pelo alinhamento com lideranças que parecem confortar esse ressentimento.

Aqui, a metáfora de polos eletromagnéticos parece mais eficaz que a metáfora geográfica. Elementos dispersos no ambiente passam a se deslocar de uma distribuição mais ou menos aleatória, atravessada por dinâmicas diversas, e são atraídos por um ou por outro polo, conforme proximidades de qualquer ordem – que passam a prevalecer sobre estímulos e causalidades outras.

### TERCEIRO MODO

O âmbito de relações entre midiaticização e polarização envolve também a diluição de padrões estabelecidos a partir de possibilidades permitidas pelas tecnologias midiáticas. Se a incidência anterior envolve sobretudo reações decorrentes de insegurança emocional, esse terceiro ponto é o espaço de iniciativas mal-intencionadas.

O próprio momento histórico da midiaticização – oferecendo complexidades ainda não integradas no ambiente da cultura – implica vastos espaços de anomia, com dispersão de verdades, normas e valores antes compartilhados; e com porosidade de fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada. Nessa situação, tanto são feitas experimentações voltadas para resolver urgências sociais e aperfeiçoar processos como se desenvolvem tentativas para tirar proveito das indefinições conjunturais. Por isso mesmo, o quadro atual é estimulador de *fake news* e de verdades *ad-hoc* como instrumento de ação e de ocupação de espaços de poder. Dado que o outro é o adversário a abater, todos os meios parecem adequados.

*Fake news* não correspondem à simples midiaticização de boatos, de imprecisões factuais e de mentiras. São processos orquestrados em função de estruturas polarizadoras. O objetivo é duplo: atribuir ao adversário uma imagem abaixo da dignidade humana e, no mesmo passo, com base nessa distinção radical, fazer pre-

tendidos aliados esquecerem as diferenças (assumidas como menores) que poderiam entreter com o polo disseminador de *fake news*.

Nos espaços de indefinição de padrões e de construção experimental de relações entre a esfera pública e a esfera privada, constatamos a eficácia perversa de personagens que se inscrevem em âmbitos de poder exercendo tais táticas, que só funcionam pela enxertia de estruturas polarizadoras em âmbitos de anomia e dispersão.

\*

A questão da midiaticização deve complementar a perspectiva comunicacional (ao lado das perspectivas políticas, éticas e psicológicas) para o enfrentamento das situações polarizadoras. Os processos interacionais, na contemporaneidade, implicam uma passagem obrigatória pela referência midiática – por isso mesmo, é preciso buscar modos de trabalhar as diferenças através de interações midiaticizadas, promovendo o encontro da diversidade por compartilhamentos múltiplos; inventando acionamentos sociais da tecnologia, a serviço da flexibilidade interacional; e cerceando as ações de intolerância nas mídias.

## Conclusão: Brasil

Há um sentido habitual da palavra “polaridade”, não necessariamente relacionado à intolerância, no âmbito da política. Refere-se a dualidades como “situação x oposição”; “esquerda x direita”; ou, ainda, estruturas bipartidárias preponderantes (como a alternância dos dois principais partidos norte-americanos no poder).

No Brasil, esse tipo de polaridade política era constatado entre as duas principais forças políticas, desde os anos 1990. Até 2014, essa organização dual da política não parecia trazer maiores riscos à democracia.

Minha interpretação para essa convivência **em polaridade**, mas não polarizadora, envolve dois ângulos complementares. Por um lado, as eventuais intolerâncias de parte a parte, entre os partidos e entre os eleitores, geralmente se diluíam na diversidade de processos interacionais da sociedade contemporânea que, malgrado zonas sociais de tensão e de discriminações, desenvolvera algumas estratégias no trabalho das diferenças. Por outro lado, a alternância entre os dois polos não impedia a diversidade de opções e caminhos sociais, apesar da diferenciação dos projetos políticos. Assim como na natureza, a diversidade tem um papel equilibrador na sociedade.

Após as eleições de 2014, porém, o partido então na oposição, não conformado com a ausência de alternância por mais um período, desistiu do caminho democrático, desencadeando uma instabilidade política e social que atravessou o quadriênio, levando, através do período eleitoral, a uma polarização da intolerância com as características que observamos, conceitualmente, no presente artigo. O processo substituiu a polaridade de perfil democrático, ironicamente levando de roldão o partido que tomou a iniciativa da ruptura.

As circunstâncias econômicas na base do processo exacerbaram a polarização política, que penetrou todos os espaços. Já não se trata mais de contraposição entre projetos políticos assumidos como alternativas de condução dos encaminhamentos públicos ou de definição de estratégias político-econômicas – mas sim da imposição de alinhamento estrito em um nível tratado como “visão de mundo”, mas canhestramente composto por um agregado esdrúxulo de preconceitos, atitudes ressentidas, posições antidemocráticas, conservadorismo de costumes, despreço pela educação, ausência de políticas públicas para a pobreza, para as desigualdades sociais e para o desemprego. Tudo isso permeado por uma atitude de *bullying* social que se capilariza, como perspectiva excludente, para amplos setores da sociedade.

Como, evidentemente, uma política organizada nestes termos obteria uma adesão baixíssima, o que agrega pessoas e setores em torno de tal programa são motivações de outras ordens. É nesse espaço que entram em cena as características polarizadoras que assinalamos no terceiro e no quarto item deste texto. A polarização se instala nas situações de anomia e de ideias prontas.

Não se pode lutar contra isso como se se estivesse enfrentando uma política racional – com base em contra-argumentos. Mas é preciso, sempre, resistir à opressão da intolerância. Ao lado de uma necessária recusa, estrita, do obscurantismo implicado nas atitudes referidas, alguns desafios devem ser enfrentados em todos os âmbitos sociais, fortalecendo o ânimo para a desmontagem da estrutura polarizada – processo paralisador da democracia e do desenvolvimento civilizacional.

A recusa inflexível da desqualificação resultante da estrutura paralisadora tem que ser diferente de apenas querer inverter os polos ou de pretender o mero retorno a um *status quo ante*, como se a polarização nunca tivesse existido – pois aí não teríamos aprendido nada. O projeto de enfrentamento da polarização deve ser guiado por uma busca de aperfeiçoamento civilizacional e não por uma visão estreita de tomada do poder.

Outro desafio é o de evitar a tendência de reduzir todos os aderentes do polo opressor à dimensão única que apagaria caracterizações, muito variadas, sob o rótulo da prepotência. É mais perceptivo e inteligente apreender a diversidade interna desse ambiente – dos participantes em suas múltiplas dimensões; das motivações; das correntes diversas que dão força à polarização –, pois com uma parte significativa e relevante destas será preciso, ao contrário, reelaborar os termos de um trabalho entre diferentes.

O desenvolvimento da competência inferencial e intuitiva será necessário, em todos os níveis da sociedade, para fazer ajustes finos à diversidade de posições e de circunstâncias, tanto as que percebemos no campo polarizador como as de nosso próprio campo – as ideias apriorísticas e os códigos interpretativos padronizados favorecem a estrutura polarizante.

Na política, mas também nos níveis intermediários de ação social, devemos ser capazes de elaborar projetos plurais, planejando uma futura convivência possível – voltada para o trabalho interacional produtivo entre os que resolverem reelaborar suas diferenças, recusando a intolerância, em busca de uma existência fora da estrutura polarizadora.

## Referências

BRAGA, José Luiz. Miatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia; CORREA ARAÚJO, Denize; BRUNO, Fernanda (org.). *Imagem, visibilidade e cultura midiática*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007. p. 141-167.

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault – os arranjos disposicionais e a comunicação. *Questões Transversais*. Revista de Epistemologia da Comunicação, São Leopoldo, v. 6, série 12, p. 81-91, jul./dez. 2018.

BRAGA, José Luiz. Lógicas da mídia, lógicas da miatização? In: FAUSTO NETO, Antonio; ANSELMINA, Natália Raimondo; GINDIN, Irene Lis (org.). *Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones*. Rosario, Argentina: UNR Editora, 2015. p. 15-32. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/4965/relatos.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRAGA, José Luiz et al. *Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade*. Campina Grande: EdUEPB, 2017.

CORRÊA GOMES JÚNIOR, Ronaldo et al. *Affordances* de tecnologias digitais para o desenvolvimento de habilidades orais em inglês. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 57-78, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v18n1/1984-6398-rbla-1984-6398201812398.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. [1995]. Reproduzido em Opera Mundi em 2016. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/permalink/43281>. Acesso em: 15 maio 2019.

FLICHY, Patrice. Internet, um mundo para os amadores. In: FLICHY, Patrice; FERREIRA, Jairo; AMARAL, Adriana (org.). *Redes digitais, um mundo para os amadores*. Novas relações entre mediadores, mediações e midiatisações. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2016. p. 15-49. Disponível em: [http://www.midiaticom.org/pdf/redes\\_digitais\\_um\\_mundo\\_para\\_os\\_amadores\\_flychy\\_ferreira\\_amaral.pdf](http://www.midiaticom.org/pdf/redes_digitais_um_mundo_para_os_amadores_flychy_ferreira_amaral.pdf). Acesso em: 15 mar. 2019.

VOLTAIRE. *Traité sur la tolérance*. In: VOLTAIRE. *Oeuvres complètes*. Paris: Arvensa Éditions. Data de publicação original, 1763. Disponível em: <https://www.atramenta.net/lire/traite-sur-la-tolerance/50012>. Acesso em: 15 set. 2019.



# ACONTECIMENTO, DISCURSOS DE ÓDIO E INTOLERÂNCIA:

uma análise da circulação  
do voto de Jair Bolsonaro no  
*impeachment* de Dilma Rousseff

DIOSANA FRIGO  
ALINE DALMOLIN  
VIVIANE BORELLI

## Introdução

Ao longo das últimas décadas, tornaram-se evidentes mudanças no campo midiático relacionadas ao desenvolvimento e uso de tecnologias digitais, sobretudo através da expansão das redes sociais digitais a partir da utilização dos dispositivos móveis. Nesse contexto desafiador para a área e para as pesquisas em comunicação, há que se pensar não só na existência de novos modos de interação que os meios possibilitam, mas, também, nos formatos emergentes na estruturação das práticas sociais. Na perspectiva dos estudos sobre a midiatização da sociedade, há diversos fluxos de circulação em um processo comunicacional e que são construídos por diferentes produtores de sentidos. Os atores sociais, que não são só receptores,

mas também produtores, acionam os sentidos em disputa por meio de embates e negociações, em um processo constantemente reativado pela circulação.

O cenário da midiaticização está intrinsecamente ligado à transformação social em curso, levando em consideração que essas processualidades estão impregnadas por muitas práticas sociais. Podemos perceber isso no contexto social brasileiro, diante de um cenário de falência de instituições, retirada de direitos conquistados historicamente, constantes crises políticas e efervescência conservadora na ambiência digital. Além do mais, na conjuntura da sociedade em midiaticização, intensificaram-se as disputas de sentidos que podem ser observadas especialmente na esfera da circulação. No Brasil, em consonância com a intensificação de um cenário político polarizado, discursos odiosos e de intolerância foram acentuados nos últimos anos. Não é incomum encontrarmos nas redes sociais digitais, por exemplo, discursos de ódio que atacam aspectos biológicos das pessoas que contrariam politicamente determinada opinião. A atuação do ódio biopolítico (DALMOLIN, 2019) é notória na circulação de sentidos na ambiência digital ao reduzir qualquer debate às questões de gênero, etnia, cor da pele e práticas sexuais, além de encontrarmos casos em que há a própria eliminação do debate por meio do silenciamento e do discurso de eliminação do outro que não está dentro dos padrões considerados aceitáveis.

Assim, compreendendo que a midiaticização promove a circulação de sentidos e que a ambiência digital é um espaço propício para a produção e disseminação de discursos polarizados, nessa reflexão objetiva-se mostrar um caminho teórico-metodológico que possa orientar a análise da circulação nas mídias sociais digitais de acontecimentos contemporâneos que envolvam ódio e intolerância. Essas percepções tornaram-se visíveis na operacionalização do estudo em questão, que parte dos conceitos de individualização do acontecimento (FRANÇA; LOPES, 2016) e de circulação em fluxo adiante. (BRAGA, 2017) A partir de cinco categorias analíticas – descrição, narrativização, pano de fundo, problema público e normalização –, propõe-se um desenho metodológico que possibilite analisar a circulação de um acontecimento contemporâneo que envolve polarização política e discursos odiosos na ambiência digital. A circulação é posta em cena ao se interrelacionar fluxos envolvendo suas dimensões, como microacontecimento jornalístico, segundo Charaudeau (2016), ciberacontecimento (HENN, 2013) e macroacontecimento (DALMOLIN, 2014), materializados, por exemplo, em postagens e comentários em *sites* e redes sociais digitais.

A partir dos conceitos norteadores de circulação e de individuação do acontecimento, analisa-se a circulação do acontecimento “o voto de Jair Bolsonaro no *impeachment* de Dilma Rousseff”.<sup>1</sup> Trata-se de uma leitura da circulação em portais de notícias e nas redes sociais digitais em torno do voto do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro na sessão de autorização do processo de impedimento da presidenta do país. Na ocasião, ele realiza uma espécie de “ode à ditadura militar” na declaração de seu voto,<sup>2</sup> favorável ao *impeachment* da primeira presidenta mulher da história do país, que possui um passado de militante torturada e presa durante aquele período político. Dentre as alegações, ele dedica seu voto ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, por sua vez reconhecido pela Justiça brasileira como torturador durante a ditadura.

Entende-se “o voto de Bolsonaro” como um acontecimento que não está somente inscrito na ordem do que ocorre, mas, conforme proposto por Quéré (2005), de quando ele acontece e como afeta a sociedade. Parte-se, então, da reflexão de que o voto convoca um passado e abre um horizonte de possibilidades, isto é, o passado e o seu contexto de inserção são compreendidos em função dos novos sentidos possibilitados pelo acontecimento. Essa potencialidade do voto é enfatizada com as inúmeras afetações que traz à sociedade, ao mesmo tempo em que é aflorada por meio da circulação de sentidos que redimensiona o voto como um acontecimento, o qual, por sua vez, relaciona-se a um macroacontecimento.

O episódio comunicacional (BRAGA, 2017) é tomado para análise em função da forma como articula questões essenciais para a compreensão do atual momento

---

1 O objeto foi analisado na dissertação de mestrado de uma das autoras, (FRIGO, 2018) que tinha como problemática de pesquisa compreender como a circulação do acontecimento “o voto de Jair Bolsonaro” mobilizou sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira. Por questões de espaço, a nomeação do acontecimento será sintetizada aqui para “o voto de Bolsonaro”. Cabe sinalizar também que o artigo emerge de discussões posteriores à dissertação concluída, ou seja, constitui-se de avanços desta pesquisa de mestrado a partir do tensionamento com as pesquisas desenvolvidas pelas outras duas autoras no âmbito do grupo de pesquisa do CNPq Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais. Destacam-se, nesse sentido, investigações que visam à operacionalização analítica de objetos em circulação no contexto da sociedade em midiatização, considerando, ainda, a complexidade de discursos de ódio e intolerância.

2 Segue transcrição do voto: “[...] perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve; contra o comunismo; pela nossa liberdade; contra o Foro de São Paulo; pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff; pelo exército de Caxias; pelas nossas Forças Armadas; por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é ‘sim’”. (BOLSONARO, 2016c)

político brasileiro, marcado por uma intensa polarização discursiva entre esquerda e direita, demarcada pelo “nós” e “eles” evidenciado no discurso de Bolsonaro no *impeachment*. São questões que ocorrem num cenário comunicacional em que há crescimento da circulação de discursos conservadores e odiosos, que se dedicam a defender práticas indefensáveis sob o ponto de vista dos direitos humanos, como a tortura e a apologia à restrição das liberdades individuais.

Diante da complexidade da midiaticização, da polarização política vivenciada no Brasil e da intensificação dos discursos de ódio e intolerância na ambiência digital, considera-se pertinente realizar discussões que permeiam essa tríade, em especial em análises que tomam por objeto as redes sociais digitais. Ao mesmo tempo, sabe-se das dificuldades em operacionalizar estudos de circulação – esta, por si só, já faz parte de uma semiose infinita (VERÓN, 2013) –, especialmente os que dizem respeito à ambiência digital, que é mutável e com uma extensão quase imensurável de dados. Torna-se um desafio para os pesquisadores a sistematização da pesquisa com enfoque na circulação, seja pela complexificação da própria sociedade ou pelo caráter não linear da comunicação, já que, como refere Verón, (2008, p. 149) “[...] a circulação comporta bifurcações e que, por consequência, a circulação da comunicação é um processo que está afastado do equilíbrio [...]”. Para o semiólogo, a acelerada disseminação de mensagens torna a sociedade mais complexa.

Dessa forma, olhar para a circulação do discurso do voto de Bolsonaro representa um movimento tentativo em termos analíticos, pois é preciso observar para além do que é dito no instante do discurso proferido pelo ex-deputado. Nessa direção, o caminho teórico-metodológico propõe articular uma leitura dos fluxos de circulação em um contexto midiaticizado a uma apreensão acontecimental em múltiplas dimensões, buscando realizar uma leitura do presente, do passado e uma projeção do futuro que considere a complexidade dos discursos de ódio e intolerância.

## Discursos de ódio e intolerância nas mídias sociais digitais

As noções de discurso de ódio e de intolerância são inspiradas especialmente em Foucault (2005) e, portanto, carregam consigo o caráter biopolítico. Nesse sentido, o discurso de ódio de caráter biopolítico está alinhado muito mais à intolerância com determinados aspectos de uma população que não está dentro dos padrões

considerados aceitáveis do que “[...] simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras.” (FOUCAULT, 2005, p. 308) O ódio de caráter biológico diz respeito à eliminação do outro – ou mesmo a discursivização disso – para que se tenha uma raça mais pura, logo, quanto mais pessoas morrerem, mais forte será essa raça que se considera superior. A partir do racismo, Foucault (2005, p. 308) ratifica o seu ponto de vista, já que para ele o racismo asseguraria a função da morte das vidas que não devem ser vividas para que outras vidas tornem-se mais fortes, isto é: “[...] segundo o princípio de que a morte dos outros e o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população [...]”.

Mesmo concordando que, em geral, a ambiência digital pode proporcionar um caráter emancipatório ou cidadão, existem muitos limites que cada vez mais são trazidos à tona. Não é incomum encontrar nas redes sociais digitais discursos que são intolerantes a características biológicas de pessoas que divergem politicamente, por exemplo. A atuação do ódio biopolítico torna-se notória na circulação de sentidos nas redes (por mais complexas que sejam para serem analisadas) ao reduzirem qualquer debate às questões de gênero, etnia, cor da pele e práticas sexuais, além das ocasiões em que ocorre a própria eliminação do debate por meio do silenciamento e do discurso de eliminação do outro. Dito isso, a partir de proposições foucaultianas, entende-se que há um poder biopolítico de controle sobre a vida – tanto em âmbito cultural como tecnológico – manifestado pelo discurso de ódio e de intolerância que funciona como um prolongamento da política. (DALMOLIN, 2019)<sup>3</sup>

Na cena brasileira dos últimos anos, há um crescente conservadorismo influenciado por setores de direita que viram nas redes sociais digitais um espaço de disputa de sentidos. As redes possuem mecanismos que permitem aos interagentes selecionar comentários, eliminando a possibilidade de diálogo em vários espaços, como a estruturação dos algoritmos, que impedem de ter uma visão ampla ao restringir os acessos a determinadas “bolhas” conforme preferências sinalizadas. Há ainda a disseminação de programas de computador para difundir conteúdos que possuem

---

3 Sobre isso, consultar também Schirmer e Dalmolin (2017, 2018), que trazem uma operacionalização do conceito de ódio biopolítico em análises envolvendo a circulação destes discursos nas redes sociais.

[...] informações distorcidas, distantes da realidade que levam os usuários a pensar e agir em um mundo idealizado, favorecendo os comportamentos emotivos, baseados em crenças e valores pré-estabelecidos, e não na razão que parte de considerações fáticas do mundo real. (CERVI, 2018, p. 197)

As atividades realizadas por robôs e perfis falsos são difundidas na comunicação política, como na eleição de Donald Trump e de Jair Bolsonaro. Em ambos os casos ocorreu viralização de *fake news*, grande parte disseminadas por grupos de WhatsApp em apoio aos candidatos.

O próprio processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, pode ser tomado como um exemplo da intervenção das redes sociais digitais no campo político, (CERVI, 2018) que pode ser considerado como o ápice de um contexto gradativo de avanço conservador e crise política iniciada ainda em 2013, no primeiro mandato da presidenta.<sup>4</sup> A partir disso, conforme Cervi (2018, p. 200), as redes sociais digitais desempenharam um papel importante porque “[...] condensaram os interesses de uma elite política contrariada, de uma elite econômica insatisfeita, dos meios de comunicação tradicionais enfrentando um novo concorrente e de uma classe média urbana temendo ser a maior prejudicada pela crise econômica.” De acordo com o autor, as redes poderiam servir de base para discussões democráticas, mas tiveram o seu uso inclinado para uma diminuição da democracia, com discursos baseados em sentimentos ao invés de críticas políticas, além de uma visível aversão ao pobre ou aporofobia, termo cunhado por Cortina (2017).

Com isso, ratifica-se não só que nas redes há certa visibilidade do ódio ao pobre como também há retrocessos na democracia estimulados pela disseminação de aspectos de caráter negativo. Sendo assim, entende-se que, com a falsa sensação de que tudo pode ser dito em nome da liberdade de expressão e que as redes sociais

---

4 Cancian e Malini (2017) sustentam que foi justamente a partir de 2013 que o conservadorismo teve destaque na política brasileira, sintetizado pelo crescimento constante da bancada evangélica no Congresso Nacional. Paralelo a isso, há a crise social e a forte recessão econômica daquele ano, que culminou com milhares de pessoas saindo às ruas em manifestações, inicialmente com um viés considerado popular e, posteriormente, relacionadas a uma elite econômica e classe média que temiam perder privilégios - que também saiu às ruas, embora em movimentos quantitativamente menores, demonstrando ódio ao PT e a tudo que consideram à esquerda. Ainda em 2014, após Dilma vencer Aécio Neves, parte de uma elite social não aceita a derrota nas urnas.

estimulam essa liberdade supostamente desregulada, é, então, na circulação de sentidos manifestados nessas plataformas que os discursos odiosos são colocados em vigência de forma mais intensa, como se observa no acontecimento a ser analisado.

## A circulação em fluxo adiante

Parte-se do pressuposto de que o acontecimento “o voto de Bolsonaro” ocorre num contexto de mediação da sociedade. Nessa processualidade da mediação, há a circulação de discursos e novas formas de interação entre os atores sociais.<sup>5</sup> Se no passado era possível falar em uma relação linear entre produtores e receptores, as relações difusas entre os atores sociais, as mídias tradicionais e as mídias sociais digitais complexificam a ambiência midiática e a própria sociedade. (VERÓN, 2008, 2013)

Fausto Neto (2016) sustenta que há transformações na sociedade, em que não há mais uma centralidade das mídias, pois distintas processualidades redesenham as relações outrora automáticas entre produtores e receptores, em que a circulação era apenas um ponto de passagem. Para o autor, as complexidades constitutivas da sociedade em mediação remetem à existência de ações comunicativas perpassadas por dinâmicas de acoplamentos e de interpenetrações. (FAUSTO NETO, 2016)

Gomes (2017) também considera que a sociedade está em vias de mediação e, para ele, o conceito é a chave hermenêutica para compreender e interpretar a sociedade, pois considera que o fenômeno organiza-se em torno do “[...] consumo relacionado com as produções de sentido social”. (GOMES, 2017, p. 94) O autor concebe que se vive numa ambiência na qual emerge um novo modo de ser no mundo, decorrente do crescente desenvolvimento tecnológico e da mutação de sociabilidades num processo contínuo de mudança.

Desse modo, compreende-se que a circulação funciona por meio de apropriações de sentidos e que o receptor não é um mero espectador, mas parte fundamental da construção dos acontecimentos, um participante dessas processualidades. Logo, há um constante embate ou negociação de sentidos, pois os atores sociais

---

5 Considera-se que todos participantes da ambiência midiática se constituem em atores sociais, participantes desses processos interacionais e não receptores, como previam as abordagens teóricas funcionalistas e transmissionais.

fazem com que a circulação funcione em um fluxo contínuo e sem linearidades ou predeterminações. (VERÓN, 2013) Percebe-se que na ambiência digital esses fluxos são potencializados, assim como os discursos de ódio e intolerância em um contexto político já polarizado.

Compreende-se que um macroacontecimento faz referência aos acontecimentos de longo prazo, que implicam em um constante fluxo de resgate e de atualização discursiva e que ultrapassa os limites de uma temporalidade específica e limitada. (DALMOLIN, 2014) Logo, pode-se afirmar que, pensado em relação à circulação, “o voto de Bolsonaro” é um acontecimento que ressalta outro, o macroacontecimento da ditadura civil-militar brasileira, pois atualiza velhos e novos sentidos sobre a memória daquele período histórico.

Por outro lado, o voto desdobra-se em outros acontecimentos, que podem ser caracterizados como microacontecimentos jornalísticos (CHARAUDEAU, 2006) ou como ciberacontecimento. (HENN, 2013) O primeiro diz respeito a acontecimentos jornalísticos esperados ou programados, que se inscrevem em uma ordem “normal” de operacionalização das práticas midiáticas, fazendo parte das rotinas de cobertura dos veículos comunicacionais ao reverberar esses acontecimentos pelo viés dos protocolos e da gramática das chamadas mídias tradicionais. Já o ciberacontecimento emerge de uma ambiência de convergência digital e que muitas vezes, por sua intensa repercussão, ganha atenção por parte das mídias tradicionais, reconfigurando-se em novos acontecimentos jornalísticos.

A circulação aciona essa teia de acontecimentos, interrelacionando mídias tradicionais em meio *on-line*, como portais de notícias e redes sociais digitais, conforme o caso observado. Esse fluxo contínuo da circulação funciona pela apropriação de resultados de episódios anteriores que, por sua vez, terão sentidos acionados para que então ocorra uma nova interação em novos episódios – e sempre adiante. De acordo com Braga (2017), o produto midiático não é exatamente o ponto de saída desse fluxo, pelo contrário, está mais para um ponto de chegada, que em decorrência de um conjunto de ações, interesses e processos formam uma espécie de objeto em circulação. Ainda, o autor pontua que esse objeto em movimento alimenta constantemente o fluxo comunicacional, isto é, torna-se um material que passa de um episódio interacional para outro, caracterizando elementos de saída e de entrada.

Desse modo, o que se entende por produto midiático pode consolidar-se e, no contexto da midiatização, multiplicar-se para outros espaços, dando continuidade

até mesmo infinita no processo de circulação e indo além, inclusive, do seu conteúdo – tornando-se indício de outros elementos dentro de um circuito em que está inserido. “O produto, por sua permanência e também porque se molda ao mesmo tempo em que busca moldar os ambientes em que se põe a circular, torna-se um especial objeto de observação para inferências sobre os processos mais gerais em que se inscreve.” (BRAGA, 2017, p. 53-54)

Compreende-se que “o voto de Bolsonaro” é um acontecimento que traz à tona, pela circulação, referências a fatos ocorridos no passado e que produzem sentidos que afetam a sociedade; esse acontecimento ocorre em um cenário político polarizado, em que os discursos de intolerância são potencializados e a circulação desses discursos é intensificada na ambiência digital. Dito isso, propõe-se, a partir do exemplo do voto, detalhar um caminho teórico-metodológico para a análise da circulação na ambiência digital de acontecimentos contemporâneos que envolvam discursos de intolerância. Para a operacionalização, parte-se do viés analítico da individualização do acontecimento proposto por França e Lopes (2016).

## A proposta teórico-metodológica da individualização do acontecimento

A individualização de um acontecimento faz parte de um processo que o torna singular, atribuindo-lhe sentido. O percurso da individualização pode ser constituído por intermédio de fases ou etapas, que França e Lopes (2016) consideram como categorias analíticas, sintetizadas e combinadas a partir de aspectos apontados por Louis Quéré. Essas categorias são: descrição, narrativização, pano de fundo pragmático, problema público e normalização.

A descrição evidencia, conforme França e Lopes (2016), as características do acontecimento identificando como foi categorizado, ou seja, aponta os enquadramentos. A narrativização, por sua vez, tem a ver com a estrutura temporal do acontecimento e as autoras destacam que contribui na identificação dos atores sociais envolvidos. Já a identificação do pano de fundo diz respeito à análise da recepção do acontecimento, enquanto a caracterização do problema público “[...] trata-se do reconhecimento oficial de que aquele acontecimento específico se inscreve numa categoria mais ampla que atinge / prejudica a sociedade como um todo [...]”.

(FRANÇA; LOPES, 2016, p. 14) Por fim, as autoras pontuam a normalização, momento em que o interesse pelo acontecimento é reduzido ou até mesmo esquecido.

De acordo com as proposições de França e Lopes (2016), a individualização do acontecimento refere-se à singularização do processo, isto é, o que o distingue de outros. Individualizar um acontecimento é separar, buscar uma diferença que o torna individual. Individualizar o “voto de Bolsonaro” é uma forma de interpretar seus significados, mas é também elucidativo das amarras sociais que ele expõe sobre o contexto e a atualidade, sendo que essas inferências se dão pela e na circulação por meio de rastros produzidos na ambiência digital. Na sequência, observa-se a operacionalização das categorias de individualização e da dinâmica de circulação do acontecimento “o voto de Bolsonaro”, a partir da análise de matérias em dez portais de notícias brasileiros e em postagens no Twitter e Facebook.

## DESCRIÇÃO

Ao acionar a categoria da descrição, identifica-se como ponto de saída o voto do deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, no dia 17 de abril de 2016, na sessão da Câmara dos Deputados que deu início ao processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Sobre o dia da votação, os portais de notícia *on-line* optaram por abordar o placar do *impeachment*, direcionando geralmente as informações jornalísticas para os votos dos deputados quantitativamente, além dos próximos passos do impedimento que se daria no Senado Federal. Essa descrição pode ser vista na titulação das matérias e no decorrer do texto, cuja atenção centrava-se no julgamento futuro de Dilma no Senado e no que muitos chamaram de “placar” da votação na Câmara.

Vale dizer que as coberturas realizadas sem o intuito de esclarecer o processo elevam o senso comum, verificado de forma concreta, inclusive, na fala dos parlamentares. Na votação, os deputados, em sua maioria e especialmente quando favoráveis ao *impeachment*, justificavam o voto a partir de questões distantes das que estavam em discussão, como o crime de responsabilidade fiscal. Não por menos, talvez pela postura inusitada dos parlamentares, até a mídia desdobrou-se em análises sobre isso. O *UOL* (18.04.2016) informou que, dos 367 deputados que votaram a favor, somente 16 fizeram menção ao crime atribuído a então presidenta. No entanto, as significações expressas nos votos, como o caso da homenagem ao coronel Ustra, geralmente não são consideradas.

Ainda, dentre os portais analisados, apenas o *G1* (17.04.2016) mencionou o vídeo que Dilma Rousseff divulgou antes da votação, e embora não tenha postado na matéria, disponibilizou um *hiperlink* para outra notícia. O *G1*, assim como a *Carta Capital* (17.04.2016), reproduziu a resposta de Michel Temer no Twitter. No entanto, somente o *UOL* (17.04.2016) faz referência ao áudio vazado de Temer no dia 11 de abril de 2016, em que o então vice-presidente já preparava seu pronunciamento pós-*impeachment*.<sup>6</sup>

Pode-se notar também que a matéria de *Exame* (17.04.2016), além de apresentar a sessão do plenário em vídeo, em diversos momentos traz fotos do Instagram, comentários do Twitter e conteúdos do Facebook. Uma das fotos da matéria é uma publicação de um usuário do Instagram e é onde aparece a única menção feita a Jair Bolsonaro dentre as matérias destacadas do dia 17 de abril de 2017. Na publicação está Eduardo Bolsonaro votando favoravelmente à deposição de Dilma com a seguinte legenda: “Filho de mito mitinho é! #EduardoBolsonaro #JairBolsonaro #ForaPT #ForaDilma #TchauQuerida”.

Em contraposição aos portais e *sites* de notícias que não deram centralidade às significações das falas dos deputados votantes, já durante a votação, nas mídias sociais digitais, a movimentação era de indignação contra os parlamentares da Câmara. Malini (2016) mostra que grande parte das postagens no Twitter estava relacionada ao despreparo dos deputados ao votarem um afastamento presidencial. A partir da *hashtag* #*impeachmentday*<sup>7</sup> – registrada nos *Trending Topics* do Twitter no dia 17 de abril de 2016 –, o coordenador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), revelou em seu estudo que o *post* mais replicado no Twitter, com cerca de sete mil compartilhamentos, mencionava o teor das falas dos parlamentares e foi replicado de outra rede social, o Facebook. Com o título “Vote no melhor argumento pró-*impeachment*”, a postagem citava o voto de Bolsonaro e recebeu mais de 20 mil reações, cerca de 15 mil compartilhamentos, além de 1,5 mil comentários.

6 O texto do *UOL* diz: “No áudio de 15 minutos, ele disse que, ‘aconteça o que acontecer’, é preciso se construir um governo de ‘salvação nacional’ e alertou que haverá ‘sacrifícios’ para retomar o crescimento. O vice-presidente afirma que o vazamento foi acidental [...]”. (CÂMERA..., 2016c)

7 Embora haja muitos comentários criticando a postura dos deputados, com essa *hashtag* também podemos encontrar comentários favoráveis ao *impeachment*.

Nas mídias sociais digitais, há um fluxo de circulação diferente do que vinha sendo delineado pelos portais e *sites* de notícias. Pode-se perceber que nos comentários da postagem no Facebook citada anteriormente já existe um fluxo adiante sobre “o voto de Bolsonaro”, com posicionamentos contrários a ele. O mesmo ocorre ao pesquisar pela *hashtag* #impeachmentday no Twitter, em que há também comentários contrários ao voto, como o que diz: “BOLSONARO NÃO TEM VERGONHA NA CARA DE DAR PARABÉNS PRA ESSA PESSOA. #impeachmentDay”.<sup>8</sup>

A cobertura nos portais e *sites* foi de silenciamento, já que sequer mencionaram o voto do parlamentar até a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressar com um pedido de cassação do mandato e de abertura de um processo penal contra o deputado por homenagear um torturador reconhecido. Após a nota divulgada pela OAB, há certo redirecionamento nos portais de notícias, que passaram a pautar o acontecimento, noticiando a publicação da nota e seus desdobramentos e gerando um novo microacontecimento jornalístico em torno desta ação.

### NARRATIVIZAÇÃO

No que tange ao modo como o acontecimento o “voto de Bolsonaro” foi narrado, destaca-se que o ponto de partida escolhido pelos portais de notícias foi justamente o pedido da OAB. Ainda com base na análise das matérias, percebe-se que os veículos privilegiaram três agentes na narração: a OAB, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o deputado Jair Messias Bolsonaro. Já nos títulos das notícias pode-se observar a relevância da OAB e de Bolsonaro na narrativa. Inclusive, o *G1* (19.04.2016) e o *UOL* (19.04.2016) mencionam comentários do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, em suas redes sociais, assim como de Jair Bolsonaro, após a OAB divulgar nota repudiando o voto dele por fazer apologia a um crime ao enaltecer um torturador. Ainda, a *Folha de S. Paulo* (20.04.2016) disponibilizou um *hiperlink* de uma notícia divulgada no dia anterior, em que citava o voto de Bolsonaro e como esse afetou Dilma Rousseff no momento na abertura do processo de *impeachment*.

Ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra também é dado evidência ao longo das notícias, contudo, a *Agência Brasil* (20.04.2016), a *Folha de S. Paulo* (20.04.2016), o *G1* (19.04.2016) e o *UOL* (19.04.2016) não mencionam que ele foi

---

8 Comentário transcrito conforme realizado pelo autor, portanto, em caixa alta.

um militar reconhecido judicialmente como torturador no período da ditadura. Esses veículos preferiram o uso de fontes noticiosas, como a OAB, para relacionar o comandante do DOI-Codi entre 1971 e 1974 com as torturas cometidas por ele nos locais em que chefiava. Essa busca de outros enunciadores também é usada no título da *Folha de S. Paulo* (20.04.2016) e d'*O Estado de S. Paulo* (20.04.2016). Ao apontarem que o voto é um desrespeito aos direitos humanos e constitui um crime, os dois veículos finalizam com “diz OAB”. Por sua vez, o *UOL* (19.04.2016) e a *BBC Brasil* (20.04.2016) utilizam aspas nos títulos: “apologia à tortura” e “estarecidos”, respectivamente, ao se referirem ao discurso do então deputado.

Dentre todas as matérias destacadas, o único veículo a trazer fontes que não são da OAB é a *BBC Brasil* (19.04.2016). Nela, podemos encontrar fontes como a Anistia Internacional no Brasil, ONGs, sujeitos da área jurídica, membros do grupo Tortura Nunca Mais e Dilma Rousseff, presa política e torturada na ditadura civil-militar.<sup>9</sup>

### IDENTIFICAÇÃO DO PANO DE FUNDO PRAGMÁTICO

Conforme França e Lopes (2016, p. 14-15), a “[...] identificação do pano de fundo pragmático corresponde ao plano da experiência, e nos leva à análise da recepção do acontecimento: como ele foi recebido, que ações e reações provocou.” Ao homenagear o coronel Carlos Brilhante Ustra durante o seu voto na abertura do *impeachment*, Jair Bolsonaro provocou diversas reações nas redes sociais digitais. O acontecimento suscitou postagens de revolta por ser considerado como contrário aos direitos humanos e apologia ao crime.

Nessa postagem do Twitter, o autor faz uma comparação com dois países latino-americanos que também vivenciaram ditaduras e os diferencia da postura política no Brasil em relação ao tema. Aqui, a Lei da Anistia é válida também para os torturadores e os deputados possuem imunidade parlamentar, para mencionar alguns pontos.

Cadeia para Bolsonaro! Homenagear o torturador Carlos Alberto Brilhantes Ustra? Se fosse na Argentina ou no Chile, queria ver. #impeachment. (DEMENECK, 2016)

9 O texto da *BBC Brasil* diz: “A falta de prestação de contas com a época da ditadura também é apontada por Victória, do Tortura Nunca Mais, como um elemento que criou um clima onde Bolsonaro pode elogiar um torturador [...]”. (BARBA; WENTZEL, 2016)

Essa movimentação de fluxos contínuos também pode ser observada em uma postagem no Facebook, em que o interagente, além de questionar a saudação ao Eduardo Cunha – investigado na época e depois condenado –, também comenta a relação do golpe de 2016, que o próprio Bolsonaro assume, com o golpe de 1964. Em ambas as postagens, os sujeitos pedem a prisão do parlamentar.

O momento de maior horror do dia de hoje foi a fala de Bolsonaro, homenageando um dos principais torturadores da ditadura e dizendo ‘perderam em 1964, perderam em 2016’; admite que se trata de dois golpes e se coloca do lado dos golpistas...ah e claro, deu os parabéns a Cunha....só essa fala já deveria dar cadeia, completamente anticonstitucional...comequepode??? [sic]. (MONTAÑO, 2016)

É preciso citar a ação efetiva tomada pela OAB com o pedido de cassação do mandato e de um processo penal contra Bolsonaro, fazendo parte da narrativa dos portais de notícia, além de gerar mais desconforto e embates nas redes sociais digitais. Não por menos, os próprios seguidores do parlamentar, já avaliando uma candidatura à presidência em 2018, consideraram que ele poderia perder votos devido à homenagem a Ustra e que, então, deveria evitar entrar em confrontos desnecessários.

A primeira postagem após o voto na sessão da Câmara, em seu perfil oficial no Facebook, é uma afirmação de Olavo de Carvalho (apud BOLSONARO, 2016a) dizendo que não há: “[...] prova razoável de que o coronel Brilhante Ustra tivesse mesmo torturado alguém.” Em vídeo com *link* em seu Twitter e divulgado no Facebook, ao responder a provocação se estava arrependido de homenagear Ustra, Bolsonaro (2016b) diz: “Jamais defenderia um torturador, quem quer que seja. A memória que trouxe por ocasião da votação no último domingo é de um homem que esteve ao lado da democracia e ao lado da nossa liberdade, lutando contra aqueles que queriam impor o comunismo em nosso país [...]”. Essa postura do deputado é observada com ironia, conforme outra postagem no Twitter:

Engraçado que o bolsonaro [sic] tavasuper feliz exaltando o ustra [sic] na votação do impeachment agora tá todo com medinho dizendo que não fez nada. (GAWBRIELA, 2016)

Identifica-se um fluxo de circulação que surge a partir do fato de Bolsonaro não assumir Ustra como torturador, mas que tampouco se redime por exaltar a

memória do “pavor de Dilma Rousseff”. Na sequência, no seu perfil do Facebook, há uma postagem relacionando o pedido de cassação do mandado de prisão feito pela OAB como uma conspiração do PT<sup>10</sup> e, posteriormente, uma lembrança direta da ditadura, conforme destacado no próximo item.

### CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA PÚBLICO

A caracterização do problema público está evidenciada no que Quéré (2005) chama de campo problemático. De acordo com França e Lopes (2016), o acontecimento nem sempre alcança o problema público, já que isso ocorre somente quando o acontecimento está dentro de uma categoria mais ampla, afetando as pessoas e a sociedade de modo geral. Isso ocorre com o acontecimento o “voto de Bolsonaro”, que revela um passado ainda não resolvido sobre a ditadura civil-militar brasileira.

Os portais e *sites* de notícias na internet silenciam sobre a caracterização do problema público na abordagem inicial do acontecimento, pois escolheram um enquadramento de forma a normalizar “o voto de Bolsonaro” como qualquer outro naquela sessão plenária, sem relacioná-lo a resquícios herdados da própria ditadura. De certa forma, os veículos de informação restringiram também o acontecimento do voto ao âmbito institucional da OAB, que criminalizou o ato, e, após isso, os portais integraram-no na narrativa dos veículos. Mas, no geral, não problematizaram a abertura de arquivos sobre a ditadura ou mesmo a justiça proporcional aos familiares dos mortos e desaparecidos, bem como a própria efervescência de defesas da ditadura encobertas pela liberdade de expressão, por exemplo.

Já nas redes sociais digitais, isso ficou evidente com a circulação dos comentários e o *post* de Bolsonaro no Facebook, no dia 20 de abril de 2016, em que faz uma analogia entre os militares de 1964 e os defensores do *impeachment* de 2016, ao afirmar: “Ontem os militares de 64 foram os golpistas. Hoje são os brasileiros que foram às ruas pelo *impeachment*.” Nos comentários, essa memória positiva da ditadura é referenciada várias vezes, como quando os seguidores do Bolsonaro afirmam que a tortura foi necessária para a liberdade dos dias atuais ou quando glorificam Ustra pela defesa da pátria contra os “comunistas”.

---

10 Ver em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/619728751509448/?type=3&theater>.

## NORMALIZAÇÃO

A quinta e última categoria da individualização do acontecimento é a da normalização. Após o pedido de cassação do mandato de Jair Bolsonaro não ser aceito pela Câmara dos Deputados e não ser condenado por apologia ao crime, ele surge como candidato à presidência do Brasil, fazendo, inclusive, pré-campanha não oficial, como pode ser observado nos títulos das matérias do jornal *O Globo* (18.08.2017) e da *Revista Fórum* (24.02.2017).

Acerca das acusações sobre a homenagem de Bolsonaro a Ustra, a *Folha de S. Paulo* (09.11.2016) confirma que este fora absolvido por ter expressado sua livre opinião, amparado na inviolabilidade parlamentar, citando o parecer do relator, o deputado Marcos Rogério (DEM-RO). Em relação ao ponto da normalização, sobre o lançamento de Jair Bolsonaro como pré-candidato a presidente e a campanha não oficial com dinheiro público, *O Globo* (18.08.2017) cita comunicado da assessoria do deputado, que afirma que os deslocamentos eram pagos com verba própria e que as atividades tinham “relação com o exercício do mandato”.

Então, em consonância com o que França e Lopes (2016) entendem pela categoria da normalização, pode-se dizer que, neste último momento da análise, o interesse ou a mobilização em torno do “voto de Bolsonaro” diminuiu. O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados não penalizou o parlamentar, que também não foi incriminado por apologia à tortura, assim, a normalidade retorna com Jair Bolsonaro sendo pré-candidato à presidente do país e iniciando uma pré-campanha em viagens, enquanto ainda exerce o cargo de deputado federal.

## A circulação da individualização do acontecimento “o voto de Bolsonaro”

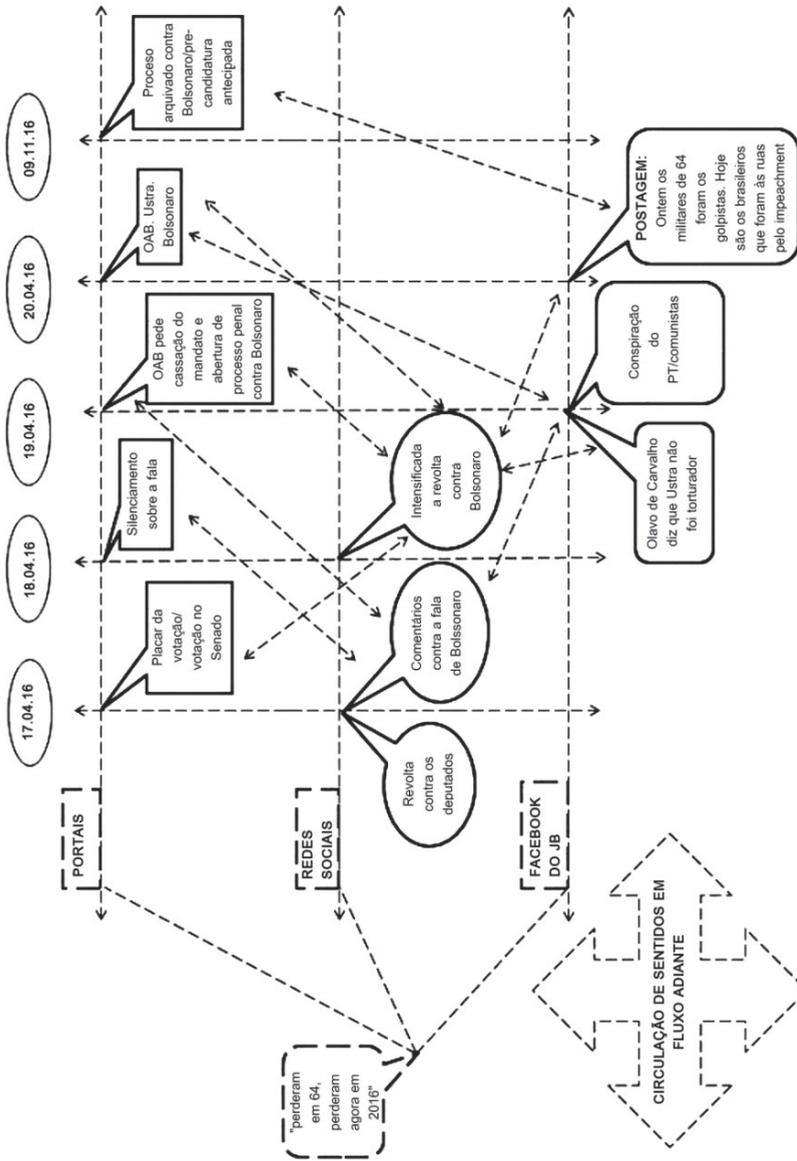
Há distintos modos de referir “o voto de Bolsonaro” na ambiência digital. O acontecimento gerou diferentes manifestações desde o dia do *impeachment*, em 17 de abril de 2016, quando postagens e comentários no Twitter e Facebook repudiavam (ou louvavam) a menção feita a Ustra e à ditadura. No que tange à descrição do acontecimento, há uma disputa de sentidos em circulação. Nos portais e *sites* de notícias houve uma tentativa de silenciamento ou de naturalização do

voto como apenas mais um comentário favorável ao processo de *impeachment* e relacionado à consequente deposição de Dilma Rousseff do cargo de presidenta. Já outros setores da sociedade caracterizavam o acontecimento como criminoso e contra os direitos humanos por meio de fluxos adiante na circulação. Esses setores são institucionais, visto a inserção da OAB, como também considerados parte da sociedade civil em geral, conforme os posicionamentos de indivíduos em suas páginas na internet.

No movimento de narrativização, os portais apresentaram Ustra como coronel do Exército durante a ditadura, sem problematizar o abuso de poder ou a própria menção feita por Bolsonaro sobre ele ter sido torturador de Dilma. Dos dez veículos analisados, apenas a *BBC Brasil* aprofundou e contextualizou o voto, inserindo-o no macroacontecimento que é a ditadura civil-militar e os resquícios da mesma que atravessam a atualidade. Aí encontram-se também, de forma mais explícita, os diferentes tempos convocados pelo acontecimento: há centralidade no passado relacionado à memória da ditadura e possibilidades de futuro a partir das consequências legais que poderiam ser impostas ao então deputado Jair Bolsonaro, mas não são. No caso do acontecimento o “voto de Bolsonaro”, o problema público é alcançado por ele mesmo, a partir da revelação que faz sobre o passado da história brasileira e que segue afetando a sociedade. Esse acontecimento está inserido no macroacontecimento da ditadura civil-militar e a memória da ditadura é atualizada na e pela circulação de sentidos.

A identificação do pano de fundo pragmático pode ser visualizada desde a irrupção do acontecimento no dia 17 de abril de 2016, perpassando os dias que se seguem na semana da votação do *impeachment* na Câmara. Nessa etapa da construção da linha do tempo, há uma circulação de sentidos em fluxos adiante de diversas reações contrárias a Bolsonaro e de revolta pela homenagem feita a um torturador. Tanto neste movimento como no anterior, há uma intensa articulação entre microacontecimentos jornalísticos (placar da votação, pedido de cassação pela OAB) e ciberacontecimentos (reações ao voto e ao próprio *impeachment*), em movimentos ascendentes e descendentes que podem ser observados na Figura 1.

Figura 1. A linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro”



Fonte: Frigo (2018).

Apresenta-se visualmente o que pode ser chamado de linha do tempo do acontecimento o “voto de Bolsonaro”. Enfatiza-se que, embora nem todo o processo das dinâmicas de produção e da circulação do acontecimento possa ser percebido nesse exercício, demanda-se certo esforço para que os fluxos comunicacionais fossem apreendidos.

Na etapa da normalização, encerra-se o acontecimento jornalístico, mas o tema do voto, que é a ditadura civil-militar brasileira, segue afetando a sociedade, ou seja, as temáticas relacionadas à ditadura seguiram em torno da campanha de Bolsonaro para presidência, assim como após a eleição de 2018. Logo, a etapa da normalização evidencia que o macroacontecimento, por sua vez relacionado ao problema público, não termina, e pode no futuro ganhar nova vida caso se concatene com outros microacontecimentos. Exemplo disso são os recentes episódios da presidência em embates envolvendo supostas revelações de que o pai do presidente da OAB, morto durante a ditadura, teria sido assassinado por integrantes da guerrilha, além de polêmicas de cunho internacional, como acusações contra a ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet.

## Considerações finais: desafios políticos, teóricos e metodológicos

Compreende-se que o voto de Jair Bolsonaro ocorreu no contexto da sociedade em mediatização, em que produtores e receptores estão no mesmo patamar na escala comunicacional, podendo participar ativamente da narração dos acontecimentos. Pode-se dizer também que o acontecimento “voto de Bolsonaro”, emergido no tempo presente, revelou um passado relacionado ao macroacontecimento que é a ditadura civil-militar brasileira, assim como o contexto de inserção do próprio acontecimento.

Observou-se, assim, que o acontecimento “voto de Bolsonaro” revela um passado ainda não resolvido sobre a ditadura, caracterizando um problema público diretamente relacionado ao discurso de ódio biopolítico que atualiza sentidos sobre esse período. Não por menos, o então parlamentar saiu ileso das acusações da OAB no contexto do *impeachment*, as quais para ele fariam parte da “conspiração comunista” da qual se diz vítima. Cabe dizer ainda que, dada a característica de

fluxo adiante da circulação, é possível afirmar que apenas o acontecimento jornalístico terminou, enquanto o macroacontecimento (ditadura) permanece e segue circulando. Ou seja, a partir do que destaca Braga (2017) acerca da problemática da circulação, um episódio comunicacional – no caso, o voto – não representa necessariamente o início ou o fim de um processo, já que aciona difusos e complexos circuitos de comunicação.

Além de propor um caminho teórico-metodológico específico para a análise da circulação de acontecimentos contemporâneos que envolvam intolerância na ambiência digital, reafirma-se a necessidade de construir desenhos próprios nas pesquisas de circulação – observadas as suas singularidades. Outro ponto a destacar diz respeito à importância não só da realização de pesquisas sobre circulação de sentidos (vistas as inferências comunicacionais possíveis de fenômenos recentes e que também versam sobre a sociedade), mas, também, da socialização de caminhos metodológicos (dadas as especificidades, dificuldades e limitações das pesquisas na ambiência digital).

Por fim, ressalta-se que a polarização política é evidenciada nos discursos de eliminação do outro (das vidas que não merecem serem vividas, em uma expressão foucaultiana), que são frequentemente disseminados e potencializados na ambiência digital. São fenômenos produzidos na e pela circulação, devendo ser analisados do ponto de vista comunicacional e não apenas pela sociologia, política ou filosofia.

## Referências

AZEVEDO, R. *et al.* Veja como foi o dia da votação do impeachment na Câmara. *Exame*, São Paulo, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/acompanhe-o-dia-decisivo-da-votacao-do-impeachment-na-camara/>. Acesso em: 21 set. 2019.

BARBA, M. D.; WENTZEL, M. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas “estarecidos” e leva OAB a pedir sua cassação. *BBC Brasil*, São Paulo, 20 abr. 2016. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb). Acesso em: 21 set. 2019.

BIANCHI, P. Dos 367 deputados que votaram pró-impeachment, 16 citaram crime atribuído a Dilma. *UOL*, Rio de Janeiro, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/18/so-16-de-367-deputados-citam-crime-atribuido-a-dilma-em-voto-pro-impeachment.htm>. Acesso em: 14 dez. 2019.

BITTENCOURT, J. Bolsonaro usa cota parlamentar para custear viagens de pré-campanha presidencial. *Revista Fórum*, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/bolsonaro-usa-cota-parlamentar-para-custear-viagens-de-pre-campanha-presidencial/>. Acesso em: 21 set. 2019.

BOLSONARO, J. M. [*Olavo de Carvalho*]. [Brasília, DF], 19 abr. 2016a. Facebook: @jairmessias.bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/619709124844744/?type=3&theater>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BOLSONARO, J. M. *Respostas que a TV não levou ao ar no dia de ontem* [...]. [Brasília, DF], 26 abr. 2016b. Vídeo do Youtube. Facebook: @jairmessias.bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/622707737878216/>?. Acesso em: 22 jun. 2018.

BOLSONARO, J. M. Sessão deliberativa. *Câmara dos Deputados do Brasil*. Brasília, DF, 17 abr. 2016c. Transcrição das autoras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU&t=14417s>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRAGA, J. L. Circuitos de Comunicação. In: BRAGA, J. L.; CALAZANS, R.; RABELO, L. *et al. Matrizes Interacionais: a comunicação constrói a Sociedade*. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

BRAGON, R. Conselho de ética livra Bolsonaro de processo por homenagem a Ustra. *Folha de S. Paulo*, Brasília, DF, 9 nov. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1830828-conselho-de-etica-livra-bolsonaro-de-processo-por-homenagem-a-ustra.shtml>. Acesso em: 21 set. 2019.

CÂMARA aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado. *G1*, Brasília, DF, 17 abr. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>. Acesso em: 21 set. 2019.

CÂMARA aprova prosseguimento do impeachment de Dilma. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 2016b. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-aprova-prosseguimento-do-impeachment-de-dilma,10000026666>. Acesso em: 21 set. 2019.

CÂMARA diz sim ao impeachment de Dilma; pedido vai agora ao Senado. *UOL*, Brasília, DF, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/camara-diz-sim-ao-impeachment-de-dilma-pedido-vai-agora-ao-senado.htm>. Acesso em: 21 set. 2019.

CANCIAN, A.; MALINI, F. L. O Movimento Brasil Livre: um estudo sobre o grupo e suas dinâmicas e narrativas no ciberespaço. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER. 10., 2017, São Paulo. *Anais* [...]. Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura (ABCiber): São Paulo, 2017.

CÂMARA aprova abertura de impeachment de Dilma. *Carta Capital*, Política, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-abertura-de-impeachment-de-dilma>. Acesso em: 21 set. 2019.

CERVI, E. Redes Sociais. In: GONÇALVES, M. (org.). *Enciclopédia do Golpe: o papel da mídia*. Bauru: Canal 6, 2018. v. 2

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CONSELHO de ética arquiva processo de Bolsonaro por homenagem a Ustra. *G1*, Brasília, 18 ago. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/conselho-de-etica-arquiva-processo-de-bolsonaro-por-homenagem-ustra.html>. Acesso em: 21 set. 2019.

CORTINA, A. *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2017.

DALMOLIN, A. O macroacontecimento aborto. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. 12., 2014, Santa Cruz do Sul. *Anais[...]* Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor): Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014.

DALMOLIN, A. A circulação dos discursos de ódio biopolítico e intolerância religiosa nas redes sociais. In: CUNHA, M., STORTO, L. *Comunicação, linguagens e religiões: tendências e perspectivas na pesquisa*. São Paulo: Intercom; Curitiba: Syntagma, 2019.

DEMENECK, Ben-Hur. [*Cadeia para Bolsonaro*]. São Paulo, 17 abr. 2011. Twitter: @Demeneck. Disponível em: <https://twitter.com/Demeneck/status/721855021361598465>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FALCÃO, M. Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB. *Folha de S. Paulo*, Brasília, DF, 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>. Acesso em: 21 set. 2019.

FAUSTO NETO, A. Da convergência/divergência à interpenetração. In: MIÉGE, B. et al. *Operações de mediação: das máscaras da convergência às críticas ao tecnodeterminismo*. Santa Maria: FACOS UFSM, 2016.

FERNANDES, L.; COPLE, J. OAB-RJ vai ao STF pedir a cassação do mandato de Jair Bolsonaro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 abr. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/oab-rj-vai-pedir-cassacao-do-mandato-de-jair-bolsonaro-no-stf-19124969>. Acesso em: 21 set. 2019.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

FRANÇA, V. R. V.; LOPES, S. C. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. 25., 2016, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: Compós, 2016.

FRIGO, D. *Circulação de sentidos e a memória da ditadura civil-militar no acontecimento o "voto de Jair Bolsonaro" no impeachment de Dilma Rousseff*. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/16890>. Acesso em: 20 set. 2019.

GAWBRIELA. [*Bolsonaro*]. [S. l.], 25 abr. 2016. Twitter: @gawbriela. Disponível em: <https://twitter.com/gawbriela/status/724725113288036353>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GOMES, P. G. *Dos meios à midiatização: um conceito em evolução*. São Leopoldo, RS: EdUnisinos, 2017.

HENN, R. Apontamentos sobre o ciberacontecimento: o caso Amanda Tood. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 2013, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Compós, 2013. Disponível em: [http://compos.org.br/data/biblioteca\\_2068.pdf](http://compos.org.br/data/biblioteca_2068.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.

ISAIA, D. OAB vai avaliar declarações de Jair Bolsonaro em votação do impeachment. *Agência Brasil*, Porto Alegre, 20 abr. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/oab-vai-avaliar-declaracoes-de-jair-bolsonaro-em-votacao-do-impeachment>. Acesso em: 21 set. 2019.

KRAKOVICS, F. Pré-candidato, Bolsonaro percorre o país bancado pela Câmara. *O Globo*, 18 ago. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pre-candidato-bolsonaro-percorre-pais-bancado-pela-camara-21719277>. Acesso em: 1 nov. 2018.

MACEDO, F.; AFFONSO, J.; COUTINHO, M. Claro desrespeito aos direitos humanos, diz OAB em repúdio à fala de Bolsonaro. *O Estado de S. Paulo*, 20 abr. 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/claro-desrespeito-aos-direitos-humanos-diz-oab-em-repudio-a-fala-de-bolsonaro/>. Acesso em: 21 set. 2019.

MAIA, G. OAB-RJ vai ao STF pedir cassação de Bolsonaro por "apologia à tortura". *UOL*, Rio de Janeiro, 19 abr. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/19/oab-rj-diz-que-vai-ao-stf-pedir-cassacao-de-bolsonaro-por-homenagear-ustra.htm>. Acesso em: 21 set. 2019.

MALINI, F. 17 de abril: quando a Câmara dos Deputados virou alvo do #impeachmentday. *Medium*, 22 abr. 2016. Disponível em: <https://medium.com/@fabiomalini/17-de-abril-quando-a-c%C3%A2mara-dos-deputados-virou-alvo-a2a6f0e2f48b>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MONTAÑO, Sonia. [*O voto de Jair de Bolsonaro*]. São Leopoldo, 18 abr. 2016. Facebook: <https://www.facebook.com/sonia.montano>. Disponível em: <https://www.facebook.com/sonia.montano/posts/10209310017489977>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SCHIRMER, L. C.; DALMOLIN, A. O discurso de ódio biopolítico nas redes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE. 4., 2017, Santa Maria, RS. *Anais* [...]. Santa Maria, RS: UFSM, 2017.

SCHIRMER, L. C.; DALMOLIN, A. Discurso de ódio biopolítico no caso Marielle Franco. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIOPOLÍTICA E DIREITOS HUMANOS, 1., 2018, Ijuí. *Anais* [...]. Ijuí: Unijuí, 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9294>. Acesso em: 14 dez. 2019.

VERÓN, E. *La Semiosis Social 2: Ideas, momentos, interpretantes*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2013.

VERÓN, E. Do contrato de leitura às mutações na comunicação. In: MELO, A. L. M.; GOBBI, M. C.; HEBERLÊ, A. L. O. (org.). *A diáspora comunicacional que se fez Escola Latino-Americana: as idéias de Eliseo Verón*. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Methodista: Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 147-152.

# A OCULTAÇÃO DO ÓDIO: mídia, misoginia e medicalização

JOÃO FREIRE FILHO  
JÚLIA DOS ANJOS  
AMANDA REZENDE LOPES

## Introdução

O ódio costuma ser percebido como uma pulsão (de morte) que governa a conduta dos indivíduos, de maneira avassaladora, descomedida e potencialmente explosiva, constituindo uma ameaça para o funcionamento regular da sociedade. Esta “paixão funesta” (CHAUVAUD, 2014), “bestial”, “a mais malévola de todas” (SALTEL, 2007, p. 12), “desenfreada”, um “pouco vergonhosa”, que preferimos dissimular ou encobrir (CHAUVAUD; GAUSSOT, 2008, p. 12), seria a principal causa de radicalismos religiosos e políticos, atrocidades e extermínios em massa.

Interpretar o ódio como um fenômeno extremo, que só emerge em momentos de tensão cultural e política, ofusca seu papel nas disputas e nas interações que ocorrem, cotidianamente, na sociedade, sedimentando a convicção, bastante confortável, de que a aversão intensa é um hábito patológico do Outro. Whillock e Slayden (1995) classificaram de *crisis model of hate*<sup>1</sup> este quadro interpretativo

---

1 Traduzindo: Modelo do ódio como crise.

no qual a harmonia da sociedade figura como um estado natural, perturbado por ocorrências esporádicas, comumente vinculadas a distúrbios e percepções ilusórias de determinados indivíduos, cuja solução é clínica, quase sempre.

Este “modelo do ódio como crise” nos leva a concluir que as manifestações odiosas (discursos de ódio ou atos de violência) são fenômenos extrassociais: “casos isolados de comportamento antissocial, irracional, ilegítimo, desestabilizador, extremo”. (WHILLOCK; SLAYDEN, 1995, p. ix) É um equívoco teórico e político, contudo, tratar o ódio como algo exótico e alheio, radicado apenas na mente de indivíduos estranhos ou transtornados; por mais desagradável que seja, devemos reconhecê-lo como parte integrante de discursos, saberes, símbolos, crenças, interações e decisões institucionais que regem a vida nas complexas sociedades modernas.

Perceber como o ódio está presente na cultura e na sociedade, de maneira latente ou explícita, exercendo papel ativo nas relações de poder, torna-se particularmente relevante quando discutimos as opressões de gênero. O ódio a mulheres é um componente significativo da ordem social, na medida em que opera como ferramenta para a imposição de normas sobre corpos femininos, fortalecendo, assim, desigualdades e violências. (GING; SIAPERA, 2019; MANNE, 2018) O entendimento da misoginia como uma dimensão constitutiva do social não é, porém, uma perspectiva muito difundida. A noção de um impulso irracional sentido apenas por indivíduos doentios, aplicada na conceituação do ódio de modo geral, também constitui um empecilho para a compreensão da natureza cultural e social do ódio às mulheres.

Onipresentes, os artefatos midiáticos sobressaem, na atualidade, como um espaço fecundo de produção e de circulação de sentidos sobre o ódio e a misoginia, articulando visões do senso comum, conceitos jurídicos, discursos políticos e conhecimentos científicos. Neste artigo, analisamos a cobertura jornalística da morte de duas mulheres, Genir Pereira de Sousa, de 47 anos, e Letícia Sousa Curado, de 26 anos, assassinadas pelo cozinheiro Marinésio dos Santos Olinto, de 41 anos, no Distrito Federal, em 2019. Marinésio abordou as vítimas na rua, oferecendo carona ou fingindo ser motorista de transporte alternativo, para matá-las, em seguida, por estrangulamento. O *corpus* da investigação é composto por 58 reportagens veiculadas em dois jornais locais – *Correio Braziliense* e *Metrópoles* – e em três grandes portais de notícias – *UOL*, *R7* e *G1*. Nosso objetivo principal é examinar os enquadramentos e os saberes especializados que a mídia prioriza para tipificar e condenar as ações de Marinésio. Identificamos, também, as soluções apontadas

para resolver ou amenizar o problema dos crimes contra as mulheres e discutimos possíveis implicações sociais e políticas destas propostas. O quadro de referência teórico da pesquisa é composto, fundamentalmente, por investigações sobre o ódio de caráter filosófico, histórico e sociológico e por análises da misoginia efetuadas no campo dos estudos de gênero.

## “Assassino em série com traços de psicopatia”: a medicalização do crime

Após a detenção de Marinésio, a reportagem “Maníaco que matou Letícia e Genir diz ter assediado ao menos 10 mulheres”, de Mirelle Pinheiro, para o jornal *Metrópoles*, em 2019, destacou que o homicida não demonstrava remorso pelas mortes de Genir e Letícia, lamentando somente a prisão e a repercussão dos acontecimentos. A notícia trouxe, ainda, a informação de que ele costumava circular de carro à procura de mulheres que estivessem sozinhas, com o intuito de assediá-las. Esta postura foi interpretada como típica de um indivíduo dotado de frieza doentia. Nem mesmo quando o criminoso confessou ter molestado pelo menos 10 mulheres, o gênero foi mencionado como fator essencial para a análise da motivação dos crimes.

Narrar os crimes de Marinésio como a história de um louco que assassinou inocentes, de maneira aleatória, aparece como ângulo de abordagem mais promissor para a imprensa, norteadas por critérios de noticiabilidade como o impacto, a intensidade, a excepcionalidade e a imprevisibilidade dos fatos. (SODRÉ, 2012) Além disso, tal enquadramento está afinado com o processo de **medicalização** que pauta a existência no mundo contemporâneo, caracterizada por um alargamento da jurisdição da área da saúde para novos domínios, em particular aqueles que dizem respeito à ordem moral. (AGUIAR, 2004; FREIRE FILHO; BAKKER, 2019)

Nas reportagens que compõem o nosso estudo de caso, prevaleceu a explicação dos delitos calcada no entendimento do sujeito criminoso como um **assassino em série**, com um perfil de **psicopata**. Tal abordagem foi validada por 38 dos 58 textos que examinamos. A matéria “Marinésio tem perfil de assassino em série com traços de psicopatia”, de Alan Rios e Alexandre de Paula, publicada pelo *Correio Braziliense* em 2019, exemplifica bem esse enfoque. O jornal afirmou, de início, que a polícia

“ainda” evitava identificar Marinésio como um criminoso em série, porque estaria aguardando avaliações psicológicas e psiquiátricas “mais profundas”. Os autores da notícia deixaram transparecer seu descontentamento pela demora na confirmação de algo que lhes parecia evidente. Recorreram, então, à palavra de uma autoridade que ratificasse o sentido desejado: Ilana Casoy, enaltecida, na matéria, como uma das principais especialistas do país em *serial killers*. A criminóloga disse acreditar que Marinésio poderia ser incluído na categoria dos **assassinos em série** – rótulo atribuído ao indivíduo que cometeu “dois ou mais assassinatos, envolvendo ritual com as mesmas necessidades psicológicas” e com uma “assinatura particular”.

Outra justificativa de Casoy para classificar Marinésio como *serial killer* – “mesmo sem se aprofundar especificamente nos detalhes do caso” – foi que estes delinquentes não iniciam sua carreira de infrator como homicidas. Tendem a começar praticando estupros, nos quais a fonte de satisfação é a própria violência, em vez do sexo. Sob uma perspectiva de gênero, seria possível ponderar que o prazer da violação e do domínio do corpo feminino são condições onipresentes nas agressões sexuais — marcadas pela força e pelo ódio. (TELES; MELO, 2017) A criminóloga, todavia, apontou este fato como um indício da atuação dos assassinos em série, acrescentando que eles agem munidos pela raiva e interessados na humilhação da vítima.

Profissionais de outras áreas também se pronunciaram na reportagem. A delegada Jane Klébia declarou que Marinésio não agiu com coerência nem possuía motivação para os crimes cometidos, sugerindo que os assassinatos decorressem de um transtorno mental. As relações de poder envolvidas no abuso sexual não foram consideradas por ela. Assim como Ilana Casoy, a delegada não discerniu, na atuação do assassino, um problema de violência de gênero, mas sim um caso clínico. A ausência de motivações consistiria numa particularidade do *serial killer*, caracterizado por escolher suas vítimas ao acaso e por matá-las apenas por prazer. Estaríamos, pois, diante de um indivíduo que, devido a uma desordem mental, age sem outra intenção que não seja a maldade pela maldade. Esse ponto de vista ofusca outra possibilidade de enxergar o fenômeno: sob a perspectiva de um crime de ódio contra as mulheres, os assassinatos não são encarados como ocorrências que se destacam inteiramente da realidade cotidiana – figuram como práticas que reafirmam, por meio da violência, as relações de poder vigentes na sociedade patriarcal.

O psiquiatra Raphael Boechat, da Universidade de Brasília, foi mais um a expor seu parecer. Para chegar a uma conclusão sobre o assunto, ele admitiu que seria

necessária uma análise específica do caso. Apesar disso, também não se furtou a formular o diagnóstico de **transtorno de personalidade antissocial**, com o apoio dos elementos fornecidos pela mídia. “É um quadro muito difícil, mas é o quadro geral desses crimes mais bizarros e que não envolvem a perda do juízo. A pessoa sabe o que está fazendo exatamente”, argumentou. O transtorno de personalidade antissocial mencionado pelo psiquiatra é conhecido, popularmente, como “psicopatia”. De acordo com o DSM-5, os indivíduos com essa desordem mental demonstram ausência de arrependimento pelos atos praticados e “não têm êxito em ajustar-se às normas sociais referentes a comportamento legal”. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 660)

As figuras do “doente” ou do “anormal” surgem, então, como chaves explicativas para dar sentido a desvios comportamentais. O fenômeno da **patologização** dos crimes, delineado a partir do processo de internação em manicômios (FOUCAULT, 2014), é frequente em situações de inconformismo social, quando uma coletividade não encontra justificativas para um evento e não compreende a violência gerada pelo comportamento desviante. Isso acontece, em parte, devido à incapacidade de perceber o ódio como uma emoção que integra e, por vezes, configura a existência humana e a vida em sociedade.

Ao **patologizar** a conduta de Marinésio, o relato jornalístico se concentrou mais na análise da personalidade do criminoso do que na discussão do contexto cultural e social do crime. O nexos causal entre homicídios e distúrbio mental – prontamente estabelecido, sem maiores esforços analíticos – rechaça qualquer ligação entre a violência contra a mulher e a lógica de funcionamento da sociedade patriarcal. Outra consequência da **patologização** é a possível vinculação do **crime de ódio** apenas a delitos que geram horror e enorme revolta na população, banalizando e apagando violações diárias, comuns e “menores” que são vivenciadas pelas mulheres. O perigo e o ódio são desconectados das instituições e da estrutura social; toda a atenção se concentra na figura do criminoso transtornado.

Os crimes qualificados de “assassinatos em série” ocorrem, entretanto, em um contexto patriarcal, desvelando o caráter extremo da cultura de misoginia na qual estamos imersos. (WATTIS, 2017, p. 2) Esta cultura misógina se manifesta, por exemplo, em discursos sobre a necessidade de a mulher “se valorizar”, em críticas a expressões de sua sexualidade, na tolerância perante atos de violência considerados “menores” e no processo de culpabilização de mulheres que sofrem agressões. A figura do criminoso lunático que agride uma sequência de mulheres pode ser

avaliada, historicamente, como uma construção típica da modernidade. (WATTIS, 2017, p. 7) Este indivíduo doentio representaria uma degeneração do homem moderno ideal, que possui sexualidade exaltada, mas que controla seus impulsos com racionalidade. Como a noção moderna – e misógina – da mulher como objeto sexual que instiga o desejo masculino também influi na formação do imaginário sobre assassinos em série, pode-se argumentar que estes infratores refletem os valores sociais, ainda que de maneira distorcida ou hiperbólica.

Uma entrevista da esposa de Marinésio publicada pelo *Correio Braziliense*, na matéria de Isa Stacciarini (2019), “Filha de Marinésio está sem ir para escola desde divulgação de assassinatos”, demonstra como o assassino compartilhava princípios misóginos que podem ser relacionados aos crimes cometidos, mas que a mulher menciona como atributos positivos, sem conexão com os atos violentos – uma visão reproduzida pela mídia, de maneira acrítica. O diferencial desta abordagem foi apresentar a perspectiva de alguém próximo do assassino e que tentava humanizá-lo, conferindo-lhe predicados morais. A esposa (cujo nome não foi divulgado) garantiu que Marinésio era uma pessoa “normal”, que gostava de criança, trabalhava, não fumava nem bebia e tampouco usava drogas. Além disso, contou que abandonara o seu emprego para cuidar do lar, a pedido dele. Este comportamento, valorizado moralmente por ela, não foi correlacionado pela matéria às dinâmicas de opressão de gênero. Vale notar que os elogios à conduta habitual de Marinésio serviram como fundamento para que a esposa sustentasse que os assassinatos de Letícia e Genir foram consequência de “algum surto”. Ela acrescentou, ainda, que as novas acusações de estupro e assédio contra o cônjuge deveriam ser investigadas com cautela, mostrando desconfiança em relação às denúncias e corroborando a ideia de que os homicídios praticados por Marinésio foram ocorrências isoladas.

Em outra reportagem sobre o caso, “Mulher de feminicida do DF: ‘Era um marido ótimo, carinhoso e trabalhador’”, de Jéssica Nascimento (2019), publicada no portal *UOL*, a noção de fenômeno patológico extremo também foi enfatizada. Dessa vez, contudo, mediante um contraste entre o relato da esposa de Marinésio e as opiniões de dois peritos: a delegada Jane Klébia e o psiquiatra Fábio Coelho. A companheira do assassino reiterou suas qualidades positivas – “um marido ótimo, carinhoso e trabalhador” – a fim de realçar a ideia do caráter totalmente atípico e transtornado de suas ações criminosas. Jane Klébia reafirmou, por sua vez, que Marinésio é um “maníaco” que mata por matar, sem saber explicar o motivo, agindo totalmente por impulso. Novamente, a delegada não levou em conta a hipótese

da misoginia como motivação para os crimes – quer dizer, o fato de as vítimas de assassinatos brutais serem mulheres e terem sofrido abuso sexual não foi examinado como um dos possíveis fatores explanatórios para a execução dos homicídios.

O ponto de vista da representante da lei, baseado em noções como impulsividade e irracionalidade, divergiu das ideias apresentadas pelo psiquiatra Fábio Coelho. Segundo ele, foi possível constatar que o assassino de Brasília demonstrou frieza ao falar sobre os crimes, sem manifestar arrependimento ou ansiedade, uma conduta característica dos psicopatas. A frieza de Marinésio foi salientada, também, em diversas notícias, como uma evidência de condição patológica. A estranheza diante de um ser humano que cometeu crimes cruéis sem esboçar “nenhuma emoção” foi amplamente explorada. Conforme anunciou o jornal *Metrópoles*, teriam vindo à tona “[...] revelações chocantes que comprovam [...] o comportamento frio e calculista do *serial killer*”. (SPIES; CARONE, 2019) O texto destaca o fato de o “maníaco” ter participado de um churrasco, após matar Genir, como se nada tivesse ocorrido.

Há duas ideias centrais nas reportagens. Em determinados momentos, favoreceu-se a hipótese de descontrole emocional, em que o ímpeto agressivo aparece como absolutamente inusitado. Em outros trechos, a frieza e a ausência de emoções é que foram destacadas como características insólitas. Estas formulações se complementam para criar o panorama do transtorno de personalidade antissocial, marcado tanto por desejos incontroláveis quanto por falta de profundidade ou de envolvimento emocional. (MORALES, 2005) Em ambos os casos, ocorre, assim, uma interpretação **patologizante** do crime, na qual o cerne do problema estaria situado no âmbito individual, na mente do sujeito. Ao descrever detalhes da vida de Marinésio, o homem desviante foi posto em evidência, na busca por entender as razões de tamanha violência, desprovida de motivações específicas, segundo a mídia. A questão social e política da misoginia e da violência de gênero é minimizada ou completamente eclipsada.

A negação da animosidade existente nas relações sociais é uma característica proeminente da cultura brasileira. Como se sabe, “cordialidade”, “bondade”, “simpatia” e “alegria” aparecem, desde os anos 1930, como elementos definidores da identidade ou do caráter nacional, mascarando a intolerância, os preconceitos e a brutalidade presentes em nossa história, nossas relações sociais e nossa vida política. (FREIRE FILHO, 2015) O machismo e o ódio às mulheres também são negados ou encobertos pela sociedade, ainda que fenômenos concretos como a violência de gênero façam parte do cotidiano de qualquer cidade. (TELES; MELO, 2017)

Lewis, Rowe e Wiper (2018) argumentam que relacionar os crimes contra as mulheres ao ódio é uma forma de tornar mais visível a prevalência da **misoginia** (etimologicamente, “ódio às mulheres”). Este tipo de delito evidencia as divisões sociais e uma ampla intenção excludente, para além dos danos causados à vítima principal, o que torna imprescindível sua abordagem crítica. As reportagens examinadas neste tópico colaboraram, entretanto, para reforçar o imaginário de uma sociedade naturalmente harmoniosa, na medida em que atribuem um caráter extraordinário e patológico ao crime. O papel do ódio nos delitos cometidos não foi sequer mencionado nas notícias. Uma análise profícua desta emoção permite enxergá-la como parte inerente das instituições e das relações sociais, com propósitos diversos. No caso do ódio direcionado às mulheres, percebe-se um mecanismo de controle dos corpos femininos, mantendo-os em seus “devidos lugares”, de acordo com a ideologia patriarcal. (GING; SIAPERA, 2019) Como veremos no próximo tópico, outras matérias procuraram situar os atos de Marinésio neste contexto de violência contra mulheres, sem explorar adequadamente, contudo, este eixo analítico.

## “Não me escutaram”: os crimes de Marinésio como uma questão de gênero

“Os assassinatos de Marinésio são crimes de ódio às mulheres?”, conjecturou o título de uma reportagem do *Metrópoles*, de autoria de Érica Montenegro e Manoela Alcântara. O texto foi publicado na seção do *site* dedicada, exclusivamente, ao tema da violência contra a mulher. Seu objetivo é “alertar a população e as autoridades sobre as graves consequências da cultura do machismo que persiste no país”. (FUZEIRA, 2019) Coerente com esta linha editorial, a matéria propôs o termo “feminicídio” para tipificar os crimes cometidos por Marinésio. Todavia, a própria reportagem ressaltou que os assassinatos de Letícia e de Genir apresentavam uma particularidade: não estavam inseridos em uma conjuntura de violência doméstica, ao contrário dos 46 crimes registrados como feminicídios desde a criação da normativa, em 2015. Sendo assim, os dois homicídios só poderiam ser incluídos na categoria jurídica de feminicídio se as autoridades policiais decidissem enquadrá-los no segundo inciso da Lei nº 13.104/15, que prevê a relação do crime com “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

A matéria salientou a conveniência de que o crime fosse, de fato, registrado como feminicídio: “é uma marcação política sobre a necessidade de iniciativas públicas que promovam a igualdade entre os sexos”. Para comprovar a justeza de tal classificação, as autoras da reportagem do *Metrópoles* se valeram do parecer de pesquisadoras que realçaram a importância da questão de gênero nos referidos crimes (o único exemplo de toda a amostra analisada em que especialistas deste campo foram convidadas a pronunciar-se). Na matéria, a pesquisadora e militante feminista Ana Liési Thurler opinou: “É muito importante para nós que a violência de gênero seja admitida”. Thurler destacou, ainda, que a violência acontece tanto no espaço privado, entre pessoas que se conhecem, como no espaço público. Na mesma reportagem, a professora Valeska Zanello, do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília, também enfatizou a relevância do gênero como categoria de análise para o caso. Se as vítimas eram sempre mulheres, argumentou Zanello, existiu uma desvalorização do sexo feminino por parte do agressor. Para a militante feminista Analine Specht, os assassinatos foram claramente **crimes de ódio**, porque consistiram em uma tentativa de subjugação das mulheres.

Vale notar que a redação da Lei do Feminicídio no Brasil não inclui o termo “ódio”. Analine Specht aludiu, portanto, a uma categorização utilizada em outros países, notadamente nos Estados Unidos. O início da discussão sobre **crimes de ódio** pode ser atribuído aos movimentos sociais dos anos 1960, que lutaram pelos direitos de minorias, chamando a atenção para a violência sofrida por estes grupos. A primeira lei relacionada à questão foi o Hate Crimes Statistics Act, introduzido, em 1990, nos Estados Unidos, que solicitava aos agentes de justiça do país a coleta de dados sobre crimes de ódio. O diferencial destas infrações seria o fato de terem sido praticadas por causa da raça, religião, orientação sexual ou etnia da vítima. A implementação deste banco de dados foi o prelúdio para a introdução de uma norma punitiva, em 1994. O Hate Crimes Sentencing Enhancement Act instaurou um aumento das penas nos delitos em que a vítima é escolhida por pertencer a determinado grupo identitário.

O **ódio** pode desempenhar, de fato, mais do que um papel figurativo no debate sobre agressões contra minorias. Para isso, é necessário conceituá-lo como uma “emoção duradoura” (CHAUVAUD, 2014, p. 15) e entender as emoções como forma de dramatizar, fortalecer, desafiar ou alterar hierarquias sociais e relações de poder. (AHMED, 2014; COELHO; REZENDE, 2010; MILLER, 1997) O ódio deve ser visto, neste caso, como uma aversão que produz efeitos sobre o outro,

aniquilando-o física ou simbolicamente (por meio de insulto, calúnia, humilhação, banimento etc.), com o intuito de restaurar ou construir o mundo idealizado pelo sujeito que odeia. (KOLNAI, 1998, 2007) Assim, mais do que escolher a vítima devido a seu pertencimento a uma minoria, o sujeito que odeia detecta a assimetria de poder existente entre ele e a vítima e deseja reforçá-la. Os crimes de ódio constituem, portanto, parte das relações de poder que diariamente marginalizam e oprimem determinados grupos. (CHAKRABORTI; GARLAND, 2009)

Com base nesta premissa, Perry (2001) define **crimes de ódio** como atos de violência e intimidação, geralmente direcionados a grupos já estigmatizados e excluídos. Este tipo de delito seria, pois, capaz de fortalecer hierarquias por meio da intimidação exercida contra aqueles que, de alguma maneira, tenham saído ou ameacem retirar-se dos seus “devidos lugares” na estrutura social.

Conforme assinalam Iganski e Sweiry (2003), nem todos os perpetradores de crimes de ódio se comportam com agressividade de maneira constante. A maioria das pessoas que comete esta espécie de infração tende a ser vista, em realidade, como cidadão comum. De modo geral, estes indivíduos compartilham preconceitos e ideias pejorativas afirmadas por muitos outros membros da sociedade e, em determinado momento de suas vidas, agem no sentido de asseverar estas crenças e de rebaixar o outro. É justamente devido à função depreciativa dos crimes de ódio que, segundo Perry (2001), a violência contra a mulher representa um caso clássico deste tipo de delito. Ao vitimizar uma pessoa, aterroriza-se, por tabela, toda uma coletividade: a ameaça de violência acompanha as mulheres continuamente e é uma força que as induz a controlar a própria conduta.

Essa concepção de crime de ódio leva necessariamente à discussão sobre **misoginia**. Manne (2018) argumenta, com propriedade, que se trata de um fenômeno político, parte integrante de sistemas ou ambientes sociais que necessitam da imposição e do controle de normas e expectativas. Assim, o ponto de convergência entre as variadas formas de hostilidade sofridas pelas mulheres é a participação em uma estrutura caracterizada por conceber e punir como inimigas ou ameaças aquelas que não se adequam aos padrões firmados pelos homens.

A violência dos agressores, porém, não costuma ser vista como parte de relações de poder que visam a assegurar a continuidade das posições vigentes, mas sim como um ato desviante. Isso ocorre porque é difícil comprovar a aversão de determinado sujeito a **todas** as mulheres. Na verdade, é muito comum que, além de não demonstrar hostilidade, criminosos misóginos sejam capazes de ter relações amis-

tosas com algumas mulheres em seu entorno. Não por acaso, diversas reportagens sobre o caso Marinésio destacaram as virtudes mencionadas por sua esposa – “um marido ótimo, carinhoso e trabalhador”. (NASCIMENTO, 2019)

O bom relacionamento de um misógino com algumas mulheres próximas pode ocorrer, em muitos casos, porque elas lhe são úteis ou até mesmo indispensáveis. De fato, um dos apanágios da misoginia é a separação entre mulheres “boas” e “más”. (RICHARDSON-SELF, 2018) Nutrir sonhos acerca da pureza feminina e agir de modo gentil com companheiras e parentes consideradas agradáveis é um hábito que, na prática, é utilizado pelo homem misógino para justificar as agressões contra as mulheres que não atingem os mesmos elevados padrões de conduta.

A misoginia deve ser definida, em síntese, como um método ou um conjunto de métodos usados para manter as mulheres em seus “devidos lugares”. (GING; SIAPERA, 2019) O senso comum, entretanto, tende a compreendê-la como um atributo de agentes individuais, um sentimento presente no interior do sujeito, sem relação com a cultura e o entorno social. Manne (2018) chama esta visão de “concepção ingênua” da misoginia – porém, este ponto de vista “ingênuo” traz sérias consequências políticas, na medida em que limita a classificação de crimes de ódio contra mulheres apenas a homens claramente hostis a mulheres de modo geral. Entendido como uma substância inefável ou fator puramente psicológico, o ódio se converte em algo extremamente complexo ou até impossível de identificar e de ser imputado a uma conduta. Sendo assim, a ideia de um crime motivado por misoginia não poderá ser aplicada enquanto não se compreenda o ódio e o ódio às mulheres como ferramentas de poder e de controle.

Possivelmente, foi esta a razão de as autoras da reportagem “Os assassinatos de Marinésio são crimes de ódio às mulheres?” terem optado por manter o tom de questionamento, em vez de afirmar que os delitos de Marinésio constituem crimes de ódio. Apesar de defender a categorização dos assassinatos como feminicídios, a notícia ressaltou que os delegados encarregados dos casos cogitavam enquadrá-los como homicídio e latrocínio (roubo seguido de morte) e não apresentou um posicionamento crítico sobre as consequências políticas destas escolhas.

Desse modo, após desenvolver uma argumentação que parecia confirmar os assassinatos cometidos por Marinésio como crimes de ódio, a reportagem terminou por colocar em dúvida até mesmo a sua classificação como feminicídios. Aparentemente, a opinião das especialistas em gênero é interessante, mas não se

encontra no mesmo patamar do conhecimento jurídico, que detém a última palavra sobre a vida e a morte das mulheres, e não pode ser questionado.

O único momento em que houve contestação do aparato jurídico-policial foi por meio da declaração de uma mulher que sobreviveu a um ataque de Marinésio. A vítima não identificada, de 42 anos, contou que registrara a ocorrência e fizera exame de corpo de delito, inutilmente, já que a investigação para encontrar seu agressor não prosseguiu: “não me escutaram [...] precisaram morrer duas mulheres para que fossem atrás dele”. (PERES, 2019)

Tal questionamento pode ser relacionado ao que Lagarde (2004) avalia como um elemento central do feminicídio: a omissão do Estado nas tarefas de investigação e de punição de agressores. Segundo a autora, “para que aconteça o feminicídio concorrem, de maneira criminosa, o silêncio, a omissão, a negligência e a conveniência de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses crimes”. (LAGARDE, 2004, p. 5, tradução nossa)<sup>2</sup> Esta perspectiva não foi desenvolvida, contudo, na reportagem em questão, que se limitou a citar a fala da vítima e descrever a violência sofrida por ela – revelando, ainda, que Marinésio “teria dado uma escolha à vítima” ao agarrar seu pescoço e dizer: “ou você faz o que eu quero, ou morre agora”.

Outra reportagem também abordou a questão de gênero como fator relevante na análise dos crimes, embora não tenha citado especialistas ou militantes pelos direitos das mulheres nem confrontado a atuação policial. A matéria “17º feminicídio: caso Letícia choca, mas não surpreende”, de Willian Matos, publicada no portal R7, classificou os assassinatos de Marinésio como feminicídios e citou nomes, idades e datas de falecimento das 17 mulheres que haviam sido mortas do mesmo jeito em 2019. Além disso, forneceu diversas informações sobre a vítima mais recente de Marinésio, a advogada Letícia Curado, incluindo dados sobre a pós-graduação que cursava, seus planos de carreira e suas crenças religiosas.

Vale notar que Genir, a outra mulher assassinada por Marinésio, foi pouco mencionada nas matérias sobre o caso. Seu corpo só foi encontrado dez dias depois de seu desaparecimento, em estado avançado de decomposição, o que dificultou as análises dos peritos. O crime ocorreu em junho e teria ficado sem solução. Foi apenas por meio da investigação do desaparecimento de Letícia que a polícia chegou

---

2 “Para que se de el feminicidio concurren de manera criminal, el silencio, la omisión, la negligencia y la colusión de autoridades encargadas de prevenir y erradicar estos crímenes”.

ao assassino. Percebe-se, deste modo, a influência da classe social no tratamento da polícia em relação às vítimas, quadro que se refletiu nas reportagens. Genir pouco aparece nas notícias; somos informados, apenas, de que ela trabalhava como auxiliar de limpeza, morava em Planaltina e tinha três filhos adultos. Por outro lado, as matérias concedem um espaço relativamente grande à história de Letícia, como depoimentos de seu esposo,<sup>3</sup> descrições de sua personalidade<sup>4</sup> e de suas conquistas pessoais,<sup>5</sup> acompanhadas de diversas fotografias. As reportagens analisadas não apenas ignoraram a disparidade do tratamento policial em função das classes sociais das vítimas como também contribuíram para fortalecer a percepção que determinadas vidas importam mais do que outras.

Existe, todavia, um assunto em relação ao qual as notícias adotaram uma postura mais crítica: a ausência de políticas públicas de segurança direcionadas a mulheres. Durante a cobertura de um protesto contra as mortes de Letícia e Genir, o *Correio Braziliense*, com a matéria “‘Nenhuma a menos’: militantes protestam contra morte de Letícia e Genir”, e o *Metrópoles*, com “Na Rodoviária, mulheres se manifestam contra crimes de maníaco”, apresentaram entrevistas com mulheres que denunciaram a incapacidade do Estado de assegurar a liberdade feminina de ir e vir. Outra reportagem do *Correio Braziliense*, intitulada “Pesquisa da UnB analisa medo das mulheres de andarem a pé em Brasília”, aprofundou a discussão sobre o medo das mulheres de transitar pela cidade, respaldada por estudos de Adriana Souza, doutora em transportes pela Universidade de Brasília. A pesquisadora salientou que os municípios foram planejados e construídos de um modo que perpetua o sentimento de insegurança entre as mulheres. Quando perguntada sobre o caso de Marinésio, Souza sublinhou que a questão não envolvia apenas a falta de uma oferta de transporte público eficiente, mas também o fato de o homem ver a mulher como alguém inferior e que ele pode controlar.

O receio das mulheres de utilizar o transporte público também foi pauta no *Metrópoles*, na reportagem “Após descoberta de maníaco, medo ronda mulheres nas paradas de ônibus”, mas com um viés diferente. Embora reunisse entrevistas de diversas mulheres, a reportagem não abordou, diretamente, a questão da violência

---

3 Ver em Galvão, Peres e Machado (2019).

4 Ver mais detalhes em Barbieri (2019).

5 Mais informações em Spies, Carone e Pinheiro (2019).

de gênero. Isto se deu porque as entrevistadas, em suas respostas, demonstraram considerar que a proteção diante dos perigos da cidade é, em grande medida, uma responsabilidade individual.

Convém lembrar que a internalização da necessidade de proteção é uma atitude esperada quando se trata de crimes de ódio. Segundo Perry (2001), este tipo de crime tem como particularidade um caráter pragmático no sentido da consolidação de hierarquias sociais. Os danos dos crimes de ódio não são somente físicos ou financeiros nem se restringem ao indivíduo afetado – adquirem uma dimensão simbólica que alcança a comunidade à qual a vítima pertence, gerando sentimento de vulnerabilidade e de medo. De maneira semelhante, Ahmed (2014) salienta que os crimes de ódio são formas de cometer violência contra grupos inteiros de pessoas por meio da ação sobre o corpo de um só indivíduo. Em outras palavras: ainda que apenas uma vítima seja atingida fisicamente, faz parte da maneira como o ódio opera que sua atuação se expanda e seja sentida por outras pessoas.

É neste sentido que Chakraborti e Garland (2009) caracterizam os crimes de ódio como “*message crimes*” – ou seja, crimes que funcionam como atos comunicativos, enviando uma mensagem a todo um coletivo. A partir da ideia de que “poderia ser você”, pessoas com a mesma identidade da vítima se sentem em perigo, diferentes e indesejadas em determinado espaço.

É possível discernir este fato nas declarações das mulheres entrevistadas pelo *Metrópoles*. A atendente do Ministério da Educação Juliane Fernandes, de 38 anos, afirmou, por exemplo, que preferia ficar duas horas esperando um ônibus do que embarcar no carro de um desconhecido. A diarista Ozima Rodrigues, de 45 anos, queixou-se: “Agora está todo mundo proibido de pegar lotação lá em casa”. Verônica Rodrigues, de 23 anos, disse que evitava até mesmo aplicativos de transporte conhecidos: “É muita insegurança”.

Após estes depoimentos, entretanto, o foco da matéria começou a mudar: desviou-se da discussão sobre a insegurança das mulheres ao transitar pela cidade, passando a concentrar-se na atitude de passageiros imprudentes – de ambos os sexos – que fazem uso de transportes não sancionados pelo governo. A Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob), por exemplo, informou que alertava a população para o perigo do transporte irregular, porque não há como saber se os motoristas respondem por processo criminal.

Cabe lembrar que Marinésio não dirigia automóveis como forma de ganhar a vida, mas sim como estratégia para abordar e violentar suas vítimas. Ainda assim,

a matéria, que havia iniciado com o objetivo de enfatizar o medo das mulheres durante seu deslocamento pela cidade, terminou com referência à Lei nº 13.885/19, que aumentou o valor das multas para motoristas de transportes não sancionados pelo governo, e nada mencionou sobre a Lei nº 13.104/15, que regulamenta o crime de feminicídio.

Fica evidente, pois, que a questão de gênero, embora estivesse presente em algumas das matérias como fator que auxilia na compreensão dos crimes, acabou restrita a uma concepção superficial, que desconsiderou o papel do Estado e as divisões de classe. Pouco aprofundada, desde o início, a discussão sobre gênero se reduziu ainda mais quando foi colocada ao lado de outras pautas, como a oferta de transportes públicos.

No lugar de campanhas de conscientização sobre a opressão da mulher ou de políticas públicas direcionadas às cidadãs, foi discutida a necessidade de mais segurança pública e da oferta de transportes de maneira geral. Além disso, a solução jurídica proposta pelas autoridades policiais – e jamais questionada pelas matérias – foi classificar os crimes de Marinésio como homicídio ou latrocínio, não feminicídio. Este tipo de enquadramento deixa em segundo plano a particularidade das vítimas – o fato de serem mulheres e a possibilidade de terem sofrido tais agressões justamente por serem mulheres em um mundo patriarcal.

## Considerações finais

Na análise das matérias sobre os assassinatos cometidos por Marinésio, ressaltamos o predomínio de um enfoque socialmente problemático: a centralização da narrativa na figura “monstruosa” do criminoso – como vimos, diversos psiquiatras, criminólogos e representantes da lei foram convidados a sondar o lado mais obscuro da mente do agressor, aventurando-se a propor diagnósticos impactantes.

No primeiro tópico do artigo, esmiuçamos o processo de **patologização** da conduta criminal. Nesta visão preponderante, a explicação dos delitos foi elaborada a partir da conceituação do criminoso como um assassino em série, movido por graves problemas de saúde mental. O *serial killer* escolheria suas vítimas aleatoriamente, matando-as pelo simples prazer de matar. Este ponto de vista não permite apreender, todavia, o papel do ódio neste tipo de crime – mais especificamente, o ódio a mulheres. Outra perspectiva sobre o caso poderia ser alcançada partindo-se

da compreensão das emoções como um modo de atuar sobre o mundo e reforçar dinâmicas sociais. Sob esta perspectiva, o ódio a mulheres consiste em um fenômeno político, em vez de um sentimento presente no interior de um homem anormal. Parte integrante de sistemas ou ambientes sociais, a misoginia funciona como um mecanismo para imposição de normas e de expectativas sobre as mulheres.

Quando situamos as mortes de Genir e de Letícia nesse contexto, podemos conjecturar que estes assassinatos estão longe de serem arbitrários. Possuiriam, em realidade, um motivo bastante pragmático: a misoginia, entendida como ódio ao gênero feminino. Esta aversão atua sobre as vítimas de feminicídios, mas também atinge mulheres de um modo geral, devido à função comunicativa dos crimes de ódio, capazes de inspirar medo e terror e, assim, colaborar para a continuidade do *status quo*.

Na segunda parte da análise, destacamos matérias que reconheceram, de alguma forma, a importância do gênero como categoria de análise para esclarecer as motivações dos crimes. De um modo geral, a mídia tem avançado no tratamento de temas como machismo, assédio e abuso sexual, abordando-os com mais frequência e seriedade. Porém, como demonstram as reportagens examinadas aqui, a reflexão sobre desigualdades e violências de gênero pode ser muito superficial, cedendo lugar, rapidamente, à abordagem de outros problemas que relembram ao esquecimento a questão do ódio às mulheres. Este ponto de vista está relacionado, em grande medida, com a dificuldade para compreender a misoginia como uma ferramenta de poder.

Formulamos nossas conclusões com base na análise aprofundada de um caso específico e recente. Todavia, o enfoque destacado neste artigo pode ser observado em diversas reportagens. Em consonância com o processo de medicalização da vida, outros crimes contra as mulheres foram explicados pela mídia a partir de perspectivas patologizantes (DIAS; RODRIGUES, 2019), que salientaram a frieza e a ausência de remorso como chamariz da notícia. (SERIAL..., 2014) Inclusive nas situações em que o próprio assassino declara sentir ódio (ASSASSINO, 2014) ou em que se veicula a informação de que o suspeito “fica alterado na presença de mulheres” (GOMES; RESENDE, 2014), as dinâmicas de gênero não são exploradas nas matérias.

Mesmo quando existe uma tentativa de abordar os crimes contra as mulheres de maneira respeitosa ou até engajada, os recursos utilizados para realçar a importância do tema se restringem a dados estatísticos e descrições explícitas de violên-

cia, sem a preocupação em conectar esse tema com fatores culturais mais amplos e com a longa história do patriarcado. Ativistas e acadêmicas que poderiam contribuir, de modo considerável, para a elucidação da problemática de gênero raramente são ouvidas; quando figuram entre as fontes das matérias, suas opiniões são desvalorizadas ou abafadas por outros enfoques. Na maioria dos casos, permanece irrefutável a autoridade dos diagnósticos médicos e dos pareceres jurídico-políciais, cujo foco costuma ser apenas a mente perturbada do indivíduo misógino. Sem aprofundar outras possibilidades interpretativas, a cobertura midiática da violência de gênero não estimula que a misoginia seja compreendida e criticada como uma questão cultural e social, que se manifesta diariamente na vida das mulheres.

## Referências

AGUIAR, A. A. de. *A psiquiatria no divã: entre as ciências da vida e a medicalização da existência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AHMED, S. *The cultural politics of emotion*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSASSINO conhecido como 'maniaco da torre' é julgado em Maringá. *G1 PR*, Curitiba, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2019/03/14/assassino-conhecido-como-maniaco-da-torre-e-julgado-em-maringa.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2019.

BARBIERI, C. Letícia, advogada morta no DF, aguardava nomeação no STJ e no MPU. *Metrópoles*, Lago Sul, DF, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/leticia-advogada-morta-no-df-aguardava-nomeacao-no-stj-e-no-mpu>. Acesso em: 13 set. 2019.

CHAKRABORTI, N.; GARLAND, J. *Hate crime: impact, causes and responses*. Londres: Sage, 2009.

CHAUVAUD, F. *Histoire de la haine: une passion funeste, 1830-1930*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

CHAUVAUD, F.; GAUSSOT, L. (ed.). *La haine, histoire et actualité*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DIAS, C.; RODRIGUES, E. Dono de perfil que assumiu mortes de Aline Dantas e Vitória Gabrielly pede desculpas por postagens. *G1*, Sorocaba e Jundiaí, 13 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/09/13/dono-de-perfil-que-assumiu-mortes-de-aline-dantas-e-vitoria-gabrielly-pede-desculpas-por-postagens.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2019.

EUFRÁSIO, J.; BRITO, R. Pesquisa da UnB analisa medo das mulheres de andarem a pé em Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 1 set. 2019. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/01/interna\\_cidadesdf,780279/pesquisa-da-unb-analisa-medo-das-mulheres-de-andarem-a-pe-em-brasilia.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/01/interna_cidadesdf,780279/pesquisa-da-unb-analisa-medo-das-mulheres-de-andarem-a-pe-em-brasilia.shtml). Acesso em: 13 set. 2019.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE FILHO, J. Era uma vez o “país da alegria”: mídia, estados de ânimo e identidade nacional. *Intexto*, Porto Alegre, n. 34, p. 401-420, set./dez. 2015.

FREIRE FILHO, J.; BAKKER, B. Sob o risco de estresse: as consequências da emancipação feminina na revista *Veja* (2000 - 2018). *Reciis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 557-568, jul./set. 2019.

FUZEIRA, V. Brasilienses pedem um basta à violência contra a mulher. *Metrópoles*, Lago Sul, DF, 2 set. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/violencia-contra-a-mulher/brasilienses-pedem-um-basta-a-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 13 set. 2019.

GALVÃO, W.; PERES, S.; MACHADO, M. “Vou lutar para não deixar que seja esquecido”, diz marido de Letícia. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 1 set. 2019. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/01/interna\\_cidadesdf,780150/vou-lutar-para-nao-deixar-que-seja-esquecido-diz-marido.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/01/interna_cidadesdf,780150/vou-lutar-para-nao-deixar-que-seja-esquecido-diz-marido.shtml). Acesso em: 13 set. 2019.

GARZON, M. Após descoberta de maniaco, medo ronda mulheres nas paradas de ônibus. *Metrópoles*, Lago Sul, DF, 1 set. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/apos-morte-de-leticia-medo-ronda-mulheres-nas-paradas-de-onibus/amp>. Acesso em: 13 set. 2019.

GARZON, M. Na rodoviária, mulheres se manifestam contra crimes de maniaco. *Metrópoles*, Lago Sul, DF, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-rodoviaria-mulheres-se-manifestam-contra-crimes-de-maniaco>. Acesso em: 13 set. 2019.

GING, D.; SIAPER, E. (ed.). *Gender hate online: understanding the new anti-feminism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019.

- GOMES, L.; RESENDE, P. Polícia diz que suposto serial killer 'matava por raiva', em Goiânia. *G1 Goiás*, Goiânia, 16 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/10/policia-diz-que-suposto-serial-killer-matava-por-raiva-em-goiania.html>. Acesso em: 21 set. 2019.
- IGANSKI, P.; SWEIRY, A. Hate crime. In: RITZER, G. (ed.). *Handbook of social problems: a comparative international perspective*. Londres: Sage, 2003. p. 399-409.
- KOLNAL, A. The standard modes of aversion: fear, disgust and hatred. *Mind*, Oxford, v. 107, n. 427, p. 581-596, 1998.
- KOLNAL, A. Versuch über den Haß. In: KOLNAL, A. *Ekel, Hochmut, Haß: Zur Phänomenologie feindlicher Gefühle*. Frankfurt am Main: Suhkamp, 2007. p. 100-142.
- LAGARDE, M. Por la vida y la libertad de las mujeres: Fin al feminicidio. In: APUNTES para la Agenda legislativa del PRD 2004. México: Grupo Parlamentario del PRD, Camara de Diputados, Congreso de la Union, LIX Legislatura, 2004. p. 93-108.
- LEWIS, R.; ROWE, M.; WIPER, C. Misogyny online: extending the boundaries of hate crime. *Journal of Gender-Based Violence*, Bristol, v. 2, n. 3, p. 519-536, 2018.
- LIMA, B. "Nenhuma a menos": militantes protestam contra morte de Letícia e Genir. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 28 ago. 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/28/interna\\_cidadesdf,779649/nenhuma-a-menos-militantes-protestam-contra-morte-de-leticia-e-genir.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/28/interna_cidadesdf,779649/nenhuma-a-menos-militantes-protestam-contra-morte-de-leticia-e-genir.shtml). Acesso em: 13 set. 2019.
- MANNE, K. *Down girl: the logic of misogyny*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.
- MATOS, W. 17º feminicídio: caso Letícia choca, mas não surpreende. *R7 - Jornal de Brasília*, [s. l.], 27 ago. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/distrito-federal/jornal-de-brasilia/17-feminicidio-caso-leticia-choca-mas-nao-surpreende-27082019>. Acesso em: 13 set. 2019.
- MILLER, W. *The anatomy of disgust*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- MONTENEGRO, É.; ALCÂNTARA, M. Os assassinatos de Marinésio são crimes de ódio às mulheres? *Metrópoles*, Lago Sul, DF, 2 set. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/violencia-contra-a-mulher/os-assassinatos-de-marinesio-sao-crimes-de-odio-as-mulheres>. Acesso em: 13 set. 2019.
- MORALES, K. Y. L. The portrait of a murderer: an approach to Eoin McNamee's Resurrection Man. In: INTERNATIONAL LITERATURE AND PSYCHOLOGY CONFERENCE, 22., 2005, Córdoba. *Selected papers* [...] Córdoba: [s. n.], 2005.
- NASCIMENTO, J. Mulher de feminicida do DF: "Era um marido ótimo, carinhoso e trabalhador". *Uol Universa*, [s. l.], 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/>

universa/noticias/redacao/2019/08/30/mulher-de-feminicida-do-df-era-um-marido-otimo-carinhoso-e-trabalhador.htm. Acesso em: 2 set. 2019.

PERES, S. "Eu ia morrer", diz vítima de ataque de cozinheiro. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 28 ago. 2019. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/28/interna\\_cidadesdf,779647/eu-ia-morrer-diz-vitima-que-sobreviveu-a-ataque-de-cozinheiro.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/28/interna_cidadesdf,779647/eu-ia-morrer-diz-vitima-que-sobreviveu-a-ataque-de-cozinheiro.shtml). Acesso em: 13 set. 2019.

PERRY, B. *In the name of hate: understanding hate crimes*. Nova Iorque: Routledge, 2001.

PINHEIRO, M. Maníaco que matou Letícia e Genir diz ter assediado ao menos 10 mulheres. *Metrópoles*, Lago Sul, DF, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/maniaco-que-matou-leticia-e-genir-disse-ter-assediado-pelo-menos-10-mulheres>. Acesso em: 2 set. 2019.

RICHARDSON-SELF, L. Woman-hating: on misogyny, sexism and hate speech. *Hypatia*, [Bloomington, IN], v. 33, n. 2, p. 256-272, 2018.

RIOS, A.; PAULA, A. de. Marinésio tem perfil de assassino em série com traços de psicopatia. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 28 ago. 2019. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/28/interna\\_cidadesdf,779463/marinesio-tem-perfil-de-assassino-em-serie-com-tracos-de-psicopatia.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/28/interna_cidadesdf,779463/marinesio-tem-perfil-de-assassino-em-serie-com-tracos-de-psicopatia.shtml). Acesso em: 2 set. 2019.

SALTEL, P. *Une odieuse passion: analyse philosophique de la haine*. Paris: L'Harmattan, 2007.

SERIAL killer da baixada matava mulheres por prazer e por encomenda; "eu gostava, era tipo um vício". *R7*, Rio de Janeiro, 11 dez. 2014 Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/serial-killer-da-baixada-matava-mulheres-por-prazer-e-por-encomenda-eu-gostava-era-tipo-um-vicio-11122014>. Acesso em: 21 set. 2019.

SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2012.

SPIES, J.; CARONE, C. DF: após matar diarista Genir, serial killer se divertiu em churrasco. *Metrópoles*, Lago Sul, DF, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-apos-matar-diarista-genir-serial-killer-se-divertiu-em-churrasco>. Acesso em: 2 set. 2019.

SPIES, J.; CARONE, C.; PINHEIRO, M. "Estava na melhor fase da vida", diz primo de funcionária do MEC. *Metrópoles*, Lago Sul, DF, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/estava-na-melhor-fase-da-vida-diz-primo-de-funcionaria-do-mec>. Acesso em: 13 set. 2019.

STACCIARINI, I. Filha de Marinésio está sem ir para escola desde divulgação de assassinatos. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 1 set. 2019. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/01/interna\\_cidadesdf,780268/filha-de-marinesio-esta-sem-ir-para-escola-desde-divulgacao-de-crimes.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/01/interna_cidadesdf,780268/filha-de-marinesio-esta-sem-ir-para-escola-desde-divulgacao-de-crimes.shtml). Acesso em: 2 set. 2019.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

WATTIS, L. The social nature of serial murder: the intersection of gender and modernity. *European Journal of Women's Studies*, London, v. 24, n. 4, p. 1-13, 2017.

WHILLOCK, R. K.; SLAYDEN, D. (ed.). *Hate speech*. Londres: Sage, 1995.



# O JORNALISMO E O DIREITO AO ESQUECIMENTO:

premissas e interfaces  
jurídico-comunicacionais a partir  
do caso Guilherme de Pádua

LUCIANO SOUTO DIAS

MARIA CLARA AQUINO BITTENCOURT

## A relação entre campos

O tema deste capítulo abre possibilidade para aproximação e tensionamento entre Comunicação e Direito, pelo viés do jornalismo, pois envolve consequências jornalísticas de práticas jurídicas e consequências jurídicas de práticas jornalísticas. A questão é relevante no contexto comunicacional porque envolve acontecimento, acontecimento jornalístico, circulação, enquadramento, estigma e memória no jornalismo. Ao mesmo tempo, no cenário jurídico, pois envolve a análise quanto à aplicação ou não do direito ao esquecimento e as situações em que deve ser respeitado. Na esfera jornalística, não é incomum a ocorrência de reportagens que podem ferir o direito ao esquecimento, em razão do enquadramento dado à pessoa que tenha cometido crime e que já tenha cumprido integralmente a pena, podendo acarretar a estigmatização da pessoa. No que concerne à circulação da notícia ou

reportagem, considera-se que a repercussão negativa de conteúdos que rememoraram fatos que, em tese, ferem o direito ao esquecimento têm potencial para gerar prejuízo à imagem e dano imaterial à pessoa mencionada como autora do crime noticiado. No cenário jurídico, eventual violação jornalística ao direito ao esquecimento pode viabilizar a propositura de ações judiciais com pretensão de reparação civil pelos danos causados à imagem do ofendido. Diante de tais considerações, entendemos que os cruzamentos entre os dois campos são recorrentes, o que justifica, logo de início, a nossa intenção de refletir neste texto sobre como contribuir para as práticas jornalísticas por meio de uma leitura crítica com base em um princípio do direito que opera fundamentado na dignidade humana como norteador.

No Brasil, o direito ao esquecimento não conta com legislação específica, possuindo assento constitucional decorrente do direito à privacidade, intimidade e honra, assegurados pela CF/88 (art. 5º, X) e pelo Código Civil de 2002 (art. 21). Ademais, encontra respaldo no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88). Apesar de existirem projetos de lei visando à regulamentação jurídica sobre a matéria, não há norma específica positivada nesse sentido, o que vem gerando debates no atual cenário jurídico brasileiro. Nas últimas décadas, os processos midiáticos têm evoluído significativamente a partir do avanço e da diversificação dos meios de comunicação. Nesse contexto, a discussão quanto ao direito ao esquecimento envolve um conflito aparente entre a liberdade de expressão/informação/memória jornalística/liberdade de imprensa e atributos individuais da pessoa humana, como a intimidade, privacidade, honra e dignidade humana. Entra também nesse debate uma proposta de reflexão sobre o quanto a sociedade tolera ou não a tentativa daqueles que, já tendo cumprido a pena pelo(s) crime(s) cometido(s), buscam a reinserção no convívio social.

Diante desse cenário, a nossa pesquisa parte de uma interface entre a Comunicação e o Direito e questiona: como o jornalismo rememora crimes, em vista da possibilidade de aplicação do direito ao esquecimento? Averiguamos o caráter das abordagens jornalísticas para avaliar o peso histórico e informativo diante da configuração de possíveis práticas estigmatizantes, rotulantes, autonomísticas, a partir da utilização de expressões que atribuem a alguém uma possível imagem negativa diante da sociedade. Neste capítulo apresentamos a pesquisa exploratória inicial do estudo que se volta para a análise de enunciados jornalísticos no caso Guilherme de Pádua, buscando avaliar as referências jornalísticas a fatos criminosos que, da forma como são estruturados e publicados, atribuem a alguém uma imagem negativa diante da sociedade. Expomos inicialmente um conjunto de questões de embasamento teórico

que dialoga com um dos propósitos deste livro: abordar a reflexão sobre disputas de sentidos que envolvem processos relacionados à (in)tolerância, mostrando posteriormente parte dos procedimentos para lidar com os dados empíricos de nossa pesquisa.

## O crime como notícia e a rememoração do acontecimento

Acionamentos de memória na produção dos textos jornalísticos nos remetem ao tema central de um estudo que diz respeito a reportagens no século XXI que abordam fatos registrados na história no início dos anos 1990, mais precisamente no ano de 1992. Nos debruçamos sobre fragmentos de textos que reavivam fatos criminosos imputados a alguém, até então preservados na memória do passado e em conjuntos de arquivos jornalísticos. A sociedade nunca esteve tão envolvida e ocupada em processos de reprodução de memória, assim como o estoque de memória social nunca esteve tão acessível e disponível. Também o jornalismo está localizado de forma central nesse contexto. Essas são constatações de Palacios (2010, p. 37) quando mostra que há recentes transformações nas relações entre memória e jornalismo, tanto no que concerne ao jornalismo como “repositório de memória para a produção de relatos históricos, quanto no que diz respeito aos padrões do trabalho de memória acionados na própria produção dos textos jornalísticos”.

Há, portanto, a possibilidade do retorno do acontecimento, através da memória, como estratégia de narrativa, mesmo que em outra conotação ou como subterfúgio estratégico do jornalismo para tornar o novo acontecimento mais atrativo para o público. O mundo virtual apresenta uma capacidade ilimitada de armazenagem de conteúdo, o que pode ser considerado algo extraordinário para aqueles que prezam pela memória e, inversamente, pode ampliar a preocupação daqueles que não gostariam de ver certos acontecimentos sendo lembrados. Neste âmbito, Rodrigues e Oliveira (2015, p. 98) comentam sobre como a capacidade ilimitada de armazenagem do ambiente digital “exorcizaria de vez o fantasma do esquecimento, criando a possibilidade de permanência integral das memórias”. Por outro lado, os autores alertam que a permanência dos conteúdos remete, metaforicamente, à ideia de um rastro psíquico que seria acessado pelos motores de busca. O alerta dos autores dialoga com o que Berger (2006, p. 7) aponta quando relembra o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, quando diz que o “acontecimento volta como memória” e

assim se transforma em acontecimento revisitado. O que acontece, nesses casos, é que essa cultura da memória se anuncia através de uma intitulada “política da memória”, (BERGER, 2009) cujos objetivos são não deixar esquecer e lembrar para que não volte a acontecer. Essa política se materializa em ações como a constituição de comissões da verdade,<sup>1</sup> buscando entender o que aconteceu no passado recente.

Debruçando-se sobre o estudo da memória, no sentido geral do termo, os pesquisadores Bell e Gemell (2010, p. 133) desenvolveram um visionário estudo abordando o futuro da memória, na perspectiva *total recall*, vislumbrando no cenário contemporâneo uma verdadeira revolução, consubstanciada na diversidade de dispositivos que permitem o armazenamento de dados e informações, cada vez mais potencializado devido aos avanços tecnológicos. Em alusão analógica, sustentam que as mudanças vivenciadas por máquinas a motor foram tão significativas na história da humanidade que nos referimos a elas como “revolução industrial” e que, de igual modo, “agora estamos no limiar da revolução da memória”, o que nos aproxima da “memória integral”, algo que seria praticamente inevitável, notadamente a partir da ampliação das memórias digitais, dos espaços disponíveis para armazenamento e das tecnologias cada vez melhores para rememorá-las.

É manifesta a influência da internet na maneira como se lida com as memórias. Essa temática mereceu destaque em Branco, (2017, p. 11) que, ao abordar a memória e esquecimento na internet, assinalou que “com o surgimento da internet como a conhecemos, todos nós, de uma forma ou de outra, reinventamos a maneira como lidamos com nossas memórias”. É preocupante, da mesma forma, o modo como essas apropriações são realizadas, considerando que muitos dos registros são arquivados em aberto e por vezes esquecidos por seus autores, ou por vezes inseridos sem o conhecimento daqueles que fazem parte destes registros. A recuperação dessas memórias, inúmeras vezes, também é feita sem o conhecimento ou a contragosto

---

1 “Comissões da Verdade” ou “Comissões da Verdade e Reconciliação” são organismos oficiais temporários, criados com o objetivo de investigar abusos de direitos humanos cometidos pelo Estado ou por grupos envolvidos em conflitos armados, ao longo de um determinado período de tempo no passado. Essas comissões reúnem provas e depoimentos junto às vítimas, testemunhas e autores de abusos para, ao final das atividades, emitirem relatórios de suas conclusões sobre os assuntos e testemunhos analisados e, dessa forma, poderem fazer recomendações para evitar acontecimentos e fatos semelhantes no futuro. No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2011 e finalizada em 2014, com o objetivo de investigar e analisar violações aos direitos humanos ocorridas no período de 1946 a 1988, no país.

daqueles que delas fazem parte. A questão do direito ao esquecimento é tópico de discussão em casos como esses, nos quais as pessoas não querem ser lembradas.

No jornalismo, uma das consequências dos efeitos da digitalização da informação, da multiplicação e sofisticação das bases de dados, no tocante à memória, é que, conforme Palácios, (2010, p. 46) há uma “potencialização do uso dos recursos de memória na estruturação do texto jornalístico e na sua edição”. Na sua opinião, não só esse uso se tornou mais fácil através de analogias, comparações e outras formas de incorporar elementos de memória no texto, como também se tornou comum o formato de edição que remete à memória. Surge daí uma preocupação: com a facilidade de acesso dos jornalistas ao acervo de memória, a tendência é a ampliação de referências pretéritas na contextualização ou mesmo para sustentação de reportagens de cunho memorialístico. Resta observar como se dará o manuseio e utilização desse conteúdo, notadamente quando se tratar da “presentificação dos fatos” (PALACIOS, 2010, p. 47) que tragam à tona conteúdo jornalístico que tenha como pauta central o cometimento de crime.

Certamente, por meio da internet, uma verdadeira “enciclopédia universal de tudo” poderá abrigar conteúdos que para sempre merecem ser lembrados, porém, ao mesmo tempo, poderão abrigar conteúdos que, para muitos, merecem ser depositados “na lixeira universal do esquecimento.” Merzeau registra a inversão da tendência no que concerne à memória, no sentido de que antes se buscava uma memória integral e agora inicia-se uma preocupação com os seus excessos e com o direito ao esquecimento: “Après saluer l'accès à une mémoire enfin intégrale, la société connectée commence de fait à en redouter les excès, et à réclamer aux experts techniques et juridiques l'instauration d'un droit à l'oubli.”<sup>2</sup> (MERZEAU, 2012, p. 4, tradução nossa)

## A imprensa na divulgação dos crimes

O papel social da imprensa de viabilizar a divulgação dos acontecimentos é garantido pelo direito de livre expressão, previsto no artigo 5º, inciso IX, da Constituição

---

2 “Après avoir salué l'accès à une mémoire enfin intégrale, la société connectée commence de fait à en redouter les excès, et à réclamer aux experts techniques et juridiques l'instauration d'un droit à l'oubli.”

Federal de 1988, que prescreve que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. O direito à informação se apresenta de forma bilateral, na medida em que também assegura o direito de informar, descrever os fatos. O desenvolvimento pessoal e social está vinculado à liberdade de pensamento e de expressão, sendo a liberdade de informação jornalística fruto deste direito de liberdade de pensamento, pois, segundo Caldas, (1997, p. 65) “na raiz da liberdade de imprensa [...] está a liberdade de pensamento”. A produção das notícias é parte fundamental da vida social e cultural contemporânea, considerando a inserção da comunicação em todos os campos da vida humana e da história da humanidade.

O crime e o jornalismo sempre tiveram relações estreitas. A história do jornalismo comercial é permeada por expressões como “sensacionalismo”, “espetáculo”, “tragédia”. Pelo fato de a relação entre o crime e o jornalismo ser extremamente interdisciplinar, tem-se que a atuação da mídia merece ser analisada, notadamente quanto à forma de abordagem do crime na mídia, especialmente devido ao potencial poder da imprensa de influenciar a opinião pública. Para a população, em geral, notícias envolvendo atos criminosos são atrativas e interessantes, o que, de igual modo, move a atração e o interesse da imprensa. A atenção das pessoas é chamada pelas coberturas acontecimentais, que conduzem a grandes emoções ou comoções, positivas ou negativas. Nesse viés, a cobertura de crimes costuma ser recorrente na mídia, pois, ao que parece, representa algo sempre de interesse do público. Os crimes dos quais resultam mortes seriam, por sua vez, “critério de noticiabilidade por excelência”. (LEAL, 2012, p. 91)

Conforme Traquina, (2016, p. 233) “o objetivo declarado de qualquer órgão de informação é o de fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes.” Ainda nesta linha, ao fazer menção à morte como acontecimento jornalístico, Benetti (2012, p. 153) assim se pronuncia: “A morte é o que chamo, pensando no campo jornalístico, de evento fascinante, porque mobiliza uma série de percepções que provêm do imaginário e vão além do fato narrado.” Esse ir além do fato narrado converge com o que Hall e demais autores (2016) comentam sobre como os meios estão sensibilizados para a potencialidade do crime como fonte de notícias devido à quantidade de situações fáticas que desencadeia através da deflagração e da conclusão das investigações criminais, prisões e condenações de envolvidos. Quando cometido com o uso de violência, destacam os autores, o crime atrai ainda mais a atenção da mídia e do público em comparação com um crime cometido sem violência. Além de

representar uma ruptura fundamental na ordem social,<sup>3</sup> a violência compreende o maior exemplo de consequências negativas dos valores-notícia.

Crimes de ampla repercussão despertam a atenção, provocam na população a ideia de que um suspeito deve ser preso, processado e punido como exemplo. Todavia, há que se resguardar a conduta ética do agir jornalístico pela imprescindibilidade de se resguardar o direito à ampla defesa, à justa investigação e ao esclarecimento dos fatos. Não se pode rotular um acusado de criminoso antes da condenação, nem tampouco expor o condenado a tal condição após o cumprimento da pena. É nesse ponto que o jornalismo precisa ter cautela ao divulgar informações de fatos, em tese, criminosos, imputados a alguém, pois a forma de veiculação de informações pode acometer às partes uma série de danos que podem ser irreparáveis e irreversíveis, como, por exemplo, no caso de posterior absolvição de um acusado que tenha sido apontado como criminoso pela imprensa, com base nas investigações que o tenham indicado como suposto autor de um crime.

A abordagem jornalística habitualmente evidencia um *framing*, um enquadramento do fato que noticia, utilizando certas palavras, expressões e, por vezes, adjetivos que promovem uma abordagem que molda o acontecimento, recortando determinado ângulo do fato ou do problema tratado, tornando-o mais evidente. Presentemente, diante da facilidade e da instantaneidade de divulgação das informações e notícias, as exigências em relação aos cuidados que a imprensa precisa tomar na cobertura de fatos criminosos devem ser sólidas e rigorosas, pois determinadas formas de conduzir uma matéria jornalística podem levar inocentes a serem julgados socialmente, o que implica em danos muito mais graves do que a própria pena imposta pela lei. Uma vez cumprida pena, o condenado tem o direito de voltar ao convívio social e tomar novo rumo em sua vida. A possível estigmatização praticada no discurso jornalístico impede essa ressocialização e reinserção profissional, já que a perda da dignidade moral acontece muitas vezes através da forma como o indivíduo é tratado em textos jornalísticos.

---

3 Conforme define Rodrigues (2016, p. 51): "É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. É por isso, em função da maior ou menor previsibilidade, que um fato adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico; quanto menos previsível for, mais probabilidade tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico. No caso dos crimes, o crime cometido com violência que se transforma em notícia ganha visibilidade pelo interesse que ganha no âmbito social."

A atribuição do jornalismo é fundamental nesse processo, quando da importância da notícia sobre o relato do acontecimento, mas é fundamental considerar que não se pode ir além da realidade que sustente a criação da notícia. “As notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”. (TRAQUINA, 2016, p. 234) O que se quer dizer com isso é que o jornalista, ao criar a notícia, está também moldando o acontecimento; os jornalistas não observam passivamente o que se passa, são participantes ativos nesse processo de construção da realidade. Com a produção de sentidos que emerge das redes a partir dos comentários, o jornalismo passa a ser ampliado a partir dessa atividade que se estende na publicação. A leitura não se esgota no texto jornalístico emitido pelo veículo, pois os sentidos não partem apenas de um único ator. A pluralidade de vozes se manifesta nos comentários, que acabam compondo um conjunto de sentidos diversos, refletindo a (in)tolerância sobre o assunto da matéria. No caso discutido aqui, o jornalismo e o direito se atravessam, para pensar as práticas jornalísticas em um ambiente de múltiplos atores que compõem um cenário midiático pautado por práticas comunicacionais e normas jurídicas.

## Direito ao esquecimento

O direito ao esquecimento representa, em linhas gerais, o direito de uma pessoa não permitir que um fato desabonador, ainda que verídico, ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ou lembrado diante do público em geral. Representa, pois, o direito de ser deixado em paz, no sentido de que a pessoa não pode ser lembrada contra sua vontade sobre fatos que, ainda que verídicos, lhe causem transtornos ou sofrimento. Em outras palavras, direito ao esquecimento é “[...] o direito de uma determinada pessoa não ser obrigada a recordar, ou ter recordado certos acontecimentos de sua vida”. (CORREIA JÚNIOR; GALVÃO, 2015, p. 22) Para Miragem (2015, p. 707), o direito ao esquecimento consiste no direito que a pessoa tem de “restringir o conhecimento público de informações passadas, cuja divulgação presente pode dar causa a prejuízos ou constrangimentos”.

No Brasil, o direito ao esquecimento não conta com regramento normativo específico, possuindo assento constitucional como consectário hermenêutico do

direito à privacidade, intimidade, honra e imagem assegurados pela Constituição Federal de 1988, sendo assegurado o direito à indenização por eventuais danos causados (art. 5º, X),<sup>4</sup> bem como pelos comandos do Código Civil de 2002 (arts. 11 e 21),<sup>5</sup> podendo, de igual modo, ser respaldado no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88). Por conseguinte, os indivíduos têm assegurados constitucionalmente os direitos relativos à privacidade, à honra e à intimidade, sendo, pois, vedada qualquer conduta ofensiva a tais direitos. Sarlet (2015, p. 2) afirma que o direito ao esquecimento é reconhecidamente constitucional, podendo ser considerado, portanto, como um direito fundamental implícito:

Como direito humano e direito fundamental, o assim chamado direito ao esquecimento encontra sua fundamentação na proteção da vida privada, honra, imagem e ao nome, portanto, na própria dignidade da pessoa humana e na cláusula geral de proteção e promoção da personalidade em suas múltiplas dimensões.

O direito ao esquecimento conta com certo respaldo no âmbito da norma penal. Para exemplificar, tem-se que os condenados que já cumpriram suas penas têm direito ao sigilo da folha de antecedentes e à exclusão dos registros da condenação no instituto de identificação e, uma vez extinta a punibilidade, a certidão criminal solicitada será negativa, inclusive sem qualquer referência ao crime ou ao cumprimento da pena aplicada. O vetor máximo do processo interpretativo do ordenamento jurídico é a dignidade da pessoa humana, sendo valor fundamental da estrutura constitucional. Desta forma, essa premissa deve nortear as decisões que incidem sobre direitos fundamentais, servindo tanto como justificação moral quanto como fundamento normativo.

O direito à reabilitação, que seria “o direito de se esquecer o passado criminal de uma pessoa que já cumpriu sua pena perante a Justiça ou que foi absolvida do

4 Art. 5º, CF/88 - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

5 Art. 11, CC - Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. Art. 21, CC - A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

crime o qual foi imputada” (ACIOLI; EHRHARDT JUNIOR, 2017, p. 394), é o que melhor se adapta à nossa investigação, que analisa as práticas jornalísticas em cotejo com o direito ao esquecimento, notadamente diante de reportagens que rememoram fatos pretéritos com potencial desabonador das pessoas envolvidas. O direito ao esquecimento passou a ser tema de inegável importância e atualidade em razão da internet. Isso porque a rede praticamente eterniza as notícias e informações. É quase impossível ser esquecido diante de uma ferramenta de lembrança de tal magnitude. Quando se aborda o direito ao esquecimento, merece destaque o jurista e filósofo francês François Ost (2005, p. 160), ao dizer que todos nós, sejamos públicos ou não, quando “lançados diante da cena e colocados sob os projetores da atualidade [...], temos o direito, depois de determinado tempo, de sermos deixados em paz e a recair no esquecimento e no anonimato, do qual jamais queríamos ter saído.”

Nesse sentido, há um aparato jurídico, composto de artigos constitucionais que fundamentam o argumento de que uma pessoa, após cumprir a pena, não pode mais ser chamada de assassina ou assassino, visto que já cumpriu a punição recebida pelo crime cometido. Ao jornalismo, diante da obrigação de veicular a verdade dos fatos e informar a sociedade sobre as situações de processos jurídicos, ao mesmo tempo em que deve preservar a dignidade humana, cabe seguir as normas previstas na Constituição. Não há, nesse momento, como partir de pressupostos ou inferências com base nos antecedentes daquele a quem a pena foi imputada, como justificativa para o uso do termo “assassino” ou “assassina”, após o cumprimento da pena. Não há como prever ações futuras com base em atos pretéritos.

A partir de uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia, proferida em 2014 no caso Google Spain, o direito ao esquecimento passou a ser muito debatido no mundo. No Brasil a temática já repercutiu significativamente desde 2013, a partir de dois julgados no Superior Tribunal de Justiça, ambos da relatoria do ministro Luis Felipe Salomão, e envolvendo matérias veiculadas no programa policial *Linha Direta*, da Rede Globo: o caso da chacina da Candelária, Resp. nº 1.334.097/RJ; e o caso Aída Curi, Resp. nº 1.335.153/RJ. É importante ressaltar que o debate, em seu contexto jurídico e comunicacional encontra-se em momento decisivo no Brasil, pois a matéria encontra-se em fase de julgamento, pela primeira vez, no Supremo Tribunal Federal (STF), que está analisando o Recurso Extraordinário nº

1.010.606/RJ, que diz respeito ao caso Aída Curi,<sup>6</sup> sendo que a tese firmada representará marco histórico sobre a temática, devendo ser respeitada em todo o país. No contexto desse julgamento, no dia 12 de junho de 2017, o Supremo Tribunal Federal realizou uma audiência pública, sob a presidência do ministro Dias Toffoli, tendo como objeto as seguintes questões:

I – a possibilidade de a vítima ou seus familiares invocarem a aplicação do direito ao esquecimento na esfera civil; e

II – a definição do conteúdo jurídico desse direito, considerando-se a harmonização dos princípios constitucionais da liberdade de expressão e do direito à informação com aqueles que protegem a dignidade da pessoa humana e a inviolabilidade da honra e da intimidade.

Na ocasião, conforme aponta Schreiber (2017), que representou o Instituto Brasileiro de Direito Civil, três correntes restaram delineadas:

- 1<sup>a</sup>) posição pró-informação;
- 2<sup>a</sup>) posição pró-esquecimento; e
- 3<sup>a</sup>) posição intermediária.

A primeira corrente, pró-informação, defende a inexistência de um exímio direito ao esquecimento, sob o argumento de que ele não encontra norma específica na legislação brasileira. Os que aderem à corrente pró-esquecimento defendem que o direito ao esquecimento não apenas existe, como deve preponderar sempre, como expressão do direito da pessoa humana à reserva, à intimidade e à privacidade. A terceira corrente é a intermediária, que sustenta que a Constituição brasileira não permite hierarquização prévia e abstrata entre liberdade de informação e privacidade (da qual o direito ao esquecimento seria um desdobramento), sendo que, na hipótese, figurando ambos como direitos fundamentais, não haveria outra solução tecnicamente viável que não a aplicação do método de ponderação, com vistas à obtenção do menor sacrifício possível para cada um dos interesses em colisão. Como ainda se aguarda a decisão da corte suprema brasileira, as contribuições dos três posicionamentos servem como aporte para o enfrentamento da temática e para o fomento de novas reflexões.

---

6 O Recurso Extraordinário mencionado está pendente de julgamento. Trata-se de ação ajuizada por Nelson Curi, Roberto Curi, Waldir Curi e Maurício Curi, irmão de Aída Curi, uma jovem de 18 anos violentada e assassinada em 1958, no Rio de Janeiro. O pedido foi de indenização contra a TV Globo Ltda. pela exibição do programa *Linha Direta*, em 29 de abril de 2004, abordando o caso Aída Curi. Os familiares defendem que a exibição do programa violou o direito ao esquecimento.

## O caso Guilherme de Pádua

No dia 28 de dezembro de 1992, no Rio de Janeiro, a ex-atriz Daniella Perez foi brutalmente assassinada a facadas. Na época, Daniella atuava como protagonista na novela *De corpo e alma*, trama escrita por Glória Perez, sua mãe, e exibida pela Rede Globo de Televisão entre 3 de agosto de 1992 e 5 de março de 1993. As investigações concluíram que Daniella foi morta pelo ex-ator Guilherme de Pádua, seu par romântico na novela, e por sua ex-esposa, Paula Thomaz. O fato recebeu ampla cobertura da imprensa e causou forte comoção popular. Guilherme de Pádua e Paula Thomaz foram processados criminalmente e condenados pela Justiça. No tocante à repercussão do crime no país, Maia (2010, p. 30) relata que:

Aquele era o dia seguinte ao impeachment do presidente, que acabava de ser deposto devido a sucessivos escândalos em seu governo. A imprensa e o próprio povo brasileiro, que até o dia anterior só falavam sobre o processo de impeachment contra o presidente, passou de repente a falar sobre um crime: o assassinato de uma atriz de televisão, cometido por seu próprio colega de trabalho e por sua esposa.

O jornalista Sérgio de Souza (1993, p. 58) relata como se deu a confissão do assassinato pelo ex-ator diante do delegado Mauro Magalhães, que acompanhava o caso:

Guilherme vai cair na armadilha e ceder de vez. Pede ao delegado titular que convide os outros a sair, quer ficar a sós com ele. Depois de ouvir Mauro Magalhães paternalmente dizer que não havia saída, que todo o mundo sabia que ele era o culpado, Guilherme começa a chorar e repete: 'Fui eu! Fui eu! Fui eu, delegado, mas foi para proteger minha mulher e a criança que ela está esperando!'

O assassinato de Daniella Perez foi considerado pelo Poder Judiciário como fato histórico de repercussão social, dotado de relevância nacional. Esse foi o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.631.329 / R, (BRASIL, 2012) que negou indenização pretendida por Glória Perez contra a Rede Record de Televisão e contra Guilherme de Pádua, por reporta-

gem publicada por aquela emissora no dia 9 de dezembro de 2012, quase 20 (vinte) anos após o assassinato de Daniella Perez, no programa *Domingo Espetacular*, na qual Guilherme de Pádua Thomaz foi entrevistado e deu sua versão dos fatos que resultaram no episódio que vitimou a atriz.

Guilherme de Pádua cumpriu pena integralmente, em conformidade com a lei. Quase 30 anos após o assassinato, o ex-ator frequentemente é pauta de reportagens nas quais os enunciados midiáticos o intitulam como o “assassino” da atriz Daniella Perez. Essas abordagens midiáticas rememorativas podem constituir autonomasia jornalística, a partir da utilização de adjetivações que evidenciam a caracterização negativa da pessoa referida, o que, por certo, prejudica a imagem do indivíduo diante da sociedade. De igual modo, tais referências midiáticas podem demonstrar um caráter verdadeiramente estigmatizante, um atributo depreciativo do envolvido. Conforme Goffman, (2004, p. 7), podem ser mencionados três tipos de estigma nitidamente diferentes:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

O caso permite que se observe a cobertura jornalística a partir de quatro períodos de observação, que representam tempos próprios do acontecimento: 1) crime e prisão; 2) condenação; 3) soltura; 4) período pós-soltura. Arquembourg (2005) identifica cinco momentos próprios de um acontecimento, sendo que, “em cada uma destas etapas e, em função das narrativas produzidas a seu respeito, o acontecimento muda de aspecto” (ARQUEMBOURG, 2005, p. 112):

1. O tempo de emergência de uma ocorrência, que consiste na primeira definição dada sobre o fenômeno;
2. O tempo da controvérsia, quando os sentidos dados primariamente podem ser revistos à luz dos sentidos construídos pelo acontecimento;

3. O tempo de emergência das consequências, que podem reorientar a controvérsia;
4. Os momentos em que outros acontecimentos irrompem e podem atuar sobre a significação do acontecimento primeiro;
5. O tempo da recordação, no qual a história pode retornar ao acontecimento passado.

Ao refletir sobre os tempos do acontecimento, Benetti (2012), afirma que, de acordo com a relevância do acontecido, é o jornalismo que auxilia na construção dos tempos. O jornalismo cria textos para atualizar o primeiro acontecimento e posteriormente vai gerando produtos que promovem a recordação do ocorrido, recontando a trajetória de um acontecimento ou de um personagem. Isso é feito, ela explica, através de cadernos especiais, páginas específicas na internet, linhas do tempo, entre outros formatos.

O tempo de emergência da ocorrência se dá em 1992, no dia 30 de dezembro, quando a *Folha de S. Paulo* publica uma matéria (Figuras 1 e 2) de capa noticiando o crime, com o título: “Galã da novela das 8 mata com tesoura atriz Daniela Perez [sic]”.

Figuras 1 e 2. Matéria de Capa / Notícia sobre o crime



Fonte: *Folha de S. Paulo* (1992).

Os tempos da **controvérsia** e da **emergência das consequências** se dão posteriormente, a partir do desenrolar dos acontecimentos e podemos observar e analisar os sentidos que emergem dessas ocorrências sob diversas perspectivas. Nesse caso, a condenação é um dos marcos da linha do tempo traçada na investigação proposta para definir recortes na coleta de dados, e pode ser entendida como o tempo em que um acontecimento atua sobre a significação do primeiro.

Dia 26 de janeiro de 1997, domingo, a **condenação** de Guilherme de Pádua foi matéria de capa da *Folha de S. Paulo*: “Guilherme de Pádua é condenado a 19 anos”, e foi precedida de foto do ex-ator em um camburão da polícia, que o conduziu do Tribunal do Júri para o presídio Ary Franco, no Rio de Janeiro. A foto (Figura 3) foi acompanhada da seguinte legenda: “O ator Guilherme de Pádua é transferido do 1º Tribunal do Júri para o presídio Ary Franco, em Água Santa (zona norte do Rio).”

**Figura 3.** Guilherme de Pádua no camburão



Fonte: *Folha de S. Paulo* (1997).

Quando acontece a **soltura**, é possível então identificar o **tempo da recordação**, quando começam a surgir acontecimentos que rememoram o acontecimento origi-

nal. A *Folha de S. Paulo* de 15 de outubro de 1999 noticiou a **soltura** do ex-ator em matéria de capa intitulada “Guilherme de Pádua ganha liberdade”. A chamada da reportagem de miolo enfatizou a condenação no texto de apoio que precedeu a chamada da matéria: “Violência: Condenado pela morte da atriz Daniella Perez, ator recebe condicional; Glória Perez critica libertação.” No período **pós-soltura**, a imprensa continuou noticiando fatos envolvendo Guilherme de Pádua, sendo recorrentes as abordagens que fazem referência à sua condição de assassino. Em entrevista concedida ao repórter Paulo Sampaio, publicada na *Folha de S. Paulo* de domingo, 15/10/2006, Guilherme de Pádua destacou os reflexos da superexposição na mídia em sua vida:

Continuo preso. Fui uma espécie de exemplo de justiça superexposto pela mídia, em um país repleto de impunidade. A verdade é que fiz bobagens, mas sou inofensivo, e por isso as pessoas não têm medo de me agredir na rua. Já chegaram a me cuspir no rosto, em um shopping. Se eu fosse um bandido de verdade, um Marcola, você acha que alguém gritaria ‘Assassino!’ para mim? (SAMPAIO, 2006, p. C7).

O relato de Guilherme de Pádua traz à baila a lição de Louis Quéré (2005, p. 9), que destaca os efeitos produzidos pelo acontecimento:

A individualização do acontecimento assim apreendido excede o momento da sua ocorrência: o acontecimento continua, de facto, a ocorrer e a singularizar-se enquanto produzir efeitos sobre aqueles que afecta. Não efeitos causais, mas efeitos na ordem do sentido. Isso só é possível porque o acontecimento não só acontece, mas acontece a alguém, que pode alegrar-se, se o acontecimento for feliz, que pode suportá-lo, se for infeliz; que pode responder a ele e, mesmo, responder por ele.

A entrevista com o ex-ator foi matéria de capa do jornal, que destacou o crime e a condenação de Guilherme de Pádua pelo assassinato. A reportagem (Figura 4) apresentou o seguinte título: “A vida após o crime. Condenado há 19 anos de prisão pelo assassinato da atriz Daniella Perez, em 1992, Guilherme de Pádua cumpriu um terço da pena. Após 10 anos sem dar entrevista, ele fala da prisão e da vida que leva hoje, evangélico e recém-casado.”

Figura 4. Entrevista para a *Folha de S. Paulo*



Fonte: *Folha de S. Paulo* (1997).

A *Folha de S. Paulo*, em seu site *F5*, no dia 12 de fevereiro de 2015, ou seja, quase 23 anos após o crime, destacou a notícia publicada no jornal *O Globo* sobre supostas ameaças de Guilherme de Pádua à sua ex-mulher, Paula Maia. A reportagem assim se referiu ao ex-ator: “Assassino confesso de Daniella Perez agora ameaça a ex-mulher, segundo jornal”.

Figura 5. Suposta ameaça à ex-mulher



Fonte: *Assassino...* (2015).

Outros informativos também fizeram recentes referências ao ex-ator. A edição de 13 de maio de 2017 do jornal *Extra* noticiou o casamento civil do ex-ator, fazendo referência à sua condição de condenado pelo assassinato: “Guilherme de Pádua se casa na igreja, 20 anos após condenação por assassinato”.

**Figura 6.** Casamento na Igreja



Fonte: Guilherme.... (2017a).

A revista *Veja SP*, em 1 de julho de 2017, publicou matéria abordando o cotidiano do ex-ator, destacando, porém, sua condição de assassino: “Guilherme de Pádua: assassino de Daniella Perez mostra rotina no Instagram”.

**Figura 7.** Revista *Veja* mostra rotina de Guilherme de Pádua no Instagram



Fonte: Guilherme.... (2017b).

A revista *IstoÉ Gente*, de 15 de outubro de 2018, em sua edição digital, publicou matéria destacando manifestação política de Guilherme de Pádua nas eleições presidenciais de 2018. O título da matéria rememora a condição de Guilherme de assassino de Daniella Perez: “Assassino de Daniella Perez, Guilherme de Pádua defende Jair Bolsonaro”:

**Figura 8.** Guilherme de Pádua e Bolsonaro



Fonte: Assassino... (2018).

No mesmo sentido, o jornal *Correio Braziliense* de 15 de outubro de 2018 publicou em sua página a matéria: “Guilherme de Pádua, assassino de Daniella Perez, sai em defesa de Bolsonaro”. A matéria é ilustrada por foto na qual aparecem o ex-ator e a ex-atriz por ele assassinada, acompanhada de legenda nos seguintes termos: “Guilherme Pádua e Daniella Perez na época em atuavam juntos, pouco antes de ele assassiná-la, em 1992”.

## Apontamentos finais

A partir da análise dos observáveis entendemos que as referências jornalísticas ao ex-ator evidenciam uma tendência à estigmatização da imagem como assas-

sino, não obstante sua atual condição de cidadão que não já apresenta dívida com a Justiça. São apontamentos que extraímos de um olhar exploratório a partir de um primeiro contato com o objeto empírico de nossa pesquisa. Ao mesmo tempo em que pudemos fazer essa aproximação empírica, trabalhamos no levantamento do referencial teórico da Comunicação e do Direito que alicerça a nossa entrada em campo. Identificamos através desta incursão algumas das formas pelas quais o jornalismo percorre diferentes tempos do acontecimento, explorando nesses momentos, além das especificidades temporais, tópicos que resgatam a memória do acontecimento e refletem na imagem do indivíduo envolvido.

Além disso, a circulação dos artigos jornalísticos em *sites* de redes sociais estimula a circulação da produção de sentidos, (HENN, 2013) o que pode contribuir para a estigmatização. Os discursos de ódio nas redes digitais têm revelado quão inadequado têm sido alguns usos para a comunicação entre os indivíduos, que por vezes não consideram que podem ser responsabilizados juridicamente pela emissão de comentários ou publicações de cunho racista, homofóbico, machista ou preconceituoso, entre outros tipos, e até mesmo com incitação à violência. Em comentários de *sites* de notícia não é incomum a verificação de discussões agressivas pelo fato de as pessoas não concordarem com o conteúdo da matéria ou reportagem, ou por não concordarem entre si. Tanto o jornalismo quanto o Direito estudam as consequência desses discursos de ódio no contexto das redes digitais, de modo que nossa proposta está alinhada com outras pesquisas que buscam promover, além do entendimento, pela interseção desses dois campos, sobre questões de âmbitos teórico e metodológico, o impacto de comportamentos que, a partir da produção, da circulação e do consumo de informação e conteúdo jornalístico, podem ajudar a entender os níveis de (in)tolerância dos indivíduos.

## Referências

ACIOLI, B. de L.; EHRHARDT JÚNIOR, M. A. de A. Uma agenda para o direito ao esquecimento no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, DF, v. 7, n. 3, 2017.

ARQUEMBOURG, J. Entre fato e sentido: contar o acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, n. 6, 2005.

ASSASSINO confesso de Daniella Perez agora ameaça a ex-mulher, segundo jornal *Folha de S. Paulo - F5*. São Paulo 12 fev. 2015. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com>.

br/voceviu/2015/02/1588466-assassino-confesso-de-daniela-perez-agora-ameaca-a-ex-mulher-segundo-jornal.shtml. Acesso em: 18 ago. 2019.

ASSASSINO de Daniella Perez, Guilherme de Pádua defende Jair Bolsonaro *IstoÉ Gente*, São Paulo, 15 out. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/assassino-de-daniella-perez-guilherme-de-padua-defende-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BELL, G.; GEMMELL, J. *O futuro da memória: como essa transformação mudará tudo o que conhecemos*. Tradução Ricardo Bastos Vieira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BENETTI, M. A apropriação discursiva da morte pelo leitor. In: BEATRIZ MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. (org.). *Jornalismo e acontecimento: diante da morte*. Florianópolis: Insular, 2012. v. 2.

BERGER, C. Memória enquadrada: 30 anos se passaram e Vlado segue morrendo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 4. 2006, Porto Alegre.. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BRANCO, Sérgio. *Memória e esquecimento na internet*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.316.921/RJ. Rel. Ministra Nancy Andrighi, terceira turma, julgado em 26/06/2012. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 29 jun. 2012. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201103079096&dt\\_publicacao=29/06/2012](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201103079096&dt_publicacao=29/06/2012). Acesso em: 18 ago. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.334.097/ RJ. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, quarta turma, julgado em 28/05/2013. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 10 set. 2013. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201201449107&dt\\_publicacao=10/09/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201201449107&dt_publicacao=10/09/2013). Acesso em: 18 ago. 2019

CALDAS, P. F. *Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral*. São Paulo: Saraiva, 1997.

CORREIA JÚNIOR, J. B.; GALVÃO, L. H. Direito civil: da memória ao esquecimento. In: CORREIA JÚNIOR, J. B.; GALVÃO, V. (org.). *Direito à memória e direito ao esquecimento*. Maceió: EdUfal, 2015.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Folha de S. Paulo, ano 72, n. 23.282, 30 dez. 1992.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Folha de S. Paulo, ano 76, n. 24.770, 26 jan. 1997.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Folha de S. Paulo, ano 86, n. 28.319, 15 out. 2006.

GOFFMAN, E. Estigma. *Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução Mathias Lambert. [S. l.: s. n.], 2004. Título Original: Stigma - Notes on the management of spoiled identity.

GUILHERME de Pádua se casa na igreja, 20 anos após condenação por assassinato. *Extra*, Rio de Janeiro, 13 maio 2017a. Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/guilherme-de-padua-se-casa-na-igreja-20-anos-apos-condenacao-por-assassinato-21336307.html>. Acesso em:

GUILHERME de Pádua: assassino de Daniella Perez mostra rotina no Instagram. *Veja SP*, São Paulo, 1 jul. 2017b. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/guilherme-padua-instagram-daniella-perez/>. Acesso em:

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.

HENN, R. O ciberacontecimento. In: VOGEL, D.; MEDITSCH, E.; SILVA, G. (org.). *Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais*. Florianópolis: Insular, 2013. v. 4, p. 21-34.

LEAL, B. S. O realismo em tensão: reflexões a partir da morte como acontecimento nas narrativas jornalísticas. In: BEATRIZ MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. (org.). *Jornalismo e acontecimento: diante da morte*. Florianópolis: Insular, 2012. v. 3.

MAIA, P. *Que amor é esse? A história real de Guilherme de Pádua*. Belo Horizonte: Solomon Brasil, 2010.

MIRAGEM, B. *Direito civil: responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2015.

MERZEAU, Louise. *Faire mémoire des traces numériques. E-dossiers de l'audiovisuel, Sciences humaines et sociales et patrimoine numérique*. 2012. Disponível em: <http://www.ina-expert.com/e-dossier-de-l-audiovisuel-sciences-humaines-et-sociales-et-patrimoine-numerique/faire-memoire-des-traces-numeriques.html>. Acesso em: 2 set. 2019.

OST, F. *O tempo do direito*. Tradução Élcio Fernandes. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PALACIOS, M. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. *Revista Matrizes*, São Paulo, ano 4, n. 1, jul./dez. 2010.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação*, Lisboa, n. 6, 2005.

RODRIGUES, G. M.; OLIVEIRA, E. B. de. Memória e esquecimento no mundo virtual: os mesmos fios tecendo uma nova trama? *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 91-105, maio 2015.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.

SAMPAIO, P. Reportagem: a vida após o crime. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 86, n. 28.319, 15 out. 2006.

SARLET, I. W. Direitos Fundamentais: tema da moda, direito ao esquecimento é anterior à internet. *Revista Consultor Jurídico*, São Paulo, 22 maio 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-mai-22/direitos-fundamentais-tema-moda-direito-esquecimento-anterior-internet> Acesso: 21 ago. 2019

SCHREIBER, A. As três correntes do direito ao esquecimento. *JOTA*, [S. l.], 2017. Disponível em: [https://www.jota.info/paywall?redirect\\_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/as-tres-correntes-do-direito-ao-esquecimento-18062017](https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/as-tres-correntes-do-direito-ao-esquecimento-18062017). Acesso em: 10 abr. 2019.

SOUZA, S. de. *Caso Daniella Perez: o crime da novela das oito*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.



**RECONHECIMENTO, INTOLERÂNCIA  
E MORALIDADES**



# A TEORIA DO RECONHECIMENTO EM TEMPOS DE INTOLERÂNCIA: retrocesso cultural e politização reativa<sup>1</sup>

ROUSILEY C. M. MAIA  
BRUNA SILVEIRA  
MAIARA ORLANDINI  
GABRIELLA HAUBER  
PEDRO CAMELO  
LEONARDO SANTA INÊS  
THAIS CHOUCAIR

## Introdução

A abordagem teórica do reconhecimento vincula a constituição da identidade do indivíduo e o seu bem-estar à capacidade de resposta social dos outros, a fim de construir condições sociais e políticas para o desenvolvimento positivo das pes-

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (código INCT 88887.136417/2017-00 e código de financiamento 001), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (códigos 308609/2015-8, 457349/2014-0, 444293/2015-9) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

soas. As demandas por reconhecimento estão frequentemente abertas ao questionamento de se elas são, de fato, reivindicações de igualdade no tratamento jurídico, de redistribuição de oportunidades e de recursos necessários ao bem-estar de indivíduos e de grupos. Uma vez que essas demandas muitas vezes afetam de várias maneiras outros indivíduos e grupos na sociedade, elas são geralmente testadas, contestadas e processadas coletivamente. Muitas democracias experimentam atualmente diversas crises de legitimidade – incluindo fragmentação e forte polarização social, intolerância, autoritarismo e erosão da cultura cívica que constituem fortes obstáculos às lutas por reconhecimento. Países como Hungria, Filipinas, Itália, Áustria, Brasil e Estados Unidos, para citar alguns, são exemplos da ascensão de regimes populistas. Segundo o mais recente relatório da Freedom House,<sup>2</sup> estamos num período de recessão democrática, (DIAMOND, 2015; MOUNK, 2019) no qual, pelos últimos treze anos, diversos países têm se afastado da democracia.

Nosso argumento central neste capítulo é que as lutas por reconhecimento, ao construir certas perspectivas morais sobre os direitos e as necessidades de pessoas ou grupos, podem provocar contradições e mover-se em direção a novas formas de dominação. Por esta razão, é importante investigar os conflitos a partir de um conjunto de forças sociais contingente e, também, sob uma perspectiva normativa capaz de distinguir entre ações políticas que buscam promover a ampliação do horizonte moral de reconhecimento na sociedade e ações políticas que expressam desrespeito a grupos sociais ou mesmo que visam a reverter um reconhecimento já alcançado. Para desenvolver este argumento, focalizamos o fortalecimento da sociedade civil conservadora e os riscos de erosão da cultura cívica. Examinamos, em particular, os desafios nesse cenário para a) a construção de identidades coletivas e mobilização em prol das demandas por reconhecimento, e b) diferentes tipos de politização e despolitização na esfera pública e em instâncias políticas formais.

No contexto atual de mídias híbridas e interconectadas, (CHADWICK, 2013; CHADWICK, DENNIS, SMITH, 2015; MAIA, 2018a, 2018b) os dispositivos digitais não só facilitam as interações *on-line* entre as pessoas, como, também, moldam as características dessas interações. Destacamos que as interações sociais suportam dinâmicas tanto de politização quanto de despolitização nos âmbitos das relações íntimas, sociais e políticas. Focalizaremos algumas tensões presentes no ambiente

---

2 Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019/democracy-in-retreat>. Acesso em: 13 dez. 2019.1

mediático que fazem avançar as lutas por reconhecimento, mas que, paradoxalmente, também criam obstáculos para estas.

## **As controvérsias sobre as demandas por reconhecimento: como justificar as demandas na sociedade eticamente pluralista?**

A crise da democracia liberal é especialmente uma crise dos princípios liberais, como os direitos humanos, a liberdade de expressão e a aceitação das diferenças. Para além de um revés na democracia, alguns autores entendem que estamos vivenciando uma crise do liberalismo. (POLYAKOVA; TAUSSIG; REINERT, 2019, p. 2) Temos assistido a uma crescente defesa de valores explicitamente iliberais em discursos de representantes políticos e em conversas cotidianas. (CURATO; HAMMOND; MIN, 2019, p. 154-156; INNES, 2015) Essa onda de iliberalismo pode ser explicada por diversos fatores, como: a globalização da economia e a consequente instabilidade nos padrões de trabalho, de consumo e de satisfação concernentes às necessidades materiais básicas nas últimas décadas; a crise migratória, a pluralização de grupos sociais e decorrentes conflitos culturais nacionais e multiculturais; e as rápidas transformações tecnológicas que produziram uma sensação de ameaça à estabilidade vivida por uma parte da população. (INNES, 2015; NORRIS; INGLEHART, 2019; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018)

Ao examinar o contexto que levou grupos conservadores e autoritários à ascensão em diferentes sociedades europeias e nos Estados Unidos, Norris e Inglehart (2019) evidenciam que as mudanças no perfil educacional e as dinâmicas urbanas aprofundaram os contrastes geracionais. Por um lado, uma geração jovem cada vez mais diversa e entusiasta de mudanças culturais relativas à gênero, raça, direitos de pessoas com deficiência e meio ambiente; e, por outro, um grupo minoritário, porém numeroso, de pessoas mais velhas que veem suas crenças e estilos de vida ameaçados por essas mudanças. A diferença no nível de engajamento político desses grupos, combinada com um ressentimento e desejo de retorno a um passado seguro da geração mais antiga, explicaria a ascensão de grupos conservadores. No Brasil, entretanto, as inclinações para políticas autoritárias provêm também das gerações mais novas, sem recortes de renda e classe, uma vez que o discurso homo-

gêneo desses líderes atinge jovens de grupos distintos. (AVRITZER; STARLING; ZANANDREZ; BRAGA, 2019; PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018) Os processos de reação contra os avanços que o Brasil experimentou nas últimas décadas têm como alvo, em grande parte, as políticas de redistribuição de renda e a progressiva inclusão de minorias e grupos em desvantagem. (BIROLI, 2018; PENNA, 2018)

É difícil generalizar os fatores que levam as lutas emancipatórias e as metas substantivas a transformarem o comportamento individual ou a sociedade em geral. Ao mesmo tempo em que os conflitos sociais sofrem alterações, são também criadas novas contradições e novas formas de dominação. Segundo Honneth, é fundamental diferenciar entre “formas progressistas” e “reacionárias” de luta social nos dias atuais. (HONNETH, 2003a, p. 182-183) A partir da teoria honnethiana (2003b), uma luta por reconhecimento pode ser caracterizada como emancipatória e com efeitos democráticos quando ela contribui para o aumento da autonomia individual e política ou para condições institucionais que expandem a inclusão social.

Honneth interpreta o princípio de igualdade universal entre todos os indivíduos como uma progressão histórico-normativa, isto é, como articulação de uma ordem jurídico-social, advinda da modernidade, que concede a extensão de direitos a um número cada vez maior de indivíduos e que permite institucionalizar as condições que garantem autonomia individual e a autorrealização. Neste sentido, a expansão das formas de individualização (autodeterminação e autorrealização) e a inclusão social estão intrinsecamente interligadas. Ambas as condições são importantes, isto é, “quanto mais a integração social é institucionalizada [...] mais ela inclui todos os indivíduos em relações de reconhecimento e os ajuda a articular suas personalidades”. (HONNETH, 2003b, p. 262, tradução nossa)<sup>3</sup> Contudo, este processo pode ser revertido, mesmo quando normas já se encontram institucionalizadas. Nas palavras de Honneth: “seria ingênuo afirmar que as normas de reconhecimento estabelecidas não possam jamais ser revistas. [...] [Em determinadas circunstâncias], mesmo a forma mais elementar de reconhecimento interpessoal pode ser revertida”. (HONNETH, 2011, p. 399, tradução nossa)<sup>4</sup>

---

3 “For the more such social integration does justice to the normative expectations [...] the more it includes all individuals into the relations of recognition and helps them articulate their personalities.” (HONNETH, 2003b, p. 262)

4 “It would be naïve to claim that established norms of recognition cannot ever be revised. [...] even the most elementar form of interpersonal recognition can be undermined.” (HONNETH, 2011, p. 399)

Honneth propõe que as mudanças sociais ligadas às lutas por reconhecimento são geradas por um sentimento de injustiça, que capacita os sujeitos marginalizados a articular um quadro intersubjetivo de interpretação do desrespeito. O feminismo fez avançar uma série de pautas ao criticar normas de gênero imbuídas em muitas tradições sociais, afirmando a igualdade das mulheres nos domínios doméstico, do trabalho e do direito. Movimentos negros trazem, cotidianamente, as discussões acerca da supremacia racial branca, advinda do racismo estrutural enraizado no sistema. Grupos LGBTQI+ buscam a legitimidade de suas identidades, apontando para diversos tipos de violência sofrida por pessoas que se colocam no mundo de maneira distinta da norma heterossexual. A organização de pessoas indígenas traz agendas como a demarcação de terras, reconhecimento de sua cultura e educação inclusiva. Pessoas com deficiência articulam-se em prol da inclusão e acessibilidade.

Demandas por reconhecimento sempre provocam conflitos e resistências na sociedade, porque elas desafiam a hierarquia de valores e as práticas sociais, afetam a legitimidade de distribuição de prestígio e poder entre os grupos sociais e, ainda, apelam frequentemente para novas formas de alocação de recursos e formatação de políticas públicas. (DERANTY, 2009; MAIA, 2018a, 2017; ZURN, 2010) Nas palavras de Honneth, “as estruturas normativas institucionalizadas [...] não se desenvolveram por acaso. Elas emergiram de experiências práticas.” (HONNETH, 2012, p. 115, tradução nossa)<sup>5</sup> Para nossos propósitos, interessa explorar a natureza da crítica conservadora no contexto da crise dos princípios liberais. Entendemos aqui como conservadores aqueles que adotam uma abordagem moralista na política, incluindo, tipicamente, o apreço pelas tradições de uma dada sociedade ou de certas comunidades para assegurar a coesão social ou a estabilidade política. (DRYZEK; DUNLEAVY, 2009) O conservadorismo no Brasil reúne diferentes grupos e se propaga entre os mais variados estratos de classe, idade e raça, (AVRITZER; STARLING; ZANANDREZ; BRAGA, 2019; PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018;) englobando elementos distintos, sobretudo do fundamentalismo religioso, da reconfiguração do antigo anticomunismo e do iliberalismo. (MIGUEL, 2018) No Brasil, assim como em outros países, a insatisfação generalizada da população se transformou numa potência eleitoral. (NORRIS; INGLEHART, 2019; SOLANO, 2019)

---

5 “The institutionalized normative structures [...] have not developed by accident; they have emerged from practical experiences [...]” (HONNETH, 2012, p. 115)

Em particular, destacamos que as reivindicações de grupos conservadores ou grupos extremistas e autoritários também se fundam na ideia de dano e violação às condições de bem viver. Em discussões sobre pautas morais, grupos conservadores contestam, por exemplo, a destruição da família natural em contraposição ao direito da família e aos direitos dos indivíduos; a “ideologia de gênero” e “a guerra entre os sexos” contra as demandas por igualdade de gênero; a “erotização das crianças” contra o ensino da educação sexual nas escolas; e a libertinagem progressista contra a criação cultural artística. Neste cenário, como é possível distinguir as demandas por reconhecimento válidas daquelas que não são válidas? Honneth aponta claramente que certas reivindicações não podem ser aceitas: “é óbvio que não podemos endossar cada revolta política como tal – que não podemos considerar cada demanda por reconhecimento como moralmente legítima ou aceitável”. (HONNETH, 2003a, p. 171; ver também, HONNETH, 2007, p. 77–78) Para verificar se as “demandas” relacionadas aos sentimentos de danos conferem um acurado senso de injustiça, (HONNETH, 1996, p. 168) Honneth propõe os seguintes critérios dentro da teoria do reconhecimento: “somente aquelas demandas que potencialmente contribuem para a expansão das relações sociais de reconhecimento podem ser consideradas normativamente fundadas, uma vez que elas apontam na direção de um aumento no nível moral da inclusão social”. (2003a, p. 187) Esta colocação tem duas consequências importantes.

Em primeiro lugar, o reconhecimento recíproco requer uma atitude moral de considerar o outro; os sujeitos devem ser definidos como seres autônomos, que buscam realizar os seus próprios anseios. Mais do que uma imposição dos próprios valores ou da busca autocrática pela autorrealização, Honneth, ao descrever a segunda esfera de reconhecimento, tem em mente, como diversos teóricos democratas, o princípio normativo igualitário-universalista que fundamenta os direitos modernos, isto é, o respeito mútuo e a igualdade de tratamento para cada ser humano que merece ser reconhecido em sua liberdade fundamental. (HONNETH, 2003a, 2017) Honneth acrescenta outros dois modos interdependentes de reconhecimento com base nos princípios do amor e da estima social, que são vistos como tendo funções específicas de preservar a integridade dos seres humanos.<sup>6</sup>

---

6 Nas palavras de Honneth (2003, p. 189), “Na sociedade moderna, as condições para a auto-realização individual só estão socialmente asseguradas quando os sujeitos podem experien-

Para justificar as liberdades civis individuais e a igualdade de oportunidades para a participação política em uma ordem democrática, Honneth compartilha uma premissa básica do pensamento liberal e republicano, segundo a qual a esfera jurídica do reconhecimento permite que as pessoas sejam percebidas como tendo “igualdade de *status*”, e não uma “identidade diferente”, como assumido por alguns comentaristas. (DÜTTMANN, 2000; FRASER, 2003) A igualdade de *status* como cidadão permite que as pessoas possam ver a si próprias como sujeitos moralmente responsáveis e autônomos, iguais a todos os outros no contexto das relações jurídicas.

Assim sendo, as demandas por reconhecimento de grupos racistas, homofóbicos ou xenófobos são assimétricas e moralmente inadequadas, porque implicam em intolerância para com aqueles que não comungam do mesmo sistema de valores e modos de vida. Desta maneira, não faz sentido se pautar pela tolerância para a defesa das reivindicações de tais grupos. Forst (2009) afirma que a pretensão da tolerância pelos racistas pode levar ao equívoco de considerar que seus preconceitos sejam juízos éticos legítimos, ou, ao menos, razoavelmente possíveis. Para Habermas (2003), só é possível falarmos em tolerância quando parte-se da premissa da rejeição das crenças e convicções do outro. Os discursos dogmáticos de grupos extremistas e intolerantes, neste sentido, mais do que contestar demandas baseadas em crenças ou em valores distintos, buscam inferiorizar, criminalizar e desumanizar grupos oponentes.

Em segundo lugar, Honneth propõe que as demandas legítimas de reconhecimento devem contemplar os critérios de reciprocidade e de generalidade. Em outras palavras, as demandas por reconhecimento, legítimas em qualquer esfera, devem resultar na inclusão de mais pessoas no “círculo de membros integrais da sociedade”. (HONNETH, 2003a, p. 185) Cabe destacar aqui a distinção que Van Prooijen e Krouwel (2016) fazem entre o conceito de intolerância dogmática – tendência de rejeitar e considerar como inferior qualquer crença ideológica diferente da sua – e o de intolerância política, que se refere ao desejo de proibir formalmente grupos ativistas antagônicos. Ao invés de adotar a máxima liberal “viva e deixe viver”, grupos extremistas autoritários tipicamente buscam restringir, ou mesmo impedir, a participação de outros grupos na vida pública e, quando possível, das

---

ciar o reconhecimento intersubjetivo não apenas de sua autonomia pessoal, mas também de suas necessidades específicas e capacidades particulares.”

instâncias políticas formais. Os vínculos de pertencimento e identificação se nutrem do desejo de eliminar os “outsiders”. Neste caso, as noções de “nós” e “eles”, próprias do associativismo em qualquer sociedade pluralista, galvanizam discursos de ódio, ações de perseguição e violência.

## Obstáculos do reconhecimento na arena política: retrocesso cultural e despolitização

Na seção anterior, indicamos que a Teoria do Reconhecimento entende que a experiência de dano e desrespeito pode vir a motivar resistência coletiva, o questionamento de normas sociais e, ainda, reconstruir os quadros de expectativas recíprocas nas interações sociais. Assim sendo, as “lutas por reconhecimento” requerem uma série de ações para transformação social, que vão desde a capacidade dos sujeitos desfavorecidos de articularem a crítica social e se engajarem em discussões coletivas na esfera pública, passando pela representação política e pela pressão sobre decisões em processos de institucionalização em instâncias políticas formais. Em consonância com as teorias dos movimentos sociais, sabemos que esses processos dependerão, naturalmente, de uma série de fatores em cada situação concreta. (DELLA PORTA, 2013, DELLA PORTA; DIANI, 2006; GAMSON, 1992; MAIA, 2018a) Claro está que cada conflito social precisa ser estudado a partir de sua própria especificidade. Contudo, como podemos distinguir entre ações estrategicamente orientadas de combate e confronto, ligadas a formas de participação progressista, e aquelas ligadas à participação conservadora-autoritária na arena política?

As lutas por reconhecimento moralmente motivadas remetem a distintos processos de politização. (CAL, 2016; HONNETH, 2003a; GARCÊS, MAIA, 2009; MAIA, 2014, 2017; MENDONÇA, 2012; WOOD, FLINDERS, 2014; WOOD, 2016) Com base na tipologia proposta por Colin Hay (2007) de 3 formas de politização, podemos dizer o tipo mais básico de politização (tipo 1) refere-se à construção de significados a partir da perspectiva dos participantes dos conflitos sociais. Este processo – fundante das lutas por reconhecimento – ocorre quando há questionamento do *status*, de poderes ou de papéis que antes pertenciam à ordem natural ou ao reino do fato. Dentro da abordagem teórica do reconhecimento, as respostas individuais aos sentimentos de injustiça – ligados às experiências negativas de

exclusão, estigmatização, dominação e exploração, frequentemente vivenciadas nas interações cotidianas – estão associadas à capacidade desses sujeitos de tematizar os danos como problemas socialmente construídos, de modo que eles não sejam mais vistos como destino ou como parte da “ordem natural” da sociedade. A capacidade dos cidadãos de falar sobre suas próprias aspirações e necessidades, a fim de identificar fatores estruturais e obstáculos sociais à própria emancipação ou autorrealização, é um requisito crucial para o desenvolvimento de sua autonomia, bem como para garantir a inteligibilidade da injustiça. (HONNETH, 2011, 2012; DERANTY, 2009; ZURN, 2010) Os sentimentos de injustiça, se articulados com sucesso, constroem uma “semântica coletiva”, i.e., quadros comuns de interpretação coletiva que fornecem motivação para a resistência e para propor remédios para as injustiças ou soluções para os problemas detectados, e, assim, buscar transformar a sociedade numa dada direção.

Uma das principais características de grupos autoritários ou extremistas é a tentativa de apagar as vozes e os discursos que contestam padrões hegemônicos. No terreno discursivo, a eliminação de diferenças se dá, em grande medida, a partir da projeção de uma noção homogênea e polarizada do conflito. Demandas por direitos avançadas pelo feminismo, por movimentos negros, grupos LGBTQI+ e grupos indígenas são percebidas como divisões artificiais na comunidade política. (NORRIS, INGLEHART, 2019) A partir da perspectiva conservadora, a crítica às dominações associadas ao racismo, ao machismo, à homofobia é frequentemente vista como impropriedade ou como formas de vitimização. Seriam demandas que corroem os propósitos comuns dos cidadãos e contribuem para desestabilizar a sociedade, (DRYZEK; DUNLEAVY, 2009; NORRIS; INGLEHART, 2019) ainda que dados estatísticos atestem a violência cometida contra essas parcelas da população. No ranking de violência contra a mulher, por exemplo, o Brasil está em 7º Lugar, com uma taxa de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres, sendo a taxa de homicídio de mulheres negras 71% maior do que a de não negras.<sup>7</sup> O Brasil também registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, de acordo com relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2019.

Membros dos grupos conservadores, com caráter autoritário ou extremista, frequentemente se afirmam como “cidadãos de bem”, “humanos direitos”, “patrio-

---

7 Dados do relatório da CPMI da Violência Contra a Mulher e do Atlas da Violência 2018.

tas” que se confrontam com grupos sociais externos, inferiores ou perigosos (“bandidos”, “vagabundos”, “pervertidos”, “inimigos da pátria”). Nesses casos, o autoritarismo inclui um “moralismo convencional punitivo” (SMITH, 1967; MUDDE, 2007) para que a ordem social seja firmemente (re)estabelecida e que todos saibam o seu lugar nela. Neste sentido, o discurso conservador convoca, em particular, a premissa de proteção da família, da pátria ou da religião como a justificativa para a emergência de uma ideologia antipluralista e anticosmopolita. (BIROLI, 2018; SOLANO, 2019)

O não reconhecimento da legitimidade dos interlocutores carrega consigo uma violência duplamente perversa. Perversa não apenas por denegar o *status* igualitário daqueles que pensam diferente, mas, também, por desvalorizar e subjugar os oponentes, pessoas pertencentes a minorias nacionais ou grupos marginalizados previamente excluídos (como pessoas pobres, mulheres, gays e lésbicas, índios, negros), ou aqueles com distintas posições político-ideológicas (como segmentos políticos alinhados à esquerda). Segundo Solano (2019), o ataque ao campo progressista propõe que “os movimentos [das denominadas pautas identitárias] seriam os culpados das opressões que eles buscam combater”. (SOLANO, 2019, p. 319) De tal modo, imputa-se culpa a esses cidadãos por destruírem a forma boa e segura de vida, pelo “roubo dos direitos” e pela degradação dos costumes ou da moralidade social.

A segunda forma de politização (tipo 2), segundo a tipologia de Colin Hay (2007), se caracteriza pela transição de questões do reino privado para a esfera pública, de modo que problemas antes tidos como concernentes ao indivíduo ou ao foro íntimo passem a se constituir como problemas de interesse geral e, assim, a nortear novas concepções na sociedade e balizar as tomadas de decisão coletiva. Este tipo de politização envolve a disputa pública de significados em torno de conflitos sobre fatos, valores e interesses. A teoria honnethiana, como já discutido, parte da premissa que a luta por reconhecimento é sempre um processo desafiador. Os atos de reconhecer e de ser reconhecido não chegam a um final definitivo, (DERANTY, 2009; ZURN, 2010) mas requerem o debate público com grupos oponentes, grupos aliados e, ainda, com grupos de potenciais observadores para se conquistar uma definição mais geral das injustiças, se elas são ou não procedentes, e o que pode ser feito para amenizá-las.

Como já discutido, grupos marginalizados, via de regra, buscam expor diferentes experiências de dano e desrespeito na esfera pública, com a expectativa de

que suas demandas possam ser reconhecidas pelos demais. Isso porque a agência, a autonomia e a autorrealização pretendida requerem a afirmação e o reconhecimento dos outros. No contexto brasileiro, podemos apontar diversos relatos recentes de experiências que mobilizaram grupos em redes sociais, por exemplo, por meio das seguintes *hashtags*: #ÉCrimeSim, #MeuAmigoSecreto e #BlackLivesMatter. Em qualquer sociedade complexa e pluralista, espera-se que exista conflito entre os anseios e as crenças subjacentes às preferências dos cidadãos e dos grupos sociais. De tal modo, não se pode assumir de antemão que as demandas de determinado grupo estejam necessariamente localizadas no “polo do bem” ou no “polo do mal”. O nosso argumento é o de que o confronto na esfera pública se torna tóxico para a democracia e para as dinâmicas de reconhecimento quando se busca eliminar a legitimidade dos interlocutores e subtrair a própria concepção de esfera pública, como local de discussão democrática sobre as diferenças, com vistas a chegar a entendimentos e acordos que sejam aceitos pelas partes, sem o uso da força.

No âmbito da esfera pública, a despolitização mais evidente envolve a tentativa de negar explicitamente a dimensão coletiva dos problemas e, assim, retirar da pauta política as demandas por direitos, redistribuição de recursos ou valorização das contribuições na esfera do trabalho. Esta forma de despolitização (tipo 2), caracterizada por esforços para que questões problemáticas do reino público retrocedam para o reino privado, é tipicamente negacionista. A respeito dos grupos LGBTQI+, dizem que, atualmente, já possuem e desfrutam de direitos suficientes, além de influir na desconstrução da família tradicional. Em relação aos negros, contestam que não há motivos para políticas de ações afirmativas, já que somos todos iguais, e a escravidão se estancou no passado. As mulheres não devem ser tratadas com privilégios em relação aos homens, uma vez que também são capazes. As políticas redistributivas e de inclusão que visam a reduzir as desigualdades são interpretadas como programas que estimulam a preguiça e desencorajam o esforço próprio, além de onerar demasiadamente o Estado. Os direitos humanos tendem a ser vistos como fruto de um sistema excessivamente benevolente e ineficaz, que protege bandidos.

Grupos conservadores ligados ao libertarianismo não abraçam necessariamente causas morais, já que pouco se importam com comunidades e tradições, mas apenas com o mercado e os indivíduos. (DRYZEK; DUNLEAVY, 2009; MIGUEL, 2018) A recusa de reconhecer demandas de grupos excluídos ou desfavorecidos combina a negação do aspecto social e estrutural dos problemas com a ideia de me-

ritocracia. A luta coletiva é menosprezada porque os grupos reivindicantes demandam direitos, valorização na esfera do trabalho e maior inclusão social sem o devido esforço pessoal. Contestam que a pluralização incessante de grupos e demandas *ad infinitum* por reconhecimento levam ao caos político: deixam os governos “ingovernáveis”, exercem pressões financeiras que quebram o Estado e bloqueiam a ação dos agentes públicos em áreas prioritárias.

Grupos conservadores de caráter autoritário tipicamente atribuem superioridade moral a si mesmos e não têm interesse em trocar argumentos e refletir sobre valores e preferências com quem pensa diferente. (SMITH, 1967; VAN PROOIJEN; KROUWEL, 2016) Diante do desacordo, ao invés de ouvir o que os outros têm a dizer, esses grupos tomam o outro como alvo de ataques e insultos. (HAMELEERS, 2019; PENNA, 2018; SOLANO, 2019) Tipicamente, eles iniciam a comunicação com humilhação pública e recomendação por punição. Esta interpelação obstrui, de maneira prática, a possibilidade de os interlocutores prosseguirem com a comunicação para apresentar suas demandas ou para argumentar sobre a propriedade das mesmas. Diante do insulto e do rebaixamento social, pessoas e grupos ofendidos podem optar por um silêncio penoso ou por defender a própria dignidade e o direito de existência social, ou, ainda, por contra-atacar com insultos. Em qualquer situação, contudo, os interlocutores dificilmente podem construir um diálogo substantivo sobre questões que os afetam. Esta forma de suprimir o dissenso, ao eliminar o terreno comum para construir o diálogo através das diferenças, contribui para a corrosão mesma da esfera pública.

Neste contexto, aqueles que propagam discursos de ódio tipicamente veem a si mesmos como vítimas. (PEREIRA, 2017; SMITH, 1967) No caso do combate à criminalidade, propõe-se o uso extremo da força contra infratores e acusados, devido às dificuldades de punição por meio do sistema penal. Neste sentido, os próprios direitos humanos são constantemente atacados, ainda que endereçados a distintos alvos em diferentes países.<sup>8</sup> O presidente Jair Bolsonaro defendeu, em sua campanha, uma série de argumentos que sintetizam este posicionamento, ao aliar autoridade militar, a não garantia dos direitos humanos para acusados de crimes e leis mais severas. Em seu *site* na campanha eleitoral, o presidente eleito apre-

---

8 Nos ataques aos direitos humanos, há variabilidade de alvos: enquanto na Hungria os alvos do primeiro ministro Viktor Orbán são os imigrantes, nas Filipinas, do presidente Rodrigo Duterte, são os acusados de crimes.

sentou-se comprometido com “a redução da maioria penal, ao armamento do cidadão de bem e ao direito de autodefesa, pela segurança jurídica da ação policial.” (BOLSONARO, 2019) O plano de governo apresentado propôs “alterar o sentido das políticas de direitos humanos, priorizando o direito de legítima defesa das vítimas.” (BRASIL, 2018) Sobre os direitos fundamentais, o documento declarou que “todo cidadão, para gozar dos seus direitos plenos, deve obedecer às leis e cumprir com suas obrigações.” (BRASIL, 2018)

Este cenário é desafiador para as lutas por reconhecimento, porque a visão universalista dos direitos humanos é desqualificada, na medida que questões particulares, valorizadas por segmentos específicos, são tomadas como legalmente e politicamente mais importantes que os direitos humanos. De acordo com Joas (2012), os direitos humanos estiveram sob constante ameaça desde o início da consolidação jurídica desses nas democracias liberais, toda vez que outras sacralizações – como a sacralização da nação, da religião ou da raça – buscaram se impor sobre o valor e a dignidade fundamental das pessoas. Assim sendo, os direitos humanos não são conceitos autoexplicativos, mas, ao invés disso, historicamente mutáveis. Eles dependem de estratégias contingentes para o seu fortalecimento. (BEVIR, 2006) E, mais, os argumentos para a defesa devem ser justificados e submetidos ao escrutínio público, (CURATO et al., 2019) e, se bem-sucedidos, devem ser tomados como referencial em agendas políticas na busca do bem comum.

Por fim, as lutas por reconhecimento bem-sucedidas exigem um terceiro tipo de politização relacionado a processos de institucionalização, ao desencadear debates legislativos sobre as novas leis ou políticas públicas para assegurar maior inclusão e oportunidades para grupos que sofrem injustiças. Segundo Hay (2007), esta forma de politização (tipo 3) visa a reforçar a responsabilidade dos órgãos governamentais para ampliação de direitos, redistribuição de renda, políticas afirmativas e de proteção a grupos oprimidos ou desfavorecidos. Estudos prévios, desenvolvidos à luz da Teoria do Reconhecimento, apontam a dinâmica de luta permanente que engendra distintos graus de institucionalização: os dispositivos legais de proteção e as disputas judiciais em torno dos direitos das comunidades quilombolas; (BARGAS; MAIA, 2019) a inclusão dos serviços domésticos na lista das piores formas de trabalho infantil; (CAL, 2016); a lei que reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação de pessoas surdas; (GARCÊS; MAIA, 2009; MAIA; GARCÊS, 20013) e a institucionalização de direitos e compensações às pessoas com hanseníase e o impacto em sua estima social. (MENDONÇA, 2011, 2014)

A ascensão de líderes populistas em democracias liberais tem imposto desafios a muitos dos pressupostos das lutas por reconhecimento aqui apresentados. Em países de regimes democráticos mais consolidados, as cortes constitucionais, a mídia e a sociedade civil têm demonstrado resiliência ao impor limites às investidas iliberais de líderes autoritários. Há, entretanto, regimes híbridos, em que estruturas políticas liberais, com uma base de direitos e avanços políticos conquistados por minorias, (NORRIS; INGLEHART, 2018) convivem com governos populistas, que administram o apoio público com medidas iliberais e antidemocráticas. (AVRITZER; STARLING, ZANANDREZ; BRAGA, 2019; ILLING, 2017) No Brasil, questões que antes eram consideradas inquestionáveis – como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição brasileira de 1988 e até o próprio regime democrático – agora são alvo de ataque. Grupos de extrema-direita defendem a ruptura da democracia para instauração do regime militar, apoiando-se em processos institucionais para ferir a própria constituição. O vínculo entre a expansão da sociedade civil conservadora e a ascensão de líderes populistas oferece suporte a práticas iliberais e autorizam violações à liberdade de expressão e à liberdade de associação. Os casos de censura à arte são exemplos de formas de coerção em que os representantes eleitos utilizam aparatos legais para impedir a livre expressão, como no caso da exposição Queermuseu, que foi vetada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, logo após ter sido encerrada antecipadamente em Porto Alegre, com duras críticas de grupos conservadores que acusaram as obras de apologia à pedofilia, zoofilia e blasfêmia.

Na esfera governamental, a politização reativa, caracterizada pelo sentimento de ameaça e urgência, é também um mecanismo populista para impor uma pauta única e obstruir o debate público genuíno nas casas parlamentares. Temas como a “guerra contra o crime”, a “imigração ilegal”, a “escalada da corrupção” ou a “degradação da moralidade pública” provocam intensas reações por parte da população e incitam pânico moral. Ao catalizar a insatisfação popular e o medo de grupos perigosos, alimentados pela necessidade de agir com rapidez, a institucionalização desta política exige medidas imediatas, incompatíveis com a participação dos cidadãos e com o amplo debate público.

Ademais, a política reativa, frequentemente, rejeita os procedimentos das instituições democráticas, vistas como corruptas, fisiológicas e ineficazes. Este contexto cria condições para a implementação de soluções simples, unidimensionais, para problemas complexos ou a adoção de medidas extraordinárias, como o abuso da

força. Novamente, a visão homogeneizada da sociedade sustenta a busca de soluções simplistas para um inimigo comum, tido como causa de todos os problemas. Podemos citar alguns exemplos, como o armamento para solucionar questões de segurança pública e o projeto “Escola Sem Partido” para sanar conflitos na área da educação. De modo mais radical, muitos dos apoiadores do governo populista conservador estão dispostos a abrir mão da democracia para combater o inimigo que ameaça a estabilidade da sociedade das mais variadas maneiras.

## **A comunicação política nas lutas por reconhecimento: repensando a erosão da cultura cívica e a politização reativa**

Por fim, cabe destacar que novos desafios se apresentam para as lutas por reconhecimento com a organização do sistema híbrido e interconectado de *media*, (CHADWICK, 2013; CHADWICK; DENNIS; SMITH, 2015; MAIA, 2017, 2018b) na medida em que diferentes tipos de politização e de despolitização se desenrolam de modo relativamente espontâneo através das esferas íntima, pública e governamental. Partimos da premissa que a circulação de informações qualificadas é fundamental para que questões diversas sejam debatidas e, conseqüentemente, para que as lutas por reconhecimento sejam efetivas. Contudo, com o crescimento do acesso digital, a disseminação de discursos de ódio e de notícias falsas, não baseadas em fatos, mas guiadas pelo partidarismo, pelo revisionismo ideológico ou pelo obscurantismo religioso, obstruem a possibilidade de expressão democrática. Se, por um lado, a diminuição das barreiras para a comunicação política permite que a informação seja acessível e não concentrada em determinados veículos e, ainda, que o conteúdo informativo seja passível de ser questionado, por outro lado, ela fornece condições propícias para campanhas de desinformação e para a disseminação de mentiras. A circulação indiscriminada e sem monitoramento das notícias, incluindo a avalanche de *fake news*, impõe novos problemas para determinar a verdade como uma afirmação verificável sobre a realidade.

No Brasil, esse conteúdo circula, sobretudo, por meio de grupos de WhatsApp e, muitas vezes, por uma estratégia paga de envio de mensagens em série, com um amplo alcance de usuários da rede social. (PIAIA; ALVES, 2019) Essas informações falsas, ao simular os formatos e as linguagens do jornalismo, buscam conquistar

credibilidade para fazer avançar agendas partidárias e desestabilizar os oponentes e instituições políticas ou comerciais. (BENNETT; LIVINGSTONE, 2018; WAISBORD, 2018) São exemplos de informações falsas que pautaram a opinião pública recentemente aquelas produzidas por grupos antivacinas para espalhar o medo por meio de conspirações contra a indústria farmacêutica e grupos conservadores que distorceram fatos para enquadrar ações contra homofobia como “kit gay”, visando ao ganho político e ideológico. Em meio a uma abundância de informações, torna-se cada vez mais difícil extrair conteúdos relevantes e verdadeiros do ambiente digital, o que contribui para o surgimento de uma cultura de desconfiança. (DAHLGREN, 2018) E mais, diante de tantas *fake news* e desinformações, questionar a credibilidade das reivindicações de pessoas ou grupos dos quais se discorda torna-se também uma prática comum. Ainda que seja possível verificar a veracidade das fontes, este cenário facilita a propagação de convicções baseadas no engano, na desinformação e na fraude. De tal sorte, os *media* tradicionais perdem a função de mediadores comprometidos com a “verdade” e passam a ser vistos com desconfiança por boa parte da população. Em contrapartida, os próprios cidadãos, expostos a um fluxo seletivo de conteúdos, com a interferência dos algoritmos e da própria lógica de funcionamento das plataformas digitais, tornaram-se responsáveis por distribuir essas informações falsas, conformadas pelas relações interpessoais *on-line* nas redes sociais. (BENNETT; LIVINGSTONE, 2018)

De modo complementar à ação dos cidadãos, os líderes populistas, ao atacar as organizações da imprensa com críticas retóricas, aumentam a suspeição acerca da possibilidade de produção de informação legítima. (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; WAISBORD, 2018) A retórica populista, via de regra, rejeita os princípios fundamentais da comunicação pública, como o papel da imprensa de exercer vigilância sobre os representantes eleitos e agentes públicos, a proteção à liberdade de expressão pelo Estado e o direito de acesso à informação fidedigna. No atual contexto, há, frequentemente, a negação explícita de reivindicações objetivamente verificáveis, que, juntamente com a velocidade com que as informações circulam, contribuem para moldar a formação da opinião. (CURATO; HAMMOND; MIN, 2018, p.139; HAMELEERS, 2019) Essas dinâmicas contemporâneas da comunicação política tendem a agravar a crise epistêmica vivenciada nas sociedades democráticas. Na medida em que se afirma que todas as verdades são parciais e respondem a interesses de grupos; que evidências e explicações produzidas por cientistas e historiadores são equivalentes a narrativas alternativas e que cada um

tem a sua verdade; e, ainda, que cada pessoa tem a própria maneira de classificar as informações que acessa pelas redes sociais enquanto relevantes e verdadeiras ou não, (DAHLGREN, 2018; WAISBORD, 2018) a própria noção de verdade perde seu potencial normativo para guiar as decisões coletivas. Este mau presságio deixa evidente a importância de se levar seriamente em conta os requisitos que tornam a vida pública democrática possível: a tolerância e o engajamento com as diferenças por meio da discussão bem informada, crítica e respeitosa na esfera pública. Os atos de reconhecer e ser reconhecido, fundados nas obrigações recíprocas para com a liberdade e a autonomia dos outros, e, também, fundados na solidariedade para favorecer o desenvolvimento positivo e a autorrealização dos indivíduos, garante e protege a integridade de todos nas sociedades democráticas.

## Conclusão

Neste capítulo, buscamos explorar determinadas tensões por reconhecimento no âmbito das relações cotidianas, na esfera pública e nas instituições políticas. Focalizamos obstáculos para fazer avançar lutas por reconhecimento, a partir da ascensão da sociedade civil conservadora, de riscos de erosão da cultura cívica e da ascensão de líderes populistas. Argumentamos que as lutas progressistas e as lutas reacionárias, ainda que articuladas em torno de percepções de danos, engendram noções completamente distintas de princípios e práticas para permitir (ou para obstruir) a individualização e a inclusão de indivíduos nas relações de reconhecimento. Distinguimos entre três dimensões de politização e despolitização que perpassam os conflitos por reconhecimento no reino íntimo/privado, na esfera pública e nas instâncias governamentais. Em contraste com as abordagens centradas na mídia, buscamos ilustrar como o modelo híbrido e interconectado de *media* faz parte tanto dos processos de politização quanto de despolitização, para sustentar de modo dinâmico embates entre interações democráticas e aquelas iliberais ou antidemocráticas.

## Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of economic perspectives*, Nashville, v. 31, n. 2, p. 211-36, 2017.

- AVRITZER, A.; STARLING, H.; ZANANDREZ P. e BRAGA, P. (org.). *Pensando a democracia, a república e o estado de direito no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2019.
- BARGAS, Janine; MAIA, Rousiley. Teoria do reconhecimento e interações cotidianas: o caso das lutas dos quilombolas do Pará. *Contracampo*, Niterói, v. 38, n. 2, p. 85-98, ago./nov. 2019.
- BENNETT, L.W.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, Thousand Oaks, v. 2, n. 33, 2018.
- BEVIR, M. Democratic governance: Systems and radical perspectives. *Public administration review*, Washington, D.C., v. 66, n. 3, p. 426-436, 2006.
- BIROLI, F. Reação conservadora, democracia e conhecimento. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 61 n. 1, p.83-94, 2018.
- BOLSONARO. Bolsonaro, c2019. Página inicial. Disponível em: <https://www.bolsonaro.com.br/?fbclid=IwAR3dF2FDcHZiVC8gKgTCgHzmKAB2w0UgTP0P7xtoeddZlbekezYJvxMQ9Grk>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Proposta de Governo. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, Brasília/, DF, 2018. Disponível em: [http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta\\_1534284632231.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf). Acesso em: 13 jan. 2019.
- CAL, D. *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências*. Salvador: Edufba: Compós, 2016.
- CHADWICK, A. *The hybrid media system: politics and power*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- CHADWICK, A.; DENNIS, J.; SMITH, A. P. Politics in the age of hybrid media: Power, systems, and media logics. In: BRUNS, A. et al. (ed.). *The Routledge companion to social media and politics*. Abingdon: Routledge, 2015. p. 7-22.
- CURATO, N; HAMMOND, M; MIN, J. B. Deliberative democracy in dark. In: CURATO, N.; HAMMOND, M.; MIN, J. *Power in Deliberative Democracy*. New York: Palgrave, 2019. p.137-165.
- DAHLGREN, P. Media, Knowledge and Trust: The Deepening Epistemic Crisis of Democracy. *Javnost - The Public*, 2018.
- DELLA PORTA, D. Bridging research on democracy, social movements and communication. In: CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (ed.). *Mediation and Protest Movements*. Chicago, IL: Intellect Books, 2013. p. 21-38.

- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements: an introduction*. Padstow: Wiley-Blackwell, 2006.
- DERANTY, J. P. D. *Beyond Communication: a Critical Study of Axel Honneth's Social Philosophy*. Leiden: Brill, 2009.
- DIAMOND, L. Facing Up to the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, Washington, D.C., v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.
- DRYZEK, J; DUNLEAVY, P. The conservative reaction. In: DRYZEK, J; DUNLEAVY, P. *Theories of the democratic state*. Hampshire: New York: Palgrave, 2009. p. 269-288.
- DÜTTMANN, A. G. Between cultures: Tensions in the struggle for recognition. In: DÜTTMANN, A. G. (ed.). *Between Cultures: Tensions in the Struggle for Recognition*. London: Verso, 2000. p. 140-166.
- FORST, R. Os limites da tolerância. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 84, p.15-29, 2009.
- FRASER, N. Social justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition, and participation. In: FRASER, N.; HONNETH, A. (ed.). *Redistribution or Recognition? A Political-philosophical Exchange*. New York: Verso, 2003a. p. 7-109.
- GAMSON, W. *Talking Politics*. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 1992.
- GARCÊZ, R. L. O.; MAIA, R. C. M. The struggle for recognition of the deaf on the Internet: The political function of storytelling. *Communication, Politics & Culture*, Melbourne, v. 42, p. 45-64, 2009.
- HABERMAS, J. Intolerance and Discrimination. *International Journal of Constitutional Law*, New York, v. 1, n. 1, p. 2-12, 2003.
- HAY, C. *Why we hate politics*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- HONNETH, A. *The I in We: Studies in the Theory of Recognition*. 1 edition ed. Cambridge UK; Malden, MA: Polity, 2012.
- HONNETH, A. *luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed 34, 2003a.
- HONNETH, A. *O direito da liberdade*. Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Martins Editora, 2017.
- HONNETH, A. Rejoinder. In: PETHERBRIDGE, D. (ed.). *Axel Honneth: Critical Essays: With a Reply by Axel Honneth*. Leiden, BO: Brill, 2011. p. 391-426.

HONNETH, A. Redistribution as Recognition: a response to Nancy Fraser. The point of recognition: a rejoinder to the rejoinder. In: FRASER, N.; HONNETH, A. (org.) *Redistribution or Recognition: a political philosophical exchange*. Nova York: Verso, 2003b. p. 110-59.

HONNETH, A. *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge: Polity Press, 1996.

INNES, A. Hungary's Illiberal Democracy. *Current History*, Philadelphia, v. 114, n.770, p.95-100, 2015.

ILLING, S. Fareed Zakaria Made a Scary Prediction About Democracy in 1997 – and It's Coming True. *Vox*, [s. l.], July 4. 2017. Disponível em: <https://www.vox.com/conversations/2017/1/18/14250364/democracy-liberalism-donald-trump-popu-lism-fareed-zakaria-europe-fascism>. Acesso em: 25 set. 2019.

JOAS, H. *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos*. São Paulo: EdUnesp, 2012.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *How Democracies Die?* New York: Crown Publishing, 2018.

MAIA, R. C. M. *Mídia e lutas por reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018a.

MAIA, R. C. M. Deliberative Media. In: BÄCHTIGER, A.; DRYZEK, J.; MANSBRIDGE, J.; WARREN, M. E. (org.). *The Oxford Handbook of Deliberative Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018b, v. 1, p. 348-364.

MAIA, R. C. M. Politicization, New Media, and Everyday Deliberation. In: FAWCETT, P.; FLINDERS, M.; HAY, C.; WOOD, M. *Anti-Politics, Depoliticization, and Governance*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MAIA, R. C. M. *Recognition and the media*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

MAIA, R. C. M.; GARCÊZ, R. L. O. Recognition, feelings of injustice and claim justification: a case study of deaf people's storytelling on the internet. *European Political Science Review*, Cambridge, v. 5, p. 1-24, 2013.

MENDONÇA, R. F. Recognition and Social Esteem: A Case Study of the Struggles of People Affected by Leprosy. *Political Studies*, Londres, v. 59, p. 940-958, 2011,

MENDONÇA, R.F. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, v. 9, p.119, 2012.

MENDONÇA, R. F. What if the Forms of Recognition Contradict Each Other? The Case of the Struggles of People Affected by Leprosy in Brazil. *Constellations*, New York, v. 21, 2014. p. 32-49.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, E. S. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-27.

MOUNK, Y. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUDEDE, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NORRIS, P. INGLEHART, R. *Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PENNA, F. O discurso reacionário de defesa do projeto "Escola sem Partido". In: SOLANO, E. (org.). *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 109-113

PEREIRA, M. G. Intolerância e ódio no ciber mundo: observações sobre comentários gerados a partir de uma imagem sobre identidade e gênero no Facebook. *Revista Temática*, João Pessoa, v. 13, n.1, 2017.

PIAIA, V; ALVES, M. Abrindo a caixa preta: Análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. In: COMPOLÍTICA, 2019, Brasília, DF. *Anais [...]* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: SOLANO, Ester (org.). *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

POLYAKOVA, A.; TAUSSIG, T.; REINERT, T. Part 1: Defining the illiberal toolkit. In: POLYAKOVA, A. et al. *The Anatomy of Illiberal States: Assessing and Responding to Democratic Decline in Turkey and Central Europe*, Washington, DC: The Brookings Institution, 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/02/illiberal-states-web.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

RUNCIMAN, D. *How Democracies End*. New York: Basic Books, 2018.

SMITH, M. Brewster. Foreword. In: KIRSCHT, J. P.; DILLEHAY, R. C. *Dimensions of Authoritarianism: a Review of Research and Theory*. Lexington: University of Kentucky Press, 1967. p. v-ix.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-322.

VAN PROOIJEN, J. W.; KROUWEL, A. P. M. Extreme political beliefs predict dogmatic intolerance. *Social Psychological & Personality Science*, Eastleigh, v. 8, p. 292-300, 2016.

WAISBORD, S. The elective affinity between post-truth communication and populist politics. *Communication Research and Practice*, Canberra, v. 4, n. 1, p. 17-34, 2018.

WOOD, M.; FLINDERS, M. Rethinking depoliticisation: beyond the governmental. *Policy & Politics*, Bristol, n. 42, v. 2, p. 151-170, 2014.

WOOD, M. Politicisation, depoliticisation and anti-politics: Towards a multilevel research agenda. *Political Studies Review*, Thousand Oaks, v. 14, n. 4, p. 521-533, 2016.

ZURN, C. F. Introduction. In: BUSCH, H.-C. S.; ZURN, C. F. (ed.). *The Philosophy of Recognition: Historical and Contemporary Perspectives*. Lanham, MA: Lexington Books, 2010. p. 1-21.

# COMO IMPORTAR UMA GUERRA CULTURAL: populismo conservador e a crítica ao multiculturalismo no Brasil

PAULO VAZ  
AMANDA SANTOS  
NICOLE SANCHOTENE

## Um jantar em Washington

O diagnóstico de que estamos testemunhando a ascensão dos discursos de ódio e das práticas de intolerância parece ter se tornado consenso. Após a censura de Marcelo Crivella a livros da Bienal do Rio porque continham imagens de um beijo entre dois homens, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello afirmou que “um novo e sombrio tempo se anuncia: o tempo da intolerância, da repressão ao pensamento, da interdição ostensiva ao pluralismo de ideias e do repúdio ao princípio democrático”.<sup>1</sup> Há diversas reportagens apresentando dados

---

1 Celso de Mello, do STF, diz que censura de livros se deve a “trevas que dominam o poder do Estado”. (BERGAMO, 2019)

que apontam a proliferação desse sentimento durante as eleições de 2018. Numa comparação com as eleições de 2014, os números de denúncias de crimes ligados à intolerância na internet mais que dobraram. (MESQUITA, 2018)

É difícil determinar se está efetivamente acontecendo um aumento da intolerância e do ódio. Percebe-se o aumento, mas a percepção não reage apenas ao “real”. Como a percepção é também orientada pelas crenças e valores vigentes, essa sensação de mais intolerância pode ter sido determinada, primeiro, pela mudança no limiar socialmente constituído de sensibilidade a atos intolerantes – mudança de limiar que favorece a ampliação do número de atos considerados intolerantes. Em segundo lugar, essa sensação pode ter sido formada pela ampliação do número de ocasiões sociais em que é apropriado para um indivíduo se pensar e se propor como vítima de preconceito.

Em vez de fato a ser verificado e explicado, a intolerância pode ser concebida como discurso ético e político de nossa cultura. Sob esse ponto de vista, o que explica a sensação de mais intolerância? A mudança de limiar de sensibilidade e o maior número de denúncias estão vinculados à emergência de um novo modo de fazer política, ele próprio derivado da recente dominância de um novo princípio ético definindo o que é a boa vida: a exigência de autenticidade. Essa exigência se concretiza no princípio do dano e faz da vítima uma figura maior de nossa sociedade, um lugar social disputado por diferentes grupos.

De fato, houve nos últimos anos um avanço dos movimentos conservadores ao redor do mundo. Este artigo propõe pensar como a ascensão política da nova direita não é uma mera reação de oposição ao discurso moral da tolerância, pois ela se coloca no interior desta moralidade e explora a sua retórica a seu favor. Trata-se de pensar como o conservador passou a disputar a posição de vítima de preconceito; como ocorreu esta figura curiosa e paradoxal: o conservador que se pensa como autêntico e questionador das crenças vigentes.

Além de problematizar o nexo direto entre aumento de intolerância e denúncia de preconceito, por realçar a dimensão estratégica desse discurso nos confrontos políticos, este artigo também tem uma razão mais imediata e paroquial: pensar a importação de ideias conservadoras norte-americanas para a política brasileira. Em março de 2019, a visita oficial de Jair Bolsonaro aos Estados Unidos foi marcada por um jantar que reuniu membros de seu governo e personalidades da direita norte-americana, no que teria sido a “Santa Ceia da direita”, (DIAS, 2019) segundo a *Folha de S. Paulo*. O que chamou atenção no encontro é que Bolsonaro prefe-

riu ficar ao lado de Olavo de Carvalho e Steve Bannon, mesmo estando presentes aqueles que a mídia considerava os baluartes do seu governo, os ministros Sérgio Moro e Paulo Guedes.

Estiveram ainda no jantar Eduardo Bolsonaro e o então desconhecido assessor da presidência, Filipe G. Martins. Cabe retomar um breve histórico da articulação entre esses personagens. Antes de assumir o cargo aos 30 anos, Filipe G. Martins ocupava um posto de baixo escalão no TSE e se dedicava a difundir ideias de Olavo de Carvalho nas redes sociais. Foi também pela internet que conheceu Eduardo Bolsonaro em 2014 e estabeleceu uma relação próxima com a família. Martins foi ainda responsável pela ponte com Steve Bannon, ex-estrategista de Donald Trump e ex-editor do *Breitbart News*, portal de notícias de extrema-direita que já foi acusado de associação à *alt-right*, movimento centrado em defender o nacionalismo branco, o antifeminismo e a xenofobia.

Em uma tentativa de entender melhor este vínculo entre o conservadorismo brasileiro e o norte-americano, escolhemos analisar o canal do YouTube *Tradutores de Direita*, indicado pela família Bolsonaro diversas vezes em suas redes sociais. Eduardo e Carlos Bolsonaro compartilham com frequência os vídeos legendados pela página em suas contas do Twitter; já Heloísa Bolsonaro, casada com Eduardo, recomendou o canal em uma sessão de *coaching* em reportagem da *Época*. (SACONI, 2019)

O *Tradutores de Direita*, mais do que constituir o objeto empírico da pesquisa, serve de janela para compreender a parcela do eleitorado de Bolsonaro que acreditamos constituir o núcleo duro de seus apoiadores: presumidamente jovens brancos incomodados com o politicamente correto e com um suposto “*establishment* esquerdista”, aqueles que já o chamavam de “mito” quando poucos davam relevância a ele. Se eleitores evangélicos e antipetistas escolheram apoiar Bolsonaro pelas circunstâncias políticas, os seguidores de Olavo de Carvalho já viam no então deputado a possibilidade de uma nova frente conservadora no Brasil. Bolsonaro, assim, não teria inaugurado um pensamento conservador no país – sua eleição só foi possível porque, para além de um contexto político favorável, houve uma articulação de figuras-chaves que trabalharam para importar argumentos já consolidados na direita norte-americana contra o multiculturalismo<sup>2</sup> e o politicamente correto.

---

2 Entendemos o multiculturalismo como o conjunto de crenças e políticas a favor da inclusão social e do reconhecimento de minorias étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Essa interpreta-

## Identidade para todos

Pode causar estranheza colocar a figura da vítima como forma subjetiva contemporânea. O termo é comumente usado de forma depreciativa nos conflitos entre movimentos conservadores e movimentos de minorias. Quando ocorre uma violência contra grupos minoritários, aparece a forma típica da disputa: movimentos de esquerda denunciam o preconceito e grupos conservadores minimizam o sofrimento ou questionam a inocência do sofredor. Mas se essa fosse a única forma de haver disputa política segundo o par vítima-agressor, a vítima não poderia ser uma figura maior, dado que os conservadores não desejariam ocupar este lugar por eles desprezado.

Essa visão do conflito é parcial; ele é melhor conceituado quando se percebe haver um outro movimento, menos evidente: os grupos conservadores não apenas condenam o “vitimismo” da esquerda; também propõem suas vítimas, elas, sim, inocentes e “verdadeiramente” sofredoras. De fato, hoje, a predominância da figura vai além da constatação de que os movimentos conservadores também propõem suas vítimas. Pela hegemonia da exigência de autenticidade, os movimentos conservadores cada vez mais irão se propor também como vítimas de preconceito.

O lugar que a vítima ocupa na produção da subjetividade é explicado por duas crenças morais contemporâneas: o modo de conceber o sofrimento contingente e a exigência de autenticidade. Segundo o primeiro nexo, temos que a vítima é a figura do sofredor quando a causa do sofrimento evitável é o ato imoral ou ilegal de um terceiro. A discussão social, então, se concentra na definição do que é a imoralidade causadora de sofrimento, pois a definição ordena quem será considerado vítima e quem será legitimamente designado como agressor: teria a imoralidade a forma do ato de um indivíduo que busca seu prazer sem considerar suas consequências danosas para si e para os outros? Ou teria a forma do desejo de intervir na busca de prazer de um indivíduo, mesmo quando essa busca não causa sofrimento a ninguém?

O segundo vínculo entre vítima e cultura contemporânea é formado pela generalização da exigência moral de autenticidade. (TAYLOR, 2007) Essa exigência

---

ção se ajusta à definição proposta por Charles Taylor em seu conhecido texto sobre multiculturalismo. (TAYLOR et al, 1994)

surgiu na Modernidade em substituição à sinceridade e a partir da preocupação com a possibilidade de a padronização da sociedade depender da internalização das crenças hegemônicas pelo indivíduo. A exigência de autenticidade impunha a cada um nem tanto superar a distância entre o que pensa e o que diz ao outro pensar (distância da sinceridade), mas operar inquietamente na distância entre o que verdadeiramente deseja ser e fazer e o que acredita desejar apenas por imposição dos valores sociais. (TRILLING, 1971)

A autenticidade moderna era uma exigência minoritária e para uma minoria, para a vanguarda política e artística, para quem se distanciara da massa. Já a exigência contemporânea de autenticidade tornou-se uma exigência válida para todos. A generalização tem como marco simbólico o movimento de maio de 68 e é a contrapartida moral da ascensão do direito à liberdade individual de ser e agir. (GAUCHET, 2009; TAYLOR, 2007)

Além da distância entre exigência local e global, há outra diferença entre a autenticidade moderna e contemporânea. O conflito experimentado pelo indivíduo moderno em sua busca de autenticidade se dava como distância entre o que deseja e o que pensa dever ser; o conflito na atualidade é entre o que o indivíduo quer e o que outros pensam ser a boa vida. Dito de outro modo, a autenticidade moderna era inquietação com o que verdadeiramente se deseja; a autenticidade contemporânea se dá como afirmação do que se deseja e do que se é diante do preconceito alheio.

Para que a pressão social esteja exteriorizada no outro como preconceito, é necessário haver diferença de opinião em todo lugar e a todo momento, pois essa difusão de crenças heterogêneas sobre o que se deve fazer garante haver opinião discordante incorporada para quando um indivíduo qualquer quiser afirmar sua autenticidade. A validade do princípio do dano – a concretização em fórmula moral da exigência contemporânea de autenticidade – é o que permite essa nova geometria moral. Na sua formulação mais conhecida – ninguém tem o direito de interferir na busca individual de prazer a não ser que a busca cause dano ao outro –, o princípio implica que não haja consenso ao nível imediato sobre qual é a boa vida.

Dada a hegemonia da liberdade individual, obrigatoriamente haverá pessoas ou grupos de pessoas com opiniões e comportamentos diferentes espalhados pelas diversas camadas e lugares sociais. A transformação dessas diferenças de opinião em preconceito é possível pela aplicação, às diferenças, da ideia de posição de sujeito, isto é, a divergência de crenças é experimentada e explicada como expressão

de conflito de identidades e, assim, reconduzida à questão do preconceito. (LEYS, 2007; MICHAELS, 2004)

Cabe notar que o princípio do dano, ao nível lógico superior, implica alguns consensos sobre a boa vida: a recusa do paternalismo (ninguém tem o direito de interferir na vida de um indivíduo sob o argumento de que é para seu próprio bem, e ninguém sabe mais do que o indivíduo o que é bom para ele); a tolerância (por reversibilidade, se não quero que ninguém interfira na minha vida, também não posso interferir na vida alheia, mesmo que não goste de suas crenças e comportamentos); e a compaixão (a sensibilidade ao sofrimento do outro funciona como limite interno às práticas de prazer de um indivíduo qualquer).

O princípio do dano também gera como consenso a posição moralmente valorizada da vítima. O que gera discórdia política ao menos desde a década de 1970 é a causa de seu sofrimento: ou resulta das ações inconsequentes e sem compaixão de outro, ou resulta do preconceito que impede um indivíduo de ser e fazer o que deseja e que não causa dano a ninguém. Durante muito tempo, a tendência foi os movimentos conservadores privilegiarem a vítima da ação inconsequente e cruel do outro e os movimentos de esquerda defenderem a vítima de preconceito.

Assim, tipicamente associados à esquerda, temos os movimentos de luta contra os preconceitos de gênero, sexualidade, raça e etnia, que enfatizam, na violência, a sua dimensão mental: sofrimento e preconceito. Esses movimentos convocam o Estado contra os crimes de ódio cometido por terceiros contra as minorias, mas também denunciam a violência totalitária e preconceituosa dos agentes do aparato estatal, como na violência de ditaduras ou na violência racista de policiais contra negros e moradores de favela. Já os movimentos de vítima defendidos pelos conservadores privilegiam as vítimas de crime, mesmo que o crime seja do próprio Estado, quando se trata da corrupção; desse modo, os movimentos conservadores tendem a enfatizar a inocência moral do sofredor e a violência física. Para trazer imagens à memória, de um lado, a jovem que não pode estudar devido a algum preconceito; de outro, o feto, esse ser senciente e vulnerável às ações inconsequentes de uma grávida só preocupada com seus prazeres.

Recentemente, uma nova figura de vítima da direita passou a ter imensa visibilidade e eficácia política. Os grupos de direita também passaram a se propor como vítimas de preconceito, afirmando que quem realmente faz *bullying* e limita o questionamento é a esquerda. Talvez o sintoma mais revelador seja o surgimento em diversos países do Atlântico Norte de uma política de identidade para homens

brancos. A emergência dessa nova figura se deve ao sucesso político do multiculturalismo e da política de identidade; afinal, emergem como reação ao multiculturalismo e tomam de empréstimo sua forma política, a identidade.

No sentido contemporâneo, o conceito de identidade significa sentido interno de vínculo a um grupo e tem três características maiores: a identidade é subjetiva, é um valor e é coletiva. O sentido objetivo, próprio da tradição filosófica, conceitua a identidade de um ente apreendida do exterior como o que lhe singulariza e lhe dá uma relativa estabilidade temporal enquanto existe. Assim, se atribuída a um indivíduo, a identidade se reduz à mesmidade ao longo do tempo. Por esses vínculos com os conceitos de permanência e essência, a identidade no sentido objetivo pôde ser pensada como obrigação de ser imposta pela sociedade ao indivíduo. Foucault a compreendia assim quando, em 1982, questionou numa entrevista a política de identidade apregoada pelo movimento gay norte-americano:

Mas se a identidade se torna o problema maior da existência sexual, se as pessoas pensam que elas devem ‘desvelar’ sua ‘identidade própria’ e que esta identidade deve se tornar a lei, o princípio, o código de sua existência; se a questão que eles se colocam perpetuamente é: ‘Esta coisa está de acordo com minha identidade?’, então eu penso que essas pessoas retornarão a um tipo de ética muito próxima da virilidade heterossexual tradicional. [...] É muito entediante ser sempre o mesmo. (FOUCAULT, 1994, p. 739, grifo do autor, tradução nossa)<sup>3</sup>

O sentido subjetivo inverte as relações entre identidade e sociedade: ao invés de ser imposição social operada através da obrigação de permanência, a identidade torna-se resistência às expectativas sociais. Essa transição foi tornada possível pela invenção do conceito de crise de identidade pelo psicanalista Erik Erikson, em meados da década de 40 do século passado, nos Estados Unidos. (HALE, 2011; LUNBECK, 2014; TAYLOR, 1996) O sentido subjetivo é o que indivíduo descobre ser, afirma e realiza em oposição à pressão social de conformidade ou aos proce-

3 “Mais si l’identité devient le problème majeur de l’existence sexuelle, si les gens pensent qu’ils doivent ‘dévoiler’ leur ‘identité propre’ et que cette identité doit devenir la loi, le principe, le code de leur existence; si la question qu’ils posent perpétuellement est : ‘Cette chose est-elle conforme à mon identité?’, alors je pense qu’ils feront retour à une sorte d’éthique très proche de la virilité hétérosexuelle traditionnelle. [...] C’est très fastidieux d’être toujours le même.”

dimentos de estigmatização. Todo adolescente passaria por uma fase de crise marcada pelo questionamento das expectativas sociais em relação ao que ser. Por ser descoberta nesse processo de questionamento, identidade é também um valor, pois é resistência à conformidade e à estigmatização. Essa é a ligação entre o conceito contemporâneo de identidade e a exigência de autenticidade. Esse “conceito vital [...] [de identidade] se provaria ser central para movimentos da década de 60 que expressavam uma nova consciência étnica e racial, bem como para o feminismo e para a reivindicação de direitos por Gays e Lésbicas”. (LUNBECK, 2014, p. 225)

Portanto, na dimensão política, a identidade subjetiva é também coletiva, pois implica a pertinência a um grupo e estabelece um vínculo de solidariedade entre seus membros. Esse tipo de solidariedade estava antes vinculado à identidade nacional; na contemporaneidade, porém, essa dinâmica de pertencimento a um “nós” tende a ser infranacional. Daí a ligação desse conceito de identidade com o multiculturalismo e o movimento de minorias. De fato, esse conceito contemporâneo é estreitamente vinculado à ideia de vítima, pois a experiência partilhada de opressão é um potente fator na construção do sentido de pertencimento a um grupo ou comunidade. (JARDINA, 2019) Sob outro ponto de vista, a solidariedade proposta pelo conceito contemporâneo de identidade tem a forma da resistência. Se toda identidade supõe a formação de um “nós” em tensão implícita ou explícita com um “eles”, o próprio do conflito político contemporâneo parece ser a identificação desse par com a polaridade entre vítima e agressor.

Com a formação da política de identidade branca, (BROWN, 2019; JARDINA, 2019) a tensa relação entre multiculturalismo e neoliberalismo entra em uma nova etapa. Muitos acreditaram que havia uma oposição incontornável entre o neoliberalismo, com seu indivíduo abstrato, formado em competição e para a competição, e o multiculturalismo, com seu indivíduo concreto, formado pela experiência de opressão e destinado à solidariedade segundo marcadores de gênero, sexualidade, raça e etnia. Ao longo das três últimas décadas, porém, a formação neoliberal acomodou demandas oriundas dos movimentos de minoria. Tanto acomodou que o multiculturalismo, quando articulado a um *ethos* de competição, se tornou a crença dinâmica de nossa cultura dada sua articulação com a exigência de autenticidade e com o princípio do dano. Seus preceitos éticos são objetos de difusão na mídia e na escola e orientam cada vez mais a formação de subjetividades.

Há vários pontos de contato entre, de um lado, a liberdade do indivíduo de empreender e consumir, e, de outro lado, a liberdade sexual, a igualdade de opor-

tunidades de competir e a remuneração segundo o mérito. A acomodação do neoliberalismo ao multiculturalismo por inclusão de algumas demandas pode parecer paradoxal para aqueles que apostaram no potencial de resistência dos movimentos de minoria. Contudo, cabe ver que não há oposição de princípio entre o ideário do direito dos indivíduos, tão relevante para o neoliberalismo, e algumas demandas dos movimentos de minorias, especialmente por poderem ser traduzidas como demanda pelo reconhecimento de direitos.

A acomodação entre neoliberalismo e multiculturalismo implica tensões. De início, há a tensão entre o neoliberalismo e os movimentos de minorias, dadas as evidentes limitações e parcialidades no reconhecimento de direitos; esses movimentos afirmam, então, que as concessões são limitadas e que é preciso aprofundar a igualdade. A novidade não está nessa tensão, pois ela existe desde os anos 1980; a novidade está no surgimento de uma insatisfação oriunda daqueles que, até então, apareciam como parâmetro e ideal para as exigências de reconhecimento dos movimentos de minoria, isto é, a insatisfação vem daqueles (principalmente homens brancos de classe média) que se concebem como estando ameaçados material e simbolicamente pelas concessões sociais obtidas pelo multiculturalismo. A tensão dos movimentos de direita, portanto, não é com o neoliberalismo, como no caso dos movimentos de esquerda; é, sim, com o multiculturalismo.

E é dessa insatisfação que se alimenta o populismo conservador em diversos países.<sup>4</sup> Como sua lealdade o impede de criticar o capitalismo, para explicar a série de dificuldades e agruras geradas pelo funcionamento do neoliberalismo, o populismo conservador encontrará à sua disposição uma forma discursiva que coloca o preconceito do outro como causa e que lhe permite construir uma série de oposições: nação contra entidades supranacionais; nativos contra imigrantes; tolerantes contra islâmicos; homens (e algumas mulheres) contra o feminismo; brancos contra negros; heterossexuais contra homossexuais etc. Curioso é que esse discurso possa se apresentar como contradiscurso. Sem jamais questionar o funcionamento do capitalismo financeiro global, afirmam lutar pelo indivíduo comum contra as elites globais insensíveis e prepotentes, que controlam a política, a mídia e a aca-

---

4 O populismo é um fenômeno hoje estudado e conceituado por diversos autores. Para os argumentos deste texto, o primordial é a articulação do conceito com a separação entre "nós" e "eles", e, portanto, a construção de uma aliança a partir da determinação de um inimigo comum. (LACLAU, 2005; MOUFFE, 2018; MUDDE; KALTWASSER, 2017)

demia. Se os movimentos populistas de direita nos Estados Unidos e na Europa conquistam apoio com um discurso contrário à imigração, cabe investigar as estratégias para a construção de um “eles” a partir do qual emerge o “nós” do populismo conservador no Brasil.

## Marxismo cultural à brasileira

Com vídeos que somam mais de 24 milhões de visualizações, o canal *Tradutores de Direita* foi criado em agosto de 2012 e sua missão é “trazer à luz o programa e a visão de mundo da direita” para o Brasil. Até setembro de 2019, o canal *Tradutores de Direita* contava com 1109 vídeos publicados.<sup>5</sup> Destes, apenas 173 foram publicados até o final do ano de 2015. Os outros 936 vídeos restantes foram publicados nos últimos três anos e meio, o que sugere um aumento da atividade do canal paralelo ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que abriu possibilidades de ação para novos movimentos políticos de direita no país.

Devido ao grande volume de publicações, optamos pela análise dos 60 vídeos mais populares do canal, ou seja, aqueles com maior número de visualizações (Apêndice). Os vídeos analisados são compostos por conteúdo estrangeiro (americano, em sua vasta maioria) retirado de canais de televisão, como *CNN* e *Fox News*, de portais de notícia alternativos conservadores ou de palestras, entrevistas e debates de figuras importantes para a direita americana, como Ben Shapiro, Milo Yiannopoulos e Steven Crowder (que já foram ligados ao *Breitbart News*), além de Jordan Peterson e Paul Joseph Watson.

Na primeira etapa, dividimos os 60 vídeos em duas categorias maiores:<sup>6</sup> a) vídeos em defesa do neoliberalismo econômico e político; e b) vídeos de críticas à esquerda multicultural (tabela 1).

5 Dados de 20 de setembro de 2019. Fonte: Tradutores de Direita. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCJqOdpqndf1MPeqlvDgGkA>.

6 Foram excluídos apenas dois (“Brasileira arma barraco em aeroporto na Inglaterra” e “Rabino Dr. Abraham Twerski sobre o amor”), que não se encaixaram em nenhuma das duas categorias. Por esta razão, a soma das porcentagens nesta tabela não resulta em 100%.

**Tabela 1.** Dados do canal *Tradutores de Direita* no YouTube

	Número de vídeos	% do número de vídeos	Número de comentários	% do número de comentários
Defesa do neoliberalismo	20	33,3%	8.907	26%
Crítica à esquerda multicultural	38	63,3%	24.091	70,5%

Fonte: dados coletados no canal do YouTube *Tradutores de Direita*.

É possível observar uma predominância dos vídeos de crítica à esquerda multicultural. Nessa categoria estão vídeos de ataque às políticas de identidade, especialmente de raça e gênero (exemplo: “Como trollar uma feminista”), vídeos sobre mídia e cultura (“Ted Cruz detona a mídia esquerdista”) e vídeos de crítica aos militantes da esquerda contemporânea, marcados pelo multiculturalismo e especialmente ativos nas universidades (“Esquerdismo – antes e agora”). Dessa forma, o *Tradutores de Direita* pode ser pensado como uma resposta às conquistas e avanços das políticas multiculturais no Brasil nos últimos anos. Para citar alguns momentos relevantes: a implementação da Lei de Cotas em 2012; uma explosão de narrativas feministas na mídia que culminaram em grandes campanhas contra o assédio sexual, como o “Chega de Fiu Fiu”, em 2013, e o #PrimeiroAssédio, em 2015; por fim, a regulamentação do casamento homoafetivo em 2013 e, dois anos depois, a exibição do primeiro beijo gay masculino em uma novela de horário nobre. Esse período é, portanto, marcado por vitórias importantes do campo progressista, instaladas a partir das demandas das políticas de identidade.

Teriam estes acontecimentos gerado um incômodo entre setores mais conservadores da sociedade brasileira? Seria possível dizer que aqueles que sempre gozaram de privilégios podem ter recebido esta mudança cultural com um tático ressentimento? Provavelmente. De todo modo, a análise dos vídeos do canal *Tradutores de Direita* nos permite compreender em parte como se deu a reação a esses avanços. Enquanto a maior parte dos estudos revela uma reação na forma de discursos religiosos (em particular, das igrejas neopentecostais), buscaremos colocar em evidência outro perfil de conservador ainda pouco explorado.

Se a própria finalidade do canal, de traduzir o conteúdo estrangeiro, é sintoma do movimento de importação, a popularidade e o engajamento provocado pelos temas

podem servir como indicadores dos interesses específicos da audiência brasileira e ajudar a delinear este perfil. Desse modo, a segunda etapa de análise implicou na divisão dos vídeos em oito subcategorias: Feminismo, LGBT, Raça/Cotas, Hollywood/Mídia, Esquerda multicultural, Neoliberalismo econômico, Neoliberalismo político e Outros. Para estabelecer quais eram os assuntos que geravam maior repercussão, recorremos à quantidade de vídeos e de comentários em cada uma destas categorias.

**Tabela 2.** Dados do canal *Tradutores de Direita* no YouTube

Temas	Número de vídeos	% do número de vídeos	Número de comentários	% do número de comentários
Neoliberalismo político	17	28,3%	8.088	23,6%
Feminismo	16	26,6%	13.750	40,2%
Esquerda multicultural	12	20%	5.563	16,2%
Hollywood/Mídia	05	8,3%	2.299	6,7%
Raça/Cotas	04	6,6%	1.990	5,8%
Neoliberalismo econômico	03	5%	819	2,3%
LGBT	01	1,6%	489	1,4%
Outros	02	3,3%	1.164	3,4%

Fonte: dados coletados no canal do YouTube *Tradutores de Direita*.

A partir destes dados, é possível chegar a duas conclusões preliminares. Primeiro, que a questão econômica (como a defesa de privatizações, livre mercado e redução de impostos) não é primordial para esta audiência, dada a baixa presença de vídeos e comentários na categoria Neoliberalismo econômico. Segundo, que o feminismo parece ser o tema que mais mobiliza os seguidores do canal, dado o alto número de comentários feitos nos vídeos desta categoria. Estas conclusões viriam a ser confirmadas pela análise de conteúdo do canal. Além do conteúdo dos vídeos, consideramos na análise também seus títulos e descrições, feitos pelos responsáveis pelo canal, além do número de comentários em cada publicação.<sup>7</sup>

7 Utilizamos os comentários apenas como medida de popularidade. Cabe também dizer que essa análise de conteúdo se baseia no conceito de raridade discursiva (FOUCAULT, 2008):

Se frentes conservadoras já recorreram à retórica da tradição e da autoridade, os vídeos que encontramos no canal *Tradutores de Direita* apresentam um discurso “libertário”, a favor dos direitos do indivíduo abstrato e da liberdade de expressão: “Nós somos os arautos da liberdade, herdeiros ideológicos de Adam Smith, Frederic Bastiat, John Locke, Thomas Jefferson.” (COMO..., 2017) Afirmam que o politicamente correto representa uma “onda totalitária”, mas expressam esperança de que logo haverá “um exército de pessoas para defender a liberdade de expressão e de pensamento.” (OS JUSTICEIROS..., 2017)

Dentre os vídeos analisados, a crítica ao “marxismo cultural” é um dos elementos mais frequentes. Para estes personagens, existiria uma imposição velada da esquerda sobre como as pessoas devem agir, pensar e falar. Esta imposição seria fruto de uma aliança entre “abortistas, feministas, globalistas, homossexuais, intelectuais e socialistas.”<sup>8</sup> (MOYN, 2018, tradução nossa) Originalmente preocupado com a luta de classes, o marxismo teria passado por uma releitura a partir de pensadores como Gramsci e os teóricos da Escola de Frankfurt, que procuravam elaborar uma crítica que articulasse capitalismo e dominação cultural. Dessa forma, a antiga luta entre burguesia e proletariado teria assumido a forma da luta ideológica contra a hegemonia cultural das políticas de identidade e do multiculturalismo.

Citando Olavo de Carvalho,<sup>9</sup> os criadores do canal explicam como essa imposição ocorreria: “a transformação cultural gramsciana não se atém somente à política, mas atinge todo e qualquer veículo de transmissão de idéias [sic] (mídia, universidades, publicações, etc.), de forma a transformar [...] a nossa percepção das coisas à [sic] longo prazo.” (PALESTRANTE..., 2017) A esquerda seria responsável, portanto, por promover uma espécie de “lavagem cerebral”, em especial entre os jovens universitários: “A verdade é que no campus a maioria que se considera de esquerda não é. Não sabem do que estão falando. Só repetem o que ouvem por aí, então podem ir às festas de pessoas legais. Podem ser parte da maioria.” (BEN..., 2019)

---

diante de um enunciado, não se trata de interpretar, de saber o que realmente quis dizer apesar e para além do que disse; trata-se, sim, de ter em mente o senso do possível, de supor que outros enunciados poderiam ter sido ditos. No caso, incessantemente se interrogar sobre: por que precisamente esses discursos, e não outros, sobre o multiculturalismo e o neoliberalismo?

8 “abortionists, feminists, globalists, homosexuals, intellectuals and socialists”.

9 Conhecido como “guru dos Bolsonaro”, o astrólogo foi responsável pela indicação dos nomes aos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, pastas que seriam cruciais no combate ao marxismo cultural.

Os militantes de esquerda são descritos nos vídeos como autoritários, intolerantes, fascistas, agressivos e preconceituosos, usando táticas como “a sociopatia, o rancor e a perversidade”: (MILO..., 2017a) “esquerdistas não possuem escrúpulos em perseguir, difamar e destruir qualquer tipo de oposição.” (COMO..., 2017) Esta suposta hostilidade teria feito com que “muitos descontentes com a ideologia culturalmente dominante se sentissem intimidados ao expressar suas opiniões”. (COMO..., 2017) Ao longo das últimas décadas, os progressistas teriam ainda se beneficiado “do silenciamento e da repressão a todos que apresentassem pensamentos discordantes.” (MILO..., 2017a) Por acreditarem nesta imagem de um mundo controlado pela ideologia socialista, os conservadores se colocam em um lugar de marginalidade e autenticidade. A eleição de Donald Trump, por exemplo, marcada pelo questionamento da credibilidade da mídia e pela multiplicação de blogs de direita, é vista como “um grito de emancipação contra todo o establishment globalista e esquerdista que tenta forçar-nos [sic], goela abaixo, suas idéias [sic] tão alheias a [sic] realidade e anseios do cidadão comum.” (DONALD..., 2017)

A temática do “cidadão comum” oprimido e desprezado pelas “élites progressistas” (às quais também se referem como *establishment* ou *intelligentsia*) é outro elemento constante nas narrativas dos vídeos, uma retórica recorrente entre os líderes populistas desta nova direita. No vídeo “A Verdade sobre a Arte Moderna”, a elite artística é descrita como “uma grande panelinha de babacas pretensiosos que tentam parecer sofisticados” e que assim “podem zombar dos leigos.” (A VERDADE..., 2016)

A esquerda é acusada de uma pretensa superioridade moral. Segundo a descrição de um dos vídeos, os “esquerdistas se enxergam como os ‘ungidos’ cujo papel é salvar e guiar a humanidade rumo à ‘sociedade ideal’, conforme os padrões estabelecidos pela *intelligentsia*, difundidos pelas escolas e amplificados pela mídia.” (COMO..., 2017) Diante de uma plateia de simpatizantes, Ben Shapiro afirma: “A esquerda baseia-se em sua superioridade moral. Sentir que são melhores que você.” (BEN..., 2019) Shapiro frisa que os americanos de direita seriam vítimas de “*bullying* institucional”, (COMO..., 2014) porque a mídia dominante e as universidades os retratam como “pessoas horríveis”. Isso demonstra como o conceito de *bullying* foi alargado de tal modo que ser acusado de preconceito também passou a configurar uma agressão. O uso deste conceito revela outra tendência contemporânea: a de organizar argumentos políticos a partir de um viés terapêutico, apoiando-se em *slogans* retirados de glossários de autoajuda. Este fenômeno também fica

evidente na seguinte passagem, em que a ação política seria originária de um pensamento positivo sobre si mesmo: “A reocupação de espaços pela direita brasileira é um longo processo que começa com o resgate de sua autoestima.” (COMO..., 2017)

A defesa dos valores conservadores se dá então porque acreditam possuir um estilo de vida ameaçado pela suposta hegemonia do multiculturalismo. Os argumentos utilizados nos vídeos apelam menos ao dever de obedecer a tradição e restaurar a “boa sociedade” do que ao direito inalienável do indivíduo de escolher como quer viver a sua vida privada, em uma forma específica e paradoxal de entrelaçar liberdade individual e moralidade conservadora. (BROWN, 2019, p. 114): “Estamos protegendo o nosso modo de vida”, afirma Shapiro. (COMO..., 2014) No vídeo com maior número de visualizações, Charlie Kirk questiona um estudante de esquerda: “Você quer ditar como eu devo viver? [...] Eu nunca lhe direi como viver a sua vida, porque [sic] você quer controlar a minha?”. (COMUNISTA..., 2019) Leis antidiscriminatórias são contestadas por irem contra a liberdade de crença e de expressão, por exemplo, ao não permitirem que indivíduos cristãos se recusem a fornecer serviços para casais homoafetivos. Quando o Estado impõe a tolerância com relação a certos grupos (como LGBTs e muçulmanos), conservadores irão se dizer eles próprios vítimas de discriminação. A diferença de opinião vira acusação de preconceito – dito de outro modo, é preconceito seu dizer que a minha opinião é preconceito. “Está ficando cada vez mais difícil falar sobre essas coisas sem ser chamado de racista.” (A HISTÓRIA..., 2017)

Ao se posicionarem contra os movimentos de minorias sociais, fazem isso porque os acusam de preconceito contra conservadores, homens, brancos e cristãos — e assim disputam o lugar de quem seria a verdadeira vítima de intolerância. O feminismo e o movimento negro são considerados “dois dos principais braços do Marxismo Cultural”:

Comum a ambos os movimentos são o ódio ao homem branco ocidental — principalmente o homem cristão —, e sua contribuição para a destruição da família tradicional [...] Tanto o feminismo quanto o movimento negro, em sua atual forma, são um desvio de sua missão original [...] e uma fraude grotesca orquestrada pela *intelligentsia*, com o objetivo de destruir os pilares da sociedade ocidental e nela introduzir o fascismo politicamente correto da Nova Ordem Mundial. (MILO..., 2017b)

Embora o pleno reconhecimento do casamento homoafetivo e a violência policial contra negros sejam questões fundamentais para a crítica conservadora norte-americana, a análise dos vídeos mais populares revela que é o movimento feminista que agrega maior atenção entre a audiência do canal. Dentre os sessenta vídeos mais vistos, apenas um aborda a causa LGBT como tema central (e, mesmo assim, não se trata de uma crítica à diversidade sexual), e outros quatro falam especificamente da questão racial. Por outro lado, 16 vídeos (26,6%) tratam exclusivamente do feminismo. A relevância do tema fica ainda mais evidente quando analisamos os comentários feitos nas sessenta publicações: 40,2% dos comentários são feitos em vídeos sobre feminismo.

O feminismo é retratado como um movimento em que as mulheres “alegram-se em tratar homens como lixo e espalham essas teorias da conspiração a respeito do patriarcado, mentiras sobre desigualdade salarial, sobre a cultura de estupro”. Marcado por uma “misandria patológica”, o feminismo seria preconceituoso por fazer um “juízo genérico sobre todos os homens, dizendo que são todos privilegiados [...] As feministas estão, involuntariamente, criando um mundo de sexismo reverso.” (LAUREN..., 2016) Em suma, segundo eles, “o feminismo é uma filosofia má, vingativa, rancorosa, abjeta, que odeia homens.” (MILO..., 2017b) Os vídeos afirmam ainda que a masculinidade é cerceada por essas feministas, que rejeitam “a ideia de que é tarefa dos homens proteger as mulheres.”

O feminismo contemporâneo foi responsável por reconfigurar profundamente a moralidade que rege as relações entre homens e mulheres, com maior atenção às relações íntimas e afetivas, principalmente entre jovens das classes médias cosmopolitas. É uma discussão que teve grande aderência mesmo fora dos círculos progressistas, ganhando destaque em várias esferas da produção cultural num curto espaço de tempo. A quantidade de *sites* e reportagens ensinando e incentivando as mulheres a reconhecerem expressões mais sutis do machismo forneceram uma nova chave de leitura a partir da qual elas passaram a reinterpretar as suas relações e a lidar de modo diferente com os conflitos.<sup>10</sup> Não é difícil conceber que as

---

10 Essa transformação fica evidente, por exemplo, com a recente ascensão do conceito de relacionamento abusivo, que problematiza a esfera íntima e frisa a dimensão de violência psicológica causada principalmente pelo ciúme masculino. Indício disto é o aumento no número de buscas no Google pelo conceito de relacionamento abusivo e o aparecimento de campanhas

experiências cotidianas tenham sido afetadas por estes novos valores, já que houve uma mudança radical em relação à forma como estes jovens foram educados no passado. Na medida em que a mulher põe em questão os lugares atribuídos socialmente à feminilidade, o homem também vê sua conduta e seu papel serem redesenhados – o que pode representar um mal-estar para muitos: “O feminismo diminuiu o desejo da mulher de ter uma família, enquanto aumentou o valor da carreira e do sexo casual. [...] E agora temos um espetáculo de mau gosto de jovens garotas perseguindo sexualmente jovens rapazes da forma como os garotos faziam.” (FEMINISMO..., 2015)

Talvez o ressentimento por terem sido preteridos ou contrariados por essas mulheres esteja na origem dessas críticas? O trecho abaixo, retirado do vídeo “Sobre piriguetes e infiéis”,<sup>11</sup> revela um incômodo diante da liberação sexual feminina: “As mulheres de hoje são mais vagabundas do que em qualquer outra época. [...] É quase como se essa cultura de glorificação da promiscuidade fosse uma tentativa deliberada para manter o homem espiritualmente e emocionalmente deprimidos [sic].” (SOBRE..., 2017)

Partindo dessa hipótese, não seriam os argumentos expostos nos vídeos que fariam com que a audiência rejeite o feminismo – não se trata, portanto, de persuadir os espectadores a adotarem uma posição qualquer. Ao contrário, a audiência busca este conteúdo porque já estava de antemão incomodada com a mudança promovida pela esquerda multicultural. Já existe um vínculo com o que será apresentado, e os vídeos só reforçam seus sentimentos, esclarecem suas crenças e aprofundam sua capacidade de defender sua posição. Além de dar argumentos para que indivíduos defendam suas posições afetivas na sociedade, os vídeos tendem a reconfortar, a propor um lugar tranquilizador para a audiência, um lugar que a legitima, que a fundamenta e a coloca no topo de uma hierarquia, no momento mesmo em que pode se sentir inferiorizada.

Não é casual o fato de muitos vídeos se passarem em situações nas quais os apresentadores de direita dominam a posição de fala e respondem aos argumen-

---

sobre o tema endereçadas às mulheres nos últimos cinco anos. (SANTOS; SANCHOTENE; VAZ, 2019)

11 Nesse vídeo, assim como em vários outros, Paul Joseph Watson recorre a argumentos “científicos” calcados em uma determinação biológica dos comportamentos humanos. Isso indica como o perfil da audiência inclui o conservadorismo secular ou, ao menos, não evangélico.

tos ou críticas da esquerda, conformando um debate desigual. Pelo mesmo motivo, os títulos dos vídeos em geral vão frisar a derrota de seus opositores políticos: “Como trollar uma feminista”, “Milo Yiannopoulos detona feminista negra”, “Steven Crowder humilha justiceiros sociais”, “Jordan Peterson destrói ideólogo”, “Ben Shapiro atropela esquerdista”. O objetivo é ensinar a audiência a defender suas convicções quando confrontada e a “vencer” no debate:

A única outra razão para terem uma conversa ou serem amigos com qualquer esquerdista é se estiver em público, em frente a uma grande audiência e seu objetivo seja humilhá-los o máximo possível. Esse é o maior objetivo da conversa. Não é convencer a pessoa [...] Seu objetivo é fazer essas pessoas parecerem o pior possível. Desmascará-las para o mundo. (BEN..., 2019)

Para sustentar a tese de que a mídia e as universidades são dominadas por um conluio da esquerda, os vídeos constroem seus argumentos como a revelação de uma verdade inconveniente que estava escondida. Assim, a audiência acredita descobrir outras crenças para além das que estão em hegemonia e pode se ver como superior àqueles que desconhecem a realidade por serem manipulados — superior porque ocupa o lugar socialmente valorizado do autêntico, do questionador, do *outsider*. Os vídeos trazem títulos como “A verdade sobre o feminismo”, “A verdade sobre a música pop”, “A verdade sobre igualdade dos gêneros”, que frisam este momento de descoberta da verdade.

Os vídeos se configuram como uma forma de os conservadores darem sentido ao incômodo que experimentam. Este incômodo parece ser uma ferida narcísica: ou porque não são suficientemente cultos, ou porque são acusados de preconceito, ou pior, porque podem estar sendo inferiorizados por aqueles em relação aos quais se consideram superiores. Os vídeos permitem que a audiência pense positivamente sobre si mesma por ser conservadora. Depois de formada a crença, continuam a dar razões para que o indivíduo continue acreditando no que acredita, não importando argumentos contrários ou eventos que potencialmente perturbem suas crenças.

## O martírio dos homens brancos

Se a onda conservadora é um fenômeno mundial, assim também é a expansão de uma política de identidade branca e masculina contra o multiculturalismo. Mas cada país apresentará uma singularidade quanto aos argumentos relevantes para que essa identidade se sustente, dependendo do contexto político e social. Na Europa, pode ser pela reação nacional à União Europeia (tal como o Brexit) ou pela questão da imigração muçulmana. Nos Estados Unidos, ainda a questão da imigração (de muçulmanos e latinos), mas também a denúncia ao “vitimismo” das minorias sociais (contra o feminismo e o movimento negro).

No Brasil, qual seria a singularidade deste movimento? Na análise, a própria ausência de certos temas também serve como um indicativo. A escolha por analisar os vídeos mais populares do canal buscou perceber não apenas que argumentos estão sendo importados, mas quais são os mais procurados pela audiência. Como a chegada de imigrantes no país está bastante reduzida, este não será um problema crucial para os conservadores brasileiros. A surpresa foi perceber que o feminismo, muito mais do que raça, religião, diversidade sexual e ecologia, foi o tema que recebeu maior atenção. O movimento feminista é um exemplo nítido de como as políticas de identidades podem ser cooptadas pelo neoliberalismo na forma das liberdades individuais para o consumo. Se por um lado isso significa que o movimento pode ser esvaziado do seu potencial revolucionário, (BROWN, 1995) por outro, esta versão mais liberal possibilitou que o feminismo se tornasse um movimento *mainstream* e sem dúvida representou uma mudança abrupta nas relações entre homens e mulheres, as quais reivindicam mais autonomia, igualdade de tratamento e respeito aos seus corpos. Piadas machistas, cantadas, cavalheirismos e diversas outras práticas passaram a ser consideradas problemáticas – o que para muitos homens pode ter sido experimentado como limitação.

É também este sentimento de limitação que está na origem das críticas feitas ao politicamente correto. O conceito é usado pelos conservadores como um guarda-chuva que abriga uma série de incômodos com relação ao que se pode falar, quais termos são considerados preconceituosos, que tipo de humor não é ofensivo etc. Tanto o feminismo quanto o politicamente correto estabelecem novas regras e limites para as condutas nas relações interpessoais, conferindo uma dimensão de violência

para a própria linguagem cotidiana: o machista não é mais apenas aquele que agride fisicamente, mas também aquele que diz que todas as mulheres dirigem mal.

A irritação se dá porque se sentem moralmente reprovados; como o preconceituoso é aquele que ninguém deseja ser em nossa cultura, a reprovação moral pode tensionar a aceitação social. A reação será a de dizer que todos aqueles que o criticam fazem isso porque reproduzem uma ideologia “esquerdista”, a do marxismo cultural. A esquerda será o grande inimigo: não a esquerda política tradicional, que defende o socialismo, mas principalmente a esquerda multicultural, das políticas de identidade e das minorias sociais. O marxismo cultural é a fantasia conspiratória imaginada para explicar o contexto social em que o multiculturalismo é tido como hegemônico. Assim, podem se imaginar como oprimidos e autênticos.

Antes, a política de identidade das minorias sociais frisava a injustiça e aspirava à conquista de direitos iguais aos dos homens brancos. (BROWN, 1995) Embora não houvesse um horizonte de futuro diferente, como abertura (porque só queria a extensão para todos do que já existia), pressupunha um ideal de sociedade a ser generalizado. No caso da política de identidade conservadora, não se trata da conquista de direitos iguais, mas de um sentimento de perda de espaços e privilégios que fundamenta seu ressentimento. A relação com o tempo também é outra: o futuro se dá como uma catástrofe antecipada e iminente, contra a qual é preciso reagir. Não se supõe mais a construção de um mundo em comum, pois percebem os grupos minoritários que conquistaram direitos como ameaça ao lugar que, de direito, deveriam ocupar. Deste sentimento de perda de lugar pode surgir uma política que se expressa pela violência.

Conforme as camadas urbanas cosmopolitas celebram feminismo, sexualidades não-normativas, famílias não-tradicionais, secularismo, artes e educação, conservadores brancos ofendidos em resposta bradam contra aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, Islã, ‘ataques contra brancos’, ateísmo e intelectualismo. Isso não é ‘tradição’ nem mesmo moralismo falando, mas o ódio por um mundo que parece estar apagando e eliminando o mundo deles. (BROWN, 2019, p. 121, tradução nossa)<sup>12</sup>

---

12 “As cosmopolitan urbanites champion feminism, nonnormative sexualities, nontraditional families, secularism, the arts, and education, aggrieved white midlanders reflexively roar against abortion, same-sex marriage, Islam, ‘attacks on whites’, godlessness, and intellectualism. This

Esse ódio se manifestou recentemente em diversas demonstrações de violência: o caso do norueguês de 32 anos que matou 77 pessoas justificando o ato em manifesto intitulado “A Grande Substituição”,<sup>13</sup> ao afirmar que a Europa se transformou em uma ditadura multicultural causada pela ascensão do marxismo cultural no Ocidente; o americano de 22 anos que matou seis pessoas em 2014 alegando querer punir todas as garotas que nunca foram atraídas por ele; o canadense de 25 anos que assassinou dez pessoas em Toronto horas após publicar uma mensagem em sua conta no Facebook que fala de uma “rebelião incel”;<sup>14</sup> o australiano de 28 anos que atacou duas mesquitas na Nova Zelândia deixando 51 mortos e um manifesto se referindo à política como “uma insanidade dominante, ‘multicultural’, igualitária e individualista”.

Talvez não haja aumento de intolerância, mas, pela sensação de destruição de seu mundo, há de fato uma dimensão terrorista nessa política de identidade conservadora. Nesse caso, a tolerância que essa política exige para si admite a intolerância aniquiladora para todos aqueles que constrói como inimigos.

## Referências

BEN Shapiro – 10 regras para debater com a esquerda. [S. l.: s. n., 2019]. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/CJQoBlAgrvc>. Acesso em: 15 set. 2019.

BERGAMO, M. Celso de Mello, do STF, diz que censura de livros se deve a ‘trevas que dominam o poder do Estado’. *Folha de S. Paulo*. 2019. Disponível em: <https://folha.com/2anmt7cf>. Acesso em: 20 set. 2019.

BROWN, W. *States of injury: power and freedom in late modernity*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

---

is not ‘tradition’ or even morality speaking, but hatred of a world perceived to be wishing and washing theirs away”.

13 Refere-se a uma teoria conspiratória de extrema-direita que defende a ideia de que povos caucasianos estariam sendo substituídos por imigrantes.

14 *Incel* diz respeito à expressão “celibatários involuntários”. São membros de uma subcultura *on-line* de supremacistas masculinos que dizem sexualmente inativos por culpa das mulheres e do feminismo.

BROWN, W. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. Nova York: Columbia University Press, 2019.

COMO lidar com os 'bullies' de esquerda. [S. l.: s. n., 2014]. 1 vídeo (24 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/fkSy7lqrPpk>. Acesso em: 15 set. 2019.

COMO responder a um socialista. [S. l.: s. n., 2017]. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/-UQQL9GV9po>. Acesso em: 15 set. 2019.

COMUNISTA toma invertida e mostra sua verdadeira face. [S. l.: s. n., 2019]. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/8XO2P-vjCGk>. Acesso em: 17 set. 2019.

DIAS, M. Em Santa Ceia da direita, Bolsonaro diz que comunismo não pode imperar. *Folha de S. Paulo*. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/em-santa-ceia-da-direita-bolsonaro-diz-que-comunismo-nao-pode-imperar.shtml>. Acesso em: 18 set. 2019.

DONALD Trump – Quem ri por último. [S. l.: s. n., 2017]. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/RRVocTh28tw>. Acesso em: 15 set. 2019.

FEMINISMO 2.0. [S. l.: s. n., 2015]. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/kCu9lcoHb8I>. Acesso em: 17 set. 2019.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. Michel Foucault, une interview : sexe, pouvoir et la politique de l'identité. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits 1954-1988 IV*. Paris: Gallimard, 1994.

GAUCHET, M. *La démocratie contre elle-même*. Paris: Gallimard, 2009.

HALE, G. B. *The nation of outsiders: how the white middle class fell in love with rebellion in postwar America*. Nova York: Oxford University Press, 2011.

A HISTÓRIA não contada do Islamismo - em números. [S. l.: s. n., 2017]. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/QMWvUA09X0w>. Acesso em: 17 set. 2019.

JARDINA, A. *White identity politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

OS JUSTICEIROS sociais de Toronto. [S. l.: s. n., 2017]. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/uV2w5HcOom4>. Acesso em: 15 set. 2019.

LACLAU, E. *On populist reason*. Londres: Nova York: Verso, 2005.

LAUREN Southern - Porque eu não sou feminista. [S. l.: s. n., 2016]. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/3fXVNGzp57A>. Acesso em: 17 set. 2019.

LEYS, R. *From guilt to shame*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

LUNBECK, E. *The americanization of narcissism*. Cambridge: Londres: Harvard University Press, 2014.

MESQUITA, L. Denúncias de discurso de ódio on-line dispararam no segundo turno das eleições, diz ONG. *Época Negócios*. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/11/denuncias-de-discurso-de-odio-online-dispararam-no-2-turno-das-eleicoes-diz-ong.html>. Acesso em: 12 set. 2019.

MICHAELS, W. B. *The shape of the signifier: 1967 to the end of history*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

MILO Yiannopoulos denuncia mais um delírio mental da extrema-esquerda. [S. l.: s. n., 2017a]. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/coHVtfAgXA0>. Acesso em 15 set. 2019.

MILO Yiannopoulos detona feminista negra. [S. l.: s. n., 2017b]. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/Tf9wBKSZ6KE>. Acesso em: 15 set. 2019.

MOUFFE, C. *For a left populism*. Londres: Nova York: Verso, 2018.

MOYN, S. *The alt-right's favorite meme is 100 years old*. 2018. Disponível em: <https://nyti.ms/2z8K9rl>. Acesso em: 20 set. 2018.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. *Populism: a very short introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2017.

PALESTRANTE dá lição em esquerdista numa palestra sobre a maternidade na África. [S. l.: s. n., 2017]. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/7uLkMEW-Qbl>. Acesso em: 15 set. 2019.

SACONI, J. P. Um mês de coaching com Heloísa Bolsonaro. *Época*, São Paulo, 13 set. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/um-mes-de-coaching-com-heloisa-bolsonaro-23944567>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANTOS, A.; SANCHOTENE, N.; VAZ, P. A invenção do relacionamento abusivo: sofrimento e sentido nas relações amorosas ontem e hoje. *Libero*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2019.

SOBRE piriguetes e infiéis – Paul Joseph Watson. [S. l.: s. n., 2017]. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: <https://youtu.be/VTwH40R5kR4>. Acesso em: 20 set. 2019.

TAYLOR, C. *A secular age*. Harvard: Harvard University Press, 2007.

TAYLOR, C. Identidad y reconocimiento. *Revista Internacional de Filosofía Política*, Madrid, n. 7, 1996, p. 10-19.

TAYLOR, C. et al. *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

TRILLING, L. *Sincerity and authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

A VERDADE sobre a Arte Moderna. [S. l.: s. n., 2016]. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Tradutores de Direita. Disponível em: [https://youtu.be/qZN\\_MsWyD5o](https://youtu.be/qZN_MsWyD5o). Acesso em: 15 set. 2019.

## Apêndice

Títulos, classificação por subcategoria (conferir legenda), visualizações, data de publicação e número de comentários dos sessenta vídeos mais populares do canal *Tradutores de Direita*, em 20 de setembro de 2019.

	Título do vídeo	Visualizações	Data	Número de comentários
1	Comunista toma invertida e mostra sua verdadeira face (NP)	950 mil	10/11/2017	2.413
2	Aborto induzido no terceiro trimestre (F)	859 mil	06/05/2016	2.178
3	Como trollar uma feminista (F)	570 mil	24/07/2015	2.968
4	Ben Shapiro atropela esquerdistas em debate sobre racismo (RC)	379 mil	18/02/2016	1.002
5	Esquerdismo - antes e agora (EM)	349 mil	18/05/2017	900
6	Milo Yiannopoulos detona feminista negra (F)	279 mil	18/11/2016	644
7	Brasileira arma barraco em aeroporto na Inglaterra (O)	250 mil	16/05/2016	1.020
8	Lauren Southern - Porque eu não sou feminista (F)	220 mil	05/06/2015	1.498
9	Racismo nos EUA? - Confronto entre radialista negro e âncora da CNN (RC)	197 mil	28/11/2014	688
10	A verdade sobre a música pop (HM)	174 mil	23/03/2016	1.351
11	Os ricos devem pagar mais impostos? (NE)	167 mil	06/12/2017	472
12	Jordan Peterson destrói ideólogo que apela para a negação de gênero (F)	162 mil	28/10/2016	358
13	O patético Conselho de Direitos Humanos da ONU (NP)	161 mil	07/07/2017	467
14	A história não contada do Islamismo - em números (EM)	155 mil	22/07/2016	686

15	Palestrante dá lição em esquerdista numa palestra sobre maternidade em África (F)	146 mil	05/05/2016	1.082
16	Não venha reclamar pra mim (F)	144 mil	14/09/2018	424
17	Inferno em Paris (EM)	142 mil	05/09/2018	741
18	A Curva de Laffer - impostos altos, receita baixa (NE)	140 mil	10/08/2015	199
19	A verdade sobre a arte moderna (HM)	135 mil	24/02/2016	419
20	Ben Shapiro - 10 regras para debater com a esquerda (EM)	132 mil	25/05/2018	364
21	Os justiceiros sociais de Tortonto (EM)	131 mil	07/12/2016	1.041
22	Rabino Dr Abraham Twerski sobre o amor (O)	120 mil	26/12/2016	144
23	Alex Jones entrevista Donald Trump (NP)	114 mil	02/01/2016	539
24	O que é ser conservador - Roger Scruton (NP)	108 mil	01/03/2015	325
25	Como lidar com os 'bullies' de esquerda - Ben Shapiro (EM)	107 mil	25/07/2013	397
26	Economista venezuelano explica o que é o socialismo (NP)	106 mil	13/11/2017	231
27	Como responder a um socialista (NP)	99 mil	30/05/2016	130
28	Os nazistas eram esquerdistas, e não de direita - Bill Whittle e Andrew Kavlan (NP)	98 mil	25/08/2015	763
29	Discurso épico contra o desarmamento (NP)	96 mil	11/04/2018	534
30	Morgan Freeman detona a narrativa vitimista (RC)	96 mil	16/05/2017	217
31	Discurso de Netanyahu sobre livre mercado (NE)	95 mil	03/04/2019	148
32	Margaret Thatcher: socialistas odeiam a liberdade (NP)	94 mil	04/09/2015	241
33	Igualdade - Neel Kolhatar (EM)	91 mil	25/03/2015	240
34	A verdade sobre o feminismo (F)	90 mil	11/09/2015	438

35	Steven Crowder humilha justiceiros sociais (EM)	88 mil	03/05/2016	79
36	Aborto: dilatação e evacuação (D&E) <sup>15</sup> (F)	84 mil	27/03/2016	241
37	Theresa May cala a boca de Jeremy Corbyn, o líder do partido trabalhista (NP)	83 mil	01/02/2017	506
38	Milo Yiannopoulos denuncia mais um delírio mental da extrema-esquerda (EM)	83 mil	22/09/2016	198
39	Ted Cruz detona a mídia esquerdista (HM)	81 mil	07/11/2015	195
40	O Islã é uma religião de paz? (EM)	80 mil	16/11/2015	379
41	Feminismo 2.0 (F)	78 mil	08/03/2015	574
42	Donald Trump - Quem ri por último... (NP)	76 mil	09/11/2016	200
43	Falhas da ideologia esquerdista - Thomas Sowell (RC)	75 mil	19/06/2013	83
44	Milo Yiannopoulos e o gene gay (LGBT)	74 mil	14/09/2016	489
45	O triunfo do marxismo cultural - Olavo de Carvalho, Cliff Kincaid e Jerry Kenney (EM)	74 mil	26/03/2015	238
46	O que é marxismo cultural? (EM)	73 mil	11/01/2016	300
47	Resposta à Gillete (F)	73 mil	20/01/2019	901
48	Repórter da Fox News dá o troco à CNN (HM)	73 mil	18/01/2017	186
49	Alexis Tsipras recebe um sermão de um liberal (NP)	72 mil	09/07/2015	201
50	O vídeo que todas as mulheres deveriam ver (F)	72 mil	24/10/2017	320
51	O dia que Trump decidiu concorrer à presidência (NP)	72 mil	15/11/2016	314

15 O vídeo "Aborto: dilatação e evacuação (D&E)" reproduz o mesmo conteúdo do vídeo "Aborto induzido no terceiro trimestre", listado como segundo mais popular.

52	Sobre piriquetes e infiéis - Paul Joseph Watson (F)	71 mil	26/07/2016	656
53	Por que a direita está certa? (NP)	69 mil	24/09/2015	315
54	A verdade sobre a igualdade dos gêneros (F)	69 mil	11/05/2017	667
55	Benício Del Toro é humilhado por jornalista cubana (NP)	68 mil	30/08/2015	356
56	Feministas protestam em palestra de Milo Yiannopoulos (F)	66 mil	14/12/2016	210
57	Paul Joseph Watson entrevista Filipe G. Martins (NP)	65 mil	28/10/2018	313
58	A mentalidade esquerdista perfeitamente ilustrada (NP)	63 mil	30/11/2016	240
59	Jordan Peterson sobre a Disney e a arte narrativa (HM)	62 mil	02/04/2018	148
60	Diga não à Emma Watson e ao feminismo - Andrew Klavan (F)	61 mil	25/02/2015	591

**Legenda:**

(F): Feminismo

(LGBT): Sexualidade LGBT

(RC): Raça/Cotas

(HM): Hollywood/Mídia

(EM): Esquerda multicultural

(NP): Neoliberalismo político

(NE): Neoliberalismo econômico

(O): Outros

Fonte: dados coletados no canal do YouTube *Tradutores de Direita*.

# ATIVISMO EM REDE E A DIMENSÃO MORAL DAS LUTAS POR MORADIA

REGIANE LUCAS DE O. GARCÊZ  
KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO  
VANESSA VEIGA DE OLIVEIRA  
LARISSA MOREIRA DE OLIVEIRA ARANTES  
JULIA ESTER DE PAULA

## Introdução

As teorias por justiça assistiram a um fervoroso debate empreendido centralmente por Axel Honneth (2003a, 2003b) e Nancy Fraser (1997, 2003) acerca da natureza das lutas sociais. Dentre as várias críticas de Fraser a Honneth,<sup>1</sup> a principal delas acusa Honneth – bem como Charles Taylor (1994) – de negligenciar a dimensão material das lutas sociais ao centrar o modelo teórico nas lutas por reconhecimento. Ela e outros autores (FELDMAN, 2002; MARKELL, 2003; TULLY, 2000) acreditam

---

1 Fraser traça várias outras críticas a Honneth no que tange a) à perspectiva centrada na autorrealização e na intersubjetividade; b) à incompatibilidade com o pluralismo existente no mundo, visto que não se pode ter uma concepção específica de bem. c) à valorização positiva das identidades, dentre outras. Cada um desses questionamentos é respondido na obra de 2013, na qual os dois autores delineiam o debate.

que, ao colocar a identidade no cerne das lutas por reconhecimento, muitas lutas que são predominantemente materiais deixam de ser explicadas por possuírem outras lógicas. Em resposta, Honneth sustenta que mesmo os problemas materiais devem ser entendidos como uma violação moral às demandas por reconhecimento.

A explicação sobre a natureza das lutas sociais também foi foco de preocupação de outros autores. (FERES JÚNIOR; POGREBINSCHI, 2010; SIEP, 2010; TENENWURCEL, 2017; VOIROL, 2011) Na mesma trilha do debate teórico de Fraser x Honneth, buscamos identificar nas lutas sociais, particularmente naquelas com vistas à igualdade material, as demandas morais que as guiam e como esses dois tipos de demanda se articulam entre si. Para tanto, neste artigo analisamos os diferentes sentidos que os movimentos sociais mobilizam pelo direito à moradia na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais e região metropolitana, onde existem ao menos doze grandes ocupações urbanas ativas em 2019.<sup>2</sup>

Nos últimos anos as ocupações têm intensificado suas ações de mobilização por meio de manifestações, reuniões públicas, criação de novas ocupações, aproximação com representantes políticos formais. Da mesma forma, aumentaram também as ações de desocupação, despejo e reintegração de posse e repressão violenta por parte da polícia. Em 2013 e 2014, o Comitê dos Atingidos pela Copa (Copac), em Belo Horizonte, atuou em função das remoções de ocupações urbanas realizadas para as obras da Copa do Mundo e, em 2015, duas lideranças das ocupações foram assassinadas. Em junho de 2016, uma jornalista foi presa enquanto fazia a cobertura de uma execução de reintegração de posse na Ocupação Vitória.<sup>3</sup> Já em 2018, foi aprovada a Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte, cujo principal resultado é o reconhecimento das ocupações como assentamentos de

---

2 O número de ocupações é bastante impreciso, visto que muitas delas se mantêm por um curto período e logo recebem as notificações de remoção ou reintegração de posse. Seis delas são indicadas no “Relatório pelo direito fundamental à moradia adequada: estudo do caso de ocupações urbanas em Belo Horizonte e região metropolitana” (Programa Cidade e Alteridade, da Faculdade de Direito da UFMG), de 2015. Dentre aquelas localizadas em Belo Horizonte estão: Camilo Torres (iniciada em 2008), Dandara (2009), Irmã Dorothy (2010), Eliana Silva (2012) e Zilah Spósito (Belo Horizonte, 2012), além da ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, da cidade de Contagem (2013). Devido aos conflitos constantes envolvendo a mídia e policiais, listamos também as ocupações da região do Isidoro, em Belo Horizonte (Rosa Leão, Vitória e Esperança); da região do Barreiro, em Belo Horizonte (Olaria e Corumbiara); e a ocupação Willian Rosa, em Contagem.

3 Ocupação urbana localizada no município de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte. Mais à frente, a ocupação Vitória será apresentada e discutida neste texto.

interesse social. Contudo, as ocupações permanecem vulneráveis, (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019) com despejos ainda sendo realizados, como o que ocorreu com a ocupação urbana “Vicentão”, em fevereiro de 2019, localizada no centro de Belo Horizonte e que abrigava ambulantes e trabalhadores informais sem moradia.

Neste trabalho, partimos da premissa de que a moradia adequada<sup>4</sup> é um dos direitos humanos garantido a todos pela legislação internacional e pela Constituição brasileira (art.6º). (BRASIL, 1988) Foi reconhecido como direito fundamental em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e por diversos pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário.<sup>5</sup> Apesar do lugar de destaque que esse direito fundamental ocupa no sistema jurídico global, mais de um bilhão de pessoas, no Brasil e ao redor do mundo, se encontram, na prática, alojadas inadequadamente, em assentamentos informais ou favelas.(OHCHR; ONU-Habitat, 2009) Dois milhões de pessoas são despejadas à força por ano. Em muitos lugares do mundo serviços básicos não são oferecidos aos moradores de favelas ou ocupações porque são informais e muitas vezes sequer endereço possuem. Isso também ocorre na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), também afetada pelas dinâmicas do setor imobiliário e do poder público.

Nesse contexto, indaga-se de que maneira a dimensão moral do reconhecimento se materializa e se faz relevante diante da injustiça social da privação de uma moradia digna. Por que seria necessário considerar o pano de fundo moral, conforme defende Honneth (2003a, 2003b), para resolver questões materiais? Em que medida a dinâmica comunicacional presente no ativismo *on-line* contribui para essa reconfiguração de sentidos em torno dessa injustiça?

---

4 Compreende-se por moradia adequada aquela que atende aos critérios de segurança de posse (proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças); disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; economicidade (a moradia não é adequada se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes); segurança física e estrutural, como proteção contra o frio, umidade, chuva, dentre outras ameaças à saúde; acessibilidade; localização que não seja isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais, ou se localizados em áreas poluídas ou perigosas; e que seja adequada culturalmente respeitando os modos de vida das pessoas. (Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)

5 Pactos internacionais sobre a) Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); b) Direitos Civis e Políticos / Art. 17 (NAÇÕES UNIDAS, 2009); c) Direitos Econômicos, Sociais e Culturais / Art. 11. (NAÇÕES UNIDAS, 1992)

Para tentar responder a essas indagações partiremos de três noções importantes dentre as teorias do reconhecimento que dizem respeito a processos de igualdade e de universalização dos direitos na sociedade contemporânea: reconhecimento no âmbito do direito, (HONNETH, 2003a) dignidade, (TAYLOR, 1992; SOUZA, 2003, 2006) e paridade de participação. (FRASER, 2003) A escolha se deve ao fato de que as lutas por moradia adequada buscam a garantia de um direito humano fundamental e universal, incorporado aos documentos internacionais e às legislações da maior parte dos países com assento na ONU. Pressupor-se-ia que uma norma consensuada nesses termos não seria alvo de tantos conflitos, o que não se concretiza. Esses conflitos se acirram cada vez mais, configurando processos comunicativos que tensionam o sentido da dignidade, do direito e da propriedade.

Estruturamos o capítulo da seguinte forma. Na primeira seção apresentamos o debate teórico acerca da natureza distributiva e simbólica das lutas sociais. Em seguida, discutimos o papel da comunicação e do ativismo *on-line* nessas lutas. Na terceira seção traçamos apontamentos metodológicos sobre os modos de captar a dimensão moral em um mapa das moralidades, (GARCÊZ; CAL, 2013) além de descrever o *corpus* de análise. Na quarta seção descrevemos a coleta e os achados primários. Por fim, discutimos as lutas por moradia a partir de cinco dimensões morais encontradas nas postagens.

## A dimensão moral das lutas por reconhecimento envolvendo demandas materiais

As lutas por reconhecimento de que trata Axel Honneth estão centradas no conflito social e na busca por autorrealização, por meio de uma relação intersubjetiva na qual sujeitos que sofrem danos buscam empreender novas gramáticas morais e relações ampliadas de reconhecimento. (HONNETH, 2003a, 2003b) Diferentes formas de desrespeito convertidas em um processo comunicacional funcionam como motor propulsor para que experiências individuais sejam conectadas às experiências de um grupo, que, por sua vez, promove uma luta social e a busca de transformações normativas também nas instâncias formais.

A crítica endereçada à Teoria do Reconhecimento de Honneth por Nancy Fraser (1997) aparece em um ensaio no qual ela acusa tanto Honneth quanto Charles

Taylor (1997) de negligenciar a dimensão material e econômica das lutas sociais. Ela defende que a justiça e a emancipação dos sujeitos requerem tanto redistribuição quanto reconhecimento. Seriam categorias distintas para a análise das lutas sociais. Para ela, lutas por redistribuição buscam o fim das desigualdades materiais e vislumbram condições de igualdade, enquanto as lutas por reconhecimento almejam a valorização das diferenças e particularidades, objetivos diferentes. Buscar a igualdade no primeiro caso e reafirmar a diferença no segundo caso levariam ao que ela chamou de “esquizofrenia filosófica” dos movimentos sociais. (FRASER, 2003)

Fraser propõe uma noção de reconhecimento baseada na paridade de participação como solução para as injustiças. Em outras palavras, é mais importante reconhecer os sujeitos como “parceiros integrais na interação social<sup>6</sup>” (FRASER, 2000, p. 113, tradução nossa) do que a sua identidade de grupo. Os padrões institucionalizados de desvalorização cultural que impedem a participação seriam superados tanto pela redistribuição material quanto pelo reconhecimento das identidades e subjetividades. Para Fraser, os próprios afetados devem, por meio da participação, construir saídas da condição de subordinação, ideia defendida também por Tully (2000), enfatizando os processos dialógicos.

Honneth, em resposta publicada na mesma obra de 2003, diz não se reconhecer nessa crítica, visto que não considera as lutas por reconhecimento restritas nem à dimensão cultural-identitária, nem à dimensão econômica. (HONNETH, 2003b) Honneth defende uma teoria monista da moral, em que as relações culturais, econômicas e outras que porventura existam estão conectadas, não numa perspectiva dualista, como define Fraser, mas como um conjunto amplo de relações com fundo moral. Para ele, as instituições centrais das sociedades, incluindo aquelas que operam para a reprodução das lógicas capitalistas, se mantêm por meio de uma legitimação racional que depende de uma base de consenso moral.

Levando em conta o estudo em questão, a luta por moradia adequada enquanto luta por reconhecimento passaria por uma dimensão que vai além da concessão de moradias ou de infraestrutura básica. Para alcançar a redistribuição material, seria preciso uma dimensão valorativa na qual essas pessoas passam a ser, a priori, dignas de respeito e consideradas iguais. Conforme Honneth, ao analisar os movimentos sociais inseridos no contexto das sociedades capitalistas, o argumento de

---

6 “full partners in social interaction”.

Nancy Fraser “cria a impressão de que os grupos sociais lutam basicamente ou por recursos materiais, ou por reconhecimento cultural, enquanto a luta pela igualdade jurídica não encontra expressão sistemática em tudo.” (HONNETH, 2003b, p. 136, tradução nossa) Honneth (2003, p. 271) afirma que sua teoria se interessa “por normas que sejam as mais universais possíveis entendidas como condições para outras possibilidades.” (HONNETH, 2003, p. 271) Ou seja, ao argumentarmos sobre os princípios morais que forjam os movimentos das ocupações da capital mineira, fazemos referência à busca por uma garantia que alcance o maior número de pessoas possível, a um direito que possa ser o mais universal e que se apresente como condição para que os indivíduos possam lutar por outros.

Para Honneth, os sentimentos de injustiça e de desrespeito social não podem ser encarados apenas como catalisadores das ações práticas, mas imbuídos de um papel moral nas relações de reconhecimento. Partir, portanto, da ideia que toda luta por redistribuição é uma luta por reconhecimento significa compreender a mobilização dos coletivos em análise como uma busca não apenas por uma pauta específica relacionada a bens e serviços para a população, mas como a batalha por uma garantia que é a mais universal possível e que trata do direito à dignidade de morar e das próprias garantias fundamentais para o bem viver, dimensão constituinte dos direitos humanos. Como bem sintetiza Mendonça (2009, p. 80) “valores definem como são distribuídos os recursos, fazendo-se necessário reconstruir o conceito de lutas redistributivas a partir do reavivamento da sua dimensão moral”.

Segundo Honneth (2003a, p. 261), “permanece sempre uma questão empírica saber até que ponto um conflito social segue a lógica da perseguição de interesses ou a lógica da formação da reação moral.” Christopher Zurn (2015) explica que essa preocupação é importante para estabelecer que Honneth (2015) não reivindica que todos os conflitos sociais devam ser entendidos como conflitos morais, logo, nem todos conflitos sociais são lutas por reconhecimento. Contudo, toda luta por reconhecimento apresenta um conflito moral. Por isso é importante analisar empiricamente a fim de evidenciar o quanto interesses morais e materiais estão presentes no trabalho de reconhecimento. (ZURN, 2015) Segundo Zurn, (2015, p. 65, tradução nossa)

---

7 “creates the impression that social groups basically struggle for material resources or cultural recognition, while the struggle for legal equality surprisingly finds no systematic expression at all”.

Portanto, as lutas por reconhecimento são motivadas por sentimentos morais negativos gerados por relações sociais específicas, em oposição aos conflitos baseados em interesses que são motivados pela falta de recursos objetivos necessários para a autopreservação.<sup>8</sup>

Outros autores do reconhecimento comungam dessa perspectiva. Para Taylor (1997), a dimensão moral da desigualdade material é extremamente relevante, pois é a responsável por naturalizar as desigualdades. Construída a partir das relações Estado x mercado, existe uma hierarquia valorativa implícita e opaca à consciência cotidiana que faz com que o valor das coisas pareça dado, como se a desigualdade fosse algo natural. A busca por reconhecimento em Taylor (1992), e consequentemente pela desnaturalização das desigualdades, estaria associada aos **princípios da dignidade**, universalizante, e da autenticidade, que busca o reconhecimento das particularidades. Diferente da honra como princípio distintivo, que uns possuem e outros não, a noção de dignidade, ao contrário, implica no valor igualitário e universal. Argumento semelhante é desenvolvido por Tenenwurcel (2017), ao realizar uma genealogia da ideia de moradia e propriedade, apontando para uma perspectiva moral das lutas empreendidas pelas ocupações.

No mesmo sentido, Jessé de Souza (2003, 2006) opta por enfatizar a dimensão da dignidade universal como forma de buscar o respeito e, ao menos, uma cidadania jurídica, especialmente nas sociedades periféricas como a brasileira. Isso ajuda a explicar como “torna-se possível num contexto formalmente democrático, aberto e pluralista, a constituição de cidadãos de primeira e de segunda classe.” (SOUZA, 2003, p. 38) Ainda que todos tenham direito à moradia adequada como uma forma digna de vida, ainda existe uma hierarquia de valores que classifica quem pode ou merece e quem não pode ou não merece condições dignas de vida, argumento compartilhado também por Feres Júnior e Pogrebinschi (2010). Souza (2015) atribuiu essa desigualdade social à uma ideologia antipopular, que ele chama de “racismo de classe”, que esconde as razões da injustiça social e que eterniza a precariedade.

---

8 "Therefore, recognition struggles are motivated by negative moral feelings generated by specific social relations, as opposed to interest-based conflicts which are motivated by a lack of objective resources needed for self-preservation."

## Mapa das moralidades: modos de ver disputas na sociedade contemporânea

A ideia de dignidade humana tem mobilizado os movimentos pelo direito à moradia em redes de ativismo político *on-line* que se apresentam hoje como uma oportunidade de visibilidade. A mobilização nas redes sociais configura um recurso estratégico adicional de comunicação para essas lutas, mas não há evidências de “aumento” de participação. (BENKLER et al., 2015; THEOCHARISA;LOWE, 2015) Ainda assim, as redes se apresentam como ambiente propício para a construção daquilo que Melucci (1996) chama de “dimensão latente dos movimentos sociais”, responsável pela construção de um “nós” em relação a “outros”, para fazer frente a uma sub-representação nos meios de comunicação de massa, nos quais os atores coletivos buscam aumentar sua visibilidade e sua ação política.

Numa pesquisa com cinco mobilizações nas redes sociais digitais, Prudencio (2014) observou que a adesão às campanhas no Facebook é baixa se forem considerados os números de curtidas, compartilhamentos e comentários. A análise do padrão de interação indica que o Facebook é utilizado como amplificador de uma demanda central e como reforço do vínculo entre os ativistas, que se reconhecem como integrantes de uma mesma luta. O processo interacional nas redes sociais, em casos de demandas por justiça social, atua como processo de aprendizagem de participação e de formação de redes. Possuem também, como observaram Prudencio e Silva Junior (2013) em um estudo sobre *rappers* de Curitiba, função estética e política de angariamento de simpatizantes e de identificação de possíveis aliados da luta contra a exclusão no espaço urbano.

Assim, o ativismo digital por demandas de justiça social se caracteriza por forjar um espaço de preparação para um diálogo mais institucional com o poder público, na medida em que os ativistas se reconhecem, estruturam seus discursos, encontram aliados e com eles se fortalecem como interlocutores políticos. (PRUDENCIO, 2018) Ao perguntarmos aos administradores das páginas quais os objetivos desse canal de comunicação, as respostas foram: “criar vínculos, informações e trocas de experiências de uma comunidade com a outra” (Ocupação Dandara); “divulgar a luta e a imagem da organização, se comunicar com o pessoal dos outros estados, fazer redes de contatos e de apoiadores” (Brigadas Populares – Minas Gerais); “de mobilização até denúncias e críticas pontuais” (MLB); “fortalecer as lutas, dar visibilidade, denunciar as injustiças, angariar redes de apoio” (Ocupação Vitória e Resiste Izidora).

Assim, o uso do Facebook por mobilizações aponta para o que argumentamos neste capítulo: as demandas morais elaboradas juntamente com as demandas materiais acabam por resultar em uma utilização da plataforma mais para a construção comunicacional de uma solidariedade interna e visibilidade do que para provocar efeitos externos nas políticas governamentais. São espaços de engendramento de novas moralidades, reafirmação de lutas, visibilidade de causas, protagonismo dos afetados e revelador desse pano de fundo moral que hierarquiza os sujeitos de modo a estabelecer quem pode ou não ter acesso à moradia. Para captarmos essas demandas morais que circulam acerca do direito à moradia, nos utilizamos de um mapeamento das moralidades, do mesmo modo que Garcéz e Cal (2013) e Cal e demais autores (2018), no sentido de buscar revelar as pretensões para além das demandas materiais.

### DELIMITAÇÕES E CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

Realizamos buscas no Facebook com os nomes das ocupações identificadas em Belo Horizonte para mapearmos tanto as páginas das próprias ocupações quanto as de movimentos pelo direito à moradia ligados a elas. Selecionamos as cinco páginas mais expressivas, com maior número de postagens, sendo duas de ocupações de Belo Horizonte (Ocupações Dandara e Vitória) e três de movimentos pelo direito à moradia que atuam na cidade (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas de Minas Gerais, Resiste Izidora e Brigadas Populares – Minas Gerais). Trabalhamos com o período compreendido entre 2014 e 2015 em razão desse contexto ser marcado pelo ápice das mobilizações públicas como também da repressão policial devido à conjuntura político-social (realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas), e pela ausência de políticas públicas para as ocupações urbanas (o plano de habitação e o plano diretor da cidade datam de 2018 e 2019, respectivamente). Ao todo, foram coletados 4978 *posts*, dos quais foram selecionados apenas os que estão diretamente relacionados às pautas e demandas pelo direito à moradia. As páginas selecionadas são:

- Resiste Izidora:<sup>9</sup> com 10.508 seguidores, a página é mantida por ativistas, como o conhecido Frei Gilvander, e por alguns moradores das ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança, localizadas na região do Isidoro (Zona

---

9 Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/?ref=ts&fref=ts>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Norte) de Belo Horizonte. Estima-se que morem 8 mil famílias nas ocupações, um total de cerca de 30 mil pessoas.

- Ocupação Vitória:<sup>10</sup> A página, com 2.212 seguidores, foi criada por integrantes da própria ocupação que existe há seis anos, com cerca de 4,5 mil famílias. A página é mantida pelos moradores, pelo Frei Gilvander e é a única que possui moderação nos comentários.
- Dandara Resiste:<sup>11</sup> Página com 3.784 seguidores, criada e administrada por integrantes da própria ocupação, localizada na região Norte de Belo Horizonte, no bairro Céu Azul. Reúne cerca de mil famílias em 40 hectares de ocupação e existe desde abril de 2009.
- MLB – Minas Gerais:<sup>12</sup> Página do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas de Minas Gerais, com 6.037 seguidores. O MLB é uma iniciativa nacional, presente em 13 estados. Ativistas são responsáveis pela página, que conta com pouca participação dos moradores de ocupações.
- Brigadas Populares – Minas Gerais:<sup>13</sup> A página possui 8.487 seguidores. O movimento surgiu em 2011, como uma iniciativa nacional com núcleos estaduais. Os ativistas são responsáveis pela página, que não conta com participação de moradores de ocupações.

## PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE

A coleta foi realizada a partir do aplicativo Netvizz, do Facebook, que possibilitou gerar tabelas com os textos das postagens, datas, curtidas e compartilhamentos das postagens. A coleta foi feita já excluindo os compartilhamentos (*shared*) – a partir da filtragem do próprio programa Netvizz – e, durante a análise, caso algum

---

10 Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupacaovitoria/?fref=ts>. Acesso em: 15 dez. 2016.

11 Disponível em: <https://www.facebook.com/comunidadeandara/?ref=ts&fref=ts>. Acesso em: 15 dez. 2016.

12 Disponível em: <https://www.facebook.com/MLB-Minas-Gerais-543206729121454/timeline>. Acesso em: 15 dez. 2016.

13 Disponível em: <https://www.facebook.com/brigadaspopularesmg/?fref=ts>. Acesso em: 15 dez. 2016.

compartilhamento ainda aparecesse, foram desconsiderados, por isso a diferença entre *posts* coletados e *posts* analisados.

Uma vez que o objetivo do trabalho é analisar a construção das demandas dos ativistas *on-line*, analisamos apenas os textos verbais escritos pelos ativistas, sem considerar os conteúdos audiovisuais ou as respostas e comentários dos visitantes das páginas, bem como as postagens compartilhadas de outras páginas. Partindo de um paradigma relacional da comunicação, entendemos que os materiais audiovisuais (fotos e vídeos) e as postagens compartilhadas (como as notícias, por exemplo) funcionam como suporte para a construção argumentativa dos ativistas, e que os comentários e respostas às postagens reverberam no resultado do uso da plataforma para a construção comunicacional do ativismo. Como já dito na seção teórica, entendemos que o ativismo digital se caracteriza por forjar discursivamente um espaço de preparação e de organização para um diálogo institucional com o poder público, para um diálogo ampliado com a sociedade civil e para a formação de redes de solidariedade interna e para visibilidade. Entendemos que nesse processo, as redes sociais *on-line*, como o Facebook, tornam-se um espaço potente, uma vez que sua natureza aumenta o alcance das mensagens políticas e podem ampliar o engajamento do cidadão. (GIL DE ZUÑIGA; VALENZUELA, 2011; HARDY; SCHEUFELE, 2005; PAPACHARISSI, 2004; VALENZUELA; KIM; GIL DE ZUNIGA, 2011; XENOS; MOY, 2007) Nosso olhar se volta para a ponta final do processo: o discurso construído na e a partir das redes sociais *on-line* pelos líderes ativistas. Partimos da premissa de que esse discurso é resultado das trocas comunicacionais possibilitadas pela natureza interativa do espaço público das redes sociais.

Antes de proceder com a codificação,<sup>14</sup> foi realizado um teste de confiabilidade para verificar o entendimento dos códigos e a aplicabilidade da pesquisa.

---

14 Tanto o teste de confiabilidade quanto a codificação foram realizados com base em um livro de códigos composto por cinco demandas morais, uma categoria para postagens estratégicas e outra para publicações fora do tópico analisado. Dentro de cada demanda moral, há ainda categorias específicas, que buscam promover uma distinção entre as demandas e evitar a sobreposição de códigos. Assim, nosso livro de códigos é composto pelas seguintes variáveis: 1) Dignidade e integridade física (1 - Denúncia de violência policial, 2 - Denúncia de despejo, 3 - Denúncia de assassinatos e mortes, 4 - Menção a casos de violência policial, 5 - Menção a casos de despejos, 6 - Menção a assassinatos e mortes); 2) Garantias fundamentais de vida (1 - Moradia como sobrevivência e como dignidade humana e 2 - Doação para a ocupação); 3) Direito à cidade (1 - Inclusão na cidade, 2 - Direito de ir e vir, 3 - Direito a usufruir de bens públicos e 4 - Reforma

Duas codificadoras analisaram individualmente uma amostra aleatória de 10% (385 *posts*) do *corpus* total. Os resultados foram processados a fim de gerar o coeficiente alfa de Krippendorff (HAYES; KRIPPENDORF, 2007), que varia de 0 a 1. Para ser aprovado, o alfa de Krippendorff deve ser acima de 0.600. Neste trabalho, a concordância mínima foi de 0,604, encontrada na demanda “b) garantias fundamentais de vida”. Nas categorias restantes, o alfa de Krippendorff ultrapassou 0,780 de concordância e em uma delas – “c) direito à cidade” – alcançou o índice de 0,813. Além disso, em todas as categorias a porcentagem de acordo foi maior que 90%.<sup>15</sup>

Para a análise de conteúdo, identificamos em primeiro lugar se todas as postagens apresentavam demandas materiais. Em seguida, identificamos qual tipo de demanda moral estava relacionada a elas, sendo que em muitas das postagens são expressas mais de uma demanda moral. As demandas morais possíveis são:<sup>16</sup> A) preservação da dignidade e integridade física; B) garantias fundamentais de vida; C) direito à cidade; D) direito coletivo em detrimento do direito privado; E) direito a participação nas negociações. As outras postagens foram classificadas como postagens estratégicas.<sup>17</sup>

---

urbana); 4) Direito coletivo em detrimento do direito privado (1 – Denúncia de construtora – interesse privado ou de empresas; 2 – Sorteio do Minha Casa, Minha Vida e 3 – Mérito e privilégio); 5) Direito à participação nas negociações (1 – Negociação em relação ao despejo); 6) Post estratégico (1 – Doação para manifestação, 2 – Convocação para evento, 3 – Compartilhamento de outros coletivos e 4 – Convocação para conhecer outros materiais midiáticos); e 7) *Off topic*.

- 15 O alfa de Krippendorff e a porcentagem de concordância observados, respectivamente, no teste de confiabilidade em cada demanda são: A) dignidade e integridade física: 0,781% e 98,5%; B) garantias fundamentais de vida: 0,604% e 96,1%; C) direito à cidade: 0,813% e 98,1%; D) direito coletivo em detrimento do direito privado: 0,796% e 98,4%; E) direito à participação nas negociações: 0,651% e 90,3%.
- 16 As definições e diferenciações de cada categoria de demanda moral analisada nesta pesquisa foram construídas com base na literatura sobre moradia e direitos humanos, discutidas na introdução deste texto. A identificação das categorias se deu com base na presença ou ausência de códigos apresentados na nota de rodapé 17. Essas categorias foram objeto do teste de confiabilidade para evitar erros de codificação e interpretações ambíguas.
- 17 Demandas estratégicas são postagens que compartilhavam ações cotidianas do ativismo, tais como legenda de fotos, chamadas para eventos para aproximar a comunidade das ocupações, chamadas para manifestações ou assembleias de moradores, notícias sobre as ocupações ou convite para participar de *hashtags* nas redes sociais.

**Tabela 1.** Mapeamento das postagens e codificação

Página	Postagens			Off
	Coletadas	Analisadas	Estratégicas	
Brigadas	1.513	1.442	295	882
Izidora	728	728	531	49
MLB	389	389	144	78
Dandara	122	122	45	59
Vitória	2.226	1.183	571	384
Total	4.978	3.864	1586	1452

Fonte: elaboração dos autores.

## Mapeando as moralidades

Ao excluirmos as postagens estratégicas e as mensagens *off-topic*, identificamos o mapa das moralidades da luta por reconhecimento pelo direito à moradia (Gráfico 1).

**Gráfico 1.** Distribuição de postagens com demandas morais associadas à demanda por redistribuição



Fonte: elaboração dos autores.

O Gráfico 1 revela que a demanda moral pela preservação da dignidade e integridade física foi a mais acionada. Isso revela que a denúncia e menções à violência policial, o despejo e mortes discutidos como uma ameaça à dignidade humana foram importantes para construir o fundo moral da injustiça em tela para além da demanda material (o acesso à moradia). Por outro lado, percebemos que a construção moral da luta enquanto um direito coletivo, em oposição a um direito individual, foi a menos frequente. Os resultados envolvendo cada categoria de demanda moral serão discutidas a seguir.

### DIGNIDADE E INTEGRIDADE FÍSICA

Agrupamos nesta categoria todas as postagens que fizessem menção aos seguintes temas: violência policial, denúncias de despejo e denúncias de assassinatos e mortes. Essa foi a demanda moral mais acionada, com 595 menções, correspondendo a 35% das postagens. A violência policial aparece quase sempre atrelada aos anúncios de despejo das comunidades. Quando algum mandado de reintegração de posse era cumprido, os ativistas se concentravam em denunciar nas páginas do Facebook o que era abuso policial. Um exemplo foi o *post* do dia 6 de agosto de 2014 na página das Brigadas Populares – Minas Gerais, que anunciava “despejo violento e surpresa à [sic] 8 mil famílias das ocupações é a orientação dada pela PM de Minas Gerais”. O mandado seria cumprido nas comunidades Vitória, Esperança e Rosa Leão. Dentre as acusações de assassinatos, um dos exemplos emblemáticos é o da morte de Manoel Ramos de Souza, o Bahia, um dos líderes da região do Isidoro, em abril de 2015, postado em todas as páginas analisadas.

A violação da integridade física, a violência do Estado e a ameaça à vida dos sujeitos afetados é associada à questão da dignidade humana do direito de morar. Os ativistas, além de buscarem desnaturalizar a desigualdade ao lutar pelo direito à moradia, (SOUZA, 2003; TAYLOR, 1992) buscam também explicitar que sofrem violência, e que eles não são vidas descartáveis e que possuem valor humano. Tal construção discursiva revela que, para além de uma dimensão material envolvendo a moradia, coexiste uma dimensão humana, ao expor a ameaça ao direito à vida dos concernidos.

## GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE VIDA

Em quase um quarto das postagens (409 vezes) identificamos a associação do direito à moradia como uma questão de garantia do bem-estar das famílias. Muitos *posts* buscavam mensurar o sofrimento: da vida sem moradia, da dificuldade financeira com o aluguel, da alimentação e saúde vinculadas à moradia digna. Os *posts* mencionaram também o bem-estar atrelado à vida em comunidade, à solidariedade, à noção de felicidade, à realização pessoal e bem comum produzidos pelo acesso à moradia. A postagem da página Resiste Izidora, do dia 17 de agosto de 2014, ilustra isso: “O valor da moradia tem gosto de um conforto. E ele é inestimável. O valor de uma moradia tem o calor da segurança e ele é indescritível.” (Resiste Izidora, 17 de agosto de 2014) Os ativistas também afirmam que

[...] as ocupações urbanas não são somente respostas pragmáticas para o problema habitacional no país, mas sim respostas adequadas e muitas vezes superiores às políticas públicas formais, como o Minha Casa, Minha Vida. Isso porque elas pensam e praticam integralmente a gestão da vida coletiva dentro da malha urbana, harmonizando o habitar com o ser, o produzir e o conviver. (RESISTE IZIDORA, 2015a)

Neste caso, não só a moradia é considerada como “resposta pragmática” como também extrapola sua dimensão prática ao representar a efetivação de princípios abstratos como a felicidade, solidariedade e bem-estar.

## DIREITO À CIDADE

Na categoria que chamamos de “Direito à cidade”, incluímos os *posts* sobre: a) inclusão na cidade, b) direito de ir e vir, c) direito de usufruir de bens públicos e d) reivindicação de reforma urbana. Esses conteúdos apareceram 212 vezes, ou seja, em 12% das postagens analisadas. Os movimentos compreendem que a garantia de moradia está atrelada ao direito de pertencimento à cidade e ao direito de acesso aos bens públicos, como no exemplo: “O município não pode sobrepor um direito patrimonial à sua responsabilidade social e ética, se negando a empreender atitudes que efetivem direitos fundamentais, notadamente o inexorável direito à moradia e à cidade.” (MLB, 8 de fevereiro de 2015) É comum

nas postagens deste tópico menções a outros direitos, como o de transporte (ir e vir), educação e cultura.

Essa categoria, a princípio, é a que mais se aproxima do argumento de Fraser (2003), uma vez que a efetivação de demandas, como o direito de ir e vir e de usufruir de bens públicos, diz respeito ao acesso a recursos materiais. Contudo, os sentidos mobilizados pelos concernidos em relação a esses direitos não se restringe à redistribuição material e à satisfação individual, mas são trabalhados (esses direitos) enquanto condições para se transformar a injustiça social.

### DIREITO COLETIVO EM DETRIMENTO DO DIREITO PRIVADO

Incluímos nesta categoria todos os *posts* que criticavam a política de moradia e a lógica de ocupação da cidade: a) privilégio dado a construtoras e a interesses privados em detrimento do coletivo, b) críticas feitas ao programa “Minha Casa, Minha Vida” e c) menções a mérito e privilégios de forma geral. As menções a esses conteúdos aparecem em 178 postagens (10%).

Diante do maior conflito fundiário do Brasil que envolve as milhares de famílias das três ocupações da região da Izidora, a latifundiária família Werneck e a Construtora Direcional o Governo de Minas tem [sic] jogado sujo com incursões e constrangimentos à comunidade para impor uma única solução para o conflito: a proposta das empresas, que significa o investimento público no despejo das comunidades e na viabilização do megaempreendimento do Minha Casa, Minha Vida com a garantia do máximo de lucros para a Direcional. (RESISTE IZIDORA, 2015b)

Aqui, os ativistas buscaram articular a demanda pela moradia associada a sentidos que acionam princípios éticos e morais, como transparência, corrupção, mérito e justiça social. Para além de uma decisão prática envolvendo a autorização de construção de casas populares pelas construtoras, ativistas dessa luta por reconhecimento mobilizam o sentido de que o direito à moradia é atravessado pela moralidade da política e dos políticos brasileiros, responsáveis pela tomada de decisão envolvendo os programas habitacionais.

## DIREITO À PARTICIPAÇÃO NAS NEGOCIAÇÕES

A reivindicação do direito à participação nas negociações é uma categoria importante pela frequência com que apareceu, em 329 postagens, representando 19% do *corpus*, terceiro tipo de demanda moral mais identificada na análise. Os movimentos e ocupações cobram dos governantes a garantia de sentarem à mesa de negociação sobre as ordens de reintegração de posse dos terrenos, sem serem pegos de surpresa e para evitar ações violentas por parte da polícia: “A prefeitura se comprometeu a assinar uma nota afirmando que irá comparecer na mesa de negociação amanhã na Cidade Administrativa. Esperamos que eles cumpram a palavra.” (BRIGADAS POPULARES – MINAS GERAIS, 2014) Ou seja, ainda que a realização de negociações seja uma demanda prática, ela é mobilizada pelos ativistas a partir de seu significado moral da paridade da participação. A necessidade de reuniões e negociações é imbuída de um sentido de justiça e de reconhecimento dos concernidos enquanto cidadãos.

### Considerações finais: articulações entre demandas materiais, valores implícitos e lutas por reconhecimento

Ao discutir a segunda dimensão do reconhecimento, o âmbito do direito, Honneth aponta para a dificuldade da verificação empírica, visto que se torna observável apenas a partir de sua negação. Apenas quando é identificada a privação de determinados direitos é que se percebe as possíveis consequências que esta denegação e recusa podem causar aos sujeitos. No caso em questão, a denegação de direitos em relação à moradia nos fornece elementos para evidenciar que as lutas extrapolam demandas materiais e clamam por um reconhecimento que vai além da moradia e da infraestrutura básica. E, ainda, revela que a produção de sentidos possibilitada pelas redes sociais articula redes de apoio mútuo e solidariedade.

A partir dos dados apresentados, identificamos cinco características centrais dessas lutas: a) a generalização e universalidade das demandas para além do mérito, privilégio ou honra; b) a paridade de participação nas negociações como um dos alvos da luta, capaz de ser alcançada por meio do reconhecimento dos sujeitos como iguais nas negociações; c) a naturalização da desigualdade como alvo a ser

desconstruído; d) a consideração de modos coletivos de vida e de apropriação dos bens públicos; e) e a formação de redes de produção de sentido que visa à coletivização das lutas populares.

Conforme Honneth (2003a), no direito tradicional os sujeitos jurídicos tinham seus direitos protegidos de acordo com o *status* e a função social que desempenhavam. Com o direito contemporâneo, o autor afirma que as leis adquirem uma característica da universalidade, sem exceções e privilégios, desvinculada de simpatias ou emoções e resultado de processos puramente cognitivos. (Honneth, 2003a) Obviamente, a aplicação da letra da lei nem sempre obedece a essas premissas. Quando as postagens analisadas evidenciam demandas por igualdade de direitos e questionamentos sobre os privilégios de construtoras, elas apontam justamente para uma universalização dos direitos, que devem ser para todos – o direito à moradia é de todos. O reconhecimento jurídico tem como premissa a aplicação universal, gerando um respeito moral que deve ser exercido de maneira recíproca. Posso respeitar o outro sem, contudo, estimá-lo em suas particularidades (como Fraser acusa a Teoria do Reconhecimento de Honneth), pois há um saber moral sobre as obrigações jurídicas perante esse outro moralmente imputável.<sup>18</sup> Da mesma forma, a dignidade como parâmetro universal, defendida por Taylor, busca uma generalidade e universalidade. A análise evidencia um desejo da consideração da moradia enquanto direito universal, com condições mínimas que garantam a dignidade e a integridade física.

Uma segunda característica dessas lutas seria buscar a paridade de participação, conforme definiu Fraser, para que os movimentos tenham suas demandas ouvidas. Nas postagens houve menção à demanda por participação nas negociações sobre as ocupações em um quinto dos *posts*. De fato, luta-se pela paridade de participação, mas há também uma dificuldade de acesso às mesas de negociação que advém de uma topografia de valores que hierarquiza os que contam e os que não contam nessas negociações: cidadãos de segunda classe (SOUZA, 2003) que precisam lutar antes para serem reconhecidos enquanto sujeito de direitos para então lutarem pela participação, a qual é ela própria um direito. (NAÇÕES UNIDAS, 1992)

---

18 Imputabilidade moral é um termo jurídico que, grosso modo, pode ser explicado como a condição e a possibilidade de as pessoas responderem juridicamente por seus atos.

A própria seara do direito é alvo das lutas por reconhecimento tanto no que tange ao cumprimento de leis já promulgadas quanto em relação a novas leis que são alvo das lutas para a sua aprovação. “[...] Obedecendo à mesma lei, os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais.” (HONNETH, 2003a, p. 182) A preocupação de Honneth, que não difere tanto de Fraser, é quanto ao estabelecimento e à legitimação dessas novas regras e à autonomia dos sujeitos de decidirem sobre questões morais. Essas decisões devem envolver indivíduos em pé de igualdade que se reúnem para estabelecer um acordo universal. As reuniões solicitadas pelos moradores das ocupações revelam essa demanda por uma paridade antecedida, entretanto, por uma demanda por reconhecimento desses sujeitos enquanto dignos de participar e de influírem nas decisões sobre seus futuros em relação à moradia.

Essa luta pode dar origem a um processo de extensão das propriedades universais de maneira a ampliar os direitos a um número cada vez maior de indivíduos, alguns até então excluídos desse processo e das considerações jurídicas. Assim, a luta por reconhecimento se constitui em torno dessa ampliação, impulsionada por experiências de desrespeito. Mediante o sentimento de privação de direitos e exclusão de algo que pretende ser universal, os sujeitos empreendem lutas por reconhecimento para buscarem o reconhecimento jurídico negado.

Como terceiro aspecto da luta, está a naturalização da desigualdade como alvo a ser desconstruído. As postagens frisam a importância do direito de habitar, sem distinção. Há a oposição entre garantias fundamentais de vida (presente em 409 *posts*), ligada à dignidade humana (TAYLOR, 1992; SOUZA, 2003, 2006) e os privilégios concedidos a uns e não a outros. Como apontou Souza (2015), há dificuldade no Brasil para a saída da condição de marginalidade social. A moradia se apresenta como um direito que permite lutar pelos outros ao colocar seus reivindicantes numa posição menos desfavorável no ambiente competitivo da sociedade. A luta por reconhecimento nesse âmbito se dá então pelo combate à precariedade.

Em quarto lugar, identificamos que há um forte apelo à consideração de modos coletivos de vida e de apropriação dos bens públicos. Isso é mencionado nas 178 demandas classificadas como direito coletivo em detrimento do direito privado, além de ser identificado também nas postagens classificadas como direito à cidade, quando se refere ao direito de usufruir de bens públicos, representando 37% das postagens. Importante destacar que a defesa da moradia como direito coletivo e não um

direito privado combate a ideia de meritocracia, compreendida como privilégio. Por isso, é recorrente a demanda pela apropriação dos bens públicos do território urbano e a valorização da coletividade no cotidiano de vida dos sujeitos em detrimento dos valores individualistas que regem o dia a dia de grande parte da sociedade.

Honneth define o “desrespeito social” como o motor para a luta social, sendo fundamental o reconhecimento em grupo para possibilitar a pretensa conquista política. Logo, a coletividade é importante para os movimentos que lutam por moradia também por este aspecto: permitir que os cidadãos não reajam “de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais” (HONNETH, 2003, p. 224) e encontrem no outro o suporte para se unirem. As demandas passam também a ser motivo de “resistência política”, nos termos de Honneth, e integram, portanto, o rol de reivindicações das postagens no Facebook.

Desse modo, está na natureza das lutas por reconhecimento a formação de redes formadas por aqueles que são alvo de injustiças, sendo os processos comunicativos nelas engendrados uma estratégia política importante. Identificamos que no Facebook está uma das expressões dessas redes. Os ativistas utilizam a plataforma para a produção de solidariedade interna e de visibilidade. Assim, as lutas populares são coletivizadas e tensiona-se as ideias cristalizadas acerca da moradia, propriedade, dignidade, mérito e bem viver.

Conclui-se que, ainda que a pauta imediata seja a moradia, os movimentos e ocupações acionam em seus discursos públicos justificativas morais que extrapolam o valor do bem material e da propriedade. O ativismo que busca se utilizar das redes sociais para dar vazão às suas lutas convoca uma dimensão moral presente na dimensão da coletividade e da vida em comum, dos direitos humanos e das garantias fundamentais, representados pela integridade física, pela liberdade de ir e vir e de participar de processos políticos bem como pela possibilidade da vida em comunidade.

## Referências

BENKLER, Y et al. Social Mobilization and the Networked Public Sphere: Mapping the SOPA-PIPA Debate. *Political Communication*, Cambridge, v. 32, n. 4, p. 594-624. 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Promulga o pacto internacional sobre direitos civis e políticos, adotado pela XXI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 07 jul. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.t](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.t). Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à moradia adequada*. Brasília, DF: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225430>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRIGADAS POPULARES – MINAS GERAIS. Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/brigadaspopularesmg/>. Acesso em: 6 de abr. 2020.

BRIGADAS POPULARES. A prefeitura se comprometeu a assinar uma nota afirmando que irá comparecer na mesa de negociação amanhã na cidade administrativa. Belo Horizonte, 4 de fev. 2014. Facebook: brigadaspopularesmg. Disponível em: <https://www.facebook.com/185703931611892/posts/245029022346049>. Acesso em: 6 de abr. 2020.

CAL *et al.* A mulher na vida pública: um mapa das moralidades no Facebook. *E-Compós*, Brasília, DF, v. 21, p. 1-23, 2018.

DANDARA RESISTE. Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/comunidadedandara/>. Acesso em 6 de abr. 2020.

FELDMAN, L. C. Redistribution, recognition, and the state: the irreducibly political dimension of injustice. *Political Theory*, Thousand Oaks, v. 30, n. 3, p. 410-40. 2002.

FERES JÚNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. *Teoria política contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Campus: Elsevier, 2010. v. 1.

FRASER, N. *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. New York: Routledge, p. 11-40, 1997.

FRASER, N. Rethinking recognition. *New Left Review*, Londres, n. 3, p. 107-120, 2000.

FRASER, N. Social justice in the age of identity politics: redistribution, Recognition, and participation. In: N. Fraser e A. Honneth. *Redistribution or recognition: a political-philosophical exchange*. Londres: Nova York: Verso. p. 07-109, 2003.

GARCÊZ, R.; CAL, D. Deslizes morais na cena midiática: reprodução da intolerância ou oportunidade para novas gramáticas morais? *E-Compós*, Brasília, DF v. 16, n. 2, p. 1-17, 2013. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/925>. Acesso: 22 set. 2019.

GIL DE ZUÑIGA, H., VALENZUELA, S. The mediating path to a stronger citizenship: Online and offline networks, weak ties and civic engagement. *Communication Research*, Thousand Oaks, v. 38, p. 397-421, 2011.

HARDY, B. W., SCHEUFELE, D. A. Examining differential gains from Internet use: Comparing the moderating role of talk and online interactions. *Journal of Communication*, Oxford, 55, p.71-84, 2005.

HAYES, A.; KRIPPENDORFF, K. Answering the call for a standard reliability measure for coding data. *Communication Methods and Measures*, London, v. 1, p. 77-89, 2007.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003a.

HONNETH, A. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition: a political philosophical exchange*, Londres: Nova York: Verso, 2003b.p. 110-197.

MARKELL, P. *Bound by recognition*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: University Press, 1996.

MENDONÇA, R. *Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos internacionais*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MLB - MINAS GERAIS. Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/mlbminas/>. Acesso em: 6 de abr. de 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão dos Direitos Humanos. Direitos econômicos, sociais e culturais: relatório do Relator Especial sobre à moradia adequada como componente do direito a um adequado padrão de vida, Miloon Kothari: adendo missão ao Brasil. Brasília, DF, 18 fev. 2005. Versão pré-editada.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores: Ministério da Justiça, 1992.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório especial da ONU para o direito à moradia adequada. O que é direito à moradia? Brasília, DF, 2013.

OHCHR; UN-Habitat. *The right to adequate housing*. Geneva: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights; New York: UN-Habitat, 2009.

OCUPAÇÃO VITÓRIA. Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupacaovitoria/>. Acesso em 6 de abr. 2020.

PAOLINELLI, M. S.; CANETTIERI, T. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. *Cadernos Metr pole*, São Paulo, v. 21, n. 46, 2019.

PAPACHARISSI, Z. Democracy on-line: Civility, politeness, and the democratic potential of on-line political discussion groups. *New Media & Society*, Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi, 6, p. 259-284, 2004.

PRUDENCIO, K. Das redes sociais às redes digitais: a trajetória do ativismo na internet. In: MAIA, R.; PRUDENCIO, K.; VIMIEIRO, A. C. Democracia em ambientes digitais: elei es, esfera pública e ativismo. Salvador: EdUFBA, 2018. p. 257-281.

PRUDENCIO, K. Micromobiliza es, alinhamento de quadros e comunica o política. *Revista Compolítica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, ago./dez.2014.

PRUDENCIO, K.; SILVA JUNIOR, J. G. Curitiba têm também periferia: a comunica o multiterritorial do hip-hop. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 2013.

RESISTE IZIDORA. Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/>. Acesso em: 6 de abr. 2020.

RESISTE IZIDORA. As ocupa es urbanas não são somente respostas pragmáticas para o problema habitacional no país, mas sim respostas adequadas e muitas vezes superiores as políticas públicas formais como o Minha Casa Minha Vida. Belo Horizonte, 27 de out. 2015a. Facebook: resisteizidora. Disponível em: <https://www.facebook.com/515450615267587/posts/770148409797805>. Acesso em: 6 de abr. 2020.

RESISTE IZIDORA. Diante do maior conflito fundiário do Brasil, que envolve as milhares de f mlias das três ocupa es da região da Izidora, a latifundiária f milia Werneck e a Construtora Direcional, o Governo de Minas tem jogado sujo, com incursões e constrangimentos   comunidade, para impor uma única soluço para o conflito. Belo Horizonte, 12 de maio 2015b. Facebook: resisteizidora. Disponível em: <https://www.facebook.com/515450615267587/posts/684509145028399>. Acesso em: 6 de abr. 2020.

SIEP, L. Recognition in Hegel's Phenomenology of Spirit and Contemporary Practical Philosophy. In: BUSCH, H. S.; ZURN, C. *The Philosophy of Recognition: Historical and Contemporary Perspectives*. Plymouth: Lexington Books, 2010. p. 107-128.

SOUZA, J. *A constru o social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, J. (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

TAYLOR, C (org.). *Multiculturalism: Examining the politics of recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TAYLOR, C. *As fontes do self*. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, C. *El multiculturalismo y la política delreconocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

TENENWURCEL, L. *Reconhecimento e redistribuição na luta urbana por moradia: o caso da ocupação organizada* Eliana Silva. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017

THEOCHARISA, Y; LOWE, W. Does Facebook increase political participation. Evidence from a field experience. *Information, Communication & Society*, Princeton, v. 19. n. 10, p. 1465-1486, 2016.

TULLY, J. Struggles over recognition and distribution. *Constellations*, Oxford, v.7, n. 4, p. 469-482, 2000.

VALENZUELA, S.; KIM, Y.; GIL DE ZUNIGA, H. Social networks that matter: exploring the role of political discussion for online political participation. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, v. 24, n. 2, p.163-184, 2011.

VOIROL, O. Back to Marx Again? Redistribution and Recognition: Notes on the Debate between Nancy Fraser and Axel Honneth. *European Journal of Philosophy and Public Debate*, Florença, v. 3, n. 5, p. 217-221, 2011.

XENOS, M., MOY, P. Direct and differential effects of the Internet on political and civic engagement. *Journal of Communication*, Oxford, n. 57, p. 704-718, 2007.

ZURN, C. F. *Axel Honneth*. Cambridge: Polity, 2015.

**MIGRAÇÕES, ALTERIDADE  
E CULTURA**



# REFÚGIO EM CENA: testemunho e fama na sociedade midiaticizada

MOHAMMED ELHAJJI  
OTÁVIO CEZARINI ÁVILA

## Introdução

Em janeiro de 2018 apareceu no horário nobre da Rede Globo um refugiado sírio. Ao contrário das vestimentas tradicionais dos países majoritariamente islâmicos, ele trajava um crucifixo no pescoço e falava um bom português, assim como outros cinco idiomas que já dominava. Kaysar Dadour era um sírio comum, que saiu de seu país por um motivo complexo: a guerra que se arrasta por lá desde 2011. O refugiado não estava na televisão para representar a comunidade síria ou de refugiados para uma reportagem. Ele aparecia na televisão para disputar o prêmio milionário do *Big Brother Brasil 18*. Não ganhou o prêmio, mas o segundo lugar, fruto de sua personalidade extrovertida. Suas constantes trocas de visuais e algumas paqueras no *reality show* deram indícios de como sua vida mudaria dali em diante. Era uma nova migração que Kaysar Dadour iniciava, agora do anonimato à fama. A partir desse exemplo, situamos o contexto da migração no Brasil na atualidade, articulando a teorias sobre o estrangeiro e a noção de vítima, que marca a existência daqueles que precisam se mover para sobreviver como um trauma incurável.

Utilizamos como escopo de análise uma abordagem interpretativa da presença do refugiado no ecossistema midiático que ele se “candidata”, a partir do momento em que aceita participar do *reality show*. De modo especial, analisamos sua página no Instagram e a consolidação deste refugiado na televisão a partir da vinculação entre a personalidade carismática e a representação humanitária compartilhadas que, inclusive, inserem Kaysar Dadour como um dos rostos-propaganda da agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para os refugiados no Brasil.

## O conflito com o estrangeiro<sup>1</sup>

Relações de poder baseadas na diferença entre grupos e indivíduos marcam a história humana. Desde que o homem iniciou sua trajetória de mobilidade, encontrou no Outro aspectos não familiares a si e, com isso, os conflitos passaram a ser compreendidos como constitutivos das sociedades. Não há sociedade sem conflitos, mas a afirmativa não precisa ser vista como um peso. O sociólogo Georg Simmel (1983) observou que nos conflitos sociais gerados nesses encontros constitutivos há virtude, pois eles podem produzir uma metamorfose nas interações resultantes, de forma que hiatos – ou limites preestabelecidos socialmente – possam ser superados. (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005)

O conflito em Simmel reproduz-se nas interações sociais localizadas no interior da sociedade, no mesmo lugar de onde se estabelece a microfísica do poder. Trata-se não apenas de observar a objetividade do poder e da diferença, na sociologia, mas na subjetividade estabelecida entre indivíduos e grupos.

A etnografia e a fenomenologia trataram do aspecto subjetivo desse lugar ocupado pelo “entre” na compreensão do poder e da diferença. Em sua única obra

---

1 Neste artigo trabalhamos com três conceitos similares: estrangeiro, imigrante e refugiado. O primeiro é de ordem subjetiva. Estrangeiro é todo aquele que não partilha um mesmo padrão cultural daqueles ao qual se integra, (SCHUTZ, 2010) podendo ser ele um imigrante ou não. O segundo é referente a todo aquele que se desloca de um país a outro. Sayad (1998) aprofunda a característica subjetiva da alteridade, aproximando definitivamente o imigrante do estrangeiro. Mas a noção aqui de imigrante é também objetiva, ligada ao deslocamento não forçado de indivíduos de um país a outro. Já o terceiro conceito diferencia-se do segundo pela ordem da sobrevivência. É o imigrante forçado, aquele que se desloca a fim de preservar sua vida contra fundados temores de perseguição de diferentes ordens, violação de direitos humanos e conflitos armados. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951)

etnográfica, Norbert Elias, acompanhado de John Scotson (2000), analisou como a pequena comunidade de Winston Parva<sup>2</sup> se estruturava **entre** os estabelecidos – aqueles mais antigos – e os *outsiders* – aqueles que chegaram posteriormente –, de modo que os primeiros estigmatizavam os segundos, produzindo nessa relação barreiras físicas e existenciais que, segundo Elias e Scotson (2000), ultrapassariam a lógica de dominação para uma crença na superioridade de um grupo sobre o outro. E é na fenomenologia de Alfred Schutz (2010)<sup>3</sup> que vem a consideração sobre o estrangeiro como aquele indivíduo sem história perante os nativos, pois seu passado não é reconhecido e nem toma parte do padrão cultural do grupo aproximado, mesmo sendo a ele acessível. O que Schutz busca explorar na compreensão do estrangeiro/estranho é a distância **entre** o padrão cultural encontrado por ele e seu pensar habitual, marcado por sua cultura de origem.

Exemplos podem ser dados a fim de facilitar a dimensão teórica. No cotidiano da vida pública, em cidades grandes ou pequenas, o imigrante ou o forasteiro, como nos acostumamos a assistir em filmes projetados no interior brasileiro, é sempre objeto e sujeito de um estranhamento suscitado a partir de ações do cotidiano e cujos estigmas vão sendo superados na medida em que a comunicação se estabelece na negociação das diferenças produzidas pelo conflito. É o forasteiro que chama atenção pelas suas roupas diferentes e seu sotaque; é o imigrante que precisa habituar-se à refeição, ora muito apimentada, ora aprimorada no café da manhã e despojada no almoço. Diferenças pelas quais só estão habituados aqueles que participam originalmente do padrão cultural, embora a adaptação completa não seja negada por Schutz e a crença na capacidade do estrangeiro em se unir à vida do grupo aproximado seja reforçada pelo autor.

Se em Schutz a relação entre o estrangeiro e o nativo é observada sob o ponto de vista da psicologia social e da tradução cultural, Elias e Scotson remetem ao poder da relação entre estabelecidos e *outsiders*. O sociólogo comenta que essa diferenciação e um conseqüente comportamento inferiorizado surpreendem sob um primeiro olhar. Não há diferenças visíveis (cor, etnia, renda, etc.) em um bairro de trabalhadores cuja única diferença se encontra entre moradores antigos (incluindo gerações familiares) e recém-chegados, eliminando, assim, a tradicional forma de

---

2 Nome fictício dado pelos autores. (ELIAS; SCOTSON, 2000)

3 O referido texto é uma tradução do artigo originalmente publicado no *The American Journal of Sociology*, em 1944.

dominação por instrumentos não humanos, como armas e meios de produção, em detrimento do poder exercido pela coesão social que unia estabelecidos e atomizava *outsiders*.

Diferente do exemplo de Elias e Scotson, o histórico das migrações para o Brasil remete à sobreposição da etnia e da racialização no processo de estrangeiridade/estranhamento, como as políticas migratórias brasileiras comprovaram ao diferenciar estrangeiros brancos (europeus) e não brancos (não europeus). Marcado por um estigma racial proveniente da herança escravocrata, entendemos que o Brasil não é notoriamente um país xenófobo, porém, racista. Buscando mais exemplos, Jeffrey Lesser (2015) conta que a panaceia para o problema da força de trabalho agrícola, em meados de 1870, foi encontrada na imigração chinesa, devido à impressão de serem servís, experientes em agricultura, livres – diferente dos escravos – e desejosos de morrerem em sua terra natal, o que dificultaria sua permanência. Destacamos: o convite aos chineses não era civilizacional, mas substituto de mão de obra escassa pelo encerramento do tráfico negreiro. Formadores de opinião pública da época, como o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, contribuíram para a obstacularização da adaptação destes ao Brasil, atribuindo a presença dos chineses a uma crise de identidade nacional. Em 1885, o jornal escreveu tratar-se de “homens-animais” pelo “egoísmo, orgulho, uma insensibilidade bárbara alimentada pela prática do abandono ou trucidamento dos filhos [...] A cultura chinesa [...] iria ‘degenerar’ a população brasileira [...]”. (LESSER, 2015, p. 85)

Com esse exemplo histórico, Lesser narra adiante ter descoberto chineses que abriram restaurantes de cozinha japonesa para evitar preconceitos históricos sobre sua cultura que pudessem impactar no desempenho do empreendimento. O caso demonstra que mesmo com a adaptação à cultura receptora, que inclui a compreensão do capital cultural “asiático” – não chinês – como trunfo mercadológico, o chinês residente no Brasil continua estigmatizado e inferiorizado pelos estabelecidos, próximo ao que Elias e Scotson (2000, p. 25) chamam de “desonra grupal” como um dos aspectos mais significativos da barreira emocional enfrentada por estes Outros.

A corporificação étnico-racial que compõe a forma xenófoba brasileira atuou, sobretudo, frente aos negros e asiáticos, como os chineses, já exemplificados, e até mesmo nos japoneses, como demonstra Takeushi (2008). A modificação do *status* do japonês se deu posteriormente, assim como a consideração sobre os árabes. Ao contrário dos japoneses, o *status* dos árabes se modificou para pior. Antes vistos

como comerciantes, assim como os judeus, o preconceito sobre os árabes (“turcos”) recaía mais sobre sua ação concorrencial na vida econômica do que em relação a práticas socioculturais e estereótipos físicos.

JUDEU: ‘Homem branco muito sabido e ambicioso em negócios; negociante explorador.’

JUDIA: ‘Mulher muito branca e sem charme.’

TURCO: ‘O mesmo que judeu, com respeito aos negócios.’

(SILVA, ([19--]) apud LESSER, 2015, p. 165)

É a partir dos anos 2000, marcados pelos atentados do 11 de setembro, que a imigração árabe, especialmente no Ocidente, passa a ser respaldada pela lógica da securitização das migrações e do estigma religioso vinculado à ação terrorista. Mais recentemente, com o avanço das migrações para a Europa na atual década, teorias conspiratórias extrapolaram o alerta aos atos terroristas pontuais para o “perigo da islamização do Ocidente”, levando à derrocada da civilização judaico-cristã, supostamente. A atualidade do discurso tem sido concretizada por candidaturas vencedoras ligadas a um conservadorismo de matriz cultural, incluindo a nomeação do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, no Governo Bolsonaro, iniciado em 2019. Recorrentemente, o ministro é crítico do chamado “globalismo”, o qual, segundo esta ideologia, tem como um dos pilares a dominação islâmica do mundo. Araújo se coloca em oposição a essa corrente por ela ter como “objetivo último romper a conexão entre Deus<sup>4</sup> e o homem, tornado o homem escravo e Deus irrelevante”. (ARAÚJO, ([2018]))

## Um refugiado árabe nas telas

Estados Unidos, Hungria, Áustria, Itália, Filipinas, Polônia, Brasil e Reino Unido são alguns dos países que têm puxado a fila dos líderes polêmicos e populares. A equação entre essas duas características é a resposta que a ciência política busca nesses anos e que inclui o direito de mobilidade e sobrevivência no centro do debate. Se no Brasil a pauta migratória ainda é secundária frente à agenda

---

4 Na acepção cristã, como o próprio autor sugere.

econômica e de segurança pública, nos países do Norte Global (MENESES, 2019) o intenso fluxo de imigrantes e refugiados já se incorporou a essas pautas, atribuindo ao tema das migrações um componente civilizatório que acaba por encontrar no mundo árabe seu principal ponto crítico, como destacado anteriormente.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) tem divulgado números expressivos sobre o refúgio. Ao final de 2018, cerca de 70,8 milhões de pessoas se encontravam fora de seus lugares de origem devido a violações de direitos humanos, seja pela guerra ou perseguição de qualquer tipo. Só no referido ano, 13,6 milhões de pessoas fizeram esse deslocamento forçado. Se há mais de 70 milhões refugiados, apenas 25,9 milhões são considerados refugiados legalmente, o que implica na dificuldade de concretização de auxílio a essas vítimas do mundo moderno.

Enquanto a Venezuela colocou o Brasil como o sexto país a receber mais pedidos de refúgio em 2018, a Síria continua liderando a emissão de refugiados. Com confrontos internos que se arrastam há quase uma década, o país da Ásia Ocidental soma 6,7 milhões de deslocados, sendo que a maioria se encontra na Turquia, país vizinho. Estima-se cerca de 1 milhão de sírios na Europa, (CONNOR, 2018) número que cresce com o desembarque de afegãos, segunda maior nacionalidade de refugiados, e de outras nações que buscam um lugar de proteção no continente europeu, especialmente em países como Alemanha, França e Itália.

No Brasil, as solicitações de refúgio cresceram a partir de 2010 com a chegada dos haitianos, posteriormente com os sírios e, mais recentemente, com a ampla chegada dos venezuelanos, caso da típica escala de deslocamentos de vizinhança (como dos sírios na Turquia). Embora os venezuelanos sejam os principais solicitantes de refúgio atualmente, com os 61.681 pedidos entre as 80 mil solicitações de 2018, segundo a ACNUR, os sírios foram os que mais conseguiram oficializar tal situação. Dos apenas 11 mil refúgios oficializados no país, 36% são sírios, seguidos de congolezes (15%) e angolanos (9%), (CONARE, 2019) dados que excluem a presença dos haitianos, que conseguiram o *status* de permanência baseado no visto humanitário proveniente da cooperação Brasil-Haiti estabelecida logo no início do século XXI.

É nesse universo demográfico e geopolítico que retomamos os conflitos mais internalizados da sociedade. Mais propriamente, a notoriedade de um entre os quase 3,5 mil sírios que aqui residem com *status* de refúgio auxilia-nos a pensar, a partir de um exemplo inédito, a construção de novos atores na esteira social

brasileira transformada por um processo de midiaticização (COULDRY; HEPP, 2017; SODRÉ, 2013) que interfere na própria definição das migrações contemporâneas. Sobre esta sociedade, Couldry e Hepp (2017) afirmam que a midiaticização atua no social desde os processos de mecanização iniciados no século XVI. Passando pela “onda” da eletrificação, como os autores chamam esses percursos midiáticos, vivemos atualmente em uma onda de digitalização que vai sendo transferida para a da datificação, na qual a economia baseada em dados e atenção passa a ser a matéria-prima do capital informacional, cujo lugar da internet adquire valor proeminente nesse ecossistema midiático de aprofundamento inter-relacional entre a tecnologia e o homem. Ou seja, embora processos de midiaticização sejam característicos da sociedade moderna, o atual momento se distingue pela profunda e crescente inserção da mídia no cotidiano em um cenário de convergência.

É neste ecossistema midiático iniciado na televisão e ramificado na internet e suas redes sociais que se encontra o caso de Kaysar Dadour, um dos muitos sírios que decidiram vir ao Brasil após temer pela vida no país natal. No seu caso, a guerra o atingiu mesmo não sendo um agente político. Foi a expressão de sua crença religiosa no cristianismo que o fez se sentir fisicamente tolhido ao ser espancado por portar um crucifixo no pescoço. E essa é a mesma expressão que indivíduos de origem árabe, mesmo cristãos, relatam sofrer em países ocidentais ao emigrarem. A etnicidade se mistura à religiosidade e, muitas vezes, o estrangeiro converte-se no eterno estranho, o *outsider* inferiorizado pelo estigma cultural-religioso que, mesmo não sendo sua profissão de fé, carrega como marca identitária.

Seu contexto aproxima-se dos outros refugiados sírios que migram para o Brasil. Proveniente de famílias abastadas, experiência multicultural comprovada pela fluência em diversos idiomas, de cor branca, faltava a ele apenas um curso superior para se tornar um tipo ideal no mercado de trabalho. Não fez. Porém, nesse percurso conseguiu a vaga no *Big Brother Brasil 18* com um interesse específico: ganhar o prêmio de 1,5 milhão de reais para trazer sua família sem necessitar da caridade de terceiros. O prêmio não veio, mas o desejo afetivo, sim, embora a ajuda de terceiros provavelmente tenha entrado em cena. Em setembro de 2018, quatro anos depois de seu desembarque no Brasil, Kaysar Dadour recebeu sua família no aeroporto em uma chegada reportada pelo *Fantástico* (TV Globo) e com direito a mais de 600 mil curtidas em sua página pessoal do Instagram.

A solidariedade coletiva não pode ser manifestada apenas na singularidade do reencontro de uma família, mas compõe uma narrativa construída desde seu ingresso no *reality show*, oito meses antes do acontecimento. Pela primeira vez um refugiado tornou-se figura pública no país. No mesmo programa passaram outros estrangeiros, no entanto, a característica do refugiado distingue-o do imigrante convencional. A caracterização como uma vítima de perseguições evidencia uma hibridização entre o estranhamento proporcionado pelo encontro das diferenças, constitutivo da sociedade, e um humanitarismo, evidenciado pela solidariedade às vítimas das tragédias contemporâneas. Assim, a hipótese aqui defendida parte do pressuposto de que a narrativa de sofrimento transmitida pela vida de Kaysar Dadour, ao circular como informação, gera empatia, mas ainda distanciada da realidade local, como destaca Fassin (2011). É apenas quando seu testemunho se aproxima qualitativamente do grupo aproximado, pelos desafios de trabalho; estudos; obstáculos; vitórias cotidianas, como o encontro com famosos; a vida em família; passeios na praia; e participação em organizações e movimentos humanitaristas, que o sentimento de empatia se aprimora para uma fidelização do público, não mais se portando como audiência, mas como fã.

Antes de discutirmos a fama do refugiado nessa sociedade midiaticizada, recorre-se à literatura para a compreensão do papel da vítima e do testemunho na validação do humanitário como forma de governo.

## A vítima e o testemunho

A pergunta que a vítima faz a si é: “por que sofro?”. A busca pela compreensão dos motivos pelo qual se sofre acompanha a filosofia da história na observância à dimensão temporal da existência humana. No caso do sofrimento, a culpa sobre o Outro (ressentimento) ou sobre si (má-consciência) é questionada para a resposta ser dada. Em caso de ressentimento sobre o Outro, o sofrimento não apresenta finalidade que não seja a vingança; no caso da culpa sobre si, o sofrimento é uma forma de pagar uma dívida com Deus ou a sociedade e, por isso, caracteriza-se pela proposição de mudança do sofredor. Na pós-modernidade é o bem-estar do indivíduo que passa a ser referenciado como objeto sagrado. Ninguém deveria sofrer pelo todo porque o passado nos ensinou que o sofrimento, além de não passar, não

contribuiu para o fim das atrocidades humanas, as quais apresentaram seu grande espetáculo de horror na *Shoah*.<sup>5</sup>

Essa mudança de paradigma do sofrimento mostra a sua face pública. Embora sempre tenha existido, ficava limitado à esfera privada do sofredor. Foi especialmente a questão dos refugiados da Segunda Guerra Mundial o limite para ONU a criar a Convenção de 1951, cuja finalidade estaria na proteção aos refugiados e a possibilidade de recomeçarem a vida após eventos traumáticos. Assim, o sofrimento é redimensionado à esfera pública, aproximando a fatores políticos dessa nova configuração do sofrer, como advertem Fassin e Rechtman (2009).

Uma das demonstrações de abertura ao sofrimento pelo social é a despersonalização. Fassin (2011) argumenta que o acontecimento traumático só ganha proeminência se for reconhecido pelos demais, como uma condição a ser partilhada. A *Shoah* proporciona essa reflexão, pois, ao acabar a guerra, as vítimas do nazismo pouco foram ouvidas e pouco falaram imediatamente. Também foram pouco reconhecidas como as principais personagens do “evento-limite” do século XX, em detrimento dos heróis de guerra que passariam a ser lembrados *a posteriori* no papel dos veteranos de guerra. *Em É isto um homem?*, (LEVI, 2013) lançado em 1947, Primo Levi questiona a humanidade daqueles corpos sujeitos à mortificação e à reificação que sobreviveram ao nazismo. Quando apareceram para a sociedade, eles não podiam ser reconhecidos e partilhados pelos indivíduos-espectadores. Apenas anos depois as primeiras vozes, inclusive a de Levi, puderam ser ouvidas e deram início a um tempo de testemunhos e reconhecimento dessas vítimas. Entre as vozes apresentavam-se pessoas comuns cujos problemas cotidianos eram atravessados pela *Shoah*. É notório o exemplo de Anne Frank, que narra em seu diário a tragédia em meio a seu desenvolvimento pubertário e cujo sofrimento serve como projeção a um grupo ou uma classe de espectadores. (FASSIN; RECHTMAN, 2009)

Essa dimensão corporal conecta o indivíduo sofredor com as testemunhas e espectadores. A mudança de corpos reificados para corpos normatizados aciona com mais facilidade o mecanismo da compaixão pela associação. Mas é também pela característica social do sofrimento, e não apenas como sentimento individual, que

---

5 Para os judeus, a palavra mais adequada para explicar o que foi o Holocausto. Enquanto este significa um sacrifício da vida ligada ao universo religioso, a expressão *Shoah* representa calamidade e, por isso, é mais condizente ao que foram submetidos os judeus no nazismo. (DANZINGER, 2007)

o corpo refugiado passa a ser enxergado pela compaixão e não apenas como força de trabalho, como afirma Fassin (2001). No caso de Kaysar Dadour, o sofrimento causado pela situação de refúgio atingiu um homem de classe média, branco, bonito e, por isso, a associação pela compaixão pode ser mais facilmente exercitada pela opinião pública. Dessa forma, o sofrimento passa a ser “modo de reconhecimento, inclusive jurídico e diplomático, e propicia uma ‘política do corpo’ baseada na compaixão pelo sofrimento alheio. É preciso estar sofrendo para ser aceito, e sofrendo da maneira esperada pelo ‘outro.’” (DANZINGER, 2007, p. 156)

A maneira esperada da qual Danzinger fala é inspirada na afirmação de Fassin (2001), o qual revela que a diminuição da concessão de asilos políticos na França na década de 1990 ocorreu paralelamente ao aumento do reconhecimento humanitário dos refugiados. Para ele, a integridade corporal do refugiado passa a ser afortunada na medida em que doenças são diagnosticadas; e desafortunada quando a integridade corporal não é ameaçada, embora haja riscos decorrentes da política. A crítica de Fassin, ainda em suas últimas obras, localiza-o na confrontação entre o aparato político – e, por isso, social – da concessão de refúgio e das vítimas em geral pela via de uma “razão humanitária” que diagnosticaria a partir do aparato pessoal a “política do corpo” aceitável, da compaixão e seu permanente lastro de piedade.

No livro *The Empire of Trauma*, Fassin e Rechtman (2009) parecem considerar a política piedosa sobre o corpo em sua crítica ao “governo humanitário”, que envolve todos os tipos de instituições sociais e peritos com a finalidade de ocultar a dimensão da injustiça e da desigualdade pela tragédia e o infortúnio das vidas sofredoras. Harrell-Bond (2002) levanta a mesma crítica ao afirmar que organizações humanitárias podem oferecer um tratamento infantilizado aos refugiados, ou seja, lidando como “incapazes de pensarem por si e de decidirem os rumos de suas vidas, contribuindo para tornar um refugiado alguém indefeso, sem iniciativa: alguém em quem a caridade pode ser praticada.” (DANZINGER, 2007, p. 157)

As críticas sobre o trato aos sofredores ganham novos contornos quando o fator testemunhal é colocado em voga. Mesmo que para Fassin e Rechtman (2009) a dor do indivíduo possa ser vista de forma piedosa, o fato de sofrer não é mais aceitável na pós-modernidade, pois tal estado mental existe por alguém que faz sofrer e, por isso, se causada por outros indivíduos, pode ser evitável. A fala testemunhal passa a ser não só uma forma de tratamento – ainda que o trauma seja incurável –

para a vítima, como também uma denúncia do agressor, seja ele um indivíduo ou um sistema político. (VAZ, 2014)

A denúncia dos abusos cometidos na Guerra do Vietnã, por exemplo, transformou os redutores do sofrimento nos seus causadores. Ainda que fossem cumpridores de ordens, a exemplo de Adolf Eichmann, os “heróis de guerra” executaram-nas a mando daqueles que produzem o mal. A decorrência de uma era de testemunhos em sua forma denunciante expõe a barbárie não acontecendo apenas isoladamente, como um “evento-limite”; de outro modo, encara o agressor menos em sua singularidade histórica e mais na sua condição de existência em um regime de injustiças e desigualdades no qual o ser humano é sua maior vítima.

A narrativa histórica se empodera do testemunho, cujo narrador é o sobrevivente da barbárie cometida em um movimento que vai da compreensão à experiência. A argentina Beatriz Sarlo (2013), que se debruça sobre este movimento narrativo a partir das ditaduras latino-americanas, afirma que a “compreensão” é própria ao universo acadêmico e, apresentando causalidades múltiplas, perde sua potência frente àquela narrativa massiva, de grande circulação e que apresenta certa “nitidez argumentativa” que recorre ao relato. Em sua acepção analítica, o testemunho não é ícone da verdade, mas o recurso mais importante para a reconstituição do passado, cujo valor da primeira pessoa e seu imediatismo da voz e do corpo alimentam uma confiabilidade sempre suspensa pelas armadilhas da própria subjetividade.

O testemunho de Kaysar Dadour é hibridizado pela midiática do seu trauma. Também por escolha pessoal, as narrativas de sofrimento costumavam ser sobrepostas por momentos descontraídos no *reality show*. Em sua página no Instagram, isso se evidencia: postagens sobre o refúgio estão vinculadas à esperança humanitária e a grande maioria delas remete à sua vida pós-fama. De alguma forma, a análise do discurso testemunhal sugere uma superação de tempos difíceis e, conseqüentemente, uma adaptação à sua nova casa.

Se durante o século XX os regimes totalitários e as guerras geopolíticas escalonaram a régua do sofrimento, no século XXI, a intensificação de fluxos de pessoas passou a conduzir novos dramas. Quando Bergman (2018) afirma que estamos no século das migrações, ele reaproxima o momento atual ao intenso fluxo de pessoas experimentado entre os séculos XIX e XX e também argumenta que este momento das migrações se caracteriza “[...] em parte ao esgotamento de recursos, mudanças geopolíticas de poder, inovação tecnológica e, conseqüentemente, uma renaciona-

lização de países que historicamente são considerados receptores de imigrantes.”<sup>6</sup> (BERGMAN, 2018, p. 372, tradução nossa) Junto a ele, o alerta vem por outras lideranças humanitárias. Alexander Betts (2015), diretor do Refugees Studies Centre, vinculado à Universidade de Oxford, sentenciou que os deslocamentos de refugiados definirão o século XXI, tendo em vista duas questões em especial: a fragilidade dos estados e a mobilidade intensificada, motivada pela globalização; e o Papa Francisco, que correntemente tem chamado a situação de imigrantes e refugiados como “o drama do século XXI”, já alertou que “ninguém pode ficar indiferente perante este sofrimento” (PAPA FRANCISCO..., 2019) e que tais vítimas “não são peões no tabuleiro de xadrez da humanidade”, (OS MIGRANTES..., 2013) referindo-se às hierarquias geradas pelas estratificações sociais e territoriais.

## Vítima ou celebridade?<sup>7</sup>

A equação não é impossível de ser resolvida. Em diversos casos, vítimas se tornaram personalidades públicas ao levantarem a voz sobre as injustiças cometidas sobre elas. Um dos casos mais notórios é o de Maria da Penha Fernandes, que lutou para que seu ex-companheiro fosse condenado em decorrência de atentado contra sua vida. Dando nome à lei que busca proteger todo um grupo social, Maria da Penha é reconhecida por seus pares pela ousadia de testemunhar, também por ter sua experiência reconhecida por ampla parcela da população. No entanto, a diferença está na compreensão da celebridade. Se a “fama” de Maria da Penha não entra no campo da espetacularização pela ficção, a figura de Kaysar Dadour recorre a esse elemento para se aproximar de uma realidade não vivenciada pelo grupo social ao qual se integra.

---

6 “[...] due in part to resource depletion, geopolitical power shifts, technological innovation, and, as a consequence, a renationalization of countries that have historically considered themselves as immigrant-receiving”.

7 Celebridade e fama são expressões justapostas. A raiz latina da primeira vem do termo *celebrum*, cuja conotação significa também “fama”, e o sentido de “estar aglomerado”. Segundo Paula Simões (2013, p. 106), “a partir das origens do termo, podemos definir a celebridade como uma pessoa famosa e singular, reconhecida por um público e cuja fama pode variar conforme os ‘sentimentos humanos’, ou seja, segundo as impressões do público que a reconhece”.

Embora o Instagram tenha suspenso o número de curtidas das postagens, levantamentos de rotina realizados pelos autores no perfil pessoal do refugiado apontaram que as postagens relacionadas ao tema do refúgio eram menos apreciadas pela audiência do que outras postagens, cujas imagens tinham conotação pessoal. Embora não seja clara a relação de Kaysar Dadour com a ACNUR, a agência da ONU sobre refúgio, as postagens relacionadas ao tema apresentam a “credencial” da organização global. Seria o contraponto ao tratamento infantilizado dado por estas organizações aos refugiados, como acusa Harrell-Bond (2002)? A ACNUR, por sua vez, utiliza-se do “capital de visibilidade” (HEINICH, 2012) adquirido pelo refugiado como forma de agregar valor e empatia à causa, comum a ele e aos objetivos da organização social. Sobre capital de visibilidade, Freire Filho e Lana (2014) explicam:

O capital de visibilidade, segundo Heinich (2012), é um bem durável que pode ser administrado — lucrado, vendido, acumulado, transmitido e convertido — para a sobrevivência dos indivíduos a partir da avaliação mensurável daquilo que pode ser exposto. Analisando o conceito de capital simbólico, de Pierre Bourdieu, Heinich argumenta que o capital de visibilidade é regulado por normas econômicas particulares. Após a crescente disseminação de imagens no século XX, a definição das hierarquias sociais passa a ser afetada pelas variações do capital de visibilidade. (FREIRE FILHO; LANA, 2014, p. 17)

Campanella e demais autores (2018) explicam, com base em diversos estudos sobre as celebridades, que a construção desse perfil foi sendo modificada ao longo do século XX. Em meados da década de 1940, pesquisas provenientes da Escola de Frankfurt iniciadas por Lowenthal (1944) inferiram que as figuras públicas da época estavam ligadas a “ídolos de produção”, ou seja, personalidades vinculadas ao mundo dos negócios, da política e homens de sucesso. Décadas depois, a indústria do entretenimento se aprofundou e as figuras públicas passaram a se vincular a “ídolos do consumo”, com descrições individualizadas que substituíram as narrativas edificantes das trajetórias profissionais. Mais recentemente, e com a amplificação da midiatização social e a desregulamentação dos meios de comunicação, especialmente com os *reality shows* e as web-celebridades, aparece uma nova composição da celebridade que mescla o entretenimento e a orientação produtiva, sendo as celebri-

dades seus próprios produtos, afirmam Duffy e Pooley (2019), no que eles chamam de “*flattened celebrity culture*”<sup>8</sup> (p. 27). Atuando muitas vezes como personalidades de nicho, ou seja, expressivas majoritariamente dentro de determinado grupo, essas celebridades são disputadas por marcas e mídias de massa pela potencial sensação de intimidade gerada no comportamento dos consumidores.

É a partir dessas novas configurações que podemos refletir sobre o caso do refugiado sírio. Sua emersão à fama se deu na participação de um *reality show*, um produto de mídia de massa, e em 2019 como ator na telenovela *Órfãos da Terra*, da mesma Rede Globo, outro produto de massa, cuja trama abordou o tema do refúgio e lhe conferiu o prêmio de “Ator Revelação” de 2019 no quadro *Os Melhores do Ano do Domingo do Faustão*.

Embora haja referências ao humanitarismo buscado pelas organizações que atuam sobre o tema, já referimos anteriormente não ser este o foco principal da sua audiência, ao menos no Instagram. De todo modo, encontramos um paralelo curioso. Não foi apenas a simpatia do ex-participante do *Big Brother Brasil* que o fez superar as expectativas de fama da maioria dos jogadores desse “*game humano*”; seu sucesso se consolidou posteriormente, tendo sua história de vida alimentada na esperança de trazer sua família ao Brasil, o que rendeu ampla discussão na etapa final da edição do programa. Se Kaysar Dadour surgiu como um produto de interesse ao espetáculo televisivo por sua característica de refugiado e pelo estereótipo árabe (seu papel na telenovela era de um capanga de um sheik inescrupuloso), como um “ídolo de consumo humanitário”, cabe refletirmos se ele continua sendo um refugiado após se tornar uma celebridade.

## A vítima refugiada e o distanciamento do *outsider*: considerações finais sobre um fenômeno em andamento

O advento de Kaysar Dadour como celebridade nos invoca a pensar que: 1) sua fama está ligada à conjugação de sua presença em um programa de massa com a solidariedade humanitarista que continuou construindo sua narrativa mesmo após

---

8 “Cultura achatada de celebridade” (Tradução nossa).

o término do programa; 2) ele não foi apenas um refugiado na mídia. O ganho de audiência está ligado à sua própria personalidade, como é possível analisar hoje nas interações em seu Instagram, onde uma postagem de retrato pessoal tem mais audiência que postagens ligadas à questão do refúgio.

Além de celebridade, o refugiado continua sendo vítima, pois aquele que é vitimizado apresenta um tipo de trauma que não pode ser curado. É o caso de Maria da Penha Fernandes e também de Malala Yousafzai, ativista paquistanesa vitimada pelo regime talibã e mais jovem ganhadora do Prêmio Nobel da Paz. A aproximação entre essas duas vítimas se dá no advento da sua fama como vítimas e a postergação de sua condição de vítima para se tornarem celebridades. Embora não estejam ligadas ao mundo do consumo, ambas partilham de um capital de visibilidade e congregam poder para as causas das quais foram vítimas. Kaysar Dadour também continua a ser vítima, mas ele não partilha a preponderância de seu trauma como elevação à fama. Seu capital de visibilidade existe para a causa do refúgio, como bem aproveita a ACNUR, mas não se manifesta nele o mesmo poder que as outras vítimas carregam.

A sua forma midiática, mais próxima de uma celebridade de entretenimento, ajuda, no entanto, a se configurar como um “estabelecido”. Mesmo de origem árabe, Kaysar Dadour se desloca do estereótipo que carrega o grupo social no Brasil porque seu enfoque está mais adequado ao padrão cultural do entretenimento. Com isso, a possibilidade de empatia pelo reconhecimento de um tipo ideal de celebridade facilita para tornar-se uma, sem deixar de ser quem é, em origem. Ao se apresentar, hoje, como ator, o refugiado que o habita passa a dividir espaço com outra personalidade saliente que pode dialogar na esfera midiaticizada, especialmente em uma rede social como o Instagram, cujo universo e narrativa estão mais ligados ao entretenimento e à proximidade, pelo cotidiano, entre celebridade e fãs.

A presença dele como o primeiro refugiado alçado à fama no Brasil contribui para o distanciamento que inferioriza a população árabe? A normatização do corpo do refugiado, (FASSIN; RECHTMAN, 2009) cujo *status* de vítima é interpelado pelo de celebridade, encontra personagens ficcionais que continuam a responder por estereótipos. No entanto, em um tratamento genuinamente depreciativo, como Elias e Scotson (2000) apontam a respeito dos *outsiders*, árabes, especialmente refugiados, trariam em sua bagagem cultural apenas o fanatismo religioso e a sahnha pelos empregos dos nativos. Ao debate aqui empreendido, pode este tipo de

comportamento ser minimizado se a inferiorização de um grupo social passar a disputar espaços na esteira social em busca do reconhecimento de indivíduos, como parece acontecer com os membros da família Dadour, que hoje recomeçam sua vida no Brasil e “dormem todo dia em paz”, como declarou o filho mais famoso. (‘ELES...’, 2018)

## Referências

ALCÂNTARA JÚNIOR, J. Georg Simmel e o conflito social. *Caderno Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.

ARAÚJO, E. Blog Metapolítica 17. About Me. [2018]. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/about>. Acesso em: 16 abril de 2020.

BERGMAN, M. M. The century of migration and the contribution of mixed methods. *Journal of Mixed Methods Research*, Ann Arbor, Michigan, v. 12, n. 4, Special Issues, Oct. 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1558689818801737>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BETTS, A. Human migration will be a defining issue of this century. How best to cope? *The Guardian*. Opinion. London, 20 set. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/sep/20/migrants-refugees-asylum-seekers-21st-century-trend>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CAMPANELLA, B. et al. Criando intimidade, recebendo visibilidade: novas práticas de persuasão na economia da fama. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 366-385, maio/ago. 2018.

CONNOR, P. Most displaced Syrians are in the Middle East, and about a million are in Europe. *Pew Research Center*. Factank - News in the Numbers, Washington D.C., 29 jan. 2018. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/01/29/where-displaced-syrians-have-resettled/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

COULDRY, N.; HEPP, A. *The Mediated Construction of Reality*. London: Polity, 2017.

DANZINGER, L. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.

DUFFY, B.; POLLEY, J. Idols of promotion: the triumph of self-branding in an age of precarity. *Journal of Communication*, Oxford, n. 69, p. 26-28, 2019.

'ELES dormem todo dia em paz', declara Kaysar sobre família no Brasil. *Estado de São Paulo*, São Paulo, E+. 27 dez. 2018. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/gente,eles-dormem-todo-dia-em-paz-declara-kaysar-sobre-familia-no-brasil,70002658957>. Acesso em: 13 dez. 2019.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FASSIN, D. The biopolitics of otherness: undocumented foreigners and racial discrimination in French public debate. *Anthropology Today*, Londres, v. 17, n. 1, p. 3-7, fev. 2001.

FASSIN, D. *Humanitarian Reason. A Moral History of the Present*. University of California Press: Berkeley, 2011.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. *The Empire of Trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. Princeton University Press: Princeton, 2009.

FREIRE FILHO, J.; LANA, L. Pacto de Visibilidade: Mídia, Celebridade e Humilhação. *Revista Contracampo*, Niterói, v. 30, n. 2, p. 4-23, ago./nov. 2014.

HARRELL-BOND, B. Can humanitarian work with refugees be human? *Human Rights Quarterly*, Baltimore, v. 24, p. 51-85, 2002.

HEINICH, N. *De la visibilité: excellence et singularité en régime médiatique*. Paris: Gallimard, 2012.

LESSER, J. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Unesp, 2015.

LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

LOWENTHAL, L. Biographies in popular magazines. In: LAZARSELD, P. FSTANTON, F. *Radio research*. New York: Duell, Sloan, and Pearce, 1944.

MENESES, M. P. Sul (global). *Observatório sobre crises e alternativas*. Lisboa. 2019. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id\\_lingua=1&pag=7851](https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=7851). Acesso em: 26 ago. 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. 1951. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 16 abr. 2020.

OS MIGRANTES não são um problema, são irmãos que devem ser acolhidos e amados, diz o Papa. *ACI Digital*. 24 set. 2013. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticias/os-migrantes-nao-sao-um-problema-sao-irmaos-que-devem-ser-acolhidos-e-amados-diz-o-papa-33592>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PAPA FRANCISCO: os migrantes não são “descarte humano” e estão no coração da Igreja. *ACI Digital*. 30 mar. 2019. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticias/papa-francisco-os-migrantes-nao-sao-descarte-humano-e-estao-no-coracao-da-igreja-76031>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHUTZ, A. O estrangeiro - um ensaio em psicologia social. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 10, n. 113, p. 117-129, 2010.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SIMÕES, P. Celebidades na sociedade midiaticizada: em busca de uma abordagem relacional. *Eco Pós*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 104-119, jan./abr. 2013.

SODRÉ, M. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

TAKEUSHI, M. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. *Revista USP*, São Paulo, n. 79, p. 173-182, set./nov. 2008.

VAZ, P. *A compaixão, moderna e atual*. Jornalismo, cultura e sociedade: visões do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2014.

# IMIGRAÇÃO HAITIANA: tensões entre afetos, imaginários e hospitalidade

SÔNIA CALDAS PESSOA  
JUDE CIVIL

## A descoberta cotidiana do ser negro...

*– Eu me descobri negro no Brasil!*

A fala serena e espontânea de um de nossos pós-graduandos em uma reunião do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), suspendeu o debate acalorado sobre corpos e fez irromper um silêncio cortante. Acostumados ao sotaque de alguém cujos idiomas de origem são o francês e o dialeto crioulo haitiano, fomos paralisados por uma revelação que nos parecia surpreendente e sobre a qual não havíamos nos deparado com tal materialidade discursiva.

Tentando nos recuperar do estranhamento, as inevitáveis inquietações nos tomaram em um movimento incessante de afetações, que remetiam à nossa ausência de percepção sobre as sensações do nosso companheiro de pesquisa; um circuito de afetos (SAFATLE, 2016) que se articulava entre nós e que nos alertava que ali se constituía a existência de um corpo político. Na verdade, a sua existência já estava

posta, em movimento, mas nós não tivemos a sensibilidade em nossas relações cotidianas na Universidade de percebê-lo para além de um estudante estrangeiro. Pensando a partir da revelação dele nos demos conta que era, em 2019, o único negro no grupo de pesquisa e um dos poucos da linha de pesquisa à qual estamos vinculados no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Uma bolsista de iniciação científica, estudante de Letras, atuou no Afetos por um ano, em 2018. Com deficiência intelectual e física, as questões da mulher negra eram mitigadas pelos constantes entraves relacionados à deficiência e ao seu bem-estar, aprendizado e conquista de espaço na Universidade. Somente agora percebemos que, em casos de situação potencial de vulnerabilidade como os da nossa bolsista, foi preciso escolher uma frente de atuação para a sua permanência.

A reação imediata diante do descobrir-se negro foi de curiosidade, culpa e negligência. A tentativa de entender a revelação feita pelo pós-graduando, ou pelo menos de conseguir mais elementos para conhecer melhor a situação, nos fez estimulá-lo em seu relato. Interessava-nos incursionar por um universo que se fazia tão próximo e que, no entanto, se distanciava de nós na medida em que a leitura e a reflexão sobre textos e tantos outros sujeitos esmaeciam as inquietações dele. Muitas foram as nossas perguntas e as tentativas de que materialidades discursivas nos apontassem pistas para um cenário desconhecido para nós até o momento. Tentando elaborar situações que o localizavam como negro, o pós-graduando recorreu à memória de seus encontros na Universidade.

- *O Haiti fica na África?*
- *Os haitianos estão invadindo o Brasil mesmo, né?*
- *É verdade que os negros estão sofrendo?*

As perguntas recorrentes dos colegas de classe do mestrando, quando ainda na graduação no Brasil, provocaram um desalento diante do desconhecimento sobre a localização geográfica e a situação do seu país de nacionalidade. Para além do distanciamento geográfico e dos imaginários circulantes, na vida prática, a socialização nas turmas da graduação se deu, em especial, a partir do contato com outros estudantes que se autodeclararam negros, lembrou o pesquisador. A interação e o acolhimento em sala de aula seriam mais espontâneos entre os estudantes negros. O convívio, quase sempre mais circunscrito a esses grupos, estimula imaginários para o próprio negro de que os estudantes europeus seriam mais festejados e cortejados para amizades

pelos estudantes brasileiros, em sua maioria branca, nas salas onde estudou. Faz-se importante ressaltar, no entanto, que quase a metade, ou seja, 49,3% dos estudantes que chegaram aos cursos de graduação da UFMG no primeiro período letivo de 2018 se autodeclararam pretos ou pardos. Comparativamente com 2008, ano que antecedeu o início da aplicação das políticas de ações afirmativas na Universidade, o percentual é praticamente o dobro.<sup>1</sup>

Para além dos muros da Universidade, no cotidiano, os relatos do pós-graduando dão conta das dificuldades para encontrar famílias brasileiras disponíveis para recebê-los e para alugar imóveis, devido à burocracia para estudantes, além do que ele acredita ser certa desconfiança para com os negros. O resultado é, na maioria das vezes, dividir a casa com outros estudantes haitianos, limitando a experiência com os demais colegas em ambientes domésticos, de trabalho e festivos.

Estaria diante de nós uma convocação, viva e pulsante, que se somaria a uma série de leituras e experiências metodológicas, para compreender a sociedade como circuito de afetos, que estaria se abrindo à produção de formas singulares de vida, nas quais “os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos. Uma sociedade que desaba são também sentimentos que desaparecem e afetos inauditos que nascem.” (SAFATLE, 2016, p. 16)

Mais do que discutirmos os processos de afetação a partir de outros sujeitos, nos sentimos inspirados a caminhar, do ponto de vista da pesquisa, entre as trilhas do pesquisador negro imigrante, as vivências que o afetam diariamente e a possibilidade de produzir ciência que se distancia da pureza, ou, nas palavras de Bourdieu (2004), que seja totalmente livre de qualquer necessidade social. Tampouco nos aproximamos da ciência escrava, sujeita a todas as demandas político-econômicas:

O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações *etc.* que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as de-

---

1 Os dados estão em relatório sobre o perfil dos estudantes matriculados na última década, elaborado pelo Setor de Estatística da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2019)

mandas externas. Como um fenômeno externo, uma catástrofe, uma calamidade (a peste negra da qual se procuram os efeitos na pintura), a doença da vaca-louca – que sei eu? – vai se retraduzir num campo dado? (BOURDIEU, 2004, p. 21-22)

Entre a ciência e o cotidiano, por vezes, se interpõe um limbo, capaz de nos distanciar de como a experiência e a pesquisa podem e devem considerar-se a si mesmas, tanto uma quanto a outra, pilares importantes em busca de uma episteme que valorize essa articulação e não sua separação. Para compreender melhor alguns fenômenos externos, nos lançamos na busca de informações e dados oficiais sobre o Haiti e o terremoto que marcou a vida da população. Esses dados poderiam situar melhor tal país desconhecido para tantos brasileiros.

Andar pelas ruas do Haiti, um dos 47 países menos desenvolvidos do mundo, de acordo com relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2017), se constituía em movimento natural para o nosso pós-graduando, diante de uma população de maioria negra. A cor da pele não suscita situações inusitadas e de perigo como as experienciadas pelo pesquisador no Brasil. Algumas dessas situações nos foram narradas por ele com certo constrangimento e polidez em um movimento de esquivar-se de afetos negativos. Foram necessárias muitas conversas; depoimentos em áudio; perguntas, algumas vezes sem respostas; interações diversas; e organização discursiva em reuniões de grupo de pesquisa e palestras, que passou a fazer para compartilhar a experiência da migração.

Talvez a experiência que tenha desencadeado afecções mais significativas tenha sido o dia em que foi parado, pela primeira vez, na rua por policiais para averiguação de atitudes supostamente suspeitas, sem que houvesse contexto ou pistas de que algo “errado” ou ilegal estivesse acontecendo. A pele negra, nestes cinco anos de Brasil, o fez se deparar com imaginários sociais que dizem do preconceito e evidenciam as marcas de estereótipos cristalizados socialmente, que nos remetem a inquietações sobre a necessidade do campo científico discutir hospitalidade a estrangeiros negros, em especial a imigrantes negros vindos de países pobres.

Desprovidos, naquele momento, de elementos para dimensionar as afecções do nosso colega, nos propusemos a articular os estudos até então realizados por nós sobre afetos, corpos, hospitalidade e imaginários, e somar a eles leituras sobre interseccionalidade e “razão negra”.

A expressão ‘razão negra’ remete ao conjunto das deliberações sobre a distinção entre o impulso animal e a *ratio* do homem – sendo o negro o testemunho vivo da própria impossibilidade dessa separação. Pois, se nos ativermos a uma certa tradição da metafísica ocidental, o negro é um ‘homem’ que ou bem não é realmente um de nós, ou então não é como nós. Se o homem se opõe à animalidade, não é o caso do negro, que preserva em si, ainda que de forma ambígua, a possibilidade animal. Corpo estrangeiro em nosso mundo, é habitado veladamente pelo animal. Debater a *razão negra* é, pois, retomar o conjunto de disputas acerca das regras de definição do negro; aquilo que permite reconhecê-lo; aquilo que nos leva a identificar o espírito animal que o possui; as condições nas quais a *ratio* pode penetrar e controlar essa *animalitas*. (MBEMBE, 2019, p. 67, grifo do autor)

– Esse livro parece falar diretamente para mim, professora – diz o pesquisador. Livros nas mãos, olhar baixo, como é habitual nas interações entre alguns estudantes negros e orientadores. A situação, pouco confortável, torna ainda mais desafiador o diálogo entre orientadora e orientando, que manifesta, em suas posturas corporais e falas pausadas, os desafios de refletir sobre as disputas que o aproximam da intelectualidade privilegiada brasileira ao mesmo tempo em que o ancoram no lugar de estrangeiro negro, como se não pertencesse, de fato, aos grupos que frequenta, como se não fosse “um de nós”.

Trilhamos, assim, movimentos cautelosos para a articulação da experiência e da pesquisa científica em busca da compreensão de afetos que circundam a experiência de um imigrante haitiano que diz se descobrir negro no Brasil. As reflexões que aqui apresentamos são os passos iniciais de um projeto de pesquisa que pretende se aprofundar na temática.

## Corpos que afetam e são afetados

Com Spinoza (2018), acreditamos que a ideia que constitui a forma de um afeto deve indicar o estado do corpo, porque “sua potência de agir ou sua força de existir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada”. (SPINOZA, 2018, p. 152) Compreendemos que as ações dos sujeitos na sociedade estão relacionadas com a

potência dos afetos e que as afetações humanas definem as formas com que agimos em nossas relações cotidianas. Além disso, os corpos movem-se de acordo com processos de afetação nos quais estão envolvidos, de forma que quanto mais fortes forem os afetos, mais vão alterar as formas de agir. Observa-se que os afetos têm papéis importantes na movimentação dos corpos.

Se o corpo está, para Spinoza, no centro das afecções, e, para James (1979) citado por Lapoujade (2017), no centro da ação e do interesse, de que corpo estamos falando? Propomos uma aproximação entre a perspectiva da centralidade da ação e da afecção nos dois autores com um dos conceitos mais desafiadores de Deleuze (2002), que concebe um corpo como espaço de intensidades e desejos:

Entendemos por latitude o conjunto dos afetos que preenchem um corpo a cada momento, isto é, os estados intensivos de uma força anônima (força de existir, poder de ser afetado). Estabelecemos, assim, a cartografia de um corpo. O conjunto das longitudes e das latitudes constitui a Natureza, o plano de imanência ou de consistência, sempre variável, e que não cessa de ser remanejado, composto, recomposto, pelos indivíduos e pelas coletividades. (DELEUZE, 2002, p. 132)

O corpo, que pode afetar, ser afetado e que envolve modos de sentir, agir e pensar, se modifica social e historicamente em suas relações cotidianas atravessadas por organizações de forças materiais, do capital, dos discursos e de configurações complexas relacionadas ao trabalho. Clough (2007) argumenta, em sua proposta de “virada afetiva”, que o corpo biomediado muda o caráter autopoietico do corpo como organismo, que seria aberto à energia, mas fechado informacionalmente e para o desenvolvimento. O corpo biomediado se abre aos circuitos de afetos, se permite afetar e ser informacional. Mas não se trata de tomá-lo como meramente tecnológico, mas de percebê-lo como algo no qual a virada afetiva está para além do discurso de afetação e se propõe a refletir sobre os modos como o acúmulo de capital no domínio dos afetos se articula nas relações de poder. Nesse sentido, as tecnologias de vigilância monitoram as afetações do corpo e os modos de agir de determinados sujeitos.

Apoiada na obra foucaultiana, Clough (2007) lembra que o racismo permite retomar algo como um direito soberano e extremo de até matar em contextos de

biopolítica. A hostilidade a sujeitos que não estariam contemplados em padrões normativos de determinadas sociedades expõe as atrocidades do racismo biopolítico, que extrapolaria a vulnerabilidade centrada apenas em doenças, vida e morte, por exemplo, e alcançaria políticas regulatórias nacionais e internacionais, além de programas de pesquisa militar e de segurança. O corpo biomediado estaria em um campo aberto de afetações que desencadeiam, por vezes, ansiedades sociais, tamanho o nível de ameaça.

## Encruzilhadas: fronteiras geográficas e diplomacia

Os processos migratórios recentes estão no centro de disputa de países europeus e dos Estados Unidos em larga escala. No Brasil, para nos concentrarmos na imigração haitiana, é importante registrarmos alguns dados de pesquisadores que se dedicaram ao tema. Segundo Silva (2013), de 2010 até 2014, o número de haitianos aumentou consideravelmente no Brasil, com a chegada de 50 mil haitianos ao país. No início de 2010, ano do Sismo do Haiti, esse número se expressava em grupos pequenos que somavam 200 imigrantes que chegavam à fronteira do Brasil com o Peru. Já em 2011 havia 4 mil haitianos em diversos estados brasileiros. (COSTA, 2012; SILVA, 2013) O terremoto de 2010 é uma das referências importantes para o aumento do número de imigrantes, mas antes de pensarmos em uma relação de causalidade, podemos estabelecer relações com esse fenômeno social. A instabilidade política e as perseguições a determinados grupos, a crise econômica e o impacto social se somam ao desastre natural. Esses fatores levaram muitos haitianos a deixar sua terra de origem para começar outra vida no Brasil diante de incertezas e expectativas. A mudança de país, por si só, operaria como garantia de uma vida nova que dê conta de mitigar os problemas socioeconômicos do Haiti? A migração de populações negras em virtude de desastres vincularia os estrangeiros a lugares de suposta igualdade ou desigualdade social?

Sheller (2018), ao estudar as mobilidades justas, lembra que a ascensão do capitalismo de desastres se dedicou ao terremoto no Haiti em 2010. Para a autora, as atividades humanitárias e não governamentais pós-desastre, em dinâmicas de respostas aos desastres, são importantes para a compreensão de mobilidades desiguais desencadeadas em situações de crise. Entre as consequências de crises originadas

ou agravadas por terremotos, tsunamis ou furacões, estão a apropriação de terras e os pedidos de privatização na tentativa de reconstrução pós-desastre, que acabam por provocar mobilidades irregulares, aprofundando desigualdades urbanas em nome da reconstrução.

As relações políticas e econômicas podem servir como justificativa para a tomada de decisões que envolvem um conjunto de forças hegemônicas que agiriam, supostamente, em prol da recuperação de “terras arrasadas” e, conseqüentemente, de corpos que por elas circulam em situação de desvantagem:

À custa de contratos de reconstrução e sob o pretexto de combater a insegurança e a desordem, empresas estrangeiras, grandes potências e classes dominantes e autóctones açambarcam as riquezas e as reservas dos países assim avassalados. Transferências massivas de fortunas para interesses privados, despossessão de uma parte crescente de riquezas que lutas passadas tinham arrancado do capital, pagamento indefinido de dívidas acumuladas, a violência do capital aflige agora inclusive a Europa, onde vem surgindo a nova classe de homens e mulheres estruturalmente endividados. (MBEMBE, 2019, p. 19)

Em cenários cada vez mais hostis a estrangeiros que pretendem se fixar em países com situações sociopolíticas e econômicas consideradas mais estáveis, como os relatados por Mbembe, diversos países adotam restrições para acolher aqueles que solicitam cruzar as fronteiras e garantir a fixação de residência. Assim, as relações diplomáticas entre o Haiti e o Brasil, que foram intensificadas a partir de 2004, após o golpe de Estado do ex-presidente Jean Bertrand Aristide no país insular, se tornaram ainda mais propícias para a migração. Com o objetivo de minimizar a crise política daquela época, o conselho das Nações Unidas enviou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, conhecida pela sigla MINUSTAH, que se propunha a ocupar o Haiti com a justificativa de reestabelecer a segurança e a normalidade institucional.

O Brasil comandou o componente militar da missão, chamado de Capacetes Azuis, durante 13 anos, com a participação de tropas de outros 15 países. A partir desse trabalho, os haitianos começaram a ter mais contato com os brasileiros, em especial por meio de projetos humanitários desenvolvidos pelos soldados nas favelas da capital, como Cité Soleil, Belair e outros eventos e episódios que aproximaram as

relações entre os dois países. O chamado “jogo da paz”, que foi realizado no dia 18 de agosto de 2004, no Estádio Sylvio Cator, entre a seleção haitiana e seleção brasileira de futebol, teria reforçado, positivamente, os aspectos socioculturais brasileiros para a população haitiana. A visita do presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva ao país, em fevereiro de 2010, foi marcante também nesse processo da chegada dos haitianos, tendo em vista que, para alguns autores, o então presidente teria dado mostras de que o Brasil é um país ideal para que os haitianos concretizem seus sonhos. (COSTA, 2012) Há também a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que tornaram o Brasil um destino de preferência para os migrantes haitianos estimulados pelos megaeventos mundiais e pela possibilidade de aqui encontrar trabalho, moradia e relações amistosas.

As relações cotidianas são campo de disputa da hospitalidade se confrontadas com os discursos políticos, as exigências jurídicas e a diplomacia. Neste sentido, o imaginário da hospitalidade brasileira se apresenta em tensão com as inúmeras questões burocráticas que se interpõem no caminho dos estrangeiros que pretendem morar em outro país. De um ponto de vista teórico, a hospitalidade se apresentaria como uma lei impossível de ser praticada em sua acepção pragmática, elevando a potência de tensão entre o acolhimento hospitaleiro de quem recebe a pressão para se manter legalmente em país estrangeiro por parte de quem chega:

Tudo se passa como se a hospitalidade fosse o impossível: como se a lei da hospitalidade absoluta, *incondicional*, hiperbólica, como se o imperativo categórico da hospitalidade exigisse transgredir todas as leis da hospitalidade, a saber, as condições, as normas, os direitos e os deveres que se impõem aos hospedeiros e hospedeiras, aos homens e às mulheres que oferecem àqueles e àquelas que recebem a acolhida. (DERRIDA, 2003, p. 68-69)

Do ponto de vista do imigrante haitiano, cuja experiência nos guia nesta reflexão, a hospitalidade oscila entre as vinculações possíveis para estudar por meio de um programa de apoio a estrangeiros e as interações cotidianas com comunidades que constituem os hospedeiros, nas palavras de Derrida (2003). Ao hospedeiro caberia o privilégio da soberania. Ele não só determina quem será o seu hóspede como também, em aspectos de sociabilidades, quem pode exercer poderes tais como o controle por estar “em casa” e até mesmo poderes de polícia. Do hóspede espera-se

que entre logo, que tome o seu lugar e que se posicione em condição respeitosa ao país e aos outros. O hóspede, porém, quer se sentir à vontade, transitar por lugares onde se sinta acolhido, conversar espontaneamente, ainda que o idioma lhe seja desafiador e o coloque em situações inusitadas, quer conviver como se fosse “um de nós”. O hóspede não deseja ser sempre objeto da diferença mencionada, destacada em suas interlocuções ou questionada em suas impermanências, sejam elas do campo jurídico ou afetivo. Concluir o curso de graduação em Relações Públicas em uma instituição pública brasileira, por exemplo, foi uma grande vitória para o nosso mestrando. O problema burocrático surgiu quando da emissão do diploma; é preciso ir ao Haiti para recebê-lo, o que implicaria uma viagem internacional, providências com o visto para sair e voltar ao Brasil, e ainda despesas financeiras não cobertas pelo programa de incentivo aos estudantes.

## Imaginários: estrangeiros, imigrantes ou refugiados?

Imaginários de imigrantes e refugiados estão em permanente constituição, permeados por questionamentos sociais, nos quais uma condição anterior se contrapõe: o que é ser um estrangeiro? A indagação, que ocupou a atenção de Derrida e Dufourmantelle (2003) em suas relações cotidianas de imigrante e de pesquisador, habita o dia a dia de pessoas comuns que se lançam na aventura de experimentar a vida em um país que não é o da sua nacionalidade. Ser estrangeiro, para o pesquisador, que nos empresta a sua experiência na busca de uma construção epistêmica acerca das reflexões sobre a imigração haitiana, é estar em visita, um estado provisório e impermanente, em uma relação espaço-temporal que pode ser modificada tanto por decisões pessoais quanto por constrangimentos institucionais e de vigilância.

Para Derrida e Dufourmantelle (2003), o estrangeiro não seria somente aquele que está em outro país ou no exterior da sociedade, da família ou da cidade; não seria o outro. “A relação com o estrangeiro é regulada pelo direito, pelo devir-direito da justiça.” (DERRIDA; DUFOURMANTELLE 2003, p. 15) Como o estrangeiro de Derrida, o pesquisador haitiano precisa responder cotidianamente a perguntas sobre os motivos que o trouxeram ao Brasil, as possíveis relações com o terremoto de 2010 no Haiti, repetir inúmeras vezes o seu nome para melhor compreensão da pronúncia, reforçar a intenção de estudar e seguir uma carreira acadêmica e, em especial, escapar das abordagens policiais em pontos de ônibus e ruas, onde

se sente como suspeito, ladrão ou criminoso por causa da cor da pele e do tipo de diálogo que trava com os investigadores. A sensação parece prolongar a passagem no controle de imigração típico dos aeroportos e instituições federais jurídicas e policiais. As situações cotidianas e os processos de afetação por elas desencadeados remetem o pesquisador à intenção de ser uma pessoa comum, um corpo reconhecido, sem a necessidade de provar rotineiramente quem é, o que faz, onde mora e por que está aqui.

– *Você é refugiado?*

– *Você veio para o Brasil por causa do terremoto?*

– *Você estava no Haiti quando ocorreu a catástrofe?*

A doxa concebe, em sua acepção mais corriqueira, o imigrante como alguém que se estabelece em país estrangeiro para estudar ou trabalhar, de modo permanente ou provisório, ao passo que o refugiado seria alguém que precisou se mudar para outro país em função de perseguições políticas, graves crises econômicas ou catástrofes naturais, entre outras tantas motivações. Nas relações cotidianas, no entanto, percebe-se certa confusão entre os discursos que se constituem sobre refugiados e imigrantes. Longe de estarmos propondo uma separação dicotômica com a localização em campos opostos dos sujeitos que se identificam com uma ou outra situação, estamos seguindo em direção a uma reflexão sobre aspectos discursivos que, atravessados pelas discussões sobre afetos, corpo, imigração e experiência, contribuem para a circulação de estereótipos sobre os imigrantes haitianos.

Os imaginários dos haitianos de um Brasil hospitaleiro aos migrantes, como mencionamos, estão em permanente tensão com os imaginários sociodiscursivos que dizem respeito à articulação dos componentes sociopolíticos e culturais que estão em relação com as práticas sociais. (CHARAUDEAU, 2008) O tensionamento diz respeito a um desvelar redes ou conjuntos desses elementos imbricados com a atribuição de valores resultantes de saberes e identidades de indivíduos localizados espaço-temporalmente em disputas cotidianas.

Por imaginários, concebemos modos de apreender o mundo conectados a representações sociais que se constituem e se refazem, propiciando efeitos de sentido para os objetos do mundo, os fenômenos que ocorrem, os sujeitos e seus comportamentos. De certo modo, são processos de simbolização do mundo por meio

dos circuitos de afetos permeados pelas intersubjetividades das relações humanas. (PESSOA, 2018) Os imaginários nos parecem importantes para uma certa confusão que permeia a vida de imigrantes e refugiados e para uma certa curiosidade quase pueril, diante de um universo que parece completamente desconhecido para alguns, que pode ser percebida em interações com as quais o pesquisador haitiano tem se deparado em sua experiência no Brasil.

- *Você veio de avião?*
- *Que língua você fala?*
- *Tem carro no seu país?*

Acnur (2012) explica que refugiado é aquele que, possuído por um temor bem-fundado de ser perseguido por razões de raça, religião, nacionalidade, por ser integrante de um grupo social específico ou por suas opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade. O refugiado enfrentaria situações extremas de ansiedade e estaria diante do temor por não poder receber a proteção daquele país ou não poder retomar a sua vida no país de origem. Esse temor pode levar a deslocamentos não programados, a mudanças repentinas, a perdas de bens materiais e ao abalo de relações afetivas, que podem ser intensificadas ou interrompidas pela necessidade abrupta de ser abrigado em outro país.

Já o imigrante se estabelecerá em outro país e, a princípio, terá razão de ser percebido como um sujeito à margem pela sociedade, por ser considerado uma força de trabalho provisória (SAYAD, 1998) que, dependendo dos constrangimentos jurídicos, econômicos e sociais, se sujeitará a ganhar salários abaixo dos praticados no mercado, residir em locais periféricos e terá condição de impermanência, uma situação provisória e em trânsito. Essa condição localizará o imigrante em uma posição que se espera dele em um país estrangeiro, isto é, o trabalho.

- *Você vem para trabalhar?*
- *Mas você pode só estudar, não precisa trabalhar?*

Essas são perguntas costumeiras feitas ao pesquisador haitiano sobre os motivos que o trouxeram ao Brasil e os papéis que esperam que ele represente.

## Diálogos cotidianos

O professor Thomaz Omar Ribeiro relatou sua experiência no Haiti em um artigo intitulado “O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou”.<sup>2</sup> De acordo com o professor, nos quatro dias que sucederam essa catástrofe, houve uma ausência das tropas da ONU (MINUSTAH) e da organização internacional. O autor faz um relato etnográfico sobre o processo para socorrer as vítimas e avalia que haitianos e tropas da ONU socorreram uns aos outros. A ausência inicial de uma ação articulada entre governo haitiano, ONU, iniciativa privada e outras organizações internacionais contribuiu para um grande número de vítimas e para o agravamento da situação de haitianos pobres que se viram desassistidos em suas necessidades básicas.

Passada uma década do terremoto, os imigrantes haitianos ainda percebem os efeitos de tratamentos pouco hospitaleiros em suas estadas no Brasil. O pesquisador haitiano, que reside em Belo Horizonte, acredita que os modos como a imprensa brasileira narra a chegada dos migrantes haitianos contribuem para agravar os problemas de mobilidade desses sujeitos. Ao intensificar a cobertura sobre as situações de vulnerabilidade em que se encontram e reforçar as discriminações raciais e socioculturais, a mídia brasileira estaria reservando lugar de invisibilidade para os haitianos.

– *Os haitianos estão comendo biscoitos de pedra para matar a fome?*

A pergunta surgiu em uma aula da graduação em Comunicação Social na UFMG e levou o pesquisador a procurar imagens que circulam em ambientes digitais que poderiam ter correlação com tal imaginário. Anos após o terremoto ainda circulam centenas de vídeos que associam tradições culturais, como o biscoito de barro, à miséria do país agravada pelo desastre. Vamos mencionar dois deles, encontrados em pesquisa exploratória, para economia desse texto. O primeiro vídeo foi feito por uma missão evangélica do pastor Wesley Ros e mostrou crianças comendo o “bolinho de barro”,<sup>3</sup> e o segundo foi uma reportagem da Rede Globo

2 O autor reconstrói os primeiros dias após a catástrofe e comenta a distância que separa essas organizações da sociedade haitiana, distância responsável por sua ineficácia. (THOMAZ, 2010)

3 Vídeo do bolinho de barro disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UKex9O9HzHw>

de Televisão.<sup>4</sup> Eles foram feitos em dois lugares diferentes do Haiti: o primeiro foi realizado numa comuna que se chama Ouanaminthe, situada no departamento do Nordeste do país, e o outro foi filmado na favela Cité Soleil, situada no departamento Oeste, uma das favelas mais pobres do país. As mensagens que circularam nestes vídeos mostrando que os haitianos faziam biscoito de barro como um novo alimento para saciar a fome e que representava uma expressão da pobreza do povo desconsideraram que o biscoito de barro é uma prática sociocultural dos haitianos não relacionada diretamente à fome e à pobreza.

O biscoito de barro poderia ser percebido por meio da geofagia, isto é, prática dos sujeitos de comerem terra ou argila. Monacé, Parente e Neto (2018) realizaram observações etnográficas e entrevistas com geófagos, mulheres e crianças, que geralmente produzem e comem o biscoito, e empreenderam análise de produtos midiáticos entre 2008 e 2017 que associaram o *Tè*, nome do biscoito de barro em crioulo, à fome. Lembramos que há ainda outros significados possíveis para a palavra *Tè*, em contextos diferentes, tais como “lote”, “terra” ou “fazenda”.

Dentre a imprensa internacional que abordou a geofagia desta perspectiva, estava a brasileira. Ela publicou muitos artigos, tanto em 2008, momento dos motins de fome, quanto em 2010, momento do terremoto. Ou seja, em alguma medida, a geofagia haitiana foi tratada de forma significativa nos jornais brasileiros; impressos, on-line, blogs, televisão – reportagens na Rede Globo, como no Domingão do Faustão – etc. As informações da imprensa brasileira, em grande medida, foram muito difundidas entre os brasileiros, ao ponto de brasileiros que desconhecem o Haiti acreditarem que o ‘biscoito de barro’ é alimento básico da refeição haitiana. (MONACÉ; PARENTE; NETO, 2018, p. 5)

O biscoito de barro é uma das temáticas preferenciais dos interlocutores do nosso mestrando. Pelos corredores das universidades, salas de aula e eventos acadêmicos por onde circula, bem como no comércio, nos serviços de saúde e de entretenimento, esse pesquisador é interpelado constantemente por uma curiosidade que pode ser desprezível, se tomada como uma atitude individual do interlocutor. Por outro lado, em tensão com a repercussão midiática do terremoto e da imigração e com as experiências cotidianas do imigrante, se torna parte importante

---

4 Reportagens da TV Globo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JO8tN4rmJos>.

de uma problemática que diz das fronteiras sutis entre os imaginários que circulam sobre os haitianos, os circuitos de afetos que nos movem e a hospitalidade de quem os recebe.

- *Qual processo você fez para vir ao Brasil?*
- *Você não passou na fronteira?*
- *Você estuda na UFMG? Mas muitos brasileiros não conseguem estudar lá...*

As perguntas, que parecem simples e poderiam constituir interações espontâneas corriqueiras, dizem de um estado permanente que intersecciona fronteiras diversas, pouco definidas, cuja travessia exige do hóspede uma adaptação constante não somente aos aspectos culturais do novo país, mas também a estar sempre pronto a dispor de informações que não necessariamente dizem respeito à sua atual rotina. Se “a hospitalidade consiste em interrogar a quem chega”, (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003) o hóspede teria que cumprir parte do contrato de ter resposta pronta para os questionamentos apresentados.

As reminiscências de momentos que não se quer mais viver são, para o nosso colega haitiano, remontar um quebra-cabeças no qual a solução é sorrir, responder calmamente e garantir a permanência entre aqueles que ele chama de nativos. Aqui abrimos parênteses para que o leitor, ainda que de modo longínquo e mediado, saiba o que se passou no dia do terremoto, fatos marcantes fixados na experiência, na memória, no corpo.

O relógio marcava 16h50 do dia 12 de janeiro de 2010. Cerca de 100 pessoas realizavam um estudo bíblico na Eglise Chretienne de Menelasse, em Plaine Duvivier, cidade localizada no Departamento Oeste do Haiti, a sete quilômetros de Porto Príncipe. Repentinamente, a igreja começou a tremer. Primeiro perceberam os bancos balançando, e quando se deram conta, as paredes e os muros começaram a cair. A água surgia debaixo dos pés como se a terra estivesse abrindo passagem, traçando trincas e destruindo o que eles chamavam de chão. Em pânico, os religiosos gritavam “Jesus”, como a clamar socorro em situação desesperadora. Talvez naquele momento, para eles, seria a salvação possível. O pesquisador haitiano, aos 19 anos e então estudante de Ensino Médio, voltou correndo para casa à procura dos familiares, principalmente da mãe. Os encontrou vivos. Em meio aos escombros, porém, estava o corpo do filho de uma amiga próxima, que teve a vida interrompida pela queda de um muro.

Em grupos, os vizinhos se lançavam em operações de busca na capital do país na tentativa de encontrar estudantes e trabalhadores de Plaine Duvivier, que tinham suas atividades concentradas naquela cidade. A sorte de rever amigos e parentes era interrompida bruscamente pela descoberta de corpos de conhecidos; pelo menos dois foram encontrados já sem vida. Outros três desapareceram em meio à destruição. Deslocar-se para a capital se tornou uma viagem de tristeza indescritível. Corpos estirados pelas estradas, ora soterrados, ora expostos pela imensidão da tragédia, sem que os serviços funerários conseguissem recolhê-los de imediato. A maioria morta enquanto tentava escapar. Por pelo menos quatro dias, eles permaneceram ali, a céu aberto. Um campo de guerra no qual o inimigo são os efeitos incontroláveis da natureza para os quais não parecia haver negociação possível e no qual só se podia contar com os amigos, afinal, as redes governamentais, de entidades internacionais e empresas ainda se articulavam em velocidade descompassada com a gravidade da situação.

Com a casa instável, o pesquisador e a família se juntaram a outros, cujas casas estavam igualmente ameaçadas, para construir cabanas com lençóis, no meio da rua. As adversidades e a situação de emergência suscitaram a ideia de que era preciso estar junto, unido, ainda que fosse no meio da rua, debaixo de tecidos finos, sem proteção garantida para a vida. O alimento ali era coletivo: a união impulsionava o desejo de seguir ou de permanecer, parados, com a sensação de que protegiam uns aos outros. Era melhor um ajuntamento de vizinhos a céu aberto, na penumbra dos lençóis, a enfrentar o medo sozinho dentro de casas que, de aconchegantes, se catapultaram para serem vulneráveis e desamparadas.

Dias depois, sensação semelhante tinham quando se reuniam embaixo das tendas improvisadas pelo Ministério da Educação haitiano para servirem como salas de aula. Era mais seguro manter as crianças, jovens e profissionais da educação em atividades escolares fora dos prédios, cujo risco de desabamento era evidente. Assim, foi possível concluir o Ensino Médio.

## Um devir-negro do mundo?

Ao refletirmos sobre as experiências de um imigrante haitiano no Brasil invocamos a articulação de suas narrativas espontâneas ou estimuladas sobre os constrangimentos cotidianos com alguns autores que pensam as relações entre os corpos, os

circuitos de afetos, a condição do estrangeiro, imaginários sociais e hospitalidade. Para além de um relato individual, tomamos a experiência singular de um pesquisador implicado com a temática para impulsionar um debate que, se por um lado reforça a singularidade da experiência, por outro, tensiona as inúmeras questões que constituem a problemática da imigração e do estrangeiro, em especial, do estrangeiro negro. Entendemos que há de haver inúmeros outros modos de vida de imigrantes haitianos que não necessariamente condizem com as situações aqui relatadas, o que não as torna menos importantes. Não pretendemos tomar essas experiências pelo todo; intentamos potencializá-las como reflexão necessária para a compreensão de experiências individuais em diálogo com as experiências coletivas.

Se a experiência do imigrante haitiano se constitui em ambientes acadêmicos, onde percebe-se certa ambiguidade nas relações sobre refugiados e imigrantes e certa surpresa sobre estudantes de países pobres que podem acessar instituições estrangeiras por meio de bolsas de estudo, não se vinculando a um trabalho formal no mercado, a descoberta de ser negro se faz na crueza das ruas, nos deslocamentos noturnos, nas abordagens policiais e em tantas outras situações também na universidade. Ser negro, no entanto, ainda é uma questão problemática na Universidade, ainda que quantitativamente o número de pessoas negras venha aumentando nos últimos anos em cursos de graduação e de pós-graduação em função, principalmente, do incentivo da entrada desses estudantes por meio de políticas públicas que garantem cotas e que articulam outras ações afirmativas. Neste sentido, compreender estes atravessamentos torna-se fundamental para a problemática aqui instalada.

A experiência narrada no início do texto sobre “se descobrir negro” no Brasil vai sendo, aos poucos, invisibilizada, na medida em que os relatos do pesquisador dão conta dos constrangimentos sociais que ocorrem quando ele é confrontado com situações pouco confortáveis para ele, como se habitasse um limbo no qual se sente imigrante e para o qual precisa sempre provar que não é refugiado, que não fugiu das consequências do terremoto, embora o tenha vivenciado, e que não come biscoito de barro. As respostas, que constituem as lembranças permanentes de que, sim, é estrangeiro, é imigrante e é negro, e não, não é refugiado, tecem um complexo circuito de afetos no qual a identidade do pós-graduando é cotidianamente questionada em sua legitimidade. O “ser homem negro” torna-se problema, em especial, nos espaços urbanos, na ocupação da cidade, nas situações de (in)segurança, na permanente necessidade do outro de questionar quem ele é. Um

corpo estrangeiro, negro, em movimento, carrega em si informações vinculadas às relações socioeconômicas, políticas e afetivas que marcam os percursos pelos quais o pesquisador tece suas narrativas, a partir de suas experiências, e escolhe seus caminhos.

Retomamos Mbembe (2019), para quem “O nascimento do sujeito racial – e, portanto, do negro – está ligado à história do capitalismo”, para alimentar a compreensão das tensões do migrante, comumente confrontado com a condição de refugiado e permanentemente questionado sobre a sua situação trabalhista. Ao migrante negro é reservado o lugar do trabalho, da prestação de serviços, da ocupação de um posto, ao passo em que é mitigada a possibilidade de ser estudante em uma universidade pública. Parece-nos que os imaginários dos migrantes, associados a conjuntos de elementos que compõem, por sua vez, estereótipos cristalizados há anos sobre a força de trabalho do negro, reforçam esse estado de coisas mantido por relações cuja centralidade é o capital.

A dívida histórica para com os negros, assujeitados à escravidão, seja no Brasil ou no Haiti, é parte importante de um conjunto de restituição, reparação e justiça a ser conquistado mundo afora diante das lógicas violentas de enfrentamento das crises que assolam diversos países e da depreciação das forças produtivas. Se, como afirma Mbembe (2019, p. 309) “o capitalismo sempre precisou de *subsídios raciais* para explorar os recursos do planeta”, vislumbramos afetos que possam mover, metaforicamente, para outros lugares, tanto no cotidiano quanto na pesquisa, as experiências do pesquisador migrante, assim como possam nos mover, pragmaticamente, em direção a pensamentos de vida para receber, de modo hospitaleiro, um “dever-negro do mundo”.

## Referências

- ACHILLE, M. *Crítica da razão negra*. Paris: Édition de La Découverte. 2019. p. 19-65.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: EdUnesp, 2004.
- CLOUGH, P. T. Introduction. In: HALLEY, J. (ed.). *The affective turn: theorizing the social*. Durham; London: Duke University Press, 2007. p. 1-33.
- COSTA, Pe. G. A. Haitianos em Manaus: dois anos de imigração - e agora! *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, n. 70, 2012.

- DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A. *Da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.
- JAMES, W. *Pragmatismo: o significado da verdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MONACÉ, J. K.; PARENTE, T. G.; NETO, A. J. Uma análise cultural da geografia haitiana: a desconstrução do “biscoito de barro” da imprensa brasileira. *Revista Cadernos de Comunicação*, Santa Maria, v. 22, n. 3, art 6, p. 2-20, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/34525/pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.
- LAPOUJADE, D. *William James, a construção da experiência*. São Paulo: N-1, 2017.
- PESSOA, S. C. *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018. v. 1.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, S. Brazil, a new eldorado for immigrants?: the case of haitians and the brazilian immigration policy. *Urbanities*, New York, v. 3, n. 2, p. 3-18, 2013. Disponível em: [http://www.anthrojournal-urbanities.com/docs/tableofcontents\\_5/2-Sidney%20Antonio%20da%20Silva.pdf](http://www.anthrojournal-urbanities.com/docs/tableofcontents_5/2-Sidney%20Antonio%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.
- SHELLER, M. *Mobility Justice: the politics of movement in an Age of Extremes*. New York: Verso Books, 2018.
- SPINOZA, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 23-39, mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 9 apr. 2020.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. LDC - Progress in least developed countries hinges on access to modern energy, new United Nations report says. Geneve, 22 Nov. 2017. Disponível em: <https://unctad.org/en/pages/PressRelease.aspx?OriginalVersionID=436>. Acesso em: 20 set. 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Composição do alunado da UFMG é mais representativa da população brasileira. Estudo foi feito com base em dados do SisU. Belo Horizonte, 10 de janeiro 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/composicao-do-alunado-da-ufmg-e-mais-representativa-da-populacao-brasileira>. Acesso em: 10 fev. 2019.



# MIDIATIZAÇÕES DA INTOLERÂNCIA EM NARRATIVAS DE MIGRANTES NO BRASIL<sup>1</sup>

LUÍS MAURO SÁ MARTINO  
ÂNGELA C. S. MARQUES

## Introdução

Eram cerca de vinte pessoas em uma sala, aguardando o início de uma palestra. Sem anúncio, entrou na sala uma figura vestida com um terno azul surrado, carregando uma velha mala de couro. Uma máscara branca cobria sua cabeça, deixando o conjunto desproporcionalmente alto. Olhos fundos, bigode, expressão de tristeza e medo. Seus passos eram titubeantes, calculados para não tocar em nada, não incomodar ninguém. Em silêncio, tirou da mala um pão, que repartiu entre as pessoas. E mostrou duas placas de cartolina: “Somos todos migrantes”; “Ser migrante não é um delito”. Saiu do mesmo modo como entrou.

Era uma performance de Paulo Zeminian, do coletivo Migrante, na Missão Paz, espaço de acolhida e apoio ao migrante localizado no centro de São Paulo. Naquela

---

1 A realização deste trabalho contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

segunda-feira, 19 de agosto de 2019, a palestra era sobre “Migração e Educação”, com Margarita Victória Gomez. A performance do Migrante lembrava a razão das pessoas estarem ali.<sup>2</sup> Mas o estético não prescindiria do político: o Migrante representava as mais de 70 milhões de pessoas deslocadas ao redor do mundo – número dado pela Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados. (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, 2019)

Quem nunca se sentiu estrangeiro? Deslocado, ainda que de si mesmo? Ou estrangeiro em uma língua que não era a sua? No exemplo mais próximo, nós, da academia, não nos sentimos estrangeiros quando principiamos na linguagem dos artigos, teses e dissertações, uma linguagem que não é a nossa? Não nos sentimos estrangeiros diante da leitura de textos em uma língua que nos esforçamos para aprender no início da vida acadêmica, e que, às vezes, nunca chegamos plenamente a dominar? Onde nos situamos para estar em casa, se na maior parte do tempo estamos como estranhos em um lugar estranho? Há ainda algum lugar familiar nas impermanências e descontinuidades programadas do mercado, nos fluxos do capital?

Em *La fragilidad de la tolerância*, a filósofa argentina Rosa Maria Berdaguer Longo (2015) explora os limites e possibilidades da tolerância na sociedade contemporânea, assinalando, em particular, as contradições entre discursos sobre o tema originários de várias instâncias. A certa altura, identifica um dos pontos comuns aos vários discursos sobre o tema: “En realidad, siempre es ‘el otro’, ‘el diferente’. Desde esta postura de demarcación de lo no tolerable es siempre subjetiva porque cada grupo pondrá en el otro la noción del mal.” (LONGO BERDAGUER, 2015, p. 106)<sup>3</sup>

As modalidades narrativas de apresentação do outro na exposição midiática parecem contribuir, em alguma medida, para o conhecimento e, em algumas ocasiões, reconhecimento dessa alteridade, o que torna a mídia, em suas variadas formas, um dos espaços privilegiados de contato com a presença da alteridade. Mas não podemos nos esquecer tampouco de que a mídia produz enquadramentos que definem a legibilidade e inteligibilidade das vidas e das formas de vida representadas em suas narrativas. Enquadrar, como afirma Butler (2018), é uma operação de poder que desenha os modos de apreensão e julgamento de sujeitos e grupos, intervindo não

2 Os autores agradecem o convite da jornalista Érica Azzelini, da Missão Paz, para esse evento.

3 Tradução livre: “Na realidade, é sempre ‘o outro’, ‘o diferente’. A partir dessa posição, a demarcação daquilo que não é tolerável é sempre subjetiva, porque cada grupo imputará ao outro a noção de mal.”

só na possibilidade de conquista do reconhecimento social, mas sobretudo nas condições existentes para a elegibilidade daqueles sujeitos como “reconhecíveis”.

Este texto delinea algumas relações entre alteridade e tolerância a partir da narrativa mediada de migrantes vindos ao Brasil tal como apresentadas nos principais portais de notícias do país. Levando em consideração as características de plataforma dos vários portais de notícia, assim como as premissas na elaboração deste trabalho, foram adotados critérios diferentes para obtenção do material empírico. No *site BBC Brasil*, de acesso livre, foram observadas um total de 227 notícias com as entradas “Migrantes Brasil”, “Imigrantes Brasil” e “Refugiados Brasil”. Já o mecanismo de busca dos portais *UOL* e *R7* integram o conteúdo de empresas parceiras, ampliando o número de resultados para além dos seis dígitos. Finalmente, o portal *G1*, que integra o conteúdo das Organizações Globo, dispõe de um mecanismo de avaliação da relevância ou data. Nestes três casos, optou-se por buscar as notícias mais recentes, levando em conta a data de elaboração do texto – os meses de julho e agosto de 2018.

Seguindo Couldry (2010), a possibilidade da voz está ligada às condições de presença, existência e reconhecimento no espaço público. No registro do escrito, no texto jornalístico, isso pode ser observado nos momentos em que migrantes, como fontes, encontram espaço para a escuta. É ao redor dessa voz, como enunciado constituinte do dispositivo enunciativo mais complexo do todo da reportagem, que o texto é estruturado.

A cobertura midiática a respeito dos fluxos migratórios das últimas décadas tem várias dimensões, dentre as quais se pode destacar uma dupla disposição temporal da cobertura que, de certa maneira, está relacionada às perspectivas metodológicas que presidiram algumas das escolhas deste texto.

A escolha por trabalhar com histórias de migrantes publicadas em portais de notícias se deve ao que se poderia chamar, na ausência de outro nome, de “tempo lento” da narrativa e da história de vida, em contraposição ao “tempo instantâneo” da circulação nas mídias digitais. Outras narrativas podem ser observadas no conjunto das notícias. A abordagem, aqui, restringe-se às reportagens que privilegiaram, como valor-notícia, a voz dos estrangeiros (AGUIAR, 2019).

De certa maneira, não deixa de ser intuitiva a percepção de algum tipo de relação entre a cobertura midiática do fenômeno e a amplitude de sua repercussão: seria possível indicar, a título de exemplo, os momentos de “comoção pública”, como define Fernandez (2010), provocados pela divulgação de imagens de embarcações

precárias, vindas dos chamados países “em desenvolvimento”, buscando chegar às praias de países desenvolvidos.

Essa diferença não está ligada necessariamente, e menos ainda de maneira exclusiva, às mudanças técnicas dos meios digitais, mas, sobretudo, às transformações estéticas vinculadas aos modos contemporâneos de sentir a si mesmo e aos outros. Se é possível entender o processo de midiaticização como a articulação entre práticas sociais e o ambiente midiático – ver, por exemplo, Martino (2019b) –, vale observar algumas dimensões do ato de contar histórias como prática social, articulado com um ambiente marcado pela presença ubíqua de dispositivos nos quais essas narrativas podem assumir diversos arranjos.

Quando a cobertura jornalística se reveste de uma dramaticidade associada ao “interesse humano”, valor-notícia clássico, é possível observar o acionamento de todo um circuito de repercussão política e social imediata, no sentido de reverberar o acontecimento enquanto choque – para, em seguida, nas dinâmicas do tempo midiático, serem substituídas por outros eventos. Acreditamos, contudo, que esse circuito configurado pelo apelo dramático pode nos auxiliar a identificar uma forma de circulação que, segundo Ana Paula da Rosa, (2019, p. 165) pode conferir valor e potencialidade às narrativas jornalísticas, acentuando uma “processualidade interacional que implica novas camadas de sentido e interações, além de um embaute pela produção de sentido que se realiza no âmbito dos dispositivos midiáticos”

Neste texto, delinea-se a voz inscrita no tempo de elaboração da narrativa, da memória individual e coletiva de maior duração, relacionada ao cotidiano – a história que permite, na vida do outro, encontrar os ecos de outras vivências, talvez de nossas próprias histórias de deslocamento, de expatriação, de exílio.

## A proximidade do outro no testemunho e na empatia

Edith Stein (2005), em *Sobre o problema da empatia*, não chega a nomear uma dimensão exclusivamente narrativa dentre as possibilidades relacionadas a esse conceito. No entanto, destaca, em perspectiva fenomenológica, as possibilidades de conhecimento do outro que permitem uma aproximação inicial que, em certas circunstâncias, pode implicar na irrupção de um sentimento empático. Essa aproximação com o outro, sugere Bello (2000), está relacionada, entre outros fatores, à possibilidade

de se contar uma história, a própria história, aproximando-se do outro para além da superficialidade do contato inicial, como neste depoimento:

Aos 29 anos, Analis Magallanes é mãe de três crianças – um menino de 12 anos e duas meninas, de 7 anos e 11 meses. As lágrimas lhe vêm aos olhos sempre que fala em tê-los deixado para trás, morando com sua mãe na Venezuela. Sua esperança é que, de longe, consiga fazer o que é melhor para eles: ganhar algum dinheiro e enviar para casa para alimentá-los. ‘Queria tê-los aqui comigo, mas não pude. É isso que me dói’, diz, esperançosa de um dia poder trazê-los para o Brasil. (CARNEIRO, 2018)

A narrativa é um gesto na direção do outro, com o qual é possível se encontrar se houver, do outro lado, a dimensão da escuta: o encontro entre a voz e a escuta se dá como meio do caminho, igualmente dependente de ambos, situando-se como um acontecimento, sem dúvida, mas também abertura – e utilizamos aqui algumas considerações de Ferrara (2013, 2018) e Marcondes Filho (2015) em relação ao processo de comunicação. (MARTINO, 2019a) A narrativa abre uma possibilidade de encontro com o outro para além de uma possibilidade inicial de aproximação imediata, pautada, sobretudo, no que não se sabe, mas se imagina, raiz do estereótipo e do preconceito, baseando-se na percepção mais detalhada de elementos que podem sugerir pontos comuns, problemas semelhantes, perspectivas e concepções próximas – mantendo-se, sem dúvida, a distância irredutível com o outro.

A empatia, pela via da narrativa, pode se construir não no sentido comum às vezes atribuído ao conceito enquanto “se colocar no lugar do outro”, e menos ainda enquanto “pena” ou “compaixão” (MARTINO, 2019b). Como recorda Susan Sontag (2005) em *Diante da dor dos outros*, é plenamente possível estar diante do testemunho e da narrativa da alteridade mostrando absoluta indiferença em relação a ela.

A narrativa, no âmbito da empatia, é tanto um convite quanto uma provocação para que, diante do outro, saia-se do estado de indiferença cotidiana para evocar – no sentido latino do *ex-vocare*, chamar a partir da voz – a atenção do outro para algo que existe. A inscrição dos fatos em uma narrativa garante sua existência, se não como acontecimento “verdadeiro” – noção problemática que escapa à discussão aqui –,

como parte de um discurso que se estabelece com alguma perspectiva de realidade impossível de ser avaliada pelo próprio testemunho.

Sua possibilidade, como forma específica da narrativa, se propõe como relato, em primeira pessoa, de fatos ou vivências experienciados diretamente, a partir dos quais é possível elaborar uma história. Mas em algumas condições: uma das características do testemunho é o caráter de possibilidade, de fragmento, de disputa e negociação com o silêncio e o silenciamento.

O testemunho leva aos limites do dizível: a tradução da experiência vivida, no limite do traumático, não se inscreve necessariamente em uma ordem discursiva senão enquanto silêncio, o indizível, quando é impossível elaborar uma situação enquanto narrativa na constituição de si mesmo. Como recorda Catarina Koltai, (2016, p. 24)

o testemunho, ao confrontar a humanidade com sua parte maldita e chamar a atenção para a posição ética que consiste em transmitir o indizível, se tornou a forma privilegiada de narrar uma experiência qualificada de intransmissível justamente por aqueles que tentaram transmiti-la.

O trecho narrativo abaixo transcrito sugere esse limite:

Após ouvir uma pergunta sobre as três ou quatro conversas semanais de áudio e vídeo que tem com a família por meio do WhatsApp, Bobolibanda faz uma pausa. E anuncia: ‘Vou chorar’. (BBC Brasil, 02.04.2018)

A narrativa não se relaciona de maneira direta com a “realidade”, mas pela composição de uma memória das vivências trabalhadas pelo sujeito, uma “elaboração” dentro de sua raiz latina do “labor”: “elaborar” é o *ex-laborare*, com o *ex* no sentido de “sair”, “fora”, ou mesmo “tirar” a partir de um “labor”, atividade contínua que permite compreender algo.

Diante do outro que nos interpela com sua narrativa, há uma demanda não apenas pelo olhar que se volta, mas, sobretudo, por uma escuta que mobiliza a atenção para ouvir sua história. Nas palavras de Helena Rosenfeld (1998, p. 70):

A atenção está aí presente, mas ela é amorosa: a atitude é simultaneamente intelectual e afetiva. A vontade de compreender existe, mas há respeito pelo mistério e pela incerteza. Antes de estabelecer sentidos, é preciso afinar a escuta para captar as vibrações e o tom, o calor, o vivido que a forma simbólica não pôde encerrar, o não dito. E mais: o intérprete, longe de prender-se ao texto original, desenvolve um outro texto, um texto próprio que é resposta ao original, mas tem a marca de seu estilo pessoal. A interpretação carrega o estilo do intérprete; a interpretação recria o interpretado.

Como lembra Dulce Critelli (2009), contar a própria história é uma de elaboração de si mesmo, permitindo reconstruir caminhos, estabelecer conexões, perceber continuidades e rupturas não vistas durante as situações vividas para se chegar não a um “sentido” fechado, mas às condições de existência – e como resistência, na ordem da esperança e da promessa de relação com o outro:

Prometo a minha filha, a cada dia, que vou conseguir um bom trabalho. [...] Peço a esse país que nos deem uma ajuda humanitária e, sobretudo, nos deem um bom trabalho. Merecemos essa ajuda. (MARQUES, 2018)

A presença do outro aciona os particulares de uma estética voltada para a alteridade, fundada também em uma ética de responsabilidade, como indica Catarina Koltai (2000, p. 17): “Objeto identificatório e contra-identificatório, diante do estrangeiro o sujeito nunca permanece indiferente, até porque é como se tivesse de fazer existir fora de si algo que lhe é interior: e se o Outro fosse eu mesmo?”

O testemunho publicado apresenta ao menos duas aproximações com a empatia: o momento de dar a voz, durante a reportagem, mas também o momento da leitura e da escuta, quando essas vozes se materializam no discurso jornalístico. Há a potencialidade de atingir um outro sujeito ao qual será possível propor um diálogo consigo mesmo – não necessariamente de identificação positiva e simples, como às vezes parece transpirar em um certo discurso a respeito da empatia, mas no sentido de movimentar suas concepções para reconhecer a presença do outro –, ainda que seja para, em um movimento de negação, rejeitá-la, como no caso do estereótipo, do preconceito e da agressividade que podem ser direcionadas ao outro, sobretudo em sua condição de estrangeiro.

Alguns problemas relacionados ao testemunho midiático, especificamente aquele produzido pelo discurso jornalístico, foram apontadas por Leandro Lage, (2018, p.41) ao tematizar aspectos do que chama de “intrusão jornalística no sofrimento dos outros”, conduzida por uma narrativa roteirizada, planejada e controlada, geralmente levando à revitimização e ao desrespeito. A despeito da “forte regulação da inscrição dos sujeitos” nessa narrativa, o autor argumenta a favor de uma possibilidade de abrir o dispositivo jornalístico à fala do outro, do estrangeiro, sem capturá-lo ou reduzi-lo, sem impor à fala e também à escuta um mecanismo de instrumentalização do sofrimento. Segundo ele, há uma possibilidade de ser confrontado com a outridade dos outros via testemunho midiático a partir da elaboração de uma forma agonística de solidariedade e de empatia. Nesse caso, o que importa é o atrito produzido no gesto reflexivo de aproximação à dor do outro, ou seja, o modo como, no encontro narrativo viabilizado pelo discurso jornalístico, os sujeitos conseguem se fazer escutar sem se renderem totalmente ao dispositivo interpretativo que media o encontro:

[Ainda que] sejam desejadas por uma ordem discursiva que tanto prestigia quanto depende desses testemunhos do sofrimento – tornados ‘objetos’ de certa economia midiática –, as vozes, rostos, nomes, identidades e singularidades se expressam e oferecem uma discreta, porém significativa, resistência às expropriações exercidas por essa ordem. [...] [Apesar de tudo], a concessão da palavra ainda é a permuta da palavra, uma forma de abertura à palavra. (LAGE, 2018, p. 262)

De algum modo, a empatia agonística seria capaz de promover essa abertura à escuta da palavra, esse gesto de transformar o enunciado do estrangeiro em “fala audível” (e não somente perceptível) dentro de um molde discursivo já tido como amplamente aceitável e legítimo. Assim, a enunciação do testemunho resistiria a esquemas de enunciação que silenciam a fala no intuito de torná-la aceitável, compreensível e valorizável – em consonância com padrões morais já fixados. Sob esse aspecto, o “sentir-com” da empatia não significa “se colocar no lugar do outro”, mas encontrar, na singularidade das sensações de cada um, o ponto comum daquele estado que permite vislumbrar o que se passa na experiência do outro. Há possibilidades de ressonâncias, aproximações e avizinhamentos entre as experiências de sujeitos e/

ou grupos distintos que, mediadas pelo testemunho midiático, podem estabelecer passagens, criar um trânsito entre afetos capazes de mobilizar e deslocar as racionalidades que configuram os distintos esquemas de avaliação e julgamento que orientam as ações e comportamentos de tais sujeitos e grupos. (MARTINO, 2019b)

A empatia agonística se revela como gesto que se manifesta dentro de um certo regime de aparição, legibilidade e apreensão sensível do outro, sem desconsiderar as relações de poder. Em seu sentido mais amplo, ela desafia a permanência de códigos de inteligibilidade, alimentando o conflito com poderes que designam, enquadram, definem e modelam modos de vida passíveis de reconhecimento. Lembrando aqui que, segundo Butler (2018), a demanda pelo reconhecimento não se restringe a um apelo pela aceitação de quem já somos, mas solicita um devir, uma transformação das condições valorativas e do imaginário que conferem humanidade a uma vida e às relações intersubjetivas. A nosso ver, a empatia não pode ser percebida como resposta que ameniza as assimetrias e desigualdades que definem as condições de reconhecimento e não reconhecimento de sujeitos e grupos. Mas ela envolve uma familiaridade construída pelas possibilidades de ler no outro e em suas experiências algo que determinados arranjos dispositivos legitimam como condições para o reconhecimento e apreciação das vidas. A apreensão do outro pelo testemunho é uma operação política de negociação com normas e de valorização de uma outra maneira de escutar, como acentua Liesbeth Lipari (2009, p. 56): “Ouvir outramente é receber bem o outro, mas como um *outro*, um convidado, um ‘não-eu’”.

## O estrangeiro e a possibilidade narrativa de si

Milton Santos, (1998, p. 61) ao trabalhar em vários momentos de sua obra a relação entre espaço, lugar e pessoas, indica alguns significados dessa passagem de um ponto para outro:

O território em que vivemos é mais do que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos e ajuda a criar esse amálgama, sem a qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos

A relação de pertencimento igualaria, a princípio, todo o estrangeiro; no entanto, há condicionantes que tornam esse deslocamento mais ou menos aceitável ou bem-vindo. Esse deslocamento do estrangeiro em relação a dois lugares – sua origem e sua destinação – o coloca em um fluxo suavizado ou agravado por condições específicas. Raramente há, de imediato, uma aproximação: há uma língua que não é sua, uma cultura outra, um cotidiano diferente.

A sensibilidade em relação ao que é ou não um momento de emoção coletiva se modula dentro dessa circunscrição de um novo tipo de pertencimento. Um exemplo é a opção por torcer pela seleção brasileira e adequar-se aos modos de sentir esperados – ou imaginados como tal, como na notícia a seguir:

No Brasil desde fevereiro de 2014, Abdo, como é conhecido, disse que sua paixão pelo futebol cresceu após chegar a São Paulo. Tornou-se corintiano, vai com frequência ao estádio ver o time jogar e, para a Copa, comprou máscara temática, tinta para o rosto e peruca verde e amarela. ‘Aprendi a sofrer com o brasileiro’, diz ele, que costuma comentar os lances mais dramáticos em suas redes sociais. [...] ‘Me sinto brasileiro. Me envolvi com esse povo, me apaixonei pela história, pela simpatia, pela simplicidade.’

Para Claudine Haroche, (2008, p. 172) em situações como esta, “foram as condições de existência que se transformaram e tendem a se tornar humilhantes para todo indivíduo, pois o isolamento no individualismo contemporâneo incrementa a precariedade, o sentimento de impotência e humilhação”. O depoimento de um migrante dialoga com a perspectiva da autora:

‘Sinto-me triste demais’, diz ele [Oscar Rojas]. ‘Em meu país eu passava fome, mas estava em casa. Agora não tenho comida, trabalho nem possibilidades. Não queria sair da minha casa para passar pelo que estou passando agora.’ (CARNEIRO, 2018)

Qual é a narrativa da vida de estrangeiro? Catarina Koltai (2000) assinala que essa pergunta pode vir acompanhada de outra, a respeito do modo como se narra o estrangeiro – e quem faz isso. Acompanhando Julia Kristeva (2008), em *Estrangeiros a nós mesmos*, o estrangeiro, discurso e categoria, é algo presente em várias sociedades humanas como fator de definição de quem se é.

A alteridade pode ser entendida como um processo relacional que se modula em escalas diversas, desde sua forma mais próxima, como o vizinho, o familiar, o colega de comunidade, que, sem ser um mesmo, está ao lado, até a distância mais ampla caracterizada pela pessoa que está social ou geograficamente longe – e, sobretudo nesse último caso, pode também estar afastado em termos culturais, históricos, linguísticos. Mas, sobretudo, há modularidades dessa aproximação que podem ser desenvolvidas.

O turista de outro país ou diplomata sem dúvida são estrangeiros, mas talvez não seja essa a concepção mais corrente associada aos usos políticos da palavra – esses dois designativos tem conotações positivas: em um caso, é o visitante que chega e, espera-se, vai embora; no outro, é o representante de outro estado soberano, reconhecido, com o qual se tem algum tipo de relação. Nessas duas inscrições políticas do estrangeiro no discurso da alteridade aparece a temporalidade limitada de sua presença.

A diferença se nota ao mudar o registro discursivo: o “refugiado”, o “migrante”, “deslocado”, o “que busca asilo”. As inscrições da alteridade na narrativa servem para delimitar não apenas seu campo semântico, mas também sua condição ou categoria sociológica de inscrição: a separação do “estrangeiro” em diferenças discursivas está articulada também com sua classificação política e sociológica, bem como com as relações de comunicação estabelecidas com cada um deles. Como recorda Claudine Haroche (2008, p. 169):

Trata-se, então, de compreender a humilhação, pelo fato de o indivíduo ser situado em posição de passividade, de dependência, e experimentar um sentimento de impotência e frustração, de intensa humilhação: confrontado à complexidade e à opacidade crescentes, não consegue mais encontrar sentido na sociedade, nem em si mesmo.

Os demarcadores dessa condição apresentam-se, muitas vezes, como sinais, informações, indícios de uma situação manifesta desde a escala mínima dos gestos e expressões até as visibilidades da linguagem e das culturas. Esse momento pode ser compreendido como um instante de sofrimento social pautado pela humilhação de uma condição intermediária, incompleta. A notícia a seguir apresenta um aspecto institucional presente na narrativa do protagonista:

‘Nesse período, tive muita dificuldade para conseguir trabalho e abrir conta em banco, porque ninguém sabia que aquele protocolo tinha validade, por mais que o papel contasse com um carimbo da PF. Isso já mudou um pouco, mas havia muita confusão — tanto que as ONGs passaram a fazer campanhas de conscientização para mostrar que aquele documento é legal’, relata [Challes Obas], em entrevista ao R7. (VIEIRA, 2019)

É importante destacarmos aqui que a humilhação e o não reconhecimento do estrangeiro derivam muitas vezes da dificuldade em alterar os quadros de sentido e de valores que nomeiam uma forma de vida como digna. Nesse sentido, a abordagem do reconhecimento desenvolvida por Judith Butler (2011, 2015, 2018) nos auxilia a pensar sobre o fato de que o que pode estar em jogo no testemunho de migrantes e refugiados é uma incompatibilidade entre o anseio de terem atendidas as suas reivindicações por direitos e valorização de suas capacidades, e o quadro moral e valorativo que baliza os julgamentos e avaliações morais dessas reivindicações e demandas. Não se trata, segundo Butler, de entender o não reconhecimento como falta, como desvalorização ou como desapontamento diante de expectativas não contempladas, mas de percebê-lo como limitação extrema das condições de “reconhecibilidade”. Dito de outro modo, o não reconhecimento deriva da perpetuação de um imaginário moral que torna as formas de vida desigualmente avaliadas e, portanto, assimetricamente expostas a condições de vulnerabilidade.

Segundo Butler (2018), entender o não reconhecimento como mero desapontamento pessoal e coletivo diante de regras sociais e institucionais não produz efeito algum sobre essas mesmas regras. Um estrangeiro sempre será frustrado em suas expectativas de reconhecimento, uma vez que frequentemente seu corpo, sua vida e sua experiência não se adequam aos padrões dominantes e amplamente legitimados (definidos geralmente de acordo com o ideal de um sujeito branco, heterossexual, de “boa aparência”, boas condições, enfim, alguém que pode se encaixar no ideal de “cidadão”) que designam “pessoas de bem”.

Por isso mesmo, expectativas de reconhecimento de alguns grupos tendem a não ser atendidas, pois não se resumem a uma mera inclusão em quadros de sentido dominantes, exigindo uma complexa e lenta operação de criação de um outro imaginário, de uma outra forma de vida, na qual a experiência desses sujeitos e grupos possa ser valorizada como relevante. Para Butler, insistir na interpretação

do reconhecimento como resposta a uma “falta” ou “ausência” de direitos ou bens materiais funciona mais para reafirmar e regular formas particulares de identidade, as quais podem continuar sendo vigiadas por uma “governamentalidade” biopolítica que separa identidades “viáveis” e “inviáveis”, acentuando processos de exclusão e normalização, incluindo a empatia superficial ou distorcida. (MARQUES; MARTINO, 2020; MARTINO, 2019b)

Além disso, a empatia pode envolver um “tipo altamente afetivo de engajamento” que não procura reafirmar laços de identificação ou solidariedade. Nem tampouco busca afirmar a existência do outro. Nesse caso, o engajamento afetivo só ressalta como os discursos de ódio (responsáveis pela morte simbólica de muitas pessoas e grupos) são mobilizados por uma racionalidade afetiva que produz julgamento moral sobre as vidas que se tornam legíveis e perceptíveis fora do campo das condições de reconhecimento moral. Segundo essa perspectiva, as respostas afetivas que elaboramos diante de posturas, comportamentos e existências têm que ser examinadas e revistas sempre que possível, pois não se trata de reduzir experiências e formas de vida àquilo que conhecemos ou estabelecemos como válido.

A situação do estrangeiro pode ser entendida também a partir da manifestação de possibilidade que tem como um de seus eixos a perspectiva do deslocamento, do trânsito, o “entre”, caracterizada pelo aspecto provisório, modulado por uma ideia de saída. Enquanto forma de vida, o estrangeiro se pauta na perspectiva de um novo deslocamento a qualquer momento: a condição para entrada é, muitas vezes, a indicação da saída após um tempo determinado.

Isso se materializa, por exemplo, nas concessões de visto, nos carimbos de passaporte e, de maneira mais ampla, nos acordos relativos à entrada/saída e sua duração para atividades específicas – turistas, diplomatas, estudantes e assim por diante. Há, nesses casos, a perspectiva de retorno: para usar uma distinção da língua portuguesa, ele “está” estrangeiro enquanto algo assim o justifica como condição de permanência; imagina-se seu retorno para o lugar de onde se “é”, no qual sua forma de existência como cidadão volta a ser compatível com sua origem.

Quando, por alguma razão, essa delicada assimetria é desafiada, instaura-se um novo regime de precarização da existência do indivíduo, agora qualificado como alguém que chegou e, sem permissão para ficar indefinidamente de acordo com sua vontade, também não encontra condições de saída, alocado em um regime de permanência, um “estar” que pode ter sua conversão em “ser” indefinidamente postergada – com a ameaça, constante, de ser negada.

## Os nomes do estrangeiro

Quem nomeia o estrangeiro?

Emma Léon (2000, p. 85), em seu livro *Sentido Ajeno*, recorda que os modos de constituição de uma condição ontológica não apenas passam pelo ser, mas configuram sua existência a partir do ato de nomeação. Dentro de uma perspectiva fenomenológica, o nome também define, e a definição delimita o ser – toda sua riqueza, complexidade e contradições capturadas em uma única palavra, o nome, que o delimita enquanto categoria inteligível:

A linguagem, como modalidade de inscrição de um poder, terá um papel fundamental dentro do campo dos saberes que descrevem a fisionomia do mundo (sistema descritivo – a palavra). Isso é realizado com o desenvolvimento de um aparato de noções que, embora seja cada vez mais ‘asséptico’ e sofisticado, distribui qualidades e adjetivos a partir de um cânone; funda divisões planetárias. (Tradução livre)<sup>4</sup>

“Estrangeiro”, “aquele que está fora”, do latim *extra, extraneus*, “o que vem de fora”, “algo que pertence ao fora”. A língua espanhola conserva essa perspectiva etimológica com a grafia “extranjero”, enquanto o italiano, o francês e o inglês, alterando a grafia do “x” para o “s”, mantêm, no entanto, essa perspectiva em *strano*, *étranger* e *stranger*, respectivamente. O parentesco etimológico com “estranho” é imediato: o estrangeiro é, nessa perspectiva, o “estranho” – o idioma comum mantém na frase “não fale com estranhos”, como referência àquele desprovido das condições de pertencimento a uma comunidade. (MARQUES; MARTINO, 2015, 2017) O depoimento na notícia seguinte, embora longo, expressa essa condição:

4 *El lenguaje, como modalidad de inscripción de un poder, tendrá un papel fundamental dentro del campo de los saberes que describen la fisionomía del mundo (sistema descriptivo – la palabra). Esto de lleva a cabo con el desarrollo de un aparato de nociones que, aunque sea cada vez más ‘aséptico’ y sofisticado, reparte cualidades y adjetivaciones a partir de un canon; funda divisiones planetárias.*

‘Eu sofri muito preconceito, principalmente no início. As pessoas me xingavam, mandavam eu voltar para o meu país. Eu chorava todos os dias’, conta o haitiano Cameu Jeaneenis, de 40 anos, e morador de São Paulo desde 2014. Sua trajetória remete ao mesmo caminho que a maioria dos imigrantes no estado mais rico do País.

[...] ‘O haitiano chegou a São Paulo no dia 8 de outubro de 2014, sem dinheiro e sem um rosto conhecido. ‘Era isso ou nada’, lembra. Desembarcou no aeroporto de Congonhas, na zona sul da capital paulista, e fora em direção ao Anhangabaú, no centro. ‘Em frente às Casas Bahia, um amigo haitiano me reconheceu e me cumprimentou’, conta. Desde então, morou em abrigos até se estabelecer economicamente e profissionalmente. Mas, nesse caminho, enfrentou o preconceito e a dificuldade de oferta de emprego. ‘Nenhuma empresa queria me contratar, porque eu era imigrante, negro, e por não falar a língua local’, diz. (AGUIAR, 2019)

Mas a perspectiva política romana não indicava o estrangeiro necessariamente como *extraneus*: mais do que isso, o estrangeiro era o *alien*, “fora de lugar”, ou o que “está fora”. O *alien* tem um estatuto político e ontológico diferente do *alter*: ele não é simplesmente um “outro”, ele é alguém cuja condição se pauta necessariamente por uma distância política. Na Grécia antiga, aquele que não pertencia ao grupo, ao *genos*, não estava também indicado para as prerrogativas da *polis*: o “de fora”, o *allos*, mas, mais ainda, o *xenos*, aquele que não pertencia ao *koinos*, o domínio do público, e, portanto, sua presença era relativa a uma condição de impermanência. Sua designação corrente era a da pessoa excluída do pensamento grego – e, portanto, bárbaro.

Deste modo, prossegue Koltai, (2000, p. 23) “consideremos assim que, do ponto de vista de língua, e por extensão, do plano do pensamento, o conceito de estrangeiro se transformou de algo não-familiar em uma categoria sócio-política, com tudo o que isso comporta”.

Assim, à velocidade das notícias e dos dados, opõe-se o tempo para ouvir a história de vida:

‘Eu estou muito feliz com toda essa ajuda que eu tive para conseguir emprego e conseguir o dinheiro. Quero crescer na empresa e continuar estudando, mas trazer minha família [para o Brasil] é minha

prioridade. Não vejo minha mulher e meus filhos há três anos. É duro, mas eu tenho paciência e sei que daqui a pouco eles vão chegar aqui', disse ele à BBC Brasil no escritório onde trabalha, na zona oeste de São Paulo. [...] O casal, junto há 30 anos, tem filhos de 9, 11, 13, 18 e 22 anos. 'Durmo e acordo sozinho na quitinete onde eu moro. Não é fácil. Meu sonho é um dia poder viajar com meus filhos pelo Brasil. Os lugares que eu acho mais lindos são Curitiba e Porto Alegre', conta. (SOUZA, BBC Brasil, 02.04.2018)

Se, pensando com Collete Soler (2018), todo processo identitário se constitui a partir das formas de percepção de si mesmo, é preciso igualmente levar em consideração que o entendimento de si não deixa de ter uma perspectiva não apenas dialógica, mas também ética, quando pensado dentro de um ponto de vista relacional. Encontrar-se é também passar pelo olhar do outro que me constitui, recorda Lévinas (2006). Mas como, efetivamente, se dá essa constituição? Soler (2018, p. 15) adverte que esse processo implica mais de um termo:

Quem diz identidade convoca, ao mesmo tempo, a diferença e o idêntico. É quase a mesma palavra. A identidade de vocês os distingue entre todos, de qualquer outro modo, mas este traço de diferença supõe que vocês permanecem idênticos a vocês mesmos a despeito de eventuais transformações. [...] Esses dois traços identitários, o traço da diferença e o traço do idêntico, são convocados em todo discurso social cada vez que se busca assegurar-se uma identidade, e eles determinam práticas sociais específicas para, por exemplo, encontrar características ao mesmo tempo distintivas e infalsificáveis, o que se chamaria de traços particulares sobre as carteiras de identidade.

Dessa maneira, proximidade e distância apresentam-se como formas relacionais de constituição de uma intersubjetividade estabelecida a partir de uma dinâmica de representações, conflitos, estabelecimento de modalidades de opressão seguidas de formas de resistência a partir das vulnerabilidades, da distinção hierárquica, mas, também, – e isso não deixa de ser um paradoxo – rizomática, de poderes e linhas de força na constituição de sujeitos relativamente autônomos. A narrativa a seguir indica isso:

Educadores venezuelanos, também deslocados, se unem a brasileiros para multiplicar esforços nas escolas locais e em espaços especiais para crianças dentro dos abrigos. ‘Deixei para trás a casa que trabalhei anos da minha vida para construir, deixei dois carros, deixei tudo na Venezuela. Hoje moro em uma barraca aqui no Brasil com meus dois filhos’, conta à BBC Brasil a venezuelana Ellinois Malave, de 39 anos. [...] Hoje Ellinois mora e dá aulas no abrigo Rondon, o maior de Roraima e onde metade dos venezuelanos são crianças (586). ‘Ensinar é minha paixão e faz muita diferença na vida dessas crianças que perderam tanto; muitas só tinham pedras pra brincar quando chegaram aqui’, disse ela. (MANTOVANI, 2019)

A formação dessa autonomia, sempre relativa, parece se interseccionar com as possibilidades narrativas de se contar uma história a partir da qual não apenas torna-se possível fazer sentido de si, mas também trabalhar em um movimento constante de inclusão e exclusão de fatos, bem como de sua reconfiguração semântica e existencial, na formação de um dos resultados esperados da narrativa – a obtenção de pontos de significado epistemologicamente válidos na constituição do sujeito e, de maneira mais ampla, de seus vínculos de comunidade. Daí a importância de pensar quais histórias conta o estrangeiro e, mais ainda, quem conta essas histórias (MONTENEGRO, 2019).

A *mise-en-intrigue* de um testemunho é vital para processos de luta por reconhecimento. Geralmente, quem narra o testemunho o adequa ao ordenamento das formas de escritura da história, das formas de apresentação das situações, de agenciamento dos enunciados, das formas de construção das relações entre causa e efeito ou entre antecedente e consequente, que tendem a obedecer os formatos tradicionais, os modos de apresentação de objetos, de indução de significações e de esquemas causais que constroem a inteligibilidade do padrão da história.

Para Rancière (2012), o intolerável da imagem relaciona-se à montagem de um dispositivo de visibilidade capaz de localizar e de enquadrar a vítima dentro de uma dimensão do visível e do sensível que lhe confere esta ou aquela possibilidade de ser apreendida, esta ou aquela legibilidade e inteligibilidade.

O que está em jogo não é uma revelação do mundo habitado por esses sujeitos liminares, mas os artifícios e dispositivos que elaboram de modo a zelar pela manutenção do fio da vida ordinária, e de tudo o que permite à vida manter sua trama

e de encontrar um ritmo viável, sob o preço de mobilizações extraordinárias, mas com possibilidades concretas de ter os recursos necessários para elaborar um cotidiano desenhado entre a liminaridade e o avizinhamento.

## Considerações finais

Escrevendo seu livro *O enraizamento*, publicado postumamente em 1949, a filósofa Simone Weil (2001, p. 43) afirmava que:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de se definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa de múltiplas raízes.

O encontro com o outro, lembra Helena Rosenfeld, (1998, p. 61) é mediado pela sensibilidade dentro de uma perspectiva estética: “esse primeiro momento de encontro com o outro, momento de aproximação livre, de abertura, sem a necessidade de compreensão intelectual imediata, se aproxima do tipo de contato que muitas pessoas estabelecem com a obra de arte”.

Contudo, o encontro requer o avizinhamento, a aproximação e consideração da importância da vida de um sujeito migrante e vulnerável – mas que se serve de sua vulnerabilidade para produzir resistência e inventar formas de vida. Sob esse aspecto, o sujeito vulnerável não pode ser definido como vítima, dependente, despossuído. Vulnerabilidade não é um conceito essencialmente associado a sofrimento, nem define unicamente uma propensão de estar susceptível ao dano. Há potencialidade e ambiguidade nesse conceito, sobretudo quando se trata de buscar uma definição mais complexa e multifacetada de autonomia.

De modo mais geral, consideramos aqui a autonomia em suas dimensões política e relacional, ou seja, uma forma de emancipação que se desenvolve, de um lado, através do uso da linguagem nas interações sociais e, por isso, envolve competências comunicativas que não existem como propriedades individuais, mas como

parte de uma atividade compartilhada de busca comunicativa por entendimento. De outro lado, a autonomia é resultado de um processo ético, no qual nossas realizações são alcançadas sempre em interdependência e, por isso mesmo, sempre em condições de vulnerabilidade (exposição ao Outro). Alcançar a autonomia implica assumir a responsabilidade derivada de nossas conexões, necessidades e vínculos, o que requer olhar com mais vagar e cuidado para as situações, os encontros, os afetos e as práticas de escuta que envolvem o contato com a alteridade. Nesse sentido, destacamos que nossa concepção de autonomia não está relacionada ao individualismo ou à autossuficiência, características geralmente lidas como intrínsecas a esse conceito.

Tal perspectiva ética considera, entre outros elementos, as habilidades expressivas e comunicativas originadas nas redes interativas que as pessoas estabelecem umas com as outras, inclusive o que implica assimetrias, obstáculos comunicativos e vulnerabilidades. (COELHO, 2016, 2018)

Vimos que o sujeito migrante não é visto como interlocutor pelo jornalismo, pelo Estado, pela sociedade de maneira geral. No contexto de uma esfera pública de discussão política e de implementação de políticas sociais, migrantes e refugiados não são apreendidos como cidadãos e interlocutores, mas majoritariamente como peças-chave na engrenagem biopolítica de controle dos vulneráveis. De um lado, sua condição de reconhecimento é restringida por um processo de midiáticação que frequentemente inscreve sujeitos e grupos em um processo de circulação que reforça o não reconhecimento pela via da reiteração de um quadro valorativo estigmatizante, como argumenta Ana Paula da Rosa. (2019, p. 167) De outro lado, o testemunho enunciado pelo discurso jornalístico, justamente por dar forma à circulação como uma relação de atribuição de valor, vincula-se à capacidade de proliferação, permanência ou alteração de determinadas dimensões do imaginário midiático e social. Nossa aposta, junto com essa autora, é a de que as condições de reconhecimento da alteridade necessitam de um outro modo de fabular o mundo através das próprias instâncias midiaticadas do imaginário. A mídia e seus gêneros discursivos fazem parte do espaço-tempo de narração do mundo e das formas de vida e, justamente por isso, devem ser interpeladas constantemente em seu processo de apagamento ou iluminação de determinadas existências no fluxo de circulação. Sob esse viés, operações de apagamento e de aparecimento de formas de vida conectam-se às avaliações morais que dão forma à empatia agonística, isto é, à tensão que mantém o atrito entre a intolerância e a escuta; o avizinhamento e a indiferença.

Sujeitos migrantes e suas trajetórias são reduzidos a representações derivadas de uma perspectiva política elaborada por teóricos e agentes políticos que pouco conhecem as lutas que eles enfrentam todos os dias, suas especificidades e obstáculos para o alcance de direitos básicos. Sua visibilidade e legibilidade sociais são marcadas por uma contínua inadequação a parâmetros amplamente difundidos e enraizados no senso comum acerca do que deveria ser uma vida que conta como humana.

São representações que apagam a potencialidade autônoma de gestos, experiências e ações presentes no modo como os estrangeiros lutam cotidianamente por reconhecimento e para assegurar existências, vínculos, cuidados e as redes materiais e culturais que os tornam possíveis. (COLE, 2016; LAUGIER, 2009) E imagens que tornam invisíveis os modos pelos quais os sujeitos migrantes estão trabalhando a própria linguagem (emancipação), criando enunciados próprios (e não apenas se adequando a *scripts* discursivos cristalizados e subalternizantes) e reunindo signos capazes de contestar o imaginário que define sua realidade social, além de impulsionar sua agência autônoma.

## Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Dados sobre refúgio. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 19 set. 2019.

AGUIAR, P. Imigrantes haitianos em São Paulo revelam sofrimento social. *Portal R7*. São Paulo, 01 abr. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/imigrantes-haitianos-em-sao-paulo-revelam-sofrimento-social-01042019>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BELLO, A. A. *Fenomenologia do ser humano*. Bauru: Edusc, 2000.

BUTLER, J. Vida precária. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- CARNEIRO, J. D. *Os venezuelanos que perderam até fotos dos filhos nos conflitos em Pacaraima*. Portal G1, Rio de Janeiro, 23 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/23/os-venezuelanos-que-perderam-ate-foto-dos-filhos-nos-conflitos-em-pacaraima.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2019.
- COELHO, T. F. *Sertanejas conectadas: autonomia e escrita de si de mulheres do Piauí no Facebook*. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- COELHO, T. F. Desigualdades de gênero em Guaribas-PI e o aparecer da sertaneja no Facebook. *Culturas Midiáticas*, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 253-267, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/32102>. Acesso em: 5 jan. 2020.
- COLE, A. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: the political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique. *Critical Horizons*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 260-277, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14409917.2016.115389>. Acesso em: 5 jan. 2020.
- OULDRY, N. *Why voice matters*. Londres: Sage, 2010.
- CRITELLI, D. *História pessoal e sentido da vida*. São Paulo: Educ, 2009.
- FERRARA, L. D'A. A epistemologia de uma comunicação indecisa. In: ENCONTRO DA COMPÓS. 22. 2013, Salvador. *Anais [...]* Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_2056.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2056.pdf). Acesso em: 5 jan. 2020.
- FERRARA, L. D'A. *A comunicação que não vemos*. São Paulo: Paulus, 2018.
- HAROCHE, C. *A condição sensível*. Rio de Janeiro: Contracampo, 2008.
- KOLTAI, C. *Política e psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000.
- KRISTEVA, J. *Étrangers a nous memes*. Paris: Seuil, 2008.
- LAGE, L. *Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas*. Florianópolis: Insular, 2018.
- LAUGIER, S. L'autonomie et le souci du particulier. In: JOUAN, M.; LAUGIER, S. (dir.). *Comment penser l'autonomie? Entre compétences et dépendances*. Paris: PUF, 2009. p. 407-432.
- LÉVINAS, E. *Entre nós*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LIPARI, L. Listening otherwise: the voice of ethics. *The international journal of listening*, Abingdon, v. 23, n. 1, p. 44-59, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10904010802591888>. Acesso em: 5 jan. 2020.

LONGO BERDAGUER, R. M. *La fragilidad de la tolerância*. Buenos Aires: Biblos, 2015.

MAGNAVACCA, S. *Lexico técnico de filosofía medieval*. Buenos Aires: Miño, 2005.

MANTOVANI, F. "Aprendi a sofrer com o brasileiro": a torcida de refugiados pelo Brasil na Copa da Rússia. *BBC Brasil*, São Paulo, 06 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44676956>. Acesso em: 23 nov. 2019.

MARCONDES FILHO, C. A comunicação no sentido estrito e o metáforo. In: ENCONTRO DA COMPÓS. 21., 2012, Juiz de Fora. *Anais [...]* Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1873.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1873.pdf). Acesso em: 05 jan. 2020.

MARQUES, A.; MARTINO, L. M. S. Entre o digno e o precário: enquadramento biopolítico de mulheres em fotografias jornalísticas sobre o Programa Bolsa-Família. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 15, n.1, p. 33-60, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/39739>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MARQUES, A.; MARTINO, L. M. S. "Não fale com estranhos": solidariedade e comunicação entre identidade e diferença. *Famecos*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 1-16, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24930>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MARQUES, A.; MARTINO, L. M. S. A comunicação, o comum e a alteridade: para uma epistemologia da experiência estética. *Logos*, Rio de Janeiro, . 22, n. 2, 2015, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/19600>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MARQUES, M. Venezuelanos no Brasil: no DF, 4 de cada 10 imigrantes conseguiram casa e trabalho. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 24 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/12/24/venezuelanos-no-brasil-no-df-4-em--cada-10-imigrantes-conseguiram-casa-e-trabalho.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MARTINO, L. M. S. Dimensões e limites da empatia na Comunicação. In: Encontro da Compós. 31., 2019b, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUC-RS, junho de 2019b. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_DY274RN7H16NH3AP866I\\_28\\_7577\\_18\\_02\\_2019\\_15\\_31\\_28.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_DY274RN7H16NH3AP866I_28_7577_18_02_2019_15_31_28.pdf). Acesso em: 05 jan. 2020.

MONTENEGRO, C. A difícil vida das crianças e jovens venezuelanos no Norte do Brasil, em meio à crise de refugiados. *BBC Brasil*, São Paulo, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48692656>. Acesso em: 05 dez. 2019.

RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*, São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ROSA, A. P. da. Imagens em espiral: da circulação à aderência da sombra. *Matrizes*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 155-177, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/150455>. Acesso em: 05 jan. 2020.

- ROSENFELD, H. *Palavra pescando não-palavra*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.
- SOLER, C. *Rumo à identidade*. São Paulo: Aller, 2018.
- SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SOUZA, F. 'Não vejo meus filhos há três anos': a saga de refugiados para trazer a família ao Brasil. *BBC Brasil*, 2 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43338789>. Acesso em 20 dez. 2019.
- STEIN, E. *Sobre el concepto de empatia*. Madrid: Trotta, 2005.
- VIEIRA, A. L. Registro de migrantes sobe, mas Brasil reconhece mil refugiados. *Portal R7*. São Paulo, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/registro-de-migrantes-sobe-mas-brasil-reconhece-mil-refugiados-04022019>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- WEIL, S. *O enraizamento*. Bauru: Edusc, 2001.



**CORPOS, SEXUALIDADES  
E PERFORMANCES NO AUDIOVISUAL**



# IDENTIDADES CAMBIANTES, CORPOS INSTÁVEIS:

notas sobre gênero, visibilidades  
e cotidiano em narrativas  
documentárias trans

DENISE TAVARES  
SANDRA PEREIRA

## Introdução

No circuito temporal da emersão da personagem trans – seja esta transexual ou transgênero<sup>1</sup> – nas narrativas audiovisuais de ficção e/ou documentário, delineou-se um percurso que, quase integralmente, incorporou os embates que marcam o território social desta temática. O que tem significado cerzir roteiros com protagonistas que, não raro, desnudam um universo de exclusão e ausência quase absoluta de direitos para todos que não se encaixam nos padrões heteronormativos. Situação que, em cotejo à atual realidade social, revela-se ainda mais potente quanto às pos-

---

1 O termo “transgênero” será utilizado aqui como uma identidade que se situa na fronteira entre masculino e feminino e não se encaixa nas denominações fixas: heterossexual/homossexual. Embora acreditemos que o termo “transgênero” abarca múltiplas subjetividades, utilizamos a denominação aqui como uma identidade que não se define como homem ou mulher.

sibilidades de provocar tensionamentos extrafílmicos, se considerarmos o cenário de intolerância que se adensou drasticamente nos últimos anos. Cenário que rejeita e agride as conquistas relevantes das lutas LGBTQI+, isto é, daqueles que se colocam pela liberdade em relação à orientação sexual (LGB, sigla para lésbicas, gays e bissexuais) e à condição de gênero (TQI+, ou seja, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais e todos aqueles que não se englobam em nenhuma dessas classificações). Olhar, portanto, para essa produção, observando-a em sua dimensão estética e política, implica, neste texto que propomos, discutir essas obras à luz dos recursos narrativos que acionam, já que acumulam-se em torno da transexualidade e do transgênero conflitos que marcam, de forma inequívoca, os discursos e imaginários beligerantes ora colocados na sociedade brasileira (e não apenas).

A hipótese que conduz o trabalho tem como uma das suas gêneses o diagnóstico de Beatriz Jaguaribe quanto ao reconhecimento de que na cultura contemporânea do país, a despeito das exaltações e aderências históricas ao “imaginário carnavalesco e práticas mágicas, os códigos do realismo estético detêm o poder pedagógico de tecer os retratos da realidade.” (JAGUARIBE, 2007, p. 11) Situação que se revela significativamente nos relatos biográficos e autobiográficos que, por sua vez, são as opções mais constantes das construções narrativas trans no audiovisual. É justamente essa recorrência que cerze, para nós, uma dimensão objetiva de investigação, na medida em que a própria condição de transexualidade dos personagens centrais das obras traz instabilidade constante às narrativas biográficas por estas não se esquivarem das discussões que atravessam o tecido social, em função de embates e militâncias de múltiplos focos. Vereda que permite acompanhar o alargamento dos cânones que balizam as abordagens clássicas nas produções audiovisuais, gestando nestas a busca de outros caminhos de investimentos narrativos. Algo que, muitas vezes, embaralha, particularmente no caso dos documentários, personagens e diretores.

O diagnóstico ganha sentido por se reconhecer no amplo espectro do audiovisual um produto cultural potente, capaz de se colocar em meio a um emaranhado de movimentos, tensões e ambiguidades que percorrem as lutas das ditas minorias sociais. Assumindo essa baliza, o texto se estrutura a partir de uma discussão sobre o corpo, em recorte que dialoga com algumas obras audiovisuais de temática trans, buscando destacar marcadores acionados para se fabular as identidades apresentadas. Depois, foca alguns debates que circundam e atravessam as tensões persistentes sobre as narrativas documentais protagonizadas por transgêneros e transexuais,

evocando um processo que, de algum modo, realoca a urgência da visibilidade, em percurso que elege a inscrição no cotidiano e a valorização do íntimo como trilhas fecundas às asserções propostas. Finalmente, destaca o documentário *Laerte-se* (Lygia Barbosa da Silva, Eliane Brum, Brasil, 2017) em função dos acionamentos singulares que a obra traz. Primeiro, pelo foco em uma *persona* que já tinha significativa visibilidade pública quando se reconheceu transgênero aos 57 anos, carregando um histórico familiar que incluía casamento, filhos e netos. Segundo, pela abertura à consolidação do discurso de sua protagonista, direção que delinea muito das estéticas e narrativas do filme, resultando em um debate, algo enviesado, com o que coloca Giorgio Agamben (2017), a respeito da problemática da vida privada e da vida pública. Embate que marca muito dos documentários contemporâneos, nos quais a intimidade articula o discurso fílmico – como parece ocorrer nas obras aqui destacadas –, bem como rege uma costura narrativa que procura demarcar a resiliência e resistência das protagonistas em diapasão que traga cumplicidade e empatia pelo viés dessa existência desejada quase banal, não fosse, claro, a persistência do “estranho outro” que ainda as observam.

## Gênero, sexo e corpos em travessias

Em estudo sobre cinema e sexualidade, Guacira Lopes Louro (2008) sustenta a tese de que, ao longo de sua história, a indústria americana teria sido a grande máquina ideológica a tratar o homossexual de maneira discriminatória ou de submissão. Essa história muda, segundo a autora, apenas a partir do final dos anos 1990, quando surgem produções alinhadas a discursos defendidos pelos movimentos feministas e gays. Um documentário que ilustra bem este cenário é *The Celluloid Closet*. Conhecido no Brasil como *Celuloide Secreto* ou *O Outro lado de Hollywood* (Rob Epstein e Jeffrey Friedman, EUA, 1995), o filme mostra como a produção cinematográfica americana, em cerca de cem anos de vida, estabeleceu, desde o início, estereótipos para homossexuais e lésbicas, localizando-os em espaços e situações ridículas, risíveis ou patéticas. Tais personagens eram construídos como pessoas atormentadas, tristes, e que mereciam um destino trágico, além de terem suas situações homoafetivas apresentadas de forma muito dissimulada.

O filme é sincrônico à discussão que ganha relevância no movimento gay nesse período, do como os meios de comunicação, de modo geral, retratavam o homossexual. A posição revela uma guinada importante no ativismo vinculado às questões de gênero e identidades sexuais, isto é, a de incluir nos debates a discussão sobre as representações, nas artes como um todo, dessa parcela da população. O quadro diagnosticado confirmava a persistência da voz privilegiada do homem branco heterossexual e a manutenção dos clichês e estereótipos em relação à comunidade LGBT, representada não só de forma caricata, mas também aberta a ser alvo de injúrias, em função da epidemia da Aids. Cenário que acionou a urgência de se lutar para que a mídia assumisse/veiculasse um outro discurso sobre a homossexualidade. Assim, preocupados com os valores e costumes ditados pela cultura de massa, os grupos organizados voltaram seus olhares e críticas para os filmes de Hollywood e na direção dos programas mais populares da televisão.

Só que o debate em torno de qual “imagem homossexual” deveria entrar no lugar do gay caricato agenciado por uma visão heteronormativa estava longe de encontrar um consenso. A questão era: como representar o comportamento de gays, lésbicas, transgêneros e transexuais? A resposta à pergunta passa a implicar disputas. Segundo Lopes (2007), muitos ativistas irão defender que imagens homofóbicas e estereotipadas exibidas fossem rebatidas por representações “positivas”. Esse caminho, defende o autor, levou ao acolhimento de uma nova visão da representação do homossexual, mais próxima dos clichês americanos do que de uma pessoa “do mundo real”. Ou seja, a defesa da imagem do “bom gay” passa a ser investimento em um ajustamento à normatização e ao *status quo*. No entanto, para alguns grupos, a assimilação do gay e da lésbica de acordo com padrões culturalmente legitimados não valorizava nem levava à percepção da multiplicidade de gêneros. Pelo contrário, mantinha bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros na marginalidade ou sujeitos a estereótipos grosseiros.

De todo modo, é imperativo compreender que qualquer discussão que se faça sobre sexo e sexualidade na história ocidental, mesmo que superficial, será capaz de mostrar que tais temas foram abordados pelos vários campos da ciência – em especial, a medicina – e foram, também, acionados pela cultura e religião. Esta, na versão judaico-cristã, consolidou no Ocidente a ideia da origem da humanidade na figura do casal Adão e Eva, simbologia que parecia soterrada pelo desenvolvimento

científico, mas que se manteve sempre presente.<sup>2</sup> Mas, para além desta mítica origem, o fato objetivo é que a sociedade ocidental se estruturou, do período medieval ao moderno, a partir da concepção naturalizada de que homem e mulher são os gêneros exclusivos da natureza. Em função deste “postulado”, desdobraram-se formas de ser, agir e vivenciar o sexo e a sexualidade, oficialmente engessados no binarismo homem-mulher. No entanto, submersas a essa realidade estipulada por leis e ordens, as múltiplas possibilidades de sexualidades e diferentes identidades de gênero persistiram e conquistaram espaço próprio, tendo, ao seu lado, não só os próprios movimentos que criaram, mas também diversos estudos e pesquisas<sup>3</sup> que se voltam à história e ali localizam como a divisão binária se legitimou e definiu o certo e o errado, o normal e o patológico, em termos de sexo, gênero, sexualidade e raça.

Configurar um novo território, em oposição a este que se gestou por um longo tempo trazendo, com ele, classificações estereotipadas, exclusão e punições, não é tarefa rápida e fácil. Ao contrário, trata-se, primeiro, de reconhecer que o sexo — homem, mulher — não é um fato dado pela natureza ou uma condição estagnada, mas “uma construção ideal forçosamente materializada através do tempo”. (BUTLER, 2003, p. 18) E trata-se, também, de recuperar os vários pontos de inflexão que foram determinantes tanto para construir o binarismo como para rompê-lo.<sup>4</sup> Por exemplo, foi só a partir da segunda metade do século XIX que a relação sexual entre duas pessoas do mesmo sexo, antes nomeada como sodomia – atividade impura a qual qualquer pessoa estaria sujeita a fraquejar e a experimentar –, passou a ser uma prática que marcava e definia um sujeito especial, praticante de

---

2 Uma evidência é a Bíblia, o suporte essencial dessa narrativa, continuar sendo o livro mais vendido do mundo.

3 Dentre elas, destaca-se a *História da sexualidade*, de Michel Foucault, cuja primeira edição é de 1976. Publicada em três livros, a obra coloca que para se problematizar o dispositivo da sexualidade é preciso entendê-lo dentro de uma construção histórica que abrange mecanismos de poder e saber. O autor enfatiza o papel disciplinador do Estado, especialmente a partir do século XVIII, quando este começa a promover políticas públicas relacionadas ao controle e disciplinamento do corpo, sob o argumento de controlar epidemias e/ou elaborar estatísticas sobre morte etc. Para Foucault, as técnicas disciplinares oriundas da biopolítica são os primeiros passos para a construção de um conjunto de princípios sociais e regras de moralidade e controle ao qual o sujeito será submetido.

4 Novamente sugere-se a obra de Michel Foucault, em especial a citada *História da sexualidade*, como referência para o tema. Aqui, em função do limite de páginas, optamos por não a citar, já que o objetivo não era apresentar um histórico, e sim abordar, rapidamente, algumas das inúmeras inconsistências e violências que marcam a relação do Estado com a sexualidade.

desvio e merecedor de segregação. (LOURO, 2008, p. 29) A alteração, apresentada de forma tão sintética, ajudou a promover a patologização do costume, criando neste momento o sujeito homossexual e, sobre ele, padrões e expectativas que legitimaram um discurso de anormalidade, desdobrado no século seguinte em progressivos controles do corpo.

Por outro lado, se todo esse processo tornou a vida regulada por instituições e pelo uso do poder sobre as definições de identidade, não impediu, como já colocado, a existência de fissuras. Neste caso, elas se traduziram em reflexões, lutas e resistência contra esse poder hegemônico. Uma vereda cimentada pelo feminismo e pelos movimentos gays, lésbicos e transgêneros, politicamente organizados e fortalecidos nos anos 1960, no contexto da contracultura, quando “[...] passam de uma visão meramente integrativa em relação às democracias representativas ocidentais, para contestá-la num plano mais amplo, articulando-se a propostas comunistas, socialistas, anarquistas e libertárias.” (LOPES, 2007, p. 380) Uma das bandeiras dos grupos era a desnaturalização dos gêneros e sexualidades, uma vez que o respeito às diferenças e a exclusão de direitos estão ligados à noção de corpo essencial e “normal”. Por isso mesmo, o ativismo buscava na visibilidade homossexual e trans uma forma de se contrapor ao preconceito e à exclusão, tantas vezes legitimados pelos discursos médico e legal.

“Após a cirurgia, nenhum ginecologista conseguirá detectar algo incomum em mim. Vou ser uma mulher. Não é estranho que uma cirurgia plástica cure uma doença mental?”, indaga Bree, personagem do longa-metragem ficcional *Transamérica* (Duncan Tucker, EUA, 2005). A questão é direcionada a seu médico psiquiatra quando este, cujo poder de assinar a autorização da mudança de sexo de Bree é evidente, profere que “a associação psiquiátrica considera disforia sexual uma doença mental grave”. O diálogo, que não se aprofunda dada a chave dramática do filme, que opta pelo foco maior na relação da personagem com seu filho de 17 anos recém-descoberto, remete à persistência da classificação médica e, portanto, ao consequente tratamento clínico-farmacológico, e até cirúrgico, da atribuição de gênero. Diagnóstico e tratamento que são contestados no campo das ciências humanas, que compreende a vivência de um gênero discordante como uma questão de identidade e não como uma patologia ou um transtorno, o que leva a indicar a terminologia “transgeneridade” como a correta.

O embate entre as áreas, como se pode constatar, segue presente, situação que não afetou a popularidade e crítica favoráveis a *Transamérica*, um dos diversos

filmes recentes protagonizados por personagens trans. Estes, na verdade, talvez tenham se tornado mais visíveis a partir de *Priscilla, a Rainha do Deserto* (Stephan Elliott, Austrália, 1994), filme que fez sucesso mundial com suas três protagonistas – as *drags queens* Anthony e Adam, e a transexual Bernadette,<sup>5</sup> cuja vida funciona como uma espécie de contraponto dramático ao figurino luxuoso e esfuziante dos *shows* que a película traz. Com custo baixo e uma narrativa simples – o roteiro segue a viagem do trio pelo interior da Austrália –, o *road movie* conquistou o público graças, especialmente, a seus números musicais, que apresentavam clássicos da cultura LGBTQ da época. Também os diálogos ácidos e irreverentes das personagens e a disposição de não se desviar dos conflitos pessoais, particularmente os de Bernadette, sem, no entanto, obliterar o tom alegre e de celebração da vida, garantiram adesão ampla a *Priscilla*.<sup>6</sup>

A diferença de tempo entre as duas produções é de nove anos. O período não elimina, em ambos os casos, a despeito da aceitação pública dos filmes, a presença de um olhar de estranhamento sobre travestis e transexuais, perceptível na voz de alguns personagens das duas obras, ainda que não seja a linha dominante nas duas películas. A inclusão dessa situação ecoa uma fala do apresentador Pedro Bial no programa da TV Globo *Na Moral* (2013), em uma edição dedicada ao debate em torno da transexualidade. “Bem-vindo ao planeta trans”, saudou Bial, configurando, nesta síntese, a percepção de uma vida em paralelo, fora da normalidade cotidiana, lugar que não inclui transgêneros e transexuais. Mais que isso: conforme relatório da organização Transgender Europe, de 2016, o Brasil é o país que mais assassina pessoas trans no mundo. “Somente no ano passado, ao menos 144 travestis e transexuais foram assassinados, segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia. O número pode ser ainda maior, já que esse tipo de violência é tradicionalmente subnotificada”. (A VIDA..., 2019)

---

5 Interpretadas, respectivamente, por Hugo Weaving, Guy Pearce e Terence Stamp.

6 No entanto, o filme também recebeu críticas desde a época do seu lançamento justamente pela ausência de referências à epidemia da AIDS que marcou os anos 70/80, além de ter sido também alvo de críticas por causa das representações femininas no filme e da branquitude dos personagens. Uma das críticas mais ácidas é de Nathan Smith, em texto publicado na *Out Magazine*, em 2014, disponível em <https://www.out.com/movies/2014/10/10/adventures-priscilla-queen-desert-why-it-still-survives>. Acesso em: 18 ago. 2019.

## Visibilidades reconstituídas

A dizimação destes “corpos estranhos como o meu”, como definiu Linn da Quebrada, em entrevista a um programa de televisão disponível no YouTube, traz à tona a persistência de uma rejeição violenta a todos que ousam romper com o disciplinamento físico, estabelecido pelas regras heteronormativas. Tal situação aloca o corpo em uma “natural” esfera política redesenhada, já que o simples andar pelas ruas projeta transgressão e, subsumida a esta, a luta por direitos, como ocorre em *Meu corpo é político* (Alice Riff, Brasil, 2017). O documentário foca a vida de quatro militantes LGBT que vivem em periferias de São Paulo e sua narrativa é centrada na apresentação do cotidiano dos seus personagens: veem-se, na tela, suas vidas ordinárias e seus movimentos comuns, tais como sair de casa, ir ao trabalho e à escola, ter momentos de lazer. Como há um evidente pacto da diretora e dos retratados quanto ao roteiro, as sequências são visivelmente encenadas, reafirmando que a “asserção pressuposta” (CARROLL, 2005) é a de romper com a invisibilidade deste circuito íntimo e comum. Trata-se de uma decisão subscrita pelo que Baltar (2019) denomina de “pacto da intimidade”, que marca muitos dos documentários contemporâneos e que, no filme de Riff, eclode pelo investimento da câmera em acompanhar os percursos diários de seus (suas) protagonistas.

Nesse regime de visibilidade estabelecido pelo documentário, conquistar o direito de mudar de nome sem precisar recorrer a um processo judicial, romper o preconceito no mercado de trabalho ou ter acesso à educação formal sem enfrentar discriminações contínuas nesses ambientes carregam a narrativa, configurando uma argumentação embolada no investimento estético de naturalização. Resulta que tal decisão nem sempre é bem-sucedida: há sequências em que a opção formal pelos embates cotidianos se revela artificial e, assim, rompe com este desenrolar assentado na ideia do naturalismo como estratégia narrativa para desestabilizar os estranhamentos que estes corpos, em trânsito, provocam. O embate com um imaginário desenhado pelo preconceito, justificado em sua versão cínica pela baixa escolaridade das travestis e transexuais, as localiza, historicamente, em um destino quase inequívoco: prostituição, *shows* em boates etc.

Configura-se, nesta ultrageneralização, a obrigatoriedade de formas de representação que, quando autênticas, deveriam estar centradas nessa denúncia militante, apontando o território estreito e violento a que se submetem os “desviantes”.

A tarefa central, assim, seria romper com esse *locus*, de modo a se reconstruir o imaginário forjado em cumplicidade, tantas vezes, com as narrativas oriundas dos diversos meios de comunicação. Sob esse horizonte se esgrimam obras que tateiam caminhos em articulação sincrônica – sempre é justo colocar – aos movimentos sociais e às sensibilidades atentas. Uma escolha que tem significado, nos filmes que destacamos aqui, buscar as possíveis fissuras provocadas por uma estratégia assentada na valorização do cotidiano, como busca construir *O céu sobre os ombros* (Sérgio Borges, Brasil, 2010), documentário que se cerze do cotidiano de três pessoas com vidas aparentemente distintas, que não se entrelaçam ou parecem ter algum vínculo. Ocorre que uma delas é a transexual Everlyn Barbin, uma professora com mestrado pela Universidade Federal de Minas Gerais que tem como fonte de renda aulas sobre sexualidade que ministra, mas, também, as ruas, onde trabalha como profissional do sexo.

A duplicidade vai sendo desvelada com suavidade até que, em certo momento, vemos Everlyn atuando na sala de aula. Ali, a professora traça uma linha no quadro negro e escreve: “casa”, “escola”, e, entre elas, a palavra “rua”. A voz de Everlyn ganha a cena e seu discurso é assertivo no sentido de ensinar que o destino de uma pessoa trans está quase selado já em sua infância: discriminação e prostituição. O momento referenda a sequência anterior, em que ela e o diretor conversaram sobre as dificuldades financeiras e humilhações que a protagonista sofreu, mesmo após a conquista do mestrado. Um investimento em sintonia ao “pacto de intimidade” (BALTAR, 2019, p. 211-231) que estrutura boa parte dos documentários contemporâneos centrados em personagens. A cena da sala de aula, portanto, é um diagnóstico político sustentado por uma história singularizada. Por isso mesmo sua fala, baseada em sua vivência como transexual, é direcionada não só à turma, mas também ao espectador:

Vou falar para vocês, sinceramente, em todas essas instâncias aqui, [que] a pessoa *trans* sofre violência, porque vai acontecer o seguinte: a *trans* vai ser expulsa de casa, então vai ser expulsa da escola, porque a escola é igual ao que o Althusser fala. É um aparelho ideológico do Estado. Então vai acontecer a evasão da escola. O que vai sobrar para *trans*? Rua. E o que vai acontecer na rua? Violência e novas redes afetivas. (O CÉU..., 2011)

A voz contundente de Evelyn Barbin reverbera o ponto de vista do diretor, sua visão sobre os problemas e características do tema pinçado no mundo histórico que ele trabalha em seu filme. É, portanto, o seu posicionamento, sua opção de visibilidade calcada nessa articulação da duplicidade da vida da sua protagonista, apresentada na lógica da argumentação didática. O propósito de desconstruir estereótipos significa, aqui também, investir na “normalidade” sem acrescentar outras tensões, em termos conceituais, à lógica da inclusão pelo viés da normalização desenhada pelo cotidiano comum. Caminho do qual, aparentemente, se distancia *De gravata e unha vermelha* (Miriam Chnaiderman, Brasil, 2014), documentário que faz da desobediência às regras estabelecidas e do ato de se vestir seu eixo estruturante, além de abordar uma das verdades mais estabelecidas pela identidade do gênero: que o masculino está totalmente vinculado ao pênis, assim como o feminino está associado à vagina. Postura que ainda divide bastante o próprio movimento LGBT e é problema no interior de “um feminismo mais conservador para quem ainda soa como esquisitice homens que se afirmam feministas ou mulheres *trans* que se afirmam como mulheres sem a marca genital”. (BENTO, 2014, p. 46)

*De gravata e unhas vermelhas* articula, já no título, um imbricamento de gêneros significativos: a gravata, um artigo mais associado ao masculino, e a unha vermelha, ao feminino. Ou seja, a diretora opta pelo conectivo “e” que soma, em vez de “ou”, o que permite inferir que a proposta é conectar os dois elementos em um único corpo. Diagnóstico reforçado por um artifício presente no filme: em planos inseridos como comentários – ou seja, que não integram os depoimentos –, a maioria dos entrevistados usa uma bolsa em formato de gravata e posa para a câmera. Componente histórico do traje masculino e quase sempre associada à elegância, a gravata amplia as possibilidades de interpretação, na medida em que é entrelaçada à unha vermelha – um estereótipo de sensualidade nas tipificações da *femme fatale* –, formando, portanto, um duplo de elegância e sensualidade que caracteriza um determinado olhar sobre a realidade das reações ao binarismo de gênero. Ou seja, tal articulação simbólica tanto pode ser vista como responsável por enfatizar os estereótipos de “poder” como pode remeter – o que nos parece adequado – ao universo da valorização da aparência como contraponto aos dilemas existenciais dos transgêneros. Ao abordar as subjetivações transexuais, transgêneras, travestis e gays, considerando a vestimenta como uma aliada do ato transgressor, o filme, de certa forma, se aproxima das subversões contemporâneas às diferentes normas heterossexuais.

Dirigido por uma psicanalista (Chnaiderman), o documentário traz 16 pessoas reais – oriundas de várias cidades e distintas quanto à formação, idade e classe social – que emergem interrogando nossa forma de ver e classificar os gêneros. Elas compõem um painel em que o corpo aparece como um lugar plural e não como forma física, e que expressa diferenças simbólicas e sociais entre masculino e feminino. A diretora optou por mesclar pessoas conhecidas no meio artístico e cultural com outras menos conhecidas e/ou anônimas. A escolha por um grupo diversificado demonstra o interesse em apresentar um Brasil, que atravessa os anos 2000, como lugar onde pessoas distintas vivem a diversidade fora das classificações fixas de identidade de sexo e gênero. Além disso, a variedade de locais indica que essa realidade também já não é exclusividade das grandes capitais do país. Talvez por essa expectativa de apresentar um arco amplo, a diretora deixa seus personagens à vontade: ela escuta todos e, praticamente, não intervém. Como falam de suas experiências pessoais a respeito do gênero e sexualidade, há momentos de entrega, segredos compartilhados e, aparentemente, não há a necessidade de “arrancá-los” com perguntas, remetendo, obviamente, à lógica da escuta da psicanálise, reafirmada em um diagnóstico da própria diretora quanto à sua relação com a imagem no cinema: “A imagem cinematográfica liberta o tempo de qualquer encadeamento, operando uma apresentação direta do tempo. E, portanto, questiona a fala, o digital, a articulação da narrativa.” (CHNAIDERMAN, 2000, p. 117)

O que nos ocorre, no entanto, é interrogar se o imbricamento de memória, testemunho e performance proposto pelo documentário, e consolidado em montagem que alterna cortes rápidos – demonstrando uma proximidade com a linguagem do videoclipe – e sequências mais longas, nas quais predominam o silêncio e a solidão que funcionam como pequenas pausas às entrevistas, não remete ao que Serge Daney (2007) já alertava tanto em relação aos conceitos pré-fabricados oriundos da inserção voraz da publicidade no cenário midiático quanto ao vazio expresso pela ausência objetiva do conflito. Isto é, se por um lado este “deixar falar” em cortes picotados pode sugerir no filme uma união das histórias individuais, transformando-as em uma significativa memória coletiva de transgressores, resistentes e sobreviventes da luta contra a discriminação e exclusão, por outro lado a ausência de contrapontos impede que as narrativas sejam aprofundadas. Essa escolha evidencia o investimento do roteiro e direção na hipertrofia da felicidade como argamassa fílmica, reforçando o imaginário da alegria sempre presente nos

universos trans, em ponte, desejada ou não, com os estereótipos cultivados desde o já citado *Priscilla, a rainha do deserto* (1994).

Assim, se o recolhimento explícito da voz da diretora colabora para avultar os protagonismos das histórias de transgressão, de subversão e de superação apresentadas, *De gravata e unha vermelha* não deixa de amplificar (e valorizar) a posição militante de Chnaiderman. “As categorias são empobrecedoras. A sexualidade é múltipla. É lindo que cada um possa viver do seu jeito”, afirmou a diretora em matéria “Longa de ‘Gravata e unha vermelha’ embaralha diferença de gêneros” da *Folha de S. Paulo*. Assumir esta posição no filme traduz-se no investimento da apresentação dos debates que permeiam o campo da sexualidade e gêneros, como, por exemplo, a urgência da mudança de nome para travestis e transgêneros ser prioridade para os ativistas LGBT. Mas também ancora outras visadas, como assumir a roupa como elemento transgressor das normas de gênero e dos dispositivos de poder. Sob essa proposta, homens que vestem saias ou vestidos, e se maquiam sem, no entanto, terem vontade de mudar de gênero, integram o documentário ao lado daqueles que questionam a patologização da transexualidade. Esta, inserida no campo da anormalidade pelo saber científico da medicina, mantém o poder do Estado sobre o corpo dos sujeitos, o que estabelece um tratamento diferenciado, pois, enquanto os indivíduos cisgêneros<sup>7</sup> não costumam ser incomodados quando buscam a modificação corporal por meio de intervenções cirúrgicas, os sujeitos transgêneros, ao buscarem alterações em seus corpos, são questionados e vistos como abjetos. Sentença contundente que vale não só para as intervenções cirúrgicas, como vemos em *Bombadeira – a dor da beleza* (Luis Carlos de Alencar, Brasil, 2007).

O documentário de Alencar tem como ponto de partida apresentar a figura da “bombadeira”, profissional assim denominada por aplicar no corpo das suas pacientes (quase na totalidade, travestis) aplicações clandestinas de silicone. A escolha inclui no filme um cenário pouco visível e, assim, pouco associado à vida das travestis, já que, quase integralmente, elas são sempre mostradas em territórios bem marcados, como ruas escuras e boates. Essa busca por locais mais íntimos alavanca, em paralelo, relatos também íntimos, com confissões contundentes do imperativo de se atingir um ideal de beleza e feminilidade que justifica

---

7 Um indivíduo é dito cisgênero (do latim *cis* = “do mesmo lado”) quando sua identidade de gênero está em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

correr riscos: “Eu modeliei meu corpo, coloquei silicone quatro vezes, e isso para mim foi tudo”, confessa Andrezza, uma das personagens retratadas no filme. Sua síntese quanto à importância de adequar seu corpo ao como se sente em termos de gênero, não exclui ter consciência dos perigos à saúde que envolvem participar desses procedimentos clandestinos. Mas, a afirmação da feminilidade, pelo corpo travestido e “bombado”, se impõe. “No campo da sexualidade, o travesti está na última categoria, ficando à margem da margem. E o que a mídia geralmente mostra é o ‘barraco’ no meio da rua ou pegando cliente. O filme mostra uma coisa totalmente diferente, colocando bem detalhado como é o dia a dia [...]”, resume Andrezza.

Mais uma vez, o que acompanhamos é o investimento na apresentação do cotidiano das personagens como estratégia que abre a possibilidade de reverter as visões mais estereotipadas sobre o travesti. Isto é, que este seja um sujeito que não tem vida própria nem amores duradouros, pois na versão balizada pela mídia seu viver é sempre reduzido ao ambiente noturno, lugar de trabalho e sobrevivência. Ao deslocar o cenário o documentário anela relatos densos e tocantes, que são narrados em linguagem fluida e contínua, sem sentimentalismos ou pieguices, a despeito das constatações das mortes e da cena, esta sim, dura e difícil, de uma sessão completa da tal “bombação” que dá origem ao título do filme. Com ela é possível acompanhar o sofrimento e a dor gerada pela aplicação do silicone, um processo lento e com etapas, mostrado sem qualquer *glamour*. Com um rito de passagem tão dramático e doloroso, o documentário traz à tona a persistência das desigualdades sociais moldando, também, os destinos daqueles que vivenciam a angústia de tentarem reconstruir sua identidade de gênero. Um desejo que ainda segrega pela condição financeira, e parece tantas vezes pautado pela ânsia de um feminino idealizado.

A dor da beleza, porque sai rasgando e a bicha tá ali aguentando. Ela tá sentindo dor, mas sabe que vai ficar bonita. É a dor da beleza. Pra pintar o cabelo, pra puxar, pra furar uma orelha. Aí é o que elas dizem. Você sente a dor, sai queimando. Dá anestesia, mesmo assim sente entrando e queimando. Eu tinha o pensamento de me bombar, mas tirei isso da minha cabeça. Fiquei normalmente. Agora não fico nem assim. Nem tem isso na minha cabeça. Se bombar. Se eu tiver a oportunidade de bombar, vou bombar o meu peito, mas se não tiver, vou ser um travesti do mesmo jeito. (BOMBADEIRA..., 2007)

A ambiguidade explicitada na relação com o procedimento instabiliza o propósito do filme. No rastro do documental, o estatuto da verdade, associado ao maniqueísmo do bem *versus* mal que alimenta o senso comum, é atravessado pelo código moral titubeante que a câmera inscreve, em sua estratégia de construção narrativa a partir desta personagem localizada em seu tempo e lugar de intimidade dilacerada. Assim, no jogo da naturalização proposta a partir do desvelamento resvala-se a margem sem, no entanto, se abrir espaço para interrogações que possam ir além do confinamento ao caráter. Em especial porque, no cenário midiático da fabulação cotidiana, a denúncia dos riscos – por assim dizer – continuou sendo sobreposta por novos casos, geralmente em reportagens de dor e morte pelo uso do silicone industrial.<sup>8</sup>

## ***Laerte-se:*** questões em torno do singular

Se concordamos que é no âmbito da cultura e da história que se constroem as diferentes identidades, sendo estas, por sua vez, compreendidas como um conjunto de características (entre elas o que é ser homem e mulher) que localizam os sujeitos como indivíduos sociais, conforme Hall (2001), não é difícil assumir também, acompanhando o autor, que muito da instabilidade do sujeito está vinculada a uma série de mudanças políticas, culturais e tecnológicas ocorridas desde as últimas décadas do século XX. A generalização é passível de aderência quando se observa a emersão das novas identidades que remetem à noção de fantasia o diagnóstico de uma identidade plenamente unificada, completa e segura do sujeito, vigente até então. O processo de desconstrução não se restringe, é bem verdade, à sexualidade e/ou gênero, mas abala, ainda, as identidades culturais vinculadas à classe social, etnia, raça e nacionalidade. Por esse fio traceja, junto com os debates que envolvem o pós-estruturalismo<sup>9</sup> e a vigência potente dos estudos inspirados na obra de Michel Foucault, boa parte das condições que permitem o surgimento dos estu-

8 Ver, por exemplo, <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/16-10-2018/mulheres-colocam-vida-em-risco-com-uso-de-silicone-clandestino.html>, que narra morte em Juiz de Fora, Minas Gerais. Acesso em: 22 out. 2018.

9 Não é nossa intenção aqui aprofundar o debate acerca do estruturalismo, mas apontar brevemente a sua importância para a construção da teoria *queer*. Resumidamente, pós-estruturalismo é uma corrente teórica que busca complexificar as concepções dos princípios clássicos de

dos *queer*, teoria cuja origem também está ligada ao impacto da Aids na sociedade norte-americana.

Sob o caos presente nas terras estadunidenses que favoreceu o surgimento de uma onda conservadora contra os direitos dos homossexuais, a teoria *queer* apontou suas reflexões e propostas não só a favor dos homossexuais masculinos e femininos, mas em defesa do sujeito abjeto, dos esquecidos, dos que são reprimidos por não se encaixarem nas normas e divisões binárias. Por estes, critica também setores do movimento homossexual e lésbico que propunham uma adequação das reivindicações às normas heterormativas. Com essa posição a teoria *queer* pretende desfazer certos arranjos histórica e culturalmente naturalizados, afirmando, por exemplo, que o binarismo não é uma divisão entre termos independentes, mas sim denominações que são parte de uma mesma operação discursiva interdependente, cuja finalidade é estabelecer hierarquia e subordinação. Os teóricos *queer* empregam, portanto, a desconstrução como método apropriado para desfazer discursos. Para eles, a divisão binária deveria ser combatida porque é em decorrência desta que se mantém a dinâmica homofóbica, uma vez que somos levados a compreender a heterossexualidade como matriz de um corpo inteligente e, portanto, superior às demais sexualidades.

As leituras desconstrutivistas empregadas pelos teóricos *queer* acabam por apontar que a identidade fornecida, bem como a autoidentidade de grupos sociais, pode não ser fixa e inabalável, pois sempre há rupturas provocadas por aqueles que não se definem dentro das classificações dadas. O poder dos corpos – o que eles podem e não podem – tem grande importância nesta questão. Os transexuais e travestis são apenas dois exemplos que mostram como a ideia de binarismo pautada no sexo biológico, tanto como a essencialidade identitária, pode aprisionar o sujeito. “Sou Linn da Quebrada, tenho 26 anos e sou uma bixa travesti”, apresenta-se Linn, atriz e cantora, em seus diversos vídeos disponíveis no YouTube. Ela talvez seja uma das mais potentes traduções, hoje, da importância da performatividade na (in)definição de gênero e sexualidade, já que ambos, construídos por meio de discursos, precisam ser intensa e constantemente reiterados para e pela sociedade, pois eis que alguns sujeitos podem vir a transgredi-los a qualquer momento, como faz Linn. “Os discursos habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos,

---

sujeito e identidade. Busca também transgredir com a concepção cartesiana e iluminista de sujeito, que separa corpo e mente. (MISKOLCI, 2009, p. 152)

na verdade, carregam discursos como parte de seu próprio sangue”. (BUTLER, 2003, p. 163)

Como já discutimos, o processo discursivo apoiado em uma matriz heterossexual determina padrões e comportamentos vinculados ao que é ser masculino e feminino. É a eles que o indivíduo deverá se ajustar. Isso inclui o modo de andar, de se vestir, a escolha de uma cor, de um tipo de brincadeira, entre outros. São atos que, em seu conjunto, educam um gênero, sendo esse determinado, ao nascimento, pela genitália. Estabelece-se, assim, um alinhamento natural entre sexo-gênero-desejo. (BUTLER, 2001) Recusar essa ontologia forjada significa ecoar que o gênero é a “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. (BUTLER, 2003, p. 59) Tal recusa, devido à premissa de uma compartimentação construída ao longo da vida, não se dá sem crises e com variações. “Quando eu comecei a fazer essa passagem eu sabia que não ia mudar minha genitália, que eu não ia nascer de novo. Isso não me passou pela cabeça nunca. O que me passou foi poder exercer essa liberdade, ampliar minha fronteira”, afirma Laerte, em uma das entrevistas/depoimentos que estruturam *Laerte-se*.

Com carreira significativamente sólida no Brasil como cartunista, Laerte é a protagonista do documentário que envolveu três anos de gravação com as diretoras Lygia Barbosa da Silva e Eliane Brum. O que chama de “passagem” refere-se ao fato de ter assumido, aos 57 anos, ser transgênero. O seu “tornar-se mulher” envolveu mudança drástica de guarda-roupa, assumir maquiagem, raspar pernas e sovacos, calçar salto alto, entre outras normas indicadas como exclusivamente femininas. O processo é mostrado em vários momentos do documentário, funcionando ora como “imagens de cobertura”, ora como adensamento das falas de Laerte, o que implica em uma narrativa que costura depoimentos – há pouquíssimas interferências, tanto em termos de imagem quanto em termos de voz, das diretoras –, inserção animada das “tiras” da cartunista e imagens de arquivo de suas participações na vida pública. A edição segue uma espécie de “crescendo”, iniciando muito intimista, com as entrevistas ocorrendo na casa de Laerte para, aos poucos, alargar o cenário acionado na perspectiva de dar mais visibilidade à figura pública da cartunista, que ampliou sua notoriedade desde que se assumiu transgênero. Há, inclusive, breves “cacos” na narrativa, como as solicitações de fãs para tirarem fotos ou a participação de Laerte em passeatas políticas.

Na posição de protagonista do documentário, Laerte assinala, em muitos momentos, que a antinomia individual e universal não está presente em suas opções. A ênfase com que assume, no documentário, sua travessia cambiante, marcada por ambiguidades – por exemplo, além da genitália, não vê problema em ser chamado de avô por seu neto – e por autoquestionamentos contínuos sobre sua condição, agora, de ser mulher, contrasta com os movimentos de incorporação dos códigos que lhe parecem absolutamente pertencentes ao feminino: o prazer com que rodopia após vestir uma minissaia é similar a qualquer encantamento juvenil por uma roupa desejada e conquistada. Não há, em Laerte, censura ou interrogação quanto a assumir plenamente os hábitos padrões do consumo feminino, pois esses ajudam a afirmar o gênero ao qual se sente pertencente. Já em relação ao corpo, prevalecem as dúvidas, em especial à colocação de silicone para garantir “peitos de mulher”. A explicitação da angústia desdobra-se na pergunta essencial: “o que é o feminino?”, interroga a cartunista, assumindo não ter condições de uma resposta única, ampla, confortante.

A adesão passiva da câmera às circulações e expressões de Laerte, bem como a escolha de uma edição que se desvia de possíveis fricções entre, por exemplo, as duas temporalidades bem definidas da protagonista, impedem o documentário adentrar insurgências que poderiam retalhar as versões midiaticizadas e estáveis em torno da representação trans. Mas, no jogo narrativo proposto pelo filme, o que se abraça é, novamente, a conquista da intimidade, no viés cúmplice, em que os contrapontos se perdem em digressões soltas, aneladas na cumplicidade construída pela predominância de respeitosos planos médios. Até mesmo quando se tenta uma “quebra” neste enquadramento deslizando (tão próximo de uma espacialização de um *reality* cordial), como ocorre na sequência que apresenta uma sessão de nus da protagonista, o tom e o ritmo ressoam a centralidade do pacto de valorização do íntimo em mescla à admiração de fã: questionada pela decisão, Laerte a justifica inicialmente como realizada a partir de uma solicitação, mas acaba concordando que queria fazer as fotos por admirar a nudez.

A exposição da intimidade, apresentada sob o código artístico, amplifica a intenção (auto)biográfica de *Laerte-se*, abordagem que o título da obra reafirma, ao mesmo tempo que procura projetar uma universalidade para esse ser singular. Um rito da linguagem, conforme Agamben (2013), já que a linguagem é capaz de transformar singularidades em membros de uma classe, cunhando pertencimento. Ora, na instabilidade não proposta, nas interrogações que se perdem pela ausência

dos confrontos, o jogo duplo assumido pelo filme – singularidade/universalidade – ecoa o debate que Agamben traz, provocativo, em relação a Guy Debord e seu diagnóstico da sociedade do espetáculo frente ao modo como investiu, também, na publicização da sua vida privada. A antinomia questionada é compreendida por Agamben como decorrente de Debord apenas repetir o que está presente em nossa cultura, na qual a vida:

[...] nunca é definida como tal, mas é todas as vezes articulada e dividida em bios e zoè, vida politicamente qualificada e vida nua, vida pública e vida privada, vida vegetativa e vida de relação, de maneira que cada uma das partições seja determinável apenas na relação com as outras. (AGAMBEN, 2017, p. 15-16)

A chave da percepção dessa indecidibilidade da vida, ainda segundo Agamben, está na compreensão de que este estatuto impõe que qualquer partição entre vida pública (ou histórica) e privada é um gesto político, já que é impossível reduzir a vida a um ou outro território. Reconhecendo o peso dessa condição, o autor vê nesse limite a possibilidade de se localizar o que seria genuinamente político, pois já não há como se voltar atrás: o cenário atual, para ele, eclipsou a política e a esfera pública em contrapartida à exacerbação e à ultravisualização do privado. Nessa frequência, a única saída seria realmente encontrar “o elemento político que se escondeu na clandestinidade de cada existência, para além da cisão entre público e privado, política e biografia, zoè e bios”. (AGAMBEN, 2017, p. 17) A condição abriria a brecha para romper o silenciamento da política e os limites da biografia individual. Ou, em argumentação dialógica, poderíamos assumir a ideia de performance como chave que “condensa, a um só tempo, a dimensão de negociação entre sujeitos socialmente localizados (em que pesem as relações de poder), a instância da atuação (constitutiva do jogo de projeções) e uma afirmação de realidade”. (BALTAR, 2019, p. 224)

Nesta vereda, as protagonistas trans, performativamente visibilizadas em seus territórios cotidianos de intimidade, esgarçariam com seus corpos instáveis um processo que se apresenta hoje ainda muito aberto a outras experimentações no redesenho do documentário contemporâneo. Nele, a realidade da midiatização, que estabelece que os meios de comunicação “tanto conectam as partes individuais da sociedade mais ampla, ao constituírem espaços públicos comuns para a reflexão

sobre assuntos coletivos, quanto estão situados dentro das unidades menores da sociedade, por exemplo, o universo familiar”, (HJARVARD, 2014, p. 32) se apresenta tangível. Não é mero acaso, portanto, que os atravessamentos das fronteiras de gênero e sexualidade, que a instabilidade contínua da identidade e a abertura às inquietações à própria definição de quem sou – corpo, sexo, gênero – sejam convocadas às narrativas documentárias. Uma perspectiva que é afinada à localização deste gênero audiovisual culturalmente potente, no sentido de estar aberto àqueles que vivenciam estas novas danças e se oferecem em múltiplas faces, assumidamente inquietas, em suas recusas aos padrões heteronormativos.

## Referências

AGAMBEN, G. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

AGAMBEN, G. *O uso dos corpos [Homo Sacer, IV, 2]*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BALTAR, M. *Realidade lacrimosa*. O melodramático no documentário brasileiro contemporâneo. Niterói/RJ: EdUFF, 2019.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014.

BIXA Travesti, com Linn da Quebrada. [S. l.: s. n.], 14 jun. 2017. Publicado pelo canal Barraco da Rosa. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jl7XRyVfl-c&t=160s>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BOMBADEIRA: a dor da beleza. Direção: Luis Carlos de Alencar. Roteiro: Depoimento por ordem alfabética: Andreza, Emanuel, Jorge, Leila, Mara, Michelle, Milena, Samara e Silvana. [Salvador]: Singra Produções, 2007. 1 DVD (75 min), color.

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARROL, N. Ficção, não-ficção e o cinema de asserção pressuposta: uma análise conceitual. In: RAMOS, F. P. (org.). *Teoria contemporânea do cinema: documentário e narrativa ficcional*. São Paulo: Senac, 2005. v. 2.

- (THE) CELLULOID closet: o outro lado de Hollywood. Direção: Rob Epstein e Jeffrey Friedman. Produção: Rob Epstein e Jeffrey Friedman. Roteiro: Sharon Wood, Armistead Maupin Robert Epstein Jeffrey Friedman. [Califórnia, EUA]: Sony Pictures Home Entertainment, 1995. 1 DVD (102 min), color.
- (O) CÉU sobre os ombros. Direção: Sérgio Borges. Produção: Sérgio Borges, Helvécio Marins Jr., Luana Melgaço e Felipe Duarte. Roteiro: Sérgio Borges e Manuela Dias. [Belo Horizonte]: Teia, 2011. DVD (72 min), digital, color.
- CHNAIDERMAN, M. Falas tornadas imagens ou imagens faladas: psicanálise, Godard e Tarkovsky. In: BARTUCCI, G. (org.). *Psicanálise, cinema e estéticas da subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- DANEY, S. *A rampa: cahiers du cinéma, 1970-1982*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- DE GRAVATA e unha vermelha. Direção: Miriam Chnaiderman. Produção: Reinaldo Pinheiro. Roteiro: Miriam Chnaiderman. Produção: Reinaldo Pinheiro. [S. l.]: Sequência1 Ltda, 2015. 1 DVD (86 min), digital, color.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 3. v.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HJARVARD, S. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014.
- JAGUARIBE, B. *O choque do real: estética, mídia e cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- LAERTE-SE. Direção: Lygia Barbosa da Silva e Eliane Brum. Produção: Lygia Barbosa da Silva. [São Paulo]: Tru3Lab, 2017. Distribuidor: Netflix (101 min), digital, cor.
- LOPES, D. Cinema e gênero. In: MASCARELLO, F. (org.). *História do cinema mundial*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. p. 379-394.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MEU CORPO é político. Direção: Alice Riff. Produção: Heverton Lima, Paidera Filmes, Studio Riff. [S. l.]: Studio Riff, 2017. Distribuidor: Olhar Distribuição (71 min), digital, cor.
- MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-192, jan./jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.
- NA MORAL - Transgêneros. Rio de Janeiro: Rede Globo, 22 ago. 2013. Programa de TV. 34 min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2776547/> Acesso em: 22 ago. 2019.

PRISCILLA, a Rainha do Deserto. Direção: Stephan Elliott. Produção: Michael Hamlyn Al Clark. Roteiro: Stephan Elliott. [S. l.]: PolyGram Filmed Entertainment e Specific Films, 1994. 1 DVD (103 min), digital, color.

PONTES, T. Longa de 'Gravata e unha vermelha' embaralha diferença de gêneros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 94, n. 31.046, 3 abr. 2014. Folha Ilustrada, p. E4. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/04/1435038-longa-de-gravata-e-unha-vermelha-embaralha-diferenca-de-generos.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2019.

TRANSAMÉRICA. Direção: Duncan Tucker. Produção: Linda Moran, Rene Bastian e Sebastian Dungan. Roteiro: Duncan Tucker. [S. l.]: Estados Unidos da América: Belladonna Productions, 2005. 1 DVD (103 min), color.

(A) VIDA (e a morte) de Marsha P. Johnson e a invisibilidade trans. *Carta Capital*. São Paulo, 22 out. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/a-vida-e-a-morte-de-marsha-p-johnson-e-a-invisibilidade-trans/>. Acesso em: 31 maio 2019.



# OS EMBALOS DE TIKAL ADORNANDO A CENA: memórias e percepções de um lugar sensível na película *CorpoStyleDanceMachine* (2017)

BAGA DE BAGACEIRA SOUZA CAMPOS

RENATA PITOMBO CIDREIRA

HANNA CLÁUDIA FREITAS RODRIGUES

## Introdução

Entre cortinas de fumaça e sons badalados, que geram a sensação de sermos introduzidos numa narrativa que nos remete a uma boate dos anos 1980, uma voz já conhecida pelo povo cachoeirano e são felista, no interior da Bahia, nos diz: “hoje eu me maqueei todo, botei lilás quando eu vim de casa pra cá, botei lilás, botei vermelho [...]”. (TIKAL, 2017) O estado da arte em que se encontra a pesquisa no curta-metragem *CorpoStyleDanceMachine*<sup>1</sup> (ARTHUR, 2017) visa a estimular essa dançante comunicação a partir das experiências de sua personagem principal, Tikal ou Babado, como também é conhecida, com suas brilhantes formas e cores características de seus vestuários e adereços.

---

1 Filme produzido na cidade de Cachoeira-BA pela produtora Céu Vermelho Fogo Filmes. Direção: Ulisses Arthur. Produção: Marvin Pereira. Ator social: Tikal Babado. 2017.

**Figura 1.** “Eu tô aqui por mistério, ando por mistério” – Tikal Babado



Fonte: *CorpoStyleDanceMachine* (2017).

Dentre nossos objetivos, destacamos aqui o de enaltecer as experiências contadas de forma poética no filme e que não podem ser desconsideradas na pujante questão que envolve o corpo negro e *queer*<sup>2</sup> do sujeito na construção fílmica de suas memórias. Portanto, é do nosso interesse apresentar a estética/poética do filme e a atuação resistiva do sujeito ali midiaticizado na formação e transformação dessa narrativa, a qual empresta em seus diálogos o encontro com a experiência própria de um corpo *queerizado* em suas perspectivas de raça e expressões que desobedecem as construções de gênero e sexualidade ideais e normativas.

De forma poética e contemplando os elementos presentes em cena, a ferramenta metodológica se aplicará sobre uma análise do curta-metragem, narrada pelas histórias de Tikal Babado. Deste modo, a composição fílmica será debatida a partir de uma perspectiva que vislumbre sensibilizar os processos em que as potencialidades midiáticas da dança e das vestes próprias emprestam ao jogo coreográfico e à performatividade do filme. No horizonte metodológico aplicamos conceitos

---

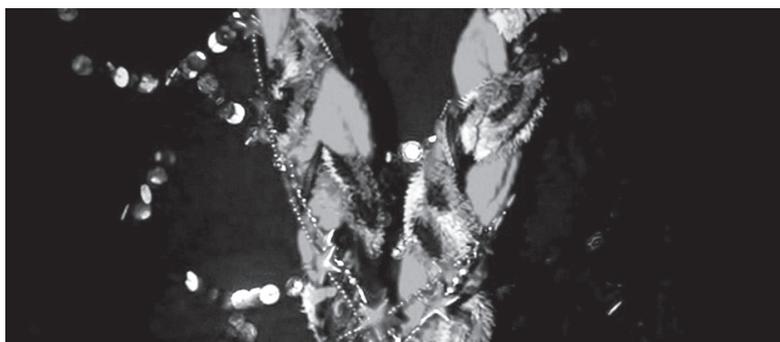
2 Termo em inglês que designa aqueles corpos que expressam o gênero e/ou a sexualidade (e que aqui acordamos em incluir também o corpo negro) de forma incoerente aos padrões de normalidade. A tradução literal pode ser “estranho”, “anormal”, “esquisito”, ou o que chamamos no Brasil de “viado”, “sapatão”, “bicha”, etc., mas o mesmo pode ser ressignificado em seu contexto de xingamento para uma denominação que expresse potencialidade às identidades do sujeito desobediente como forma de enfrentamento e luta política dos seus corpos.

considerados caros à análise e abordagem aqui proposta, interseccionando estudos que contemplem os dizeres das extensionalidades e performances do corpo e as dimensões sociais do próprio corpo enquanto categoria outrora alijada, dentro de uma linguagem que una a estética com as potencialidades midiáticas.

Em um breve resumo dos subtemas que seguirão nossa análise, destacaremos os fazeres e dizeres poéticos em que o curta-metragem nos convoca enquanto construtor de sentidos. Mais adiante, destacaremos as potencialidades de outras narrativas midiáticas que se fazem presentes nessa poética audiovisual e que dão o tom à narrativa. Por fim, introduziremos as falas de Tikal como modo de sensibilizar os diversos sentidos que provocam na constituição memorável que representa.

## A poética em *CorpoStyleDanceMachine*

Figuras 2 e 3. “Eu nunca tive problema de racalque” – Tikal Babado



Fonte: *CorpoStyleDanceMachine* (2017).

Entre os elementos presentes no filme *CorpoStyleDanceMachine* (CSDM), do diretor Ulisses Arthur, destacamos a criação de um ritmo próprio de sua exibição, alternando imagens estáticas de Tikal com letreiros, cujas falas aparecem de forma frenética. Assim, a narrativa de suas vivências permite, ao longo do filme, a composição de cenas que trazem a exibição da personagem num corredor de agitos dançantes que se afloram com as lembranças de um tempo outro. Esse jogo permite-nos encontrar a poética que resulta de sua obra na composição das cenas. Presente e passado se condensam em imagens pujantes; presença e memória se entrelaçam num tempo em devir.

Encontramos na escolha narrativa do diretor a forte presença da dança e da roupa nas suas expressões comunicativas, enquanto linguagens midiáticas potencialmente sensíveis na construção poética do filme. O corpo surge como essa possibilidade de aparição de um corpo *queer* que baila coberto pelos adornos que outrora lhe rejeitavam. Assim, a poética das vestes de Tikal e a forma como plasticiza sua aparência conduzem a condição do processo da obra audiovisual.

O vislumbre poético que as imagens do filme nos lançam consegue formar essa força na qual a sua **composição da aparência** (CIDREIRA, 2005) e os movimentos de seus gestos, modos e passos fundam elementos em confluência e convergência com a constituição de seus modos de ser no mundo enquanto sujeito sensível. Ainda nesse sentido, Maffesoli nos diz que “é assim com o corpo social: a aparência é um elemento intrínseco de sua constituição”. (MAFFESOLI, 1996, p. 168)

A justaposição desses elementos, as formas embaladas pelo movimento do *performer*, frenesis, as roupas estonteantes, tudo traduz a concepção do seu corpo como sendo uma máquina, o que faz com que a personagem tenha a capacidade de nos paralisar diante de sua forma poética repleta de desejos, percepções e maneiras de exprimir suas incansáveis histórias. Desse modo:

A imagem vivida no cotidiano, a imagem banal das lembranças, a imagem dos rituais diários, imobiliza o tempo que passa. Seja a da publicidade, a da teatralidade urbana, a da televisão onipresente ou dos objetos a consumir, sempre insignificante ou frívola, ela não deixa de delimitar um ambiente que delimita bem a sequência de passagens em momentos, lugares, justapostos. (MAFFESOLI, 1996, p. 112)

Diríamos que a imagem que nos atravessa na película *CorpoStyleDanceMachine* (2017) e que nos permite senti-la, como diz Maffesoli, vai mais além: ao imobilizar o tempo, ela impacta em sua dimensão estética, provocando o espectador, e transportando-o para um encontro consigo mesmo, capaz de gerar transformações profundas. Ao identificar-se com as imagens e narrativas de Tikal, o espectador se funde com a personagem e com ela divaga em tempos e espaços outros, em que seu modo de ser e existir se confirmam na imagem do outro, nas imagens que representam esse corpo e que o abrilhantam. Esse corpo é fundido tanto pelas vestes e variadas **extensões de pele** (MCLUHAN, 2005) que fascinam ainda mais as suas formas quanto pelo movimento que carrega na formação de sua identidade. Portanto, se fundem os diversos elementos de sua comunicação numa espécie de rede de conexão, isto é: o vestuário sendo uma extensão do corpo, como bem diz o autor McLuhan, e a dança torna-se extensão de sua performance também corpórea, assim como as suas falas, a escrita, representam a extensão memorável de suas histórias vislumbrantes.

É peculiar ainda na poética visual que enreda o curta a captura de micromovimentos (sobretudo no início do vídeo), uma espécie de dança dos detalhes, minimalismos que personificam expressões, mas se assemelham a foto-performances, de tão estáticas que se revelam, mas, ao mesmo tempo, trazem o movimento máximo de uma escritura de si. O gesto, ainda que mínimo, a temporalidade que o perfaz, a entidade da vestimenta que o adorna se dá em cena, como sendo *modus* experienciável da existência de Tikal.

O gesto é justo. É potência capaz de enlaçar as tão demarcadas propriedades da imagem enquanto realidade psíquica e do movimento enquanto realidade física. Quando se entende a imagem para além de sua mística rigidez, da função reificadora daquilo que representa, quando ela passa a ser fragmento da dinâmica que a constitui, tem-se o gesto. Giorgio Agamben, a despeito disto, atesta:

Em toda imagem está sempre em ação uma espécie de *ligatio*, um poder paralisante que é preciso desencantar, e é como se de toda história da arte se elevasse um mudo chamado para a libertação da imagem no gesto. [...] o que caracteriza o gesto é que, nele, não se produz, nem se age, mas se assume e suporta. Isto é, o gesto abre a esfera do *ethos* como esfera mais própria do homem. O gesto é a exibição de uma medialidade, o tornar visível o meio como tal [...] é a esfera não

de um fim em si, mas de uma medialidade pura e sem fim que se comunica aos homens. O gesto é, neste sentido, comunicação de uma comunicabilidade. (AGAMBEN, 2008, p. 11-12)

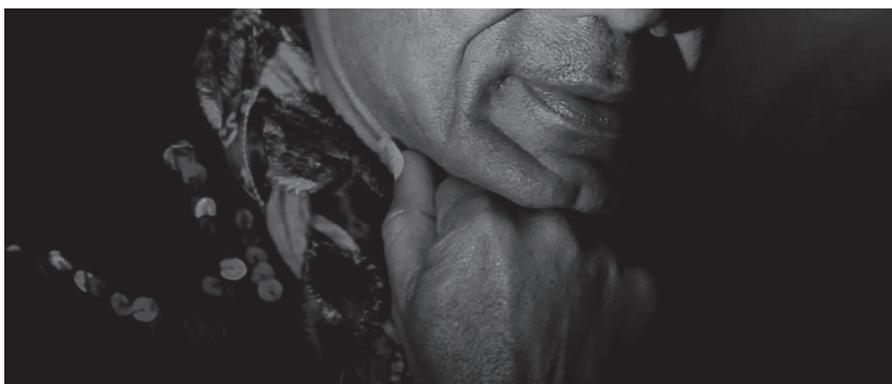
Assumir o gesto enquanto medialidade pura – portanto, sem fim que o aguarde ou corresponda –, cuja existência não se limita à utilidade de dizer algo ou expressar proposições, é admitir o próprio não entendimento da linguagem, é como “algo que se coloca na boca para impedir a palavra”, (AGAMBEN, 2008, p. 13) é admitir o incurável problema da palavra e o vasto sensível que ela por si não alcança, é compreender, então, a política como esfera da própria gestualidade humana.

Na poética de *CorpoStyleDanceMachine* a gestualidade de Tikal se desvela como na concepção agambenriana, para além de mera reprodução de um conteúdo discursivo ou de um conceito transcrito em movimento: o espetáculo que o indivíduo dá de si mesmo. Ultrapassa a propriedade transcritiva da dança enquanto arte e nos remete à sua ascendência enquanto entidade corpórea do comum. O gesto nos chega dentro da linguagem filmica e na poética visual de Ulisses – por uma socialização de elementos místicos, mágicos, simbólicos, culturais – como elemento primeiro de uma estetização social do corpo *queer*, de um rito de travessia coletivo. Faz-se das imagens singulares do Babado do Recôncavo da Bahia “trans-formação” de sentido e simbologia do que pode um corpo ser para o mundo.

O mais interessante é que esta obra não se mostra acabada, assim como diz Luigi Pareyson (1989) ao defender, dentro do processo artístico, a valorização do processo e não do seu acabamento. Desse modo, podemos compreender o filme CSDM em pura conexão com as construções de memória que o sujeito vai acionando e, ao mesmo tempo, refletindo os desejos de um futuro que enxergue sua poética enquanto possível e as memórias que resgata durante a filmagem. Um balanço em torno de uma sensibilidade instigante que faz com que o filme e as nuances que lhe envolvem possam, em “cada atitude e cada gesto, cada sentença, cada palavra, produzir mais do que uma flutuação na intensidade da emoção fundamental.” (DEWEY, 2010, p. 121)

## A estética fílmica e as potencialidades de outras narrativas midiáticas

**Figuras 4 e 5.** “Não pode deixar avacalhar, porque nós somos seres humanos”  
– Tikal Babado



Fonte: *CorpoStyleDanceMachine* (2017).

Ancorados na perspectiva de Mikel Dufrenne (1981), entendemos que a experiência estética oriunda do filme se encontra fundamentada numa dimensão sensível, a qual buscamos enfatizar aqui, evidenciando os sentidos da corporalidade e como esta é expressa de múltiplas formas. Assim, acionamos as potencialidades de

outras narrativas midiáticas dentro da própria narrativa do filme, mostrando como essas poéticas convergem e constroem a narratividade sensível do filme.

A experiência estética observada interliga-se ao espectador da obra na intencionalidade de convidá-lo a partilhar essas experiências. Como diz Dufrenne, “O espectador não é somente a testemunha que consagra a obra, ele é, à sua maneira, o executante que a realiza.” (1981, p. 82) Por isso, afirmamos que quem vê e/ou escuta CSDM é motivado a adentrar nesse universo midiático em que se encontram outras potências de comunicação, como o corpo, a aparência com suas vestes, o movimento performático e os demais elementos do filme que ajudam a conquistar esse fio midiático em um processo social permitido pelas relações de disputas e linguagens do cinema.

A poética das cores vibrantes de suas vestimentas com as luzes que se alternam na projeção do seu corpo nos convida a experimentar a expressão constituinte de suas sensibilidades. Elementos como estes destacados pelo filme, em que suas vestes brilham à tela, o corpo surgindo em contraluz, ou até as luzes em cores cintilantes, podem ser interpretadas como demonstrações das qualidades-potências, como nos sugere Gilles Deleuze: “Eis aí puras qualidades ou potencialidades singulares, puros ‘possíveis’, de certo modo. Evidentemente as qualidades-potências dizem respeito às pessoas e aos objetos, ao estado de coisas bem como às suas causas.” (1983, p. 132) Quando Tikal afirma, por exemplo, “fiquei todo suado, sambando”, é a pura demonstração de uma de suas formas de comunicar, pela dança, e que, portanto, se unem à forma e aos variados elementos composicionais e extensionais do seu corpo no gerenciamento das qualidades do filme.

A vibração das cores e a forma como as conta em seus *looks* compõem as cenas que explicam os seus desejos expressos de forma sensível. Não poderíamos deixar de evidenciar as cores e os brilhos do filme produzido pela produtora Céu Vermelho Fogo Filmes, pois se tornam marcantes quando Tikal diz: “calça de brilho, essas calças bonitas, boca de sino, na época. Calça brilhosa, eu sempre gostei assim, desse jeito”. Em relação a este tópico, a autora Eva Heller, em *A Psicologia das Cores* (2013), comenta o fato de que as cores, por exemplo, podem nos atingir a depender de como estão ligadas à emoção, ou seja, às questões do sensível; às vezes até a tonalidade de cada cor pode nos remeter a algo de nossas lembranças e aqui, no contexto do filme, são de um passo *queer*. Afirma:

Cada cor atua de modo diferente, dependendo da ocasião. O mesmo vermelho pode ter efeito erótico ou brutal, nobre ou vulgar. O mesmo verde pode atuar de modo salutar ou venenoso, ou ainda calmante. O amarelo pode ter um efeito caloroso ou irritante. Em que consiste o efeito especial? Nenhuma cor está ali sozinha, está sempre cercada de outras cores. A cada efeito intervêm várias cores – um acorde cromático. (HELLER, 2013, p. 11)

Nesse campo é que invocamos as potencialidades de relação convergente que as mídias proporcionam ao espectador quando em sua **experiência estética** (VALVERDE, 2018) não somente de forma passiva, mas vibrando e adentrado a tela, preparam um terreno em que a obra esteja aberta a interpretações. (ECO, 2008) Evocamos também Herman Parret (1997) e a sua definição de **comunidade afetiva**, pois entendemos que a narrativa filmica promove uma interação com o público, em que se estabelece uma sensibilização com o social e a socialização com o sensível, demonstrando mais do que um apontamento na pesquisa e se estabelecendo para as questões que necessitam ser vistas, sentidas e percebidas se quisermos compreender a experiência estética e memorável da qual trata o referido curta-metragem. Assim, essa relação que estabelecemos com essa comunidade afetiva que o filme nos transpassa é observada pela partilha que existe no campo das temporalidades contadas por Tikal, nas memórias e nas formas em que (r)existe e nas quais seus sentidos serão apreendidos pela via afetiva, como também o faz o público.

A performatividade de Tikal em cena, sob cores reluzentes, *closes* em brilho, rastros vestimentares de uma personalidade, marca imageticamente uma subjetividade singular, transpõe a inteligibilidade daqueles que o assistem, mostrando a constante luta de afirmar-se pertencente de um lugar posto como fora da normalidade, asseverado como margem de um pertencimento normativo existencial, através das sensorialidades pulsionadas pela criação de imagens em cores que a poética de CSDM propõe. O audiovisual compartilhado corporifica o discurso de enfrentamento ao processo hegemônico de higienização social dos corpos.<sup>3</sup>

---

3 Esse termo – “higienização social dos corpos” –, bastante cunhado pela antropologia social, diz respeito a toda e qualquer política higienista de construção das cidades, seja em sua esfera urbana, seja na construção de sentido e simbologia que marquem a identidade de um lugar: processos como a colonização, a escravidão e a atual gentrificação são, de certa forma,

Como assegura Jacques Rancière, (2010, p. 100) “as imagens da arte [...] contribuem para desenhar configurações novas do visível, do dizível e do pensável e, por isso mesmo, uma paisagem nova do possível”. Segundo ele, a política da imagem não deve se amparar, para corrigir costumes e pensamentos, na suspensão de toda relação determinável advinda de certa representação e de uma esperada confluência entre a intenção do artista e o olhar do espectador.

Temos, portanto, na estética fílmica em análise, uma ação política emergente de transformações a partir do compartilhamento de experiências do corpo vivido, expressa, sobretudo, por meio de um dissenso entre o lugar cristalizado por uma normatividade imposta e a subjetividade singular gerida da multiplicidade e diferença dos atores sociais em seus cotidianos e modos de existir. Para Rancière (2010), este desentendimento – dissenso – é justamente a característica essencial de uma base estética da política. Essa dimensão que tange o dissenso parte da constante possibilidade de reconfiguração das relações que circunscrevem um ser em comum.

Acontece que esse ser comum ou lugar comum é regido por elementos extradiscursivos que estão além e antes deles – entendendo o discurso em sua dimensão não apenas falada, mas como expressão inclusive gestual –, e que determinam quem pode ou não se expressar, quem faz parte deste lugar comum ou por ele é interdito. Neste sentido, o que configura, portanto, essa base estética da política são, para Rancière, (2010, p. 5-6), “as lutas para transpor a barreira entre linguagens e mundos, na reivindicação de acesso à linguagem comum e ao discurso na comunidade, provocando uma ruptura das leis naturais de gravitação dos corpos sociais”.

Desse modo, os diálogos, e, ao fundo, dançando em cores reluzentes, Tikal, vão se encontrando e formando a unicidade dos elementos cinematográficos enquanto componentes de uma estética sensível e comunicacional. Não nos interessa separar cada uma de suas formas de comunicar. Nosso intuito é de apresentá-las sem esquecer de uni-las, enfatizando as qualidades expressivas e criativas de sua sensibilidade, enquanto dispositivos de uma luta política e subjetiva de existência.

---

exemplos de tais políticas higienistas voltadas à segregação de corpos tidos como abjetos, marcantes em toda história cívica.

## O corpo pede é que a máquina *queer* possa ser sensível

Figura 6. Tikal em carne, osso, patuá e Babado



Fonte: *CorpoStyleDanceMachine* (2017).

Observamos um estilo em Tikal, ao contar sobre suas vivências e como se apresenta na tela. Seguindo esse sentido, “o estilo é o que põe a identidade em movimento” (CIDREIRA, 2005, p. 126) e transborda ainda mais a narratividade com o movimento de suas comunicações. Ainda segundo a autora Renata Pitombo Cidreira (2005, p. 127), o estilo é definido por “uma forma de expressão, formado por um conjunto de traços identitários que resultam numa unicidade, numa assinatura; ou ainda, qualidade de alguém ou de alguma coisa que apresenta características estéticas originais.”

Para Jeffrey Weeks, ao abordar as questões que envolvem a normalidade e anormalidade dos sujeitos, podemos dizer que Tikal, personagem principal nessa dança fílmica, é a máquina *queer* que disputa as narrativas dos encontros que marcam os seus corpos, formas, texturas, brilhos, performances, estilos. O corpo que fala de máquina e que a descobre enquanto máquina sensível em um ou mais movimentos desejosos por reconhecimento e insurgência desobediente a essa “normalidade”.

De fato, ao definir o que é anormal (uma moça com evidências corporais de masculinidade, neste caso), tornou-se plenamente possível tentar definir o que é verdadeiramente normal (uma plena correspondência entre o corpo e a identidade de gênero socialmente aceitável). (WEEKS, 1999, p. 35)

Ao final do filme fica presente essa ideia de corpo dançante enquanto uma máquina que nós somos e projetamos em sua potencialidade. No caso de Tikal, ela é bem marcada pela presença de um corpo que se veste exuberantemente e usa e abusa da performance dessa composição nos enfrentamentos diários, sempre potencializando-os e repotencializando-os diante de açoitamentos punitivos que hora ou outra são direcionados a determinados corpos como forma de coerção e correção do corpo. (FOUCAULT, 1999)

Quando afirmamos uma linha expressiva que é trazida pelo manifesto *queer*, a partir da corporeidade de Tikal no filme, a denotamos como uma espécie de **estigma**, (GOFFMAN, 2008) quando, por exemplo, Tikal enfatiza: “gosto de me maquiar, de vestir saia, vestir short curto [...] já usei muito, [...] quando eu tava no auge [...] me proibiram de usar”. Esse e outros corpos ajudam a abordar, acima de tudo, o maquinário *queer* de um corpo que não cansa de se (a)mostrar e evidenciar potencialmente sua estética afrontosa.

Esse maquinário *queer* de resistência atua como uma **máquina de guerra contra os aparelhos de captura do Estado**, proposta conceitualmente por Deleuze e Guatarri (1996). Se os agenciamentos de poder operam uma feitura do sujeito a partir da produção social de um rosto homogêneo, necessariamente binário, ligado a um espaço-tempo disciplinado, a micropolítica dos afetos e desejos de um corpo *queer* manobra para se sujeitar via agenciamento de experimentação, liberando um corpo que é molecular, percorrido por vibrações e intensidades, libertando a consciência dos sujeitos, ou seja, um retorno do desejo ao seu processo de conexões moleculares com outros *modus* existentes.

Enquanto o Estado, a sociedade, o processo hegemônico de construção de sentido multiplicam as estrias do espaço, da temporalidade e dos modos de vida, enquanto ensinam falta ao desejo, as máquinas de guerra ressignificam o espaço-tempo a partir da irrupção de devires minoritários, moleculares, arrostificados. É este o lugar da reapropriação da produção da subjetividade, ou da criação de subjetividades outras, ao qual o corpo maquínico *queer* está relacionado.

São as máquinas de guerra “como a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose [...] vive cada coisa em relações de *devoir*, em vez de operar repartições binárias entre ‘estados.’” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 9) Simultâneo ao controle e interdição operantes nos corpos, correm êmulas as resistências arrostificadas, dissidentes, híbridas subjetividades, errantes das bordas capturáveis de codificações e segmentarizações, que se recusam aos padrões dominantes ou simplesmente sobrevivem a eles em cores e movimento.

## Considerações Finais

Nosso desejo não é trazer considerações que se definam como finais, ainda que a exigência acadêmica a peça. Propomos continuar instigando e sentindo essas comunicações potencializadas pela película *CorpoStyleDanceMachine* (ARTHUR, 2017) na figura de sua personagem, Tikal. E neste sentido, nosso caráter de produção tomou a posição de acolher o *devoir* como postura filosófica ante ao problema investigado, de assumir o inacabável como produto legítimo de conhecimento, de tomar o processo por intervalo mais potente que qualquer resultado fechado em si. Apologizar a fecundidade do meio em detrimento do fim não significa não fazer escolhas, ao contrário, nos quer dizer alargar as bordas do possível, dentro dos tão sedimentados procedimentos cientificistas do conhecimento. É sobre perceber modos outros de comunicação e deles desbancar respostas ultrapassadas ao formular novas perguntas, questionamentos atentos a narrativas antes invisíveis, no que mais se ampara este texto.

Aprofundamos questionamentos e refletimos sobre os processos poéticos em que o corpo embla a cena a partir de suas comunicações, sejam elas vestimentadas, performáticas ou também sensibilizadas por fazeres artísticos que compõem sujeitos e efeitos fílmicos. É a máquina do corpo adornado em estado de arte cumprindo as memórias e percepções que constroem e embelezam as cenas.

Por fim, compreendemos sensibilizar a força com a qual se exerce o sujeito *queer*, construindo, criando e transmitindo suas formas de comunicar e poetizar. O filme é muito feliz por nos agraciar com as formas que sustentam os ideais aqui apresentados no intuito de conceber as experiências em movimento. “Eu gostava de dançar, dançava mesmo”, afirma Tikal, que embalava as boates noturnas em

Salvador com seus encantos e comunicações já muito próximas de uma vontade sensível de desobedecer às normativas e expor as intolerâncias encaradas em seu ritmo frenético, em seus passos de travessia, em seus desenhos feitos pelo corpo, de um lugar de pertencimento e (r)existência.

## Referências

- AGAMBEN, G. Notas sobre o gesto. *Artefilosofia*, Ouro Preto. n. 4, jan. 2008.
- CIDREIRA, R. P. *Os sentidos da moda: vestuário, comunicação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.
- CORPOSTYLEDANCEMACHINE. Diretor: Ulisses Arthur. Produção: Marvin Pereira. Cachoeira-Bahia, 7 min. col., son., 2017.
- DELEUZE, G. *A imagem-movimento*. Tradução: Stella Senra. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DEWEY, J. *Arte como experiência*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DUFRENNE, M. *Estética e filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- ECO, U. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HELLER, E. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. Tradução Maria Lúcia Lopes da Silva. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Tradução Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. Tradução Décio Pignatari. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- PAREYSON, L. *Os problemas da estética*. 2. ed. Tradução Maria Helena Nery Garcez. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- PARRET, H. Comunicar por aesthesis. In: PARRET, H. *Estética da comunicação: para além da pragmática*. Tradução: Roberta Pires de Oliveira. Campinas: EdUnicamp, 1997. p. 183-202.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- VALVERDE, M. *A instituição do sensível: uma hermenêutica da experiência estética*. Aracaju: J. Andrade, 2018.
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.



# **BOY ERASED:** pânico sexual, intolerância e vigilância no Brasil contemporâneo

ALLAN SANTOS  
IGOR SACRAMENTO  
JULIO CÉSAR SANCHES

## Introdução

A heteronormatividade diz respeito ao conjunto de instituições, estruturas e práticas que ajudam a normalizar formas dominantes de heterossexualidade como universais e moralmente aceitas. Ao contrário da noção relacionada de homofobia, tipicamente definida como o medo irracional ou o ódio contra lésbicas, gays e bissexuais, a heteronormatividade fala mais amplamente sobre como a sociedade produz regras, instituições e práticas culturais que contribuem para institucionalizar uma forma de heterossexualidade como norma de conduta social e sexual, que é discriminatória tanto nas dimensões materiais quanto nas simbólicas.

Nesse contexto, a heterossexualidade é muitas vezes “naturalizada na visibilidade” (COOPER, 1995), enquanto as sexualidades subjugadas adquirem uma forma de hipervisibilidade moralista (por exemplo, homens que fazem sexo com homens, homens gays percebidos como ameaça à saúde pública), mas paradoxalmente uma forma de invisibilidade (por exemplo, lésbicas nas políticas públicas de saúde).

Assim, a sexualidade é em si uma tecnologia de poder que tem sido usada tanto de formas repressivas quanto produtivas. De fato, como Foucault (2014) aponta, a disciplina do corpo e a regulação da população são os eixos primários ao longo dos quais uma nova forma de controle foi exercida nas sociedades ocidentais a partir do final do século XVIII: poder sobre a vida. Desde então, a sexualidade tem sido o elemento mais instrumentalizado nas relações de poder no mundo ocidental (2014, p. 103), objeto privilegiado da biopolítica: objeto, portanto, de regulação, vigilância e disciplina. Controle de natalidade, controle político e regulação econômica através da moralização: organização da família “convencional” e controle jurídico e médico de “perversões” e “pervertidos” são os mecanismos utilizados desde então em nome de “uma proteção geral da sociedade”. (FOUCAULT, 2014, p. 122)

O homossexual, em relação à heteronormatividade, passou a ser associado à “figura negativa do masculino”, sobretudo quando associado ao feminino (como a “bicha”, o “viado”, o “gay”). Conforme enfatiza Cunha (2019, p. 26):

[A] figura do homossexual demarcou historicamente para o homem algo fundamental a qualquer identidade: seu campo de exclusão, o limite para toda e qualquer identificação possível. Ou seja, para corresponder a essa imagem natural do homem, era preciso escapar a qualquer traço, ao menor vestígio dessa outra figura, pertencente não ao mundo da natureza, mas percebida como sua adulteração, sua perversão.

Para a demarcação dos limites e a sustentação contínua da identidade masculina, diferentes práticas e saberes foram implementados por agentes do governo, médicos, educadores e familiares. Dentre as diferentes tecnologias de vigilância e coerção à perversão da natureza masculina pelo desejo homossexual e à normalização das outras formas de “ser homem” que divergem das regras, foram desenvolvidas as “terapias de conversão” – popularmente conhecidas no Brasil como “cura gay”. Em um regime no qual a liberdade é ao mesmo tempo uma obrigação e uma forma de exercer poder sobre o outro, surge uma gama de psicoterapias que aspiram a auxiliarem os seres humanos a viverem como indivíduos livres, subordinando-os a alguma forma de autoridade terapêutica: “para viver como um indivíduo autônomo, você deve aprender novas técnicas para entender e praticar sobre si mesmo”. (ROSE, 1998, p. 18) Nesse contexto, as “terapias de conversão” se propõem a ensinar os corpos gays,

considerados desviantes, a se tornarem homens heterossexuais, viris e másculos, produzindo sujeitos a partir do *ethos* heteronormativo.

Adaptado do livro *Boy Erased: A Memoir of Identity, Faith, and Family*, de Garrard Conley – filho de um pastor fundamentalista cristão, que aos 19 anos foi enviado a um centro de inspiração religiosa especializado na “conversão” de homossexuais –, o filme homônimo estreou nos Estados Unidos, em novembro de 2018, tendo ocupado 672 salas e faturado nas bilheterias pouco menos de US\$ 8 milhões. Em 24 de outubro de 2018, a Universal Pictures Brasil anunciou em sua página no Facebook o lançamento do filme no país – chegando a colocar totens e pôsteres publicitários em alguns cinemas –, até que, no dia 31 de janeiro de 2019 em resposta a um usuário do Twitter, anunciou que não realizaria mais a sua distribuição no circuito brasileiro.

Apesar de a assessoria do estúdio alegar que a decisão de cancelamento do filme tenha sido tomada “[...] única e exclusivamente por uma questão comercial baseada no custo de campanha de lançamento versus estimativa de bilheteria nos cinemas” (BOY..., 2019),<sup>1</sup> a divulgação da suspensão da distribuição do longa gerou ampla reverberação nos circuitos midiáticos amplificadas. Dentre as postagens nas redes sociais, Matthew Shurka – consultor do filme e cofundador da Born Perfect (entidade formada por advogados e sobreviventes de terapias de “cura gay”) – compartilhou a resposta do estúdio sugerindo que o cancelamento havia se dado por conta de uma suposta censura da atual administração federal. A acusação chegou ao próprio Conley, que compartilhou – e posteriormente deletou – a postagem de Shurka no Twitter e no Instagram condenando o ato de censura à distribuição do longa: “‘Boy Erased’ censurado no Brasil. Sentia que isso poderia acontecer e estou muito triste que esse tipo de coisa aconteça em um país tão incrível”.

A nossa hipótese é a de que o cancelamento é uma forma de sanção moral e mercadológica. Com a eleição e posse de Jair Bolsonaro, acreditamos que houve a institucionalização no âmbito da presidência de um extremo reforço da heteronormatividade e sua lógica de opressão de gênero e sexualidade, apontando as dissidências sexuais como práticas abjetas e anormais. Observamos que o discurso democrático de tolerância vem sendo substituído no Brasil pelo do pânico em relação à deterioração dos valores associados à defesa da família tradicional

---

1 Disponível em: <https://glo.bo/2Zr1oi2>. Acesso em: 22 ago. 2019..

brasileira. Acreditamos que é justamente pela produção discursiva do pânico que se incrementa a sensação de ameaça e a necessidade tanto de defesa de valores considerados normais quanto o ataque a práticas e corpos considerados anormais.

É nesse governo, por exemplo, que a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, afirma que o Brasil entra em uma “nova era”, reforçando padrões identitários de gênero tidos como conservadores e fortalecendo fronteiras simbólicas entre grupos populacionais ao enfatizar a velha lógica binária de que “menino veste azul e menina veste rosa”. (PAINS, 2019) Tal afirmação foi feita no dia 2 de janeiro de 2019, logo após a cerimônia de posse dos ministros do governo. Nesse sentido, buscamos apontar a existência de um “pânico sexual” no Brasil contemporâneo mobilizado pela produção de consenso em torno da necessidade de reestabelecer a ordem moral conservadora diante de avanços (vistos como ameaças aos valores tradicionais) da pauta identitária nas duas últimas décadas. (CÊSAR; DUARTE, 2017) O cancelamento da exibição de *Boy Erased*, portanto, nos faz refletir sobre o Brasil contemporâneo e a escalada do bolsonarismo.

Este trabalho analisa a repercussão nas redes sociais digitais do que compreendemos ser o cancelamento do filme *Boy Erased*. Procuramos analisar se as narrativas que criticam a heterossexualidade compulsória, assim como aquelas que validam as “terapias de conversão” sexual, contribuíram para o cancelamento da circulação do filme no Brasil, tendo em vista a ascensão do bolsonarismo. Partimos, para tanto, de pesquisa documental: recolhemos nas páginas do Facebook e do Twitter da Universal Pictures Brasil, assim como no perfil de Matthew Shurka no Twitter, por meio de *print screen*, postagens e comentários sobre o cancelamento da exibição do filme no Brasil. Tomamos esse cuidado na coleta e no armazenamento, porque estamos lidando com um “arquivo imperfeito”, instável, sem durabilidade garantida ou até mesmo pretendida. (COLOMBO, 1991) Além disso, trabalhar com *sites* como fonte para a pesquisa histórica requer o cuidado de garantir a manutenção do material em um acervo pessoal para que, primeiramente, não se perca e se inviabilize sua utilização em outros trabalhos e para que, se solicitado, seja possível validar a prova documental pelo arquivamento. Não há no Brasil, diferentemente de países como a França, uma política de Estado que institua o arquivamento para a consulta pública de *sites* da internet sob o domínio nacional. Por isso, no Brasil, nessa ausência, cabe ao pesquisador a responsabilidade pela identificação, coleta e manutenção do material.

## Pânico sexual, intolerância e vigilância

A noção de pânico sexual é derivada da de pânico moral. Cunhado por Stanley Cohen, o termo diz respeito a:

Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de maneira estilizada e estereotipada pelos meios de comunicação de massa; as barricadas morais são conduzidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas com pensamento de direita; especialistas credenciados socialmente pronunciam seus diagnósticos e soluções; formas de enfrentamento são evoluídas ou (mais frequentemente) reordenadas; a condição então desaparece, submerge ou se deteriora e se torna mais visível. (COHEN, 2002, p. 1, tradução nossa)<sup>2</sup>

Nessa perspectiva, no contexto de um pânico moral, determinados grupos sociais são construídos como anormais e como ameaças à ordem moral e social vigente:

[n]a galeria de tipos que a sociedade erige para mostrar a seus membros quais papéis devem ser evitados e quais devem ser emulados, esses grupos ocupam uma posição constante como *grupos sociais demonizados*: lembretes visíveis do que não deveríamos ser. (COHEN, 2002, p. 2, grifos nossos, tradução nossa)<sup>3</sup>

---

2 "A condition, episode, person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media; the moral barricades are manned by editors, bishops, politicians and other right-thinking people; socially accredited experts pronounce their diagnoses and solutions; ways of coping are evolved or (more often) resorted to; the condition then disappears, submerges or deteriorates and becomes more visible". É importante notar que a noção de "identidade deteriorada" remonta, aqui, implicitamente, a noção de estigma definida por Erving Goffman (1988). Sendo assim, refere-se à "situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena" (GOFFMAN, 1988, p. 4), porque passa a ser incluído numa "espécie menos desejável", e, assim, deixamos de considerá-lo "criatura comum e total", reduzindo-o a "uma pessoa estragada e diminuída", "a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena". (GOFFMAN, 1988, p. 12)

3 In the gallery of types that society erects to show its members which roles should be avoided, and which should be emulated, these groups have occupied a constant position as folk devils:

Afinal, trata-se de um processo de demonização de um determinado grupo social, lhe direcionando os sentimentos mais intensos em relação ao porquê de as coisas darem tão errado e estarem tão ruins.

A noção de pânico sexual se concentra no processo de transformação do sexo e, particularmente, da sexualidade numa questão social. De acordo com Gayle Rubin (1998), é preciso observar quando o sexo e a sexualidade passam a ser um assunto mais importante do que a guerra, a miséria, o desemprego, o meio ambiente e outros problemas sociais. São nesses momentos que a sexualidade passa a absorver as ansiedades sociais e concentrar os esforços para consertar os indivíduos que fogem aos padrões sexuais moralmente aceitos. Avançando nessa perspectiva, Janice Irvine (2009) argumenta que é necessário considerar como a produção de um pânico sexual envolve sentimentos públicos. Não se trata de uma “volatilidade coletiva” tendenciosa e momentânea, mas sobretudo de profundas dimensões emocionais que atravessam e legitimam estruturas de dominação numa determinada conjuntura.

A construção da moralidade, aqui, tem importância primordial para a compreensão da criação e implantação dos pânicos morais de sexualidade. De fato, noções sobre o que constitui um “bom cidadão sexual” ou um “cidadão sexual justo” carregam consigo uma variedade de prescrições estreitas sobre bons corpos, boas práticas sexuais e um bom discurso em torno da sexualidade. A capacidade de moralizar – seja por meio de critérios diagnósticos disfarçados de ciência, “campos de treinamento heterossexual” disfarçados de educação sexual, sermões sobre “a palavra de Deus” disfarçados de instrução espiritual e processos de intensa violência subjetiva disfarçados de “cura gay” ou “terapia de conversão” – mantém laços estreitos com a legitimação de poderes dominantes. Muitas vezes, os pânicos morais servem como estratégias de demonização com objetivos políticos. Por exemplo, mobilizar as pessoas contra o casamento gay a irem às urnas em prol dos valores cristãos e familiares para que outras leis conservadoras sejam aprovadas no âmbito econômico. Em vez de ser instintiva ou uma reação natural, a expressão pública de raiva e intolerância é cultivada pela promoção de um pânico moral.

---

visible reminders of what we should not be”. *Folk devils* não é um termo de fácil tradução. Literalmente, poderia ser traduzido como “demônios folclóricos populares”. Preferimos usar a expressão “grupos sociais demonizados” para destacar o processo de demonização de grupos dentro de uma sociedade ou, ainda mais especificamente, de um povo.

A intolerância e a aversão, como Brown (2006) argumenta, emergiram dentro dos sistemas neoliberais de governamentalidade terapêutica como objetos de intensa regulação e controle. A governamentalidade neoliberal regula a diferença social (e a subjetividade), produzindo a tolerância como um efeito racional adequado, da mesma forma que produz aversão como um sintoma do corpo irracional impróprio. A ideia de que um encontro tolerante com a arte sexualmente transgressora resgata o espectador do vício da intolerância pode ser atribuída à defesa da perversão no final do século XIX. Pode-se dizer que uma divisão surge entre aqueles que sabem se comportar como consumidores peritos autorreflexivos da arte sexualmente transgressora e aqueles que não o fazem. Em geral, essa divisão é entre aqueles que toleram uma estética transgressora em nome de questionar valores sociais e verdades fixas e as massas moralizantes que são imaginadas como a fonte da própria intolerância que retarda o progresso social. Dessa forma, uma tolerância à estética transgressora se tornaria parte de uma tecnologia normativa do eu e uma forma de autogoverno que envergonha a intolerância como um afeto sexualmente reprimido e repressivo, não sofisticado e reacionário. No âmbito do consenso produzido em torno de um pânico moral, ao contrário, a tolerância é eclipsada pela intolerância, pela aversão e pelo ódio àqueles cujas práticas sexuais são consideradas anormais e, portanto, danosas à manutenção da ordem social e da moralidade pública. Tais práticas de repúdio à diferença se institucionalizam e frequentemente banalizam a violência.

Ainda assim, se concordarmos com Rubin (1998), para quem a sexualidade se torna um bode expiatório em tempos de grande estresse social, precisamos observar que muitas vezes é selado o peso dos pânicos morais nos corpos e sexualidades daqueles marcados como “Outro”, particularmente corpos femininos, estranhos, negros, pobres, gordos, velhos, “estrangeiros” e deficientes. De fato, a difamação desses corpos “outros” está tão intimamente ligada ao pânico sexual que é praticamente impossível separá-los. Os corpos marginalizados carregam o peso da estigmatização e da rotulação à medida que se tornam simultaneamente sexualizados e degradados.

Queremos analisar o cancelamento da exibição do filme *Boy Erased* a partir da conjuntura política brasileira recente. Compreender como no país foram produzindo-se subjetividades por meio da necessidade de vigiar, controlar e reprimir indivíduos e corpos desviantes dos padrões sexuais moralmente aceitos. O que tem contribuído para a produção desses sentimentos públicos de normalização

dos desejos no contexto contemporâneo marcado pela ascensão do bolsonarismo ao poder?

## Cancelamento ou sanção moral e mercadológica?

Em uma postagem de divulgação do filme *Boy Erased*, publicada no dia 24 de outubro de 2018 na página do Facebook da Universal Pictures Brasil,<sup>4</sup> há diversos comentários ansiosos pela estreia do filme no Brasil. Entretanto, o lançamento da obra cinematográfica nunca ocorreu no país. Dentre os 340 comentários realizados na publicação, cujo alcance chegou a 7.5 mil reações e 401 compartilhamentos, um deles chama atenção pelo fato de ser levantada uma hipótese sobre o cancelamento da divulgação do filme em solo brasileiro. O usuário Ruodrik Pessoa afirma ser “muita ingenuidade achar que as atuais forças malignas da nova era no Brasil não tenham a ver com o cancelamento da estreia de um filme tão denso e promissor”, como é o caso de *Boy Erased*. O comentário é seguido de réplicas, como a do usuário Pedro Câmara, ao afirmar que “ingênuo é compartilhar notícia que não passa de especulação”, provocando um questionamento sobre a hipótese levantada pelo usuário Ruodrik Pessoa. Seguindo o pensamento de Ruodrik, Claudia Holanda diz que “a notícia não era especulação. Dizia tudo lá, tintin por tintin, só ler”. Em contrapartida, o usuário Felipe Costa sentencia: “Não vai pq não tem viabilidade comercial. Não tem nada sobre censura. Pronto [sic].”

A hipótese levantada no comentário de Ruodrik Pessoa refere-se à influência da nova constituição da política instituída no Brasil após as eleições presidenciais de 2018. Desde o pleito que desencadeou na vitória de Jair Messias Bolsonaro, representante da ultradireita conservadora, narrativas ideológicas estão em plena disputa na sociedade brasileira. De um lado, há uma parcela da população que votou a favor de um projeto de governo baseado em valores morais conservadores, destacando veementemente um processo de recrudescimento contra identidades sexuais e de gênero dissidentes, buscando reforçar moralmente os modelos de família patriarcal burguesa em detrimento de outras configurações morais. Por outro lado, há uma parcela da sociedade denunciando o projeto nefasto proposto pelo

4 Disponível em: <https://bit.ly/2WOOpVR>. Acesso em: 17 jun. 2019.

governo Bolsonaro, cujas práticas políticas são declaradamente homofóbicas, misóginas, machistas e racistas.

Na história recente do país, localizamos o governo Lula (2002-2005/2006-2010) como sendo fundamental tanto para a virada progressista quanto para a virada conservadora no Congresso Nacional, marcado pelo crescimento, por um lado, de frentes de apoio às minorias sociais e, por outro, da bancada evangélica, que, àquela época, era base de apoio do governo guiado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Embora o movimento fosse de coalizção e de acordo para a sustentação do governo no Congresso, a questão é que as pautas tanto de direitos sexuais como de direitos humanos, sobretudo ligadas às minorais sexuais, caras ao PT e aos partidos de esquerda, não coadunavam com o movimento político neopentecostal.

Em 2004, uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) foi responsável pela elaboração do programa “Brasil sem homofobia – Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual”. O programa foi, à época, bastante criticado pela bancada evangélica, porque instituiu o “direito à educação livre de preconceito em relação à orientação sexual”, com o objetivo de promover “a paz e a não discriminação”. (CONSELHO, 2004, p. 05) Naquele ano, o Congresso Nacional contava com 70 deputados e senadores de vários partidos que integravam a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual.

Como explica Maria das Dores Campos Machado (2017), o pacto de coalizção com a bancada evangélica estremeceu com o lançamento do III Plano Nacional dos Direitos Humanos, no final de 2009, funcionando como “uma fagulha no campo já minado das comunidades morais conflitantes” (MACHADO, 2017, p.374) e contribuindo para a moralização do debate sobre cidadania no Congresso Nacional. Segundo Machado, (2017, p.357) para os neopentecostais, o Legislativo é “um espaço a um só tempo de resistência aos movimentos das minorias sexuais e de ampliação dos espaços políticos do grupo”. Naquele momento, conta a autora, era comum que eles se percebessem como “minorias”, uma vez que não encontravam sustentação para as suas demandas e causas em prol do estabelecimento (ou reestabelecimento, diriam) de uma ordem moral conservadora.

Já em 2011, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff (2010-2013), o programa “Escola sem Homofobia” se estabeleceu na gestão de Fernando Haddad no Ministério da Educação. Em uma associação entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da

Educação, em parceria com as organizações não governamentais GALE (Global Alliance for LGBT Education), Pathfinder do Brasil, ECOS – Comunicação e Sexualidade e ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), foi organizado aquele programa, cujo principal objetivo era “oferecer um conjunto de materiais de apoio para professores/as abordarem nas escolas a diversidade sexual e de gênero.” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 146)

Nesse momento, diversos deputados e senadores conservadores consideraram que as peças produzidas pelo programa “Escola sem Homofobia” eram, na verdade, “propaganda LGBT”. (CÉSAR; CUNHA, 2016) Além disso, em termos pejorativos, o programa foi designado, por parlamentares e por jornais, como sendo um “kit gay”. Entre os parlamentares, recebeu enorme destaque o então deputado Jair Bolsonaro, que alegava, por meio de diferentes panfletos confeccionados e em entrevistas, que o governo tinha o objetivo de, na escola, fazer uma “conversão homossexual”: “[q]uerem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”. O próprio portal de notícias *G1*, (PROJETO..., 2011) do Grupo Globo, endossou na mesma matéria o nome “kit gay”, para se referir ao programa, embora, segundo o texto, afirmasse que “é composto de um caderno que trabalha o tema da homofobia em sala de aula e no ambiente escolar, buscando uma reflexão, compreensão e confronto”.<sup>5</sup>

Por meio de parlamentares como Jair Bolsonaro, àquela época, a discussão sobre o projeto “Escola sem Homofobia” foi radicalmente associada à ideia de “kit gay”. Assim, o programa, que tinha por objetivo promover reflexões sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas, sedimentando o respeito às diferenças e prevenindo, por medidas educativas, violências de gênero, passou a ser entendido como um instrumento de doutrinação de crianças e jovens à homossexualidade, à bissexualidade ou à transexualidade. Esse fato marcou o processo recente de pânico moral no Brasil:

Se pensarmos nos termos de uma genealogia do nosso recente pânico moral, ele se iniciou com as polêmicas em torno do ‘kit gay’ e prosseguiu com a introdução no debate nacional da noção de ‘ideologia de gênero’, dando prosseguimento ao pânico moral. O emprego da noção de ‘ideologia de gênero’ visa desmerecer e criminalizar a produção acadêmica e dos movimentos sociais em torno das questões relativas à igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 148)

---

5 Disponível em: <https://glo.bo/2PNJX7L>. Acesso em: 23/08/19.

A exibição do filme, num contexto marcado por tal pânico sexual, poderia produzir polêmica negativa e pouco público. A Universal Pictures Brasil não anunciou oficialmente em suas redes sociais de internet o cancelamento do filme, porém @felpsgalvao lançou um questionamento: “Por que *Boy Erased* não foi lançado hoje nos cinemas?” – nos comentários do anúncio do filme *A vida secreta dos bichos 2*, postado pela distribuidora no Twitter, em 31 de janeiro de 2019.<sup>6</sup> A @UniversalPicsBr respondeu: “Oi, Felipe. Infelizmente esse filme não será lançado pela Universal Pictures aqui no Brasil”, ao que o usuário imediatamente comentou: “Espero que isso não tenha relação com a onda de conservadorismo que o Brasil está enfrentando”. Apesar da distribuidora de filmes ignorar a crítica do usuário e continuar a promover o lançamento de *A vida secreta dos bichos 2*, a sua resposta gerou 573 comentários, 172 *retweets* e 1.7 mil curtidas.

Essa onda de conservadorismo ao qual o usuário se refere tem a ver com o contexto de intolerância às sexualidades dissidentes no Brasil contemporâneo. Nesse momento, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, acirra-se o que pode ser chamado de “ódio biopolítico”, isto é, aquele motivado por “características biológicas ou, no mínimo, inerentes aos indivíduos – como o gênero, a orientação sexual, a cor da pele, o lugar de origem, a situação socioeconômica, o posicionamento político etc.” (DALMOLIN; CASTILHO; FELICIANI, 2019, p.278) Além disso, segundo as mesmas autoras, “aquele que sente o ódio reconhece o outro não só como diferente, mas como uma ameaça para si e para o grupo ao qual pertence, o que o faz procurar maneiras de eliminá-lo – se não fisicamente, pelo menos de forma simbólica e/ou discursiva.” (DALMOLIN; CASTILHO; FELICIANI, 2019, p. 278-279)

De acordo com dados divulgados em março de 2019 pelo *State-Sponsored Homophobia Report*, 70 países continuam a criminalizar a homossexualidade, dos quais 11 impõem a pena de morte e, em 26, a pena máxima varia entre 10 anos e prisão perpétua. (ILGA, 2019) Segundo pesquisa produzida pela *Gênero e Número* e divulgada por da Silva (2019), no Brasil, 51% dos LGBTQI+ dizem ter sofrido alguma forma de agressão desde as eleições presidenciais de 2018, sendo a violência verbal a mais presente (94%) – “Bolsonaro vem aí!” e “Viado não vai poder ficar andando na rua assim, não” –, seguida de tratamento discriminatório (56%), assédio moral (54%) e da violência física (13%). Quais são as condições

---

6 Ver em: <https://bit.ly/2RiM6sY>.

sócio-histórico-culturais que continuam a legitimar saberes, práticas e discursos que visam à eliminação da existência dos corpos sexualmente desviantes, como a “cura gay” e modos contemporâneos de censura às expressões de resistência à heterossexualidade compulsória?

Kimmel (2013, p. xi-xii, tradução nossa) alerta que “a era dos direitos masculinos inquestionáveis e incontestados acabou”,<sup>7</sup> deixando os homens brancos heterossexuais com ódio e um desejo nostálgico aos velhos tempos, quando eles eram os únicos que se beneficiavam da dramática desigualdade social historicamente dominante. Portanto, machos rancorosos e ressentidos procuram diferentes meios de “restaurar, reestabelecer, reivindicar algo que é percebido como perdido” e “acreditam que o sistema está contra eles”. (KIMMEL, 2013, p. 21, tradução nossa)<sup>8</sup> Na mesma linha de raciocínio, Brown (2018, p. 60, tradução nossa) sugere que políticos – nos moldes de Donald Trump, Marine Le Pen e Jair Bolsonaro – mobilizam não apenas o ressentimento de classe, mas o rancor branco, “especialmente o rancor masculino branco, sobre orgulho perdido (social, econômico, cultural e político) no contexto de quatro décadas de neoliberalismo e globalização.”<sup>9</sup>

Por um lado, críticas foram postadas em relação ao não lançamento do filme no Brasil, exigindo explicações da Universal pelo cancelamento, estimulando o “pirateamento” do filme via *torrent* e promovendo um boicote ao estúdio por meio da hashtag #CadeBoyErasedBrasil. Uma das postagens aponta que, por falar “que a homossexualidade não tem cura”,<sup>10</sup> contrariando o posicionamento ideológico do atual governo, o filme estaria sendo censurado; em outra, um usuário do Twitter afirma não se tratar apenas de uma “onda de conservadorismo”, mas “o Brasil de verdade é assim. Diversidade, malemolência, musicalidade e sensualidade sempre foram uma máscara. Uma falsa imagem muito bem marqueteadada [sic]”.<sup>11</sup> Fundamentalmente, os que defendem a distribuição do filme apontam que, para além de uma questão meramente mercadológica, o longa-metragem tem uma fun-

7 “The era of unquestioned and unchallenged male entitlement is over”.

8 “It seeks to restore, to retrieve, to reclaim something that is perceived to have been lost”; “They believe that the system is stacked against them”.

9 “especially white male rancor, about lost pride of place (social, economic, cultural, and political) in the context of four decades of neoliberalism and globalization.”

10 Ver em: <https://bit.ly/36EM3hY>.

11 Ver em: <https://bit.ly/2R1hA7b>.

ção social e “poderia alcançar o público não-LGBT = família tradicional”. Seja nos EUA, na Rússia ou no Brasil, “a importância do filme precisa falar mais alto que seu potencial de lucro”. Nesse último comentário, fica evidente a circulação de uma hipótese para o cancelamento da exibição do filme: o caráter mercadológico.

Por outro lado, comentários foram postados apoiando a decisão da Universal Pictures. Dentre eles, os discursos majoritariamente relacionam o cancelamento do filme no circuito nacional ao fracasso de bilheteria nos EUA, descartando qualquer hipótese de censura conservadora ou relação com a atual conjuntura política brasileira: “@UniversalPicsBr esclareça logo que é pela baixa bilheteria americana. O filme foi um fracasso comercial e outros filmes também foram cancelados pelo mesmo motivo. Para de dar trela a esse povo mimimi [...]”;<sup>12</sup> ou ainda, “Lá vem a galera falar em preconceito... bilheteria ruim, pq iria trazer pro BR? A perseguição só existe na cabeça dos vitimistas. Pq o mundo está de boa, cada um seguindo com suas vidas [sic].”<sup>13</sup> Finalmente, defendem que “só uma mente diabólica, para imputar fatos para uma pessoa, sem conhecimento de causa. Leia abaixo o que o nosso presidente fala: Eu tenho sido informado que um ator americano está me acusando de censurar o seu filme no Brasil. Mentira! Eu tenho mais coisas a fazer. Boa noite a todos!”<sup>14</sup>

Esse conjunto de comentários corroboram com o que estamos afirmando ao longo do texto: o pânico sexual no Brasil tem contribuído para a produção de corpos e sexualidades dissidentes como opostas à moral e aos bons costumes. Logo, as não heterossexualidades “se tornarão, então, os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação e punição. Para eles e elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões.” (LOURO, 2004, p. 15) Ocorre que:

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos – continuados, reiterados, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pela família, pelas escolas, pelas igrejas,

12 Ver em: <https://bit.ly/37OHAtl>.

13 Ver em: <https://bit.ly/2T7e51W>.

14 Tradução nossa do original: “Read below what our president says: I have been informed that an American actor is accusing me of censoring his film in Brazil. Lie! I have more things to do. Good evening everyone!”. Ver em: <https://bit.ly/2tLLiBi>.

pelas leis, pela mídia e pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. (BUTLER, 2003, p. 82)

A dimensão heteronormativa está alicerçada nessa relação entre os poderes e saberes que controlam as sexualidades humanas. (BUTLER, 2003; LOURO 2004) Ocorre que os desvios são possíveis e, por existirem tais possibilidades, as práticas homoesbotransfóbicas surgem como uma resposta punitivista. Michel Foucault (2014) demonstra como a sexualidade tornou-se alvo do poder e saber nos séculos da modernidade europeia. Segundo Foucault (2014), a sexualidade se constitui como objeto de constantes investimentos sociais, políticos e institucionais, estando em um domínio de formação discursiva sobre o sexo. Não se trata apenas de uma repressão, ao contrário. Trata-se de uma formação social e histórica que atravessa diferentes posições do sujeito na sociedade, datando modos de existência baseados na lei (jurídica), nos costumes e valores (morais) e nas instituições (psiquiátricas, escolares, militares, religiosas, familiares, estatais etc.), formando, assim, um dispositivo que gerencia a sexualidade.

As repetições das normas que formam os sexos e gêneros constituem uma lógica de “coerência” na matriz sexo-gênero-desejo, instituindo a heterossexualidade como uma dimensão compulsória da existência humana. Afinal, “suas escolhas, suas formas, e seus destinos passam a marcar a fronteira e o limite, indicam o espaço que não deve ser atravessado.” (BUTLER, 2003, p. 18)

Em 2 de fevereiro de 2019, Mathew Shurka compartilhou em sua página no Twitter o comentário da Universal Pictures cancelando o lançamento de *Boy Erased* no país, informando que “advogados locais estariam reportando censura pelo governo brasileiro”. Na postagem, que gerou 67 comentários, 565 *retweets* e 1.1 mil curtidas,<sup>15</sup> Shurka comenta não saber ao certo se o governo estaria censurando o longa, mas estranha o fato de ter trabalhado como consultor do filme e o estúdio não ter dado nenhuma explicação interna até ser questionado. Entretanto, ele confessa “estar preocupado que @UniversalPicsBr esteja cancelando filmes LGBT no Brasil devido ao atual governo e que eles queiram ter certeza que possam continuar a lançar futuros filmes no Brasil [sic]”. Conclui sugerindo que “descobriremos o que @UniversalPicsBr fará nos próximos quatro anos”.

---

15 Ver em: <https://twitter.com/MathewShurka/status/1091741702463856641>.

Os comentários que seguem são bastante polarizados, desencadeando debates entre os dois lados do espectro político. De forma incisiva, um usuário que defende a hipótese de censura ao filme cita a liminar de um juiz do Distrito Federal que, em 2017, autorizou psicólogos a oferecerem tratamentos de “reversão sexual”. Segundo a reportagem compartilhada pelo mesmo, “Não há como se tratar a homossexualidade simplesmente porque ela não é uma doença nem um transtorno.” (DECISÃO..., 2017)

É interessante notar que o binômio heterossexualidade e homossexualidade se dá, geralmente, em contraposição e complementação, visto que a construção da normalidade heterossexual perpassa a consolidação do caráter anormal das homossexualidades. Portanto, “os dois esforços – a redefinição da norma e a definição do que constitui anormalidade – estão inextricavelmente ligados.” (WEEKS, 2000, p. 63) Como estamos vendo, sendo a heterossexualidade compreendida como norma sexual compulsória, (BUTLER, 2003) as dissidências sexuais não heterossexuais passam pelo constante crivo dos processos corretivos. As diferentes “terapias de conversão” proporcionadas pelas ciências *psi* (psicologia, psiquiatria e psicanálise), por exemplo, marcaram a história das homossexualidades e transexualidades no mundo ocidental. Desde o século XIX, os corpos dissidentes passaram pelo crivo ideológico da abjeção, sendo interpretados como “corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante.” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161) As não heterossexualidades foram classificadas como condutas aberrantes, destacando, assim, o teor inumano e abjeto das práticas sexuais que desviam dos roteiros heteronormativos. Essas dinâmicas modernas encontram ressonâncias na contemporaneidade diante das crescentes formas de abjeção perpetradas pela homolesbotransfobia arraigada na cultura ocidental.

Os homens historicamente privilegiados e unidos pela crença em um ideal de masculinidade compreendem que o neoliberalismo traz perdas ao seu “direito nato” à supremacia política, social e econômica, deslocando a culpa das derrotas impostas por instituições governamentais e financeiras para “bodes expiatórios” menos poderosos, sejam eles imigrantes, mulheres, negros, homossexuais e pessoas trans. Para o pensamento neoliberal, a sociedade constitui o alvo de algum tipo de intervenção governamental, porém não para restringir de forma autoritária as liberdades formalmente concedidas, mas para produzir, multiplicar e garantir o valor, o posicionamento competitivo e a participação de mercado de pessoas ou

empresas. Entretanto, segundo Brown (2018), novas iterações e expressões de liberdade foram elaboradas a partir da conjectura da racionalidade neoliberal, poder masculino branco afrontado, nacionalismo e niilismo não declarado. Para a intelectual estadunidense, os efeitos da racionalidade neoliberal em contextos histórico-sociais que privilegiavam a soberania e segurança do homem branco heterossexual e cristão, o deslocamento das forças sociais e ataques ao político, juntamente com o amplo descrédito das normas democráticas, alimentaram e legitimaram energias afetivas que dão forma e conteúdo às formações e expressões políticas conservadoras de direita na contemporaneidade.

Em um contexto no qual a fusão da liberdade com o autoritarismo, exclusão social legitimada e diversas formas de violência possuem um grande apelo entre grupos populacionais, Brown (2018) expande o conceito de liberdade como força política que age sobre a vida e os corpos, definindo-a como uma “liberdade autoritária” que estabelece os limites da normatividade de acordo com os valores familiares e particulares, além da rejeição do político e do social em nome do mercado: “Quando a esfera protegida, pessoal, é estendida, quando a oposição à restrição e regulação se torna um princípio fundacional e universal, quando o social é rebaixado e o político é demonizado, o *animus* individual e os poderes históricos do domínio masculino branco são ambos desencadeados e legitimados.” (BROWN, 2018, p. 67, tradução nossa)<sup>16</sup>

É justamente o ressentimento decorrente do poder masculino branco afrontado – que, em uma perspectiva nietzschiana do termo, condena moralmente o objeto responsável por sua humilhação – que tem sido mobilizado e potencializado através das mídias sociais pelo bolsonarismo e outros governos populistas de direita, estigmatizando e demonizando as minorias identitárias como culpadas pelas suas mazelas. Nesse sentido, não é à toa que a crítica ao programa “Escola sem Homofobia” e sua demonização como se fosse “um material que sexualiza as crianças e promove a pedofilia”; a criação da Escola Sem Partido como modo de evitar que “o comunismo se propague pelo Brasil”; e a difusão da ideia de que há uma “ideologia de gênero”, cujo objetivo principal é “desmantelar os valores mo-

---

16 “When the protected, personal sphere is extended, when opposition to restriction and regulation becomes a foundational and universal principle, when the social is demeaned and the political is demonized, individual animus and the historical powers of white male dominance are both unleashed and legitimated”.

rais, éticos e familiares nacionais”, (MEDEIROS, 2019, p. 298) contribuíram para a formação do “cimento social” que permitiu, por um lado, uma estigmatização das pautas progressistas, dos direitos humanos e das esquerdas, particularmente do PT, como uma forma de inviabilizá-los politicamente em prol de uma agenda profundamente neoliberal, e, por outro, a ampliação e a institucionalização de moralidades ultraconservadores, baseadas difusamente em valores cristãos, de família, tradição e segurança.

## Considerações finais

O episódio do cancelamento do filme *Boy Erased* pela Universal Pictures fez com que houvesse uma insinuação de que um filme sobre “cura gay”, cujo final aponta para um fracasso da lógica das “terapias de conversão homossexual”, causaria incômodo ao presidente da República do Brasil e aos seus seguidores ideológicos. Bolsonaro já chegou a declarar publicamente: “Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”, ( QUE BOLSANARO..., 2018) referindo-se à hipótese de ter um filho que tivesse relacionamentos homossexuais. Acreditamos que o ato de cancelar o filme pode não estar diretamente relacionado à censura por parte do presidente, mas revela uma inquietação social que esse tipo de produção audiovisual causaria no atual contexto de polarização ideológica existente no Brasil, sobretudo pelo apelo moral conservador que constitui a figura de Bolsonaro.

Em primeiro lugar, argumentamos que os eventos não sexuais (como o programa “Escola sem Homofobia” e o filme) se tornam sexualizados através de pânico morais. Essa reversão – uma das características mais insidiosas e perigosas dos pânico morais – inverte o que sabemos sobre “vilões” e “vítimas”. Os vilões – aqueles que perigosamente e descaradamente propagam pânico moral sobre os outros – e as vítimas – aqueles que vivem com os danos físicos, sociais e psicológicos de um pânico moral – muitas vezes são invertidos ou obscurecidos, de modo que os caminhos para distinguir entre os dois tornam-se invisíveis. A sexualidade se torna um funil através do qual os pânico morais inevitavelmente parecem fluir. No Brasil, particularmente, de um lado, a instalação do pânico moral traduzida pela “ideologia de gênero”, afirmando “um modelo heteronormativo, machista, mi-

sógino e LGBTfóbico” e promovendo “uma narrativa que visa preservar um ideal fantasmático de família contra a sua suposta destruição”; do outro lado, conforme sugerem César e Duarte (2017, p. 151-152), “um conjunto heterogêneo de narrativas progressistas, liberais, humanistas, libertárias, pós-humanistas, feministas, *queer*, informadas pelos saberes das ciências sociais e humanas, além de um conjunto de conhecimentos produzidos no âmbito dos movimentos sociais, das mídias sociais e das práticas sociais.”

Nesse sentido, o cancelamento do filme *Boy Erased*, sendo justificado como inviável comercialmente, pode ser uma peça que compõe o complexo cenário heteronormativo que marca a cultura brasileira contemporânea.

Conforme já mencionado, os comentários gerados pelas três postagens elencadas em nossa análise provocam uma reflexão sobre a possibilidade de censura na distribuição do filme *Boy Erased* nas salas de cinema brasileiras, principalmente por ocorrer em um momento delicado de recrudescimento dos discursos moralizantes sobre a sexualidade que são articulados em torno da imagem conservadora e autoritária do atual representante da nação brasileira e circulados nos ambientes de sociabilidade digitais pelos seus seguidores. Neste sentido, acreditamos que o episódio investigado ilustra significativos deslocamentos nas percepções contemporâneas sobre a censura, instaurando um regime de veridicação no qual não é apenas o Estado que nomeia aquilo que pode e que não pode ser exibido publicamente, conforme o Estado nazista, que confiscou 740 obras – incluindo Picasso, Matisse, Cézanne, Kandinsky e Klee –, as expondo na mostra *Arte degenerada* (1973) como resultantes da inferioridade genética de judeus, homossexuais e imigrantes, ou a ditadura militar brasileira, que impôs uma rotina de censura à arte de vanguarda na II Bienal Nacional da Bahia (1968), no III Salão de Ouro Preto (1968), no I Salão de Arte de Belo Horizonte (1969), no XIX Salão Nacional de Arte Moderna no MAM-RJ (1970), dentre outros. No regime instaurado pela articulação do neoliberalismo com o autoritarismo a censura ocorre em um nível também mercadológico, ou seja, as instituições financeiras passam a interditar expressões artísticas que excedam os limites da subjetividade conservadora que deseja o restabelecimento da supremacia do homem branco ressentido, cujo modelo histórico de masculinidade está atualmente em crise.

A cultura do pânico – particularmente em torno de questões de sexualidade – tem importância primordial na composição da cultura brasileira, uma vez que reforça códigos morais tradicionais e incentiva formas sistemáticas de discrimina-

ção e violência em relação a indivíduos praticantes de sexualidades consideradas desviantes, dissidentes ou, ainda, anormais. Uma vez que a sexualidade parte de um jogo que busca desacreditar, estigmatizar, desvalorizar ou aumentar o senso de desvio em relação a determinados grupos sociais, o pânico sexual, ao mesmo tempo em que mobiliza momentaneamente um conjunto tão generalizado quanto diferenciado de pessoas, também afeta profundamente como as pessoas veem, leem e interpretam o significado dos indivíduos e suas práticas sexuais em relação à degradação moral da nação. A quais propósitos servem faz dessa uma das mais importantes questões do debate público nacional.

## Referências

'BOY erased' tem lançamento cancelado no Brasil; estúdio cita 'questão comercial'. *G1*, [Rio de Janeiro], 4 fev. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2Zr1oi2>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BROWN, W. *Regulating aversion: Tolerance in the age of identity and empire*. Nova Jersey: Princetown University Press, 2006.

BROWN, W. Neoliberalism's Frankenstein: authoritarian freedom in twenty-first century "democracies". *Critical Times*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 60-79, 2018.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÉSAR, M. R. A.; DUARTE, A. de M. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, [s. l.], v. 33, p. 141-155, 2017.

CÉSAR, M. R.; CUNHA, J. M. Transsexuality and school education in Brazil. In: RUSSEL, S.; HORN, S. (org.). *Sexual orientation, gender identity, and schooling*. The nexus of research, practice and policy. New York: Oxford University Press, 2016.

COHEN, S. *Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers*. London: MacGibbon and Kee, 2002. Primeira edição, 1972.

COLOMBO, Fausto. *Arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo, Perspectiva, 1991.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e da promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

- COOPER, D. *Power in struggle: feminism, sexuality and the state*. New York: New York University Press, 1995
- CUNHA, E. L. A normalização das homossexualidades e os destinos do masculino. *Cult*, Dossiê: Cartografias da masculinidade, São Paulo, fev. 2019.
- DECISÃO de juiz que autoriza 'cura gay' causa mobilização e choque no Brasil. *G1-Fantástico*, [Rio de Janeiro], 24 set. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2XUVYM6>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- DALMOLIN, A. R.; CASTILHO, M. M.; FELICIANI, M. Z. Nós versus eles: ódio biopolítico contra a população LGBT no Twitter de Marco Feliciano. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, jun. 2019.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION - ILGA. *State-Sponsored Homophobia Report 2019*. Geneva, 2019. In: Disponível em: <https://bit.ly/2HwwLD0>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- IRVINE, J. Transient feelings: sex panics and the politics of emotions. In: HERDT, G. (ed.) *Moral panics, sex panics: fear and the fight over sexual rights*. New York: New York University Press, 2009.
- KIMMEL, M. *Angry white men: american masculinity at the end of an era*. New York: Nation Books, 2013.
- LOURO, G. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MACHADO, M. das D. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017.
- MEDEIROS, E. S. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, jun. 2019.
- O QUE BOLSONARO já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. *El País*, 7 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2tKh71e>. Acesso em: 9 jan. 2020.
- PAINS, C. 'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo. *O Globo*, [Rio de Janeiro], 3 jan. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2Vuv4do>. Acesso em: 22 ago. 2019.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

PROJETO de distribuir nas escolas kits contra a homofobia provoca debate. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 12 maio 2011. Disponível em: <https://glo.bo/2PNJX7L>. Acesso em: 23 ago. 2019

ROSE, N. *Inventing our selves: psychology, power, and personhood*. Cambridge, 1998

RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P.; SCHNEIDER, B. (ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998.

SILVA, V. R. da. Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral. *Gênero e Número*. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2WI3RU3>. Acesso em: 16 jun. 2019.

UNIVERSAL PICTURES. *Quem você está chamando de bola de pelo?* 31 jan. 2019. Twitter: @UniversalPicsBr. Disponível em: <https://bit.ly/2RiM6sY>. Acesso em: 9 jan. 2020.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



**DISPUTAS DE SENTIDOS IMAGÉTICOS,  
CENSURA E CONSUMO**



# NEGACIONISMO DA CENSURA NO FILME *1964 - O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS (2019): O Estadão e O Globo*

GABRIEL PANSARDI RUIZ  
MÁRCIA NEME BUZALAF

## Introdução

A censura à imprensa ao longo da ditadura civil-militar (1964-1985) não ocorreu de modo homogêneo, tampouco padronizado; possui diferentes intensidades e focos direcionados à imprensa alternativa e aos veículos comerciais. Todavia, está longe de se apresentar como uma espécie de “ditabranda”, como alegam os entrevistados de *1964 – o Brasil entre armas e livros* (2019). Caracteriza-se, aliás, como um dos períodos da história brasileira em que o exercício censório ocorreu de forma mais contínua e institucionalizada, tal qual na ditadura estado-novista. (AQUINO, 2002) Cabe sublinhar também que não havia apenas uma censura durante o período, mas duas: além da imprensa, a censura às diversões públicas, legalizada desde 1945. (FICO, 2004)

Lançado no dia 31 de março de 2019, *1964 – o Brasil entre armas e livros* foi considerado um documentário revisionista que se propôs a trazer um novo olhar para o período da ditadura civil-militar. Seu lançamento foi cercado de polêmicas, as quais incluem uma grande rede de cinemas ter cancelado a projeção do filme (GRAYNER, 2019) e a própria discussão sobre o revisionismo histórico. Foi publicado, então, no YouTube pela produtora responsável, Brasil Paralelo.

O título do filme tem um propósito diretamente vinculado à imprensa, e que só é compreendido no final da projeção. A esquerda teria, segundo as narrativas presentes em *1964*, começado a deixar a luta armada a partir de 1968 para ocupar os espaços públicos vinculados à intelectualidade, ou seja, a imprensa e as universidades, o que justifica o título *1964 – o Brasil entre armas e livros*. Neste artigo, pretendemos apresentar o filme, a produtora e focar em um dos aspectos discutidos: a censura nos jornais brasileiros, principalmente sobre *O Estado de S. Paulo* (OESP) e *O Globo*, uma vez que são citados diretamente.

*1964* tem duas horas e sete minutos de duração e os primeiros 40 minutos servem ao propósito de abordar o contexto da Guerra Fria. Somente após esta apresentação é que, de fato, os entrevistados começam a falar sobre o Brasil. Além dos entrevistados, matérias de jornais, fotos de arquivo, vídeos do período e entrevistas são utilizadas, principalmente com usos dos arquivos da StB, o “serviço de inteligência da república socialista da Tchecoslováquia”.

Importante ressaltar que o “revisionismo de natureza historiográfica”, como explica o historiador Marcos Napolitano (2019) é um procedimento científico fundamentado em novos documentos e/ou relatos sobre o passado. É, portanto, muito diferente do negacionismo, quando se subtrai parte da história sem nenhum rigor documental – apoiando-se apenas em opiniões genéricas e infundadas. Napolitano, em sua palestra, sumariza: “Uma das marcas do negacionismo é a negação de evidências, não é a ampliação do conhecimento, mas é a negação do conhecimento”.

O negacionismo diverge do revisionismo em sua intencionalidade, já que utiliza uma construção narrativa aparentemente verossímil para negar a elaboração científica da historiografia; para tanto, apresenta uma versão sem embasamento em relação aos relatos historiográficos devidamente pesquisados. Neste sentido, nos mostra tanto a necessidade de apresentar o óbvio historiográfico quanto de ponderar sobre o perigo apresentado pela arguição infundada na construção sobre o passado recente. Segundo o jornalista e filósofo Luis Milman:

O desafio que os negacionistas nos apresentam [referindo-se aos historiadores] é de outra natureza: na medida em que constroem uma versão fictícia da História e que essa versão produz efeitos políticos, os negacionistas obrigam-nos não somente a refutá-los, mas fazermos uma reflexão sobre a relevância do papel da História e da memória para a educação humanista. (MILMAN, 2000, p. 132)

Estas ponderações requerem um debate sobre a origem deste discurso negacionista. Brasil Paralelo é uma produtora de vídeo gaúcha com o objetivo claro de formação intelectual. A partir de uma assinatura, o usuário tem acesso a “aulas que você não encontra em nenhuma sala de aula tradicional”, como é indicado em sua página na internet. (BRASIL PARALELO, 2019) Os intitulados “professores” pelo *Brasil Paralelo* que aparecem no *site*, todos homens e brancos, são escritores, jornalistas, filósofos, historiadores, cientistas políticos que ministram cursos pagos: o “maior conteúdo político e historiográfico já produzido no país”. E são estes mesmos homens que discursam ao analisar fatos historiográficos retratados em *1964*.

A partir de uma pesquisa sobre as fontes do filme – e a respeito dos ministrantes dos cursos do Brasil Paralelo –, percebe-se que o anti-intelectualismo é um possível elo que aglutina todos esses entrevistados e produtores de *1964*; anti-intelectualismo aqui entendido como um tipo de preconceito, de repulsa e ódio ao saber, dirigida ao conhecimento, ao discernimento, à ciência, sobretudo aquela gerada nas universidades públicas. (TIBURI, 2016) Vladimir Petrilák, por exemplo, evidencia este ponto quando atrela o grupo à instância privada, como se instituições de pesquisa científicas não tivessem credibilidade: “Acho importante dizer que não temos apoio de nenhuma instituição, órgão científico ou governamental. Nós somos pessoas privadas que se ocuparam de um tema que até hoje ninguém mais estudou.” (1964..., 2019) A falta de rigor científico é assumida pelo grupo, assegurando que não existe revisionismo de natureza historiográfica no filme.

## “Meio-ditadura” e “meio-censura”

Os entrevistados de *1964* defendem que não houve golpe de Estado, que houve uma “meio-ditadura” e uma censura que não proibia. Lucas Berlanza, apresentado como jornalista e escritor de um único livro, intitulado *Guia Bibliográfico da Nova Direita*

– 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro, relativiza a abrangência dos processos de censura ao alegar – sem nenhuma evidência ou relato dos jornalistas censurados – uma fragilidade de quem exercia este ofício. “É óbvio que havia censura no regime militar, mas era uma censura muito pouco profissional. Você botava um guardinha qualquer de esquina, até senhoras pra fazer censura. Censurava besteiras, pornografias [...]”. (1964..., 2019) A fala, além de destoar da realidade retratada nas pesquisas sobre a censura no período, como demonstraremos adiante, imprime um preconceito de gênero, como se a censura feita por “senhoras” fosse menos violenta, menos eficaz. Em texto publicado em 2012, o historiador Carlos Fico já alertava sobre a problemática de ridicularizar e pormenorizar os censores:

É preciso perceber que havia uma dinâmica de longa duração em termos de formação pessoal, de especialistas em fazer censura. É um grande erro ridicularizar essas pessoas. A leitura de que os censores só faziam besteira e cometiam erros é uma visão folclorizante que não nos ajuda a compreender o quanto essas pessoas são representativas na sociedade brasileira. (FICO, 2012, p. 71)

Outro trecho em destaque para a análise do negacionismo da censura em 1964 vem do escritor Olavo de Carvalho, que faz afirmativas sem comprovação. A fala não traz dados, indícios, nada. A afirmação não encontra respaldo em nenhuma pesquisa científica ou documental já publicada sobre a censura em *O Estado de S.Paulo*:

Era o seguinte: eles botavam um censor para cada redação. Por exemplo, ali no *Estadão*, o censor nem entrava na redação. Os Mesquitas não deixavam; deixavam ele na portaria. E ele com o lápis lá, de vez em quando ele cortava a matéria. A matéria ficava duas, três semanas proibida e depois passava a atualidade da coisa, podia publicar. (1964..., 2019)

Ao contrário do que Olavo de Carvalho afirma, os depoimentos dos jornalistas de *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal da Tarde* (ambos do mesmo grupo) demonstram quão cruel foi o processo de censura nos jornais e abordam a participação diária de um censor na redação. No documentário intitulado *1968 – a Mordada no Estadão* (2008), dirigido por Felipe Machado e produzido pela TV Estadão, Oliveiros S.

Ferreira (ex-editor-chefe do jornal) relata que a censura não se deu somente após a publicação do Ato Institucional número 5: “A edição [de OESP] do dia 13 de dezembro de 1968 foi apreendida antes que o Ato 5 tivesse sido promulgado. O Ato 5 foi promulgado às 23 horas do dia 13. O jornal foi apreendido às 3 horas do dia 13,<sup>1</sup> de madrugada”. (1968..., 2008) Na ocasião, a empresa foi invadida por ordem do general Silvio Correia de Andrade, então delegado regional da Polícia Federal em São Paulo. Apesar da apreensão, uma parte da edição chegou até as bancas.

Em outros trechos, Ferreira relata sobre o processo de censura ao jornal como uma atividade constante, durante mais de seis anos, e presencial, segundo Aquino (2002), entre agosto e setembro de 1972 até janeiro de 1975, que terminou através de um simples telefonema:

Quando o general Geisel ou o general Médici, me falha a memória agora, cassou o governador eleito do Paraná, eles vieram na oficina, passaram a censurar a prova de página. [...] Eles ficaram na oficina até 75, dia 3 de janeiro de 1975. No dia 3 de janeiro à noite – dia 4 era aniversário do jornal, centenário –, o encarregado da censura me telefona e diz: ‘Oliveiros, não vai ninguém aí hoje’. Eu digo: ‘é quem é responsável pelo jornal amanhã?’. Ele diz: ‘não sei, não vai ninguém, boa noite’. E a censura acabou assim. (1968..., 2008)

Luiz Sérgio Paganotti, chefe da fotopaginação do *Jornal da Tarde*, durante a censura, conta onde e como o censor atuava no interior da redação, demonstrando o poder de dilacerar a produção que já estava em curso:

A gente chegava a fazer até 50% do jornal sem a presença do censor, porque eles tinham um determinado horário para entrar. Quando eles chegavam, na verdade era um censor só, quando ele chegava, ele já recebia, na época um fax, com as matérias que deveriam ser cortadas. Essas páginas que já estavam montadas, a gente colocava na mesa pra ele, ele dividia a minha mesa. E lá, então, ele cortava. Ele fazia a leitura e ele tirava as matérias que ele achava inadequadas. (1968..., 2008)

---

1 De fato, a ação de censura no *Estadão* ocorreu antes mesmo da assinatura do AI-5.

A censura de OESP foi tema de uma longa reportagem do jornal norte-americano *The New York Times*, intitulada “Brasil impõe varredura de restrições à imprensa e instala censores nas salas de redação dos poucos jornais que resistem”. Publicado em 17 de fevereiro de 1973, à página 11, o texto traz uma entrevista com o então editor Júlio de Mesquita Neto e situa o processo de censura e os jornais que tiveram, no pós-AI-5, censores nas redações:

Toda noite, por volta das 11 horas, um censor da Polícia Federal brasileira entra na sala de redação de *O Estado de S. Paulo*, o jornal mais influente do país, lê todas as provas e corta qualquer material que lide com tabus ou que pareça ‘inconveniente’. A pressão do governo contra os jornais matutinos aumentou firmemente desde que a censura permanente começou em agosto passado, de acordo com seu editor, Júlio de Mesquita Neto. ‘Nós não vamos nos conformar com a prática do totalitarismo’, Sr. Mesquita declarou em uma recente entrevista. ‘Nós não vamos nos censurar. Nós criamos o jornal como se não houvesse nenhum censor. Se eles cortarem, não é nossa responsabilidade.’ *O Estado de S. Paulo* é o líder de um pequeno grupo de jornais que se recusa a obedecer a essas proibições oficiais da imprensa. Os outros que desafiaram o governo, e como consequência sofrem com a presença dos policiais nas suas salas, são o jornal da família Mesquita, *Jornal da Tarde*, o sensacionalista jornal do Rio, *Tribuna da Imprensa*, e outros três semanários: *Opinião*, *Politika* e *O Pasquim*. (ROWE, 1973, tradução nossa)<sup>2</sup>

---

2 “Every night around 11, a censor from the Brazilian federal police goes into the newsroom of *O Estado de São Paulo*, the country’s most influential newspaper, reads all the proofs and cuts any material that deals with taboo subjects or appears “inconvenient”. Government pressures against the São Paulo morning newspaper have increased steadily since permanent censorship of it began last August, according to its publisher, Julio de Mesquita Neto. “We will not conform to totalitarian practices”, Mr. Mesquita Neto declared in a recent interview. “We will not censor ourselves. We make up the paper as if there were no censors. If they cut, it’s not our responsibility.” *O Estado de S. Paulo* is the leader of a small group of newspaper that refuse to comply with officials press prohibitions. The others that have defied the Government, and as a consequence suffer the presence of policemen in their offices, are the Mesquita family’s afternoon newspaper *Jornal da Tarde*, the Rio de Janeiro sensation sheet *Tribuna da Imprensa*, and three outspoken weeklies: *Opinião*, *Politika* and *O Pasquim*.”

Para além dos testemunhos dos jornalistas e da reportagem feita pelo *The New York Times*, a censura em OESP já foi minunciosamente pesquisada na historiografia brasileira. Uma das principais referências é a obra de Maria Aparecida de Aquino (1999), que também trabalhou com a censura no jornal da imprensa alternativa, *Movimento*. Na pesquisa sobre o *Estadão*, a autora mapeia todos os textos proibidos, entre os anos de 1972 e 1975, mês a mês, somando 1.136 matérias. (AQUINO, 1999) Além deste montante, em julho de 2016, outras 114 páginas censuradas foram descobertas durante um trabalho de reorganização técnica no acervo da empresa. O material, até então inédito, refere-se a setembro de 1972 até julho de 1973 e era dado como desaparecido. (LEITE, 2016)

Os jornais encontrados identificaram ainda a atuação de cinco outros censores, além dos 12 já conhecidos. Assim, no total foram 1.250 matérias censuradas e 17 diferentes censores; estes números são relativos ao material censurado diretamente pelo censor na redação de OESP, não às edições que já vinham sendo recolhidas desde o golpe de 1964. Na aferição por temas censurados no *Estadão*, Aquino (1999) categoriza e demonstra como esses assuntos eram predominantemente políticos e sociais, e não “besteiras”, como afirma Lucas Berlanza em *1964 – o Brasil entre armas e livros*. Foram 601 materiais censurados sobre as chamadas “questões políticas”, ou seja, 52,9% de toda a censura, sendo “repressão política” o subtema com maior volume de cortes; mais 128 textos sobre “questões sociais” (“educacionais, culturais e de política internacional”); 91 textos acerca de “questões econômicas”; e 208 textos sobre “censura”. (AQUINO, 1999, p. 62) Comprova-se, assim, “o caráter multifacetado e não-aleatório de censura prévia à imprensa escrita”. (AQUINO, 1999, p. 205)

## “Que censura é essa?”

Como visto, a argumentação do filme produzida pelo Brasil Paralelo parece abranger a temática da ditadura, da censura e, de uma maneira mais ampla, a violência praticada. Mesmo na fase inicial do regime, nos quatro primeiros anos, é impossível dizer que não houve censura ou que ela foi amena, como insistem defensores dos ditadores Castelo Branco e Costa e Silva, cordeiros e pseudoliberais. Nesses governos não existiu qualquer tipo de compromisso com a democracia ou com a

liberdade de imprensa. Conforme anota Fico, (2002, p. 253) a “afirmativa de que não houve censura da imprensa nesta fase é quase uma ingenuidade, pois os anos do primeiro general-presidente não demandavam tanto esses serviços, haja vista a impressão geral de que a intervenção poderia ser breve”. De outro lado, mesmo nesta fase, vários foram os periódicos e profissionais, em pontos diferentes do país, violentados, censurados, cerceados e até presos.

Jornais de esquerda e jornais pró-João Goulart, como *Politika*, *Folha da Semana*, *O Semanário* e outros, foram invadidos e suas oficinas destruídas. Jornais respeitáveis, mas favoráveis a Goulart, como a *Última Hora*, uma das principais cadeias jornalísticas do País, foram igualmente invadidos e destruídos. O *Correio da Manhã*, que se opôs radicalmente a Goulart, mas denunciou com veemência os excessos da ditadura, foi sistematicamente perseguido: a sua sede foi atacada à bomba, invadida e interdita, uma edição foi sumariamente confiscada e sua proprietária, Niomar Bittencourt, presa por mais de dois meses. (SOARES, 1989, p. 21)

Já a partir do segundo semestre de 1968, durante governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), em um contexto de aumento da tensão entre sociedade e Estado e nas relações intestinais das Forças Armadas, há um recrudescimento expressivo dos pilares da repressão política, da qual faz parte a censura. A repressão tinha como pilares a espionagem, a polícia política, a propaganda política, o julgamento sumário de opositores e a instrumentalização da censura de diversões públicas, atingindo diretamente aspectos políticos da produção musical, teatral, de TV, cinema, entre outras. Apesar de frequentemente o recrudescimento destes aparatos repressores aparecer relacionado ao aumento da “luta armada” após 1968, seria proveniente ainda da primeira fase do regime, em 1964. (FICO, 2004) Antes mesmo da instituição do AI-5, Aquino (2002) mapeia indícios atenuantes da ação censória. A autora contraria a versão de que a ferocidade da censura aumentou somente após a implementação do AI-5; para ela, o recrudescimento da censura teve início antes mesmo de 13 dezembro de 1968. Inicialmente, a censura foi operacionalizada pelas Forças Armadas, entre outubro de 1968 e maio de 1969. Depois, institucionaliza-se sendo transferida para a alçada do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, que delega seus departamentos em cada Estado para desempenhar as ações, por meio de agentes específicos encarregados da função, os censores.

Nenhuma destas fases da censura é abordada em 1964, tampouco os mecanismos utilizados. Por sua vez, no contexto de aumento da repressão, Aquino (2002) destaca dois mecanismos empregados para censurar os periódicos: ordens informais por meio de telefonemas e bilhetes, e a censura prévia. Este último recurso, utilizado com alta frequência, foi regulamentado pela ditadura a partir do Decreto nº 1.077, de março de 1970, fato este invisível para a produção do Brasil Paralelo. Para Beatriz Kushnir:

O estabelecimento de censura prévia significava ter as matérias analisadas por um censor na própria redação ou envio do material ao DPF da cidade ou à sua sede, em Brasília. Esse mecanismo complicava muito a tarefa de publicar notícias atualizadas – alma e objetivo da imprensa. Essa prática foi exercida em algumas redações entre 1968 e 1978. Ou seja, das vésperas do AI-5 ao processo de Anistia, de forma mais intensa, o que não significa que não tenha existido antes e que tenha deixado de existir depois. (KUSHNIR, 2004, p. 42-43)

Além da censura prévia, por vezes, as redações eram intimidadas por encarregados fardados e de botas, inclusive no *Estadão*, diferentemente do que afirma Olavo de Carvalho em 1964, quando alega que os policiais nem acessavam a redação:

Por exemplo, no dia 24 de agosto de 1972, várias viaturas da Rádio Patrulha invadiram *O Estado de S. Paulo*, um jornal reconhecidamente conservador, que havia feito campanha contra Goulart e apoiado, inicialmente, o golpe militar. Um grande número de policiais, ostensivamente armados com granadas e submetralhadoras, ocupou e vasculhou a redação em busca de um noticiário sobre o lançamento da candidatura de Geisel à Presidência da República. Como se tratava de um alarme falso, nada encontrou. (SOARES, 1989, p. 25)

Os telefonemas e “bilhetinhos” comunicavam “sugestões” de temas proibidos de serem noticiados pelos veículos de divulgação. Os “bilhetinhos”, em especial, tornaram-se rotineiros na grande imprensa, entre 1972 e 1975, e difundiam quase diariamente o que não podia ser divulgado. (KUSHNIR, 2004) Anunciavam ainda sanções e advertências caso as ordenações não fossem cumpridas. A maior parte das proibições feitas através dos bilhetes, entre 1970 e 1978, visava a interditar

assuntos classificados como “proteção do Estado”. Esta é uma classificação de Gláucio Soares (1989) e inclui várias subcategorias: atividades repressivas (prisões, morte de opositores, tortura, a própria censura, etc.), sendo esta a mais significativa do período analisado; atividades da oposição; conflitos internos do regime; além de problemas de âmbito social e econômico. Até 1974, o predomínio de interdições feitas com maior rigor em OESP é de cunho político. (AQUINO, 2002)

Complementarmente, outros órgãos de divulgação, alvos de proibições e/ou mutilações, até o fim do período censório, continham temáticas específicas perseguidas pela censura, com “[...] ênfase diferenciada, a saber, Questões Sociais (*Movimento e O São Paulo*) e a Questões Econômicas (*Tribuna da Imprensa*)”. (AQUINO, 2002, p. 531) Ou seja, mais evidências de que o procedimento não era aleatório, como argumentado em 1964, mas direcionado: sabia-se com exatidão o que interditar em cada periódico.

Muitos profissionais, nesse contexto, tornaram-se também alvos, sendo silenciados, expurgados, exilados e/ou afastados, como Cláudio Abramo, demitido da *Folha de S. Paulo* em 1977, além de uma série de demissões registradas no *Jornal do Brasil*, entre elas a de Alberto Dines, após 12 anos naquele diário. Em fins de 1977, jornalistas e donos das empresas de comunicação foram chamados pelo governo como alguns dos *players* para articular o processo de abertura “lenta, gradual e segura” do regime, circunstância que teve como consequência o expurgo de inúmeros profissionais, inclusive do *Estadão*. Após a Anistia de 1981, jornalistas abandonaram a profissão, foram demitidos ou perderam espaços de chefia, e o critério utilizado para a permanência foi o ideológico. (KUCINSKI, 2002)

## O “espacinho” de *O Globo*

Não é nosso objetivo aprofundar a postura política de *O Globo* neste trabalho. Além da limitação de espaço, é um assunto que merece estudos à parte. Entretanto, vale um breve apontamento, já que foi mencionado por Olavo de Carvalho no filme, da seguinte maneira:

Eles dominaram tudo. Não havia uma publicação de direita, nada, zero... Claro que havia editoriais de direita. Por exemplo, lia o editorial do *O Globo*; às vezes, o editorial era frequentemente a favor

do governo e contra a esquerda. Era aquele espacinho que generosamente a redação dava para o dono do jornal. Tá aqui pra você escrever o que você quiser; no resto mandamos nós. (1964..., 2019)

*O Globo*, assim como a *Folha de S. Paulo*, nunca foram censurados diretamente pela ditadura, nunca tiveram suas redações invadidas. Por quais motivos? Com notável frequência, o periódico da família Marinho, desde o princípio, incentivou a política dos ditadores e produziu conteúdos, para além dos editoriais, criticando ferrenhamente algumas das principais forças opositoras do regime, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), os professores e sindicatos. (MOTTA, 2013)

O estudo de Rodrigo Motta (2013), por exemplo, que se debruçou sobre os editoriais e caricaturas publicadas pela imprensa comercial nacional, entre 1964 e 1969, ressalta a postura engajada de *O Globo* em apoio à “revolução” (vista como democrática). Segundo o autor, havia ainda neste jornal incentivo a expurgos do governo e uma disposição política claramente anticomunista. Por vezes, como em abril de 1968, demandou ações para combater as “desordens” e “anarquias” das ruas.

Mobilizado para ganhar a opinião pública em favor do novo regime, *O Globo* usou (e abusou) da estratégia de publicar matérias de tom alarmista que comprovariam os ‘crimes’ atribuídos ao regime deposto, a saber, o envolvimento com o comunismo, notadamente o internacional, e os vínculos com a corrupção. Foram publicados manchetes e textos sensacionalistas sobre temas como a prisão de ‘espiões’ chineses e checos, a descoberta de planos terríveis dos comunistas (‘incêndios, execuções em massa, depredações’) e até a denúncia de um improvável cárcere secreto mantido no subsolo do prédio da UNE. [...] Comparando com *FSP*, *OESP* e *JB*, *O Globo* foi o mais fiel a Castelo Branco, mantendo os elogios ao marechal até mesmo no momento do AI-2, quando os outros se afastaram. [...] Para *O Globo*, o apoio ao novo Ato Institucional (o AI-2) era dever de patriotismo, pois sem ele a ‘revolução democrática’ ficaria desprotegida em relação a seus inimigos. [...] sempre declarando amor à democracia, o diário fez a defesa do voto indireto para presidente, na sua visão uma prática mais ajustada à realidade nacional, pois o país não suportaria o choque das eleições diretas. (MOTTA, 2013, p. 73-74)

*O Globo* colocava-se, assim, como adepto e complacente com a ditadura civil-militar, contribuindo para que o público aceitasse o regimento autoritário. Em um editorial de 27 de março de 1967, chegou inclusive a explicitar seu apoio à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação política ao regime, criticando a posição do governo de uma possível aproximação com a oposição. (MOTTA, 2013, p. 75)

Observar a opinião dos jornais sobre o AI-5 é uma maneira interessante de investigar o teor político dos periódicos. Neste ensejo, vários jornais adotaram opinião crítica, a exemplo de OESP, como visto. *O Globo*, todavia, não. Sua posição foi singular entre toda a grande imprensa: “com atitude mais simpática aos clamores autoritários da direita”. (MOTTA, 2013, p. 80) Tanto que nunca foi preciso enviar censores ao jornal. Igualmente, em editoriais de 1969, a atitude de sustentação da ditadura foi mantida, utilizando argumentos de que o regime seria “como transição, como mal necessário, uma fase de reajuste.” (MOTTA, 2013, p. 82) Portanto, ao contrário do que diz Olavo de Carvalho em 1964, *O Globo* cooperou indiretamente para a manutenção do regime militar.

## Considerações finais

Os meios de comunicação desenvolveram funções diferentes e ambíguas ao longo dos 21 anos de ditadura civil-militar. Porém, por meio da análise de editoriais e reportagens, não há dúvidas de que os jornais da chamada imprensa comercial apoiaram o golpe de 1964, antes e depois, como demonstraram pesquisas realizadas por Juremir Machado da Silva (2016) e por Motta (2013, 2017). Tanto *O Globo* quanto *O Estado de S. Paulo* fazem parte deste escopo.

Sobre OESP, Motta (2017, p. 369) relata:

Para esses jornais, portanto, e esta observação se aplica especialmente ao *Estadão*, a relação com a ditadura era um desafio constante. Apoiaram o golpe de 1964 e o reivindicaram como uma revolução legítima, e continuaram a apoiar as ações repressivas voltadas à manutenção da ordem social. E com tal atitude mostraram os limites do seu amor à liberdade, ou seja, mais importante era a ordem social baseada na propriedade privada.

A luta contra a censura foi feita predominantemente pela chamada imprensa alternativa; a imprensa tradicional praticou a autocensura na maior parte dos casos. OESP, apesar de apoiador do golpe e de não ter feito oposição ou resistência à ditadura em nenhum momento, foi o único jornal da imprensa tradicional a sofrer censura direta na redação; destacou-se ainda, nesta esfera, como o mais censurado na imprensa comercial.

O grupo, e, em especial, este filme, acabam se constituindo como apoiadores atemporais do regime ao negar a violência da censura e buscar suavizar até o processo de repressão em OESP, em que o censor foi inserido no processo de produção do jornal, cortando, editando e determinando o que seria, de fato, publicado. Diferentemente do que alega Olavo de Carvalho, 17 censores participaram do cotidiano da redação, restringindo de forma agressiva e decisiva o conteúdo jornalístico.

Diante da negação da violência praticada pela censura, apresentada em *1964 – O Brasil entre armas e livros*, buscamos demonstrar como se deu a censura no regime militar a partir de pesquisas científicas consolidadas e de relatos dos jornalistas que perderam a liberdade de expressão durante o período, mesmo na imprensa comercial. Há ainda no filme uma série de outros assuntos de tom negacionista, pormenorizados ou relativizados, que merecem estudos à parte, como os festivais de música, a literatura, cinema e as artes em geral, configurando o viés da intolerância em relação aos testemunhos sobre o passado recente no Brasil.

A despeito de ser um grupo sem lastros de pesquisa ou testemunhos para minimizar a censura praticada no regime, seu discurso intransigente em relação à historiografia é nocivo à memória frágil de um país que demorou 26 anos para instituir sua Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ademais, para Lilia Schwarcz (2019), momentos de crise e de polarização no Brasil costumam ser permeados por sucessivas tentativas, por parte de certas parcelas sociais, de negar ou de amenizar aspectos históricos, a exemplo do racismo e da escravidão. Também a perspectiva do Brasil Paralelo sobre a ditadura, em *1964*, se encaixa nesta tese. O próprio ato de negar advém de uma postura autoritária, nesse caso, escamoteando fatos consistentes com o intuito de impor uma visão determinada, e o principal: que lhe favoreça, independentemente dos registros historiográficos.

Neste mesmo sentido, ainda a própria censura pode ser encarada como uma negação, ao restringir a difusão de temas específicos, sobretudo políticos, por meio de mecanismos violentos e autoritários, garantindo, assim, uma versão dos fatos que privilegia um dado governo ou grupo social. Ao se portar abrandando o in-

tolerável, além de deturpar a história do país, prestando, portanto, um desserviço à sociedade, o Brasil Paralelo e os homens entrevistados no filme se constituem como espúrios liberais e se aproximam de um comportamento autoritário típico dos regimes ditatoriais, não reconhecendo aspectos essenciais vivenciados pela imprensa durante a vigência da censura, conforme demonstrado.

O negacionismo da censura – à imprensa, ao movimento estudantil e às artes – é abordado a partir de 1 hora e 42 minutos da produção e dura 8 minutos. Este trecho não apresenta um dado sequer, tampouco um testemunho de alguém que trabalhava em um destes jornais. A fundamentação é toda apoiada na opinião dos entrevistados, apesar de nenhum deles ter atuado como jornalista no período. Berlanza sintetiza, sem testemunhos nem pesquisa, a visão negacionista do filme, segundo a qual a censura não excluía, efetivamente, assuntos importantes: “Era uma censura que não impedia que o que importava, o que importou para os destinos do país, penetrasse no imaginário da sociedade, se instalasse nas esferas de produção do imaginário, do ideário da cultura.” (1964..., 2019)

A pergunta que permanece é sobre a essência derivativa deste trabalho, impossível de ser abordada aqui, mas que inspira cuidados e atenção dos pares: quais os motivos para um determinado grupo se articular para negar a existência da ditadura e, como demonstramos, da censura?

## Referências

AQUINO, M. A. de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

AQUINO, M. A. de. Mortos sem sepulturas. In: CARNEIRO, M. L. T. (org.) *Minorias silenciadas. História da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial: FAPESP, 2002.

BRASIL PARALELO. Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/pagina-inicial/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

FICO, C. “Prezada Censura”. Cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 251-86, set. 2002.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História.*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 jul. 2019.

FICO, C. Censura, ditadura e “utopia autoritária”. In: COSTA, M. C. C. (org.) *Seminários sobre censura: Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP)*. São Paulo: Balão Editorial; Fapesp, 2012.

GAYER, E. Cinemark diz que exibição de filme pró-ditadura militar foi um erro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,cinemark-diz-que-exibicao-de-filme-pro-ditadura-militar-foi-um-erro,70002776944>. Acesso em: 17 jul. 2019.

KUCINSKI, B. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, M. L. T. (org.). *Minorias silenciadas*. História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial; Fapesp, 2002.

KUSHNIR, B. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LEITE, E. Encontradas páginas inéditas da censura ao Estadão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 ago. 2016. Acervo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,encontradas-paginas-ineditas-da-censura-ao-estadao,12455,0.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MILMAN, L. Negacionismo: gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. In: VIZENTINI, P. F.; MILMAN, L. (org.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: EdUFRGS: CORAG, 2000.

MOTTA, R. P. S. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, June 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2013000100062&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2013000100062&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 jul. 2019.

MOTTA, R. P. S. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de S. Paulo e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 367-379, maio/ago. 2017.

NAPOLITANO, M. *Negacionismos e revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 9 maio 2019. Palestra proferida. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5eloB59T1\\_s](https://www.youtube.com/watch?v=5eloB59T1_s). Acesso em: 19 jul. 2019.

ROWE, M. Brasil imposes sweeping press curbs and installs censors in newsroom of the few paper that resist. *The New York Times*, New York, 17 de fevereiro de 1973.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, J. M. da. 1964. *Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SOARES, G. A. D. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4, no 10, p. 21-43, jun. 1989.

TIBURI, M. Ódio à inteligência: sobre o anti-intelectualismo. *Cult*, São Paulo, 2016.  
Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/50931-2/>. Acesso em: 9 jan. 2020. Filmes

1964 - O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS. Direção de Felipe Varelím e Lucas Ferrugem.  
Produção de Brasil Paralelo. Porto Alegre: Brasil Paralelo, 2019. (127 min). Disponível em:  
<https://youtu.be/yTenWQHRPIg>. Acesso em: 19 julho 2019.

1968 - A MORDAÇA NO ESTADÃO. Direção de Felipe Machado. Produção da TV Estadão.  
São Paulo: TV Estadão, 2008. (20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-vtWwCI5qnw> e <https://www.youtube.com/watch?v=7BI2FNc4I7s>. Acesso em:  
10 julho 2019.

# NÃO FARÁS PARA TI IMAGEM: fé, política e pensamento mágico-imagético-circular

VINICIUS SOUZA

## Introdução

Boa parte dos pesquisadores em comunicação já tem como consenso alguns dos efeitos do uso da internet, e principalmente das redes sociais, na polarização das sociedades, nos extremismos políticos e no fenômeno da negação da ciência. Está claro que as pessoas estão agindo mais motivadas pela emoção do que pela razão. E, entre as emoções, vencem as mais fortes, como medo, ódio e desejo. O professor Manuel Castells (PALESTRA..., 2019), falou sobre isso no seminário na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Livros, como o organizado pela professora da Unifesp Esther Gallego (2018), mostram a perplexidade diante do ódio como forma escolhida por grupos da extrema-direita para fazer política no Brasil. Documentários, a exemplo de *Privacidade hackeada* (2019), comprovam a manipulação de vastos contingentes eleitorais a partir da análise de comportamentos nas redes e seu uso para disseminar conteúdos falsos, muitos deles absurdos, se observados logicamente. E outros, como *A terra é plana* (2018), atestam a que ponto se pode chegar na dissociação cognitiva com a realidade objetiva. De certa forma, há nisso grande semelhança com os sistemas religiosos, com a fé: a certeza sobre o

que não podemos provar. Entretanto, paradoxalmente, em relação à maior adesão de grupos cristãos ou judeus, a confiança cega não está mais nas palavras de Deus, mas em imagens, visuais ou não, construídas e disseminadas midiaticamente.

A maior parte das observações acadêmicas sobre isso se concentra em descrever como o fenômeno funciona, especialmente nas redes digitais de comunicação, e suas implicações, seja nos relacionamentos interpessoais, de grupos sociais, na educação, na política institucional ou mesmo nas modificações na estrutura do cérebro. Porém, é possível observar que pouco se debate o porquê disso acontecer. Qual o mecanismo por trás do fenômeno, já que as mudanças nos sistemas de comunicação são o canal pelo qual isso acontece, e não o motivo da troca da razão pela emoção? Talvez, como previa Vilém Flusser (2009), o que esteja mudando de fato é a própria forma de pensamento da humanidade. Estamos saindo do modo de raciocínio baseado em textos (tempo-histórico-linear), que relaciona causas a efeitos e se tornou hegemônico com as religiões baseadas em livros sagrados, para o tipo de pensamento baseado em imagens (mágico-imagético-circular), no qual a relação é direta com o significado a partir do repertório interno, e não com os motivos ou consequências da cena.

Ora, a grande força da imagem é o seu impacto emocional, especialmente sobre emoções básicas como medo, ódio e desejo. Este texto, assim como os dois outros que o antecederam, (SOUZA, 2018, 2019) trabalha com a hipótese de que estamos “lendo” e compreendendo todas as informações que nos chegam como se fossem imagens, inclusive os textos. Contudo, diferente dos dois textos anteriores, nos quais analiso o desenvolvimento da representação simbólica, abordo mais detidamente as teorias de Flusser a respeito dos modos de pensamento e a importância da invenção da fotografia; valho-me do sistema de análise barthesiana de imagens (1990); discorro sobre textos e contextos para a criação de *fake news*; e cito exemplos no jornalismo, em enquetes na internet, documentários e pseudo-documentários. Pretendo me deter agora mais na questão da preponderância dos esquemas de fé quase religiosa baseada em imagens para a construção de comunidades de ódio e intolerância que se disseminam e se alimentam pela comunicação nos meios digitais.

Para tanto, recorrerei prioritariamente a fontes imagéticas – especialmente entrevistas, palestras e documentários, além de artigos e postagens disponíveis somente na internet. Afinal, penso que já passamos de uma sociedade textólatra, com o poder na mão dos intérpretes do conhecimento, laico ou religioso, de escritos

e escrituras, para uma era da idolatria de mitos, ideias e imagens falsas, como a meritocracia, o neoliberalismo e a possibilidade de retorno aos “bons e velhos tempos” por meio da violência. No mundo atual, orientado às imagens, ou deciframos o enigma de nos comunicarmos e nos relacionarmos imagetivamente de forma mais solidária e racional, ou, da mesma forma que na mitologia grega da Esfinge de Tebas, seremos todos devorados.

## Comunicação e ódio

Em julho de 2019, o sociólogo Manuel Castells participou, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, do Seminário Comunicação, Política e Democracia, organizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas (FGV-DAPP) da instituição. No dia seguinte, os principais jornais do país publicaram com destaque uma única frase: “o Brasil vive uma ditadura sutil”. O termo (“sutil”) usado por Castells pode não ter sido sua melhor escolha, já que de fato estamos vendo o desmonte diário de direitos, o esvaziamento dos mecanismos de participação política da sociedade civil, a militarização do governo, o ataque às instituições de ensino, um crescimento enorme no número de assassinatos cometidos por agentes do Estado, diversos casos de autoexílio por ameaças de morte devido a posicionamentos políticos e uma censura explícita sobre determinados conteúdos culturais.

Entretanto, se o modelo de ditadura, e mesmo do golpe de 2016, está realmente longe do que se viu no continente nos anos 1960 e 1970, as bases para a construção do fascismo estão postas no Brasil e em vários países, como demonstra o professor de Yale, Jason Stanley, em palestra no Claremont McKenna College, em 2018. Logo na abertura do evento (0:30 min - 1:40 min), o estudante e apresentador Bruno Youn<sup>1</sup> cita a ensaísta Susan Sontag para chamar de “culto” a adoção de regimes assemelhados ao fascismo em países como o Brasil, onde a população decide “não pensar” sobre política, deixando seu destino nas mãos de líderes que os controlam por uma fé quase religiosa, e não pela razão. Durante a palestra, Stanley afirma que

---

1 Menos de um ano depois desse evento, Youn seria convidado por sua turma na faculdade para fazer o discurso de formatura – ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=CkJyeqTC-P4>. O discurso se tornou célebre porque Youn é autista e sequer conseguia falar quando era criança. O destaque, tanto nessa palestra como na própria formatura, demonstra que a quebra dos preconceitos com os diferentes na sociedade permite sua maior integração.

o fascismo é uma estratégia de poder baseada em sentimentos como medo e lealdade e cita o Brasil mais duas vezes enquanto explica o que chama de dez pilares do fascismo, incluindo a construção imagética de um passado mítico que nunca existiu (25:15 min), que só é possível por meio da propaganda mentirosa (28:40 min) e do anti-intelectualismo (32:48 min) para que os fatos científicos e as múltiplas perspectivas da verdade não desmintam sua falsa versão da realidade.

Castells, em sua fala apresentada no Seminário Comunicação, Política e Democracia (PALESTRA..., 2019), concorda que isso não acontece apenas no Brasil, mas também em outros países, nos quais boa parte da sociedade tem optado por abrir mão da racionalidade, dos estudos, dos especialistas e da própria ciência em favor das emoções manipuladas pelo senso comum nas trocas de mensagens repletas de *fake news* pelas redes sociais. Ele salienta que isso deixa perplexas as forças democráticas, que parecem não compreender como os extremistas de direita podem ser contra a ciência ou podem acreditar que as mulheres são inferiores, por exemplo. Ora, separar as pessoas entre “nós” e “eles” prometendo a volta do poder a grupos sociais historicamente privilegiados (homens brancos e heterossexuais) que estariam perdendo as regalias para as minorias (mulheres, negros, LGBTQ+, povos originários) é outro dos pilares do fascismo, segundo Stanley (2018), em palestra no Claremont McKenna College. Castells acrescenta que isso convém a quem acredita, a quem tem fé, inclusive por razões de pertencimento, e aí estão, por exemplo, o que ele chama de “religiões obscurantistas”. Mas também que isso teria uma raiz emocional e que a análise dessa política emocional é fundamental para entendermos o que se passa em grande parte do mundo.

A apresentação de Castells, disponível em vídeo na internet e na qual ele mistura o português e o espanhol (PALESTRA..., 2019), abarcou, além da “ditadura sutil”, outros elementos que passaram despercebidos pelos jornalistas. O primeiro foi a fundamental relação entre comunicação e poder. O segundo, a origem do verdadeiro poder (e também da comunicação) – que é a mente humana e sua expressão mais profunda e duradora, a persuasão, já que o poder pela coerção sempre será limitado pela revolta de quem é coagido ou, como diz Castells, pelo contrapoder.

"A batalha se desenrola nas mentes das pessoas. E se dizemos isso, dizemos comunicação, porque o que define a espécie humana é que somos animais sociais [...] e a comunicação cognitiva e consciente é o que nos caracteriza. Por conseguinte, as formas de comunicação são

decisivas não somente para entender, mas atuar sobre e transformar as relações de poder. É através do debate e, afinal, das lutas que se disputam nas mentes das pessoas que se configuram as relações de poder em todas as sociedades. Não é distintivo de nossa sociedade que haja novos meios de informação e comunicação. Os chamamos assim por causa das transformações das Tecnologias de Informação e Comunicação, mas todas as sociedades da história foram sociedades de informação e comunicação. A informação sempre tem sido decisiva no poder e na riqueza e a comunicação sempre tem sido a forma de construção do social e, em particular, das relações de poder." (PALESTRA..., 2019, 5:41-7:18 min, tradução nossa) <sup>2</sup>

Para Castells, se quisermos lutar contra os retrocessos, é importante compreender esses sentimentos e suas razões, ainda que emotivas, e não nos isolarmos numa elite intelectual que permita a ascensão dos reacionários pelos meios democráticos. Ele lembra que a democracia não garante a liberdade e que Hitler foi eleito democraticamente, assim como a Inglaterra votou no Brexit, os EUA em Trump e há uma ascensão de governos protofascistas em boa parte das democracias europeias. São emoções negativas que se tornaram maioritárias e que impedem, por exemplo, que projetos desenvolvidos por técnicos e especialistas em cima de pesquisas e dados coletados por anos para políticas públicas que melhorariam a vida das pessoas possam ser aprovados. "Se combina esta construcción subjetiva con algo más institucional, más objetivo, que es la crisis de legitimidad política, que tiene causas no solo subjetivas, sino también estructurales" (PALESTRA..., 2019, 21:55-22:11 min). As construções da subjetividade, obviamente, têm a ver com comunicação e, em

---

2 La batalla se juega en la mente de las personas. Y si decimos eso, decimos comunicación, porque lo que define a la especie humana es que somos animales sociales [...] y la comunicación cognitiva y consciente es lo que nos caracteriza y, por consiguiente, las formas de comunicación son decisivas para no solamente entender, si no actuar sobre y transformar las relaciones de poder. Es a través del debate y, por ultimo término, las luchas que se dieran en la mente de las personas como se configuran las relaciones de poder en todas las sociedades. en todas. No es distintivo para nuestra sociedad que haya medios de información y comunicación. Los llamamos así por las transformaciones de las tecnologías de la información y la comunicación, pero todas las sociedades de la historia han sido sociedades de información y da comunicación. La información siempre ha sido lo decisivo en el poder y la riqueza, y la comunicación siempre ha sido la forma de construcción del social y, en particular, de las relaciones de poder.

nosso tempo, com imagens que consumimos e nas quais queremos nos espelhar. Como passamos cada vez mais tempo em ambientes digitais, especialmente as redes sociais, é neles que construímos nossa visão de mundo.

Três dias depois da palestra de Castells, a Netflix estreou no Brasil o documentário *Privacidade hackeada*<sup>3</sup> (EUA, 2019), dirigido por Jehane Noujaim e Karim Amber, que mostra detalhadamente como a empresa britânica Cambridge Analytica capturou os perfis psicológicos de milhões de usuários do Facebook para vender a partidos de direita no mundo todo mapas de eleitores suscetíveis a serem influenciados por *fake news* para mudarem o voto. O esquema foi comprovadamente utilizado tanto no Brexit como na eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, e provavelmente também no Brasil, em 2018 – e não há dúvidas de que foi eficiente. Pior, a ampla maioria conquistada pelo Partido Conservador, do primeiro ministro inglês Boris Johnson, defensor do Brexit mesmo sem acordo com a União Europeia, em dezembro de 2019,<sup>4</sup> demonstra claramente que os argumentos racionais ainda não descobriram como derrubar falsas promessas de retorno a uma Inglaterra como potência mundial.

## Uma questão de fé

Em 2016, Gilberto Miranda Júnior, pesquisador do Centro de Estudos em Filosofia – Cefil, ligado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), comparou a peça de acusação da força-tarefa da Operação Lava Jato contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito da suposta propina em um apartamento na cidade do Guarujá, em São Paulo, com o raciocínio religioso, a partir de uma hipótese abdutiva. Ele lembra que o santo católico Anselmo de Canterbury (que viveu entre 1033 a 1109) teria “provado” a existência de Deus por meio do mais famoso dos argumentos ontológicos: “se seres existentes são superiores a seres inexistentes, e se Deus é o ser superior a todos, logo ele necessariamente tem de existir”. (MIRANDA JUNIOR, 2016) O problema dessa lógica argumentativa é trazer a conclusão na premissa. No caso em questão: se todo grande esquema

3 Ficha técnica do filme disponível em: <https://filmow.com/privacidade-hackeada-t268405/ficha-tecnica/>. Acesso em: 16 set. 2019.

4 Ver em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50752734>.

de corrupção tem um chefe e se Lula é o chefe da nação, então ele necessariamente é o chefe do “Petrolão”.<sup>5</sup> Não é preciso provar. Aliás, qualquer prova em contrário apenas atestará a sua capacidade de esconder tudo o que poderia incriminá-lo. Isso é dito com todas as palavras pelo procurador federal Roberson Pozzobon, durante a coletiva de imprensa do Ministério Público Federal em 15 de setembro de 2016, ao afirmar que:

Em se tratando de lavagem de dinheiro, ou seja, em se tratando de uma tentativa de manter as aparências de licitude, não teremos aqui provas cabais de que Lula é o efetivo proprietário no papel do apartamento. Pois justamente o fato dele não figurar como proprietário do triplex, da cobertura no Guarujá, é uma forma de ocultação, de dissimulação da verdadeira propriedade. (COLETIVA..., 2016)

Assim, não importa se a acusação formal não é ser “o chefe máximo” de um esquema de corrupção, conforme mostrava o PowerPoint da coletiva, se o apartamento não poderia ser transferido para Lula, já que era a garantia de um empréstimo bancário, se as investigações não encontraram valores ilegais ou não declarados em suas contas, se o juiz comanda um tribunal longe do local dos fatos ou se a condenação foi por “atos de ofício indeterminados” e sem relação direta com contratos específicos firmados entre a empreiteira e a Petrobras. A culpa, e por consequência a condenação, era certa, e cada protesto seria usado como mais uma indicação de culpa, algo semelhante ao que era feito durante a Inquisição.

Recentemente, o atual presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, ao acusar genericamente organizações não governamentais de serem as responsáveis pelas queimadas na Amazônia, utilizou exatamente essa mesma lógica ao responder aos jornalistas que pediam provas da acusação. “Não se tem prova disso, meu Deus do céu. Ninguém escreve isso, vou queimar lá, não existe isso”. (SOBRE..., 2019) Na verdade, fazendeiros da região de Novo Progresso, no Pará, falaram, sim, que iriam incendiar a floresta para aumentar suas propriedades, e isso foi escrito como denúncia do jornalista Adécio Piran no jornal *Folha do Progresso*, em 5 de agosto

---

5 Nome dado pela imprensa brasileira ao escândalo de corrupção na estatal Petrobras, investigado pela Operação Lava Jato do Ministério Público Federal, a fim de fazer uma ligação direta com um escândalo anterior nomeado pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson como “Mensalão”, a partir do qual foram condenados vários dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

de 2019, 17 dias antes da fala do presidente.<sup>6</sup> Uma imagem midiática para comprovar a tese sem fundamentos, no entanto, seria criada meses depois com a prisão amplamente divulgada em jornais e TVs de quatro voluntários da Brigada contra Incêndios de Alter do Chão, Pará, por supostamente atearem fogo à mata para vender fotos à ONG internacional WWF.<sup>7</sup> Eles foram soltos poucos dias depois e o inquérito contestado pela Polícia Federal, mas o presidente continuou a acusá-los (URIBE, 2019), ligando-os a outras figuras de grande repercussão midiática, como o ator estadunidense Leonardo DiCaprio e a ativista sueca Greta Thunberg, de modo a manter a *fake news* com destaque na mídia mundial.

Por essas e outras, a imagem de Bolsonaro piora a cada dia no Brasil e no exterior. Apenas um núcleo mais duro, de cerca de 12% do eleitorado, seria de “crentes” com fé inabalável no Messias. Em artigo no *Jornal da USP*, em 2019, Reginaldo Prandi, professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, citando análise dos diretores do Instituto Datafolha, Mauro Paulino e Alessandro Janoni, para pesquisa sobre apoio a Bolsonaro, sintomaticamente chama esse grupo de “[...] adeptos fiéis, entusiastas fanáticos, para não dizer adoradores em qualquer circunstância”. (PRANDI, 2019) Bolsonaro, o Messias, o Mito, é o oposto de Lula e usou esse antagonismo para conquistar uma eleição baseada em mentiras e *fake news*, na qual não havia plano declarado que não fosse destruir os inimigos pintados como ameaça aos “valores judaico-cristãos ocidentais”, portanto, à família, à moral e ao capitalismo. Não à toa, seu governo tem forte apoio das igrejas-empresas de origem neopentecostal, que usam a força das imagens midiáticas para vender o paraíso aos fiéis consumidores mediante módicas doações mensais chamadas “dízimo”.

Contudo, antes de se condenar alguém sem provas cabais é necessário que se crie uma imagem contra a qual não há argumentos. (SOUZA, 2019) Desse modo, o “Lula maior ladrão do Brasil” foi construído midiaticamente por anos. Aliás, literalmente, com o “Pixuleco”, o boneco inflável de 15 metros e meia tonelada quando cheio, que teve até turnê pelo Brasil, atraindo manifestantes contra o governo para

6 Ver em: <http://www.folhadoprogresso.com.br/dia-do-fogo-produtores-planejam-data-para-queimada-na-regiao/>.

7 Uma das matérias sobre o caso, incluindo imagem da conta de Twitter do presidente com vídeo do telejornal *Jornal da Band*, em que ele retoma a acusação, pode ser vista em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-28/juiz-estende-prisao-de-voluntarios-de-ong-de-alter-do-chao-em-meio-a-protestos-de-ativistas.html>.

atos de rua e dando visibilidade midiática a manifestações quase que sem presença do público.<sup>8</sup> O nome foi escolhido em homenagem à homônima 17ª fase da Operação Lava Jato, que por sua vez faz referência ao termo que, segundo o delator da empreiteira UTC, Ricardo Pessoa, seria usado pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, João Vaccari Neto, para tratar de propinas com o ex-ministro da Casa Civil e um dos principais estrategistas políticos do PT, José Dirceu.<sup>9</sup>

De acordo com reportagem do jornalista Roberto Kaz (2015) para a revista *Piauí*, o empresário alagoano Paulo Gusmão teria definido em detalhes o desenho perfeito, que além de veiculado muitas vezes na TV, nos jornais, nas revistas e internet, seria replicado em tamanho menor aos milhões para distribuição e até venda em loja virtual especializada.<sup>10</sup>

[...] ele deveria ser grisalho, ter quatro dedos na mão esquerda e possuir um semblante triste e algo assustado. Usaria uniforme de detento, cujo número – 13-171 – uniria a legenda do PT ao artigo do Código Penal para o crime de estelionato. Estaria acorrentado à réplica de uma bola de chumbo com o nome da Operação Lava Jato. (KAZ, 2015)

Não bastava, no entanto, apenas “imaginar” Lula como bandido preso antes de efetivamente ser condenado de maneira no mínimo questionável do ponto de vista legal, como sabemos hoje por meio das reportagens da série #VazaJato do portal *The Intercept Brasil*.<sup>11</sup> Era preciso “satanizar” a figura do ex-presidente e, para isso, foram fundamentais as performances, em tudo visualmente semelhantes aos cultos de igrejas neopentecostais, da hoje deputada estadual Janaina Paschoal, a mais votada na história do Brasil. A mais célebre, provavelmente, foi sua parti-

---

8 Em minha tese de doutorado *Imagens vencedoras: fotojornalismo e os processos de produção de realidades e invisibilidades midiáticas* (SOUZA, 2016, p. 159) já havia um relato sobre a dificuldade de se argumentar contra a imagem do ex-presidente vestido de presidiário, mesmo antes de ele ser sequer indiciado por qualquer crime.

9 Sob as ordens do então juiz federal e atual ministro da Justiça Sérgio Moro, foram cumpridos três mandados de prisão preventiva (entre eles, um para o ex-ministro José Dirceu) e cinco de prisão temporária (incluindo para um irmão e um assessor do ex-ministro).

10 Veja em: <http://www.pixulecooficial.com.br/>.

11 Veja em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>.

cipação no evento “Juristas pelo Impeachment”, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo, a mais antiga do país, em 4 de abril de 2016.<sup>12</sup> Nela, a advogada, que defendeu no Congresso Nacional a tese de crime de responsabilidade da ex-presidenta Dilma Rousseff para justificar juridicamente o *impeachment*, o que ela mesma veio a negar recentemente em um tuíte,<sup>13</sup> gira uma bandeira do Brasil sobre a cabeça e grita que havia acabado “a república da cobra”. “Não vamos deixar essa cobra continuar dominando. [...] Se isso acontece, Deus manda uma legião para cortar as asas da cobra”, (ACABOU..., 2016, 2:08 min.) disse então Janaina Paschoal, que, por diversas vezes, inclusive durante a sessão do Senado que ouviu a acusação contra Dilma, levantou nas mãos um exemplar da Constituição Brasileira chamando-a de “livro sagrado que o PT não assinou”.

A cobra, como se sabe, é a imagem bíblica que representa a tentação ao pecado original, convencendo a primeira mulher, Eva, que, por sua vez, convence o primeiro homem, Adão, a experimentar o fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal. A partir daí, segundo os relatos supostamente escritos por Moisés no livro bíblico do Gênesis, a humanidade é expulsa do paraíso e começa a se afastar de Deus. Os homens já não seguem mais a Sua vontade, que passa a falar conosco cada vez mais raramente, até que Moisés escreve a Palavra de Deus no Pentateuco, os cinco primeiros livros da Bíblia cristã e a base da Torá judaica. A referência à Constituição Brasileira como “livro sagrado” garantiria, aos olhos dos “crentes”, a certeza de que a advogada Janaina iria sempre seguir o que ali está escrito para fazer justiça, do mesmo modo que o pastor de uma igreja estaria comprometido com a palavra de Deus para guiar os fiéis.

Além das performances visuais citadas, Janaina Paschoal adota vestimentas, corte de cabelo e adornos, como um grande crucifixo com a palavra “fé” escrita, que ajudam a criar essa imagem de crente defensora da moral e dos bons costumes. Com o raciocínio dos espectadores obscurecido pela imagem, (FLUSSER, 2009) não importa o conteúdo do discurso que ela proclama, ainda que claramente preconceituoso e desprovido de argumentos científicos. Um exemplo claro disso foi o debate entre ela e a ginecologista Larissa Flosi, no *Jornal da Cultura* de 5 de

12 Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=3pnzzeJhjMk>.

13 Veja em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/janaina-paschoal-admite-que-dilma-nao-caiu-por-pedaladas-fiscais/>.

setembro de 2019,<sup>14</sup> sobre o projeto de lei proposto pela deputada na Assembleia Legislativa de São Paulo contra a terapia hormonal para menores de 18 anos com diagnóstico de transexualidade.

Aqui temos o primeiro grande paradoxo. Desde a Reforma Protestante, liderada por Martinho Lutero no século XVI, em grande parte decorrente da nova tecnologia de comunicação que permitia a impressão de livros em vez das cópias manuscritas, os cristãos conhecem os perigos de se deixar guiar por interpretações maliciosas dos textos bíblicos. Henrique Vieira (2018) lembra que o fundamentalismo se baseia no conceito de verdade absoluta e inquestionável.

A partir da formulação ‘está escrito’, constrói-se uma visão de mundo, um modelo comportamental, [...] [que desconsidera] totalmente que toda leitura é uma interpretação e que toda interpretação está mediada por um contexto histórico e cultural. [...] Em nome do ‘está escrito’ ou do isolamento dos textos de seus contextos, atrocidades já foram cometidas ao longo da história: mulheres nas fogueiras da Inquisição; cruzadas sanguinárias em perspectiva de conquista; genocídio de povos indígenas, escravidão do povo negro; construção de ambientes asfixiantes para populações LGBT e tantas outras realidades insensíveis à vida e à dignidade humana. O texto pelo texto, sem contexto, pode gerar práticas impiedosas pretensamente em nome de Deus. Trata-se de uma verdade absoluta mediada por uma espécie de literalidade bíblica. Daí se extrai uma doutrina percebida como a vontade de Deus. [...] Questioná-la seria questionar o próprio Deus. (VIEIRA, 2018, p. 92)

É essa literalidade bíblica do texto fora de contexto nas mãos de intérpretes que, por ignorância ou má-fé, consideram a sua interpretação como a única e inquestionável vontade de Deus que separou as três grandes religiões baseadas no mesmo referencial divino, levando ao surgimento, dentro dessas, das mais diversas igrejas, gerando intolerância num ambiente que deveria ser de amor e cooperação para o enfrentamento de um mundo perigoso em vários sentidos.

---

14 Ver em: [https://www.youtube.com/watch?v=XRt8u\\_kOTUo](https://www.youtube.com/watch?v=XRt8u_kOTUo).

Em outro capítulo do mesmo livro (*O ódio como política*, 2018, p. 74), o doutor em Direito Rubens Casara, explica a diferença ontológica entre a norma e o texto jurídico, sendo que a primeira representa sempre a ação do intérprete condicionada a uma determinada tradição, que, no caso do Brasil, é autoritária e preconceituosa quanto à origem social dos afetados. Segundo ele, não raro aquele considerado pela mídia hegemônica como o “bom juiz” pratica um ativismo judiciário no qual o texto jurídico muitas vezes atrapalharia a eficiência do (Deus) mercado e do Estado. A sua interpretação, então, referendada pela opinião publicada nos jornais que criam sua imagem como sendo a de um herói da justiça, das tradições, da família e da igreja, garantiria aplicações de decisões e condenações que não necessariamente estariam respaldadas pelos textos jurídicos. Quando se junta fundamentalismo religioso e fundamentalismo jurídico, está aberto o caminho para o fascismo.

Na definição de Luis Felipe Miguel (2018, p. 21), o fundamentalismo é a percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Isso não significaria, contudo, necessariamente um fanatismo. Muitos dos líderes religiosos que atuam na política, a exemplo do pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, utilizam esse discurso para manter o rebanho disciplinado e mudam as falas conforme as circunstâncias, rendendo milhões de votos para os políticos indicados nos cultos. Outros, como Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, já controlam diretamente grandes veículos de comunicação e toda uma indústria cuja produção cultural se distancia até mesmo dos textos do Novo Testamento e dos ensinamentos cristãos tradicionais, focando-se em imagens dos heróis hebreus, do templo de Salomão, dos dez mandamentos de Moisés, aproximando-se, portanto, da imagética judaica.

## Os textos como se fossem imagens

Aqui está o segundo grande paradoxo de nossa época: o fundamentalismo político/religioso que adora imagens construído por pessoas que dizem seguir religiões nas quais a adoração às imagens é expressamente proibida. Diversos versículos bíblicos, tanto do Novo como do Velho Testamento, trazem esse mandamento. Em Êxodo, capítulo 20, versículos 3 a 6, por exemplo, temos:

Não terás outros deuses além de mim. Não farás para ti nenhum ídolo, nenhuma imagem de qualquer coisa no céu, na terra, ou nas águas debaixo da terra. Não te prostrarás diante deles nem lhes prestarás culto, porque eu, o Senhor, o teu Deus, sou Deus zeloso, que castigo os filhos pelos pecados de seus pais até a terceira e quarta geração daqueles que me desprezam, mas trato com bondade até mil gerações aos que me amam e obedecem meus mandamentos. (BÍBLIA..., [200-])

Já na Epístola de Paulo aos Romanos, capítulo 1, versos 22 e 23, vemos que:

Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos e trocaram a glória do Deus imortal por imagens feitas segundo a semelhança do homem mortal, bem como de pássaros, quadrúpedes e répteis. (BÍBLIA..., [200-])

Entre as religiões cristãs, o catolicismo há séculos aceita e promove o culto a imagens de santos. Não por acaso, nossa colonização pelo império português católico levou a situações como a “Padroeira do Brasil”, Nossa Senhora Aparecida, ser literalmente uma imagem física, uma escultura, que milhares de peregrinos viajam por dias para ver e tocar em 12 de outubro. No entanto, os líderes religiosos citados e o chefe da Operação Lava Jato em Curitiba se identificam como evangélicos e criticam duramente o que dizem ser idolatria na Igreja Católica.

Como é possível que uma parte da população identificada com um texto que proíbe o culto às imagens acredite em políticos que usam as imagens para apoiar políticas contrárias ao que está escrito nos evangelhos? Segundo Flusser (2008), quando as pessoas se prendem ao fascínio mágico das imagens, reforçam seus próprios preconceitos e não são convencidas por argumentos racionais, sejam quais forem. Se isso funciona nas imagens estáticas, também funciona nas imagens em movimento. No pensamento baseado em imagens, o mágico-imagético-circular, o olhar gira sobre a imagem e capta de uma só vez o seu significado. As pessoas buscam nos textos (tanto escritos quanto orais, no vídeo) que acompanham as imagens apenas a confirmação dos significados já identificados, ignorando quaisquer informações contraditórias. Esse tipo de pensamento, portanto, é pouco adequado à argumentação e à aquisição de novos conhecimentos. Já o modo de pensamento baseado em textos, o tempo-histórico-linear, pressupõe a correlação de fatos e informações coerentes e sequenciais para fazer sentido.

Considero que a questão é ainda mais profunda. A profusão das imagens técnicas em que estamos imersos desde o advento da fotografia no século XIX e, especialmente, a partir das tecnologias digitais nos últimos 30 anos, está nos empurrando a ler os próprios textos como se fossem imagens. Em vez de seguirmos a linha textual para compreender e concordar, ou não, com as causas e consequências do raciocínio apresentado, estamos circulando nosso olhar nos blocos textuais para “pescar” as palavras mais significativas dentro de nossas opiniões já formadas sobre o tema e/ou o autor, de modo a confirmar esses preconceitos sem deixar margem para contestação.

Um exemplo claro disso foi o embate entre as mensagens trocadas pelos procuradores e o juiz da Operação Lava Jato publicadas pelo site *The Intercept Brasil*<sup>15</sup> em parceria com alguns dos mais tradicionais veículos de comunicação do país, tanto alinhados à esquerda como à direita, e os supostos vazamentos de conversas entre o premiado jornalista Glenn Greenwald, seu marido, o deputado federal David Miranda, e outros políticos de esquerda, como o ex-deputado autoexilado Jean Wyllys (de quem Miranda era suplente) e o deputado federal Marcelo Freixo, os três do PSOL do Rio de Janeiro, conversas essas publicadas numa conta do *microblog* Twitter mantida por uma figura com o pseudônimo “Pavão Misterioso”.<sup>16</sup>

Não existe, a rigor, qualquer diferença entre a captura de imagem de uma conversa no WhatsApp feita pelo *Intercept* e pelo Pavão. O diferente é o texto, sua origem, sua intenção e suas consequências. Se eu vejo os textos apenas como o que pretendem mostrar (crimes sendo cometidos), eles são equivalentes. A partir da leitura mágico-imagética-circular do texto, quem previamente acredita que Lula é um ladrão tende a dar mais credibilidade às imagens veiculadas pelo Pavão, porque confirmam sua crença. Para essa pessoa, o fato de Greenwald ter um prêmio Pulitzer, um Esso e um Oscar pelo documentário *Citizenfour*, que mostra os vazamentos de espionagens feitas pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) em todo o mundo, não significa absolutamente nada.

## Considerações finais

15 Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 13 set. 2019.

16 A conta @oppavaomisterioso foi suspensa do microblog, mas as reproduções das mensagens podem ser facilmente acessadas em canais do Youtube como o Real Direita Brasil. Disponível em: [https://www.youtube.com/channel/UCUI4FGI\\_MTdPwYQH3jnPixA](https://www.youtube.com/channel/UCUI4FGI_MTdPwYQH3jnPixA). Acesso em: 13 set. 2019.

Nossa vida e nossas relações são cada vez mais vivenciadas e construídas nos ambientes digitais, que valorizam a experiência visual sobre as demais formas de apreensão de informações. Portanto, a atual troca da razão pela emoção nas decisões políticas certamente tem um forte vínculo com as redes sociais, mas isso vem sendo feito há milênios por diferentes formas de comunicação, especialmente para separar os indivíduos em grupos e hierarquizá-los de modo a dominá-los, seja com argumentos religiosos, seja com teorias pseudocientíficas (como a falsa superioridade de homens sobre mulheres e de brancos sobre negros). Contudo, se nunca houve muitas possibilidades de experimentar fisicamente em primeira realidade tridimensional (SOUZA, 2018, 2019) os grandes acontecimentos representados pelo jornalismo, a própria materialidade das informações, antigamente transmitida por fotografias bidimensionais ou textos unidimensionais, (FLUSSER, 2008) perdeu-se com a comunicação mediada por aparelhos eletroeletrônicos. Como praticamente todas as informações que consumimos hoje vêm por meio de imagens nas mídias digitais, não há mais sequer a aura da obra original de que falava Benjamin (1994). Tudo é zero e um. Tudo é superficial. Tudo é virtual. E tudo é imagem, lida de forma mágico-imagética-circular, inclusive os textos em mensagens de WhatsApp, Twitter ou Facebook.

Assim como há uma crise de legitimidade na democracia burguesa atual, nenhuma instituição, nenhum estudioso, artista, jornalista, político, religioso, *a priori*, tem legitimidade. Já não há consensos sobre a realidade ou os fatos. Os cientistas são incapazes de convencer os terraplanistas de que o planeta tem uma forma quase esférica, porque eles acreditam em imagens do YouTube que mostram que se trata de uma grande conspiração que teria forjado até a descida do homem na lua. Ou temos uma fé idólatra no que vemos com nossos olhos, porque as supostas informações vêm de encontro às nossas crenças e preconceitos, ou as descartamos por outras mais adequadas à nossa visão de mundo. Desse modo, assim como ocorreu com o rádio e o cinema durante a República de Weimar na Alemanha dos anos 1930, as novas tecnologias de informação e comunicação estão fornecendo ferramentas para que grupos fascistas ou protofascistas construam e disseminem imagens, visuais ou textuais, que atingem fortemente as emoções mais básicas, como medo e ódio, de grandes parcelas da população.

Se somos bombardeados por *fake news* que combinam com nossos preconceitos, passamos a desconfiar das informações discordantes, ainda que vindas de conhecimentos consolidados, como o formato da Terra, documentos históricos, pesquisas com bons métodos, etc. Não acho que seja possível, nesse ponto da his-

tória, retornar, de forma hegemônica, ao modo de pensamento tempo-histórico-linear. Mas há outras maneiras de se demonstrar as causas e consequências das atitudes ao longo do tempo, inclusive através de imagens. Quem vive na favela de Paraisópolis, em São Paulo, e filmou com o celular as ações da Polícia Militar na madrugada de 1º de dezembro de 2019, quando nove jovens morreram,<sup>17</sup> sabe o que viu. O contato com a primeira realidade, o ir a campo para apurar a notícia, portanto, continua sendo essencial para o trabalho jornalístico. Na sala de aula, os professores de comunicação têm a obrigação de trabalhar esses conteúdos e as teorias sobre eles para preparar melhor os futuros jornalistas, publicitários e comunicadores. Mais do que isso: as escolas primárias e de Ensino Médio devem incluir em seus currículos matérias sobre literacia midiática para ajudar os futuros cidadãos a navegar neste mundo de imagens ilusórias, fluidas e manipuladoras. E, sempre que possível, trazer à escola quem lida diretamente com os fatos no seu dia a dia e levar os alunos para ver e tocar a primeira realidade sem a mediação de telas ou livros.

## Referências

'ACABOU a República da Cobra', diz Janaina Paschoal, autora do pedido de impeachment [S. l.: s. n.], 5 set. 2016. 1 vídeo (2,38 min). Publicado pelo canal Portal O Tempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3pnzzeJhjMk>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BARTHES, R. A mensagem fotográfica. In: BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*. Tradução Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas).

BÍBLIA Sagrada Online. [S. l.: s.n.], [200-]. Disponível em: [https://www.suabiblia.com/idolatria\\_de\\_imagens/](https://www.suabiblia.com/idolatria_de_imagens/). Acesso em: 10 set. 2019.

BORIS Johnson, o primeiro-ministro britânico que conseguiu a vitória mais expressiva dos conservadores em 30 anos e lidera o país no Brexit. *BBC News Brasil*, Londres, 13 dez. 2019.

---

17 Veja um balanço sobre os fatos conhecidos e as dúvidas, até o dia 12 de dezembro de 2019, feito pelo portal *Ponte Jornalismo*, especializado em segurança pública. Ver em: <https://ponte.org/o-que-se-sabe-do-massacre-de-paraisopolis/>.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50752734>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CASARA, R. Precisamos falar da direita jurídica. In: GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 71-78.

COLETIVA da Lava Jato denuncia: Lula é o chefão. [S. l.: s. n.], 15 set. 2016. 1 vídeo (1 h 59 min). Publicado pelo canal Celia Barcellos. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=1&v=LulFNRwV00c](https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=LulFNRwV00c). Acesso em: 16 set. 2019.

FLUSSER, V. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Sinergia: Relume-Dumará, 2009.

JANAINA Paschoal admite que Dilma não caiu por pedaladas fiscais. *Catraca livre*, [s. l.], 14 set. 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/janaina-paschoal-admite-que-dilma-nao-caiu-por-pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 19 set. 2019.

JASON Stanley. [S. l.: s. n.], [2018]. 1 vídeo (1 h 15 min). Publicado pelo canal Claremont McKenna College. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=aHGcEn\\_h\\_xE](https://www.youtube.com/watch?v=aHGcEn_h_xE). Acesso em: 14 dez. 2019.

KAZ, R. Na estrada com o Pixuleco. *Piauí*, São Paulo, ed. 109 out. 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/na-estrada-com-pixuleco/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

MIRANDA JUNIOR, G. O argumento ontológico abduutivo de Dallagnol: ou da falácia do uso da conclusão como premissa. *Revista Krinos*, [s. l.], 16 set. 2016. Disponível em: <https://medium.com/revista-krinos/argumento-dallagnol-5bd9b7a565a1/>. Acesso em: 17 set. 2019.

PALESTRA de Manoel Castells na FGV - Seminário Comunicação, Política e Democracia. [S. l.: s. n.], 17 jul. 2019. 1 vídeo (59 min). Publicado pelo canal andresende. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yxxQhzH44xE>. Acesso em: 16 set. 2019.

PIRAN, A. Dia do Fogo - Produtores planejam data para queimada na região. *Jornal Folha do Progresso*, [s. l.], 5 ago. 2019. Disponível em: <http://www.folhadoprogresso.com.br/dia-do-fogo-produtores-planejam-data-para-queimada-na-regiao/>. Acesso em: 19 set. 2019.

PRANDI, R. Os 12% do presidente - em que lugar da sociedade habita o bolsonarista convicto? *Jornal da USP*, São Paulo, 13 set. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/os-12-do-presidente-em-que-lugar-da-sociedade-habita-o-bolsonarista-convicto/>. Acesso em: 14 set. 2019.

PRIVACIDADE hackeada. Direção: Jehane Noujaim e Karim Amer. Estados Unidos: Netflix, 2019. (2 h 19 min), color.

SOBRE as queimadas na Amazônia. [S. l.], 22 ago. 2019. Twitter: @HaddadDebochado. Disponível em: <https://twitter.com/haddadebochado/status/1164573574541271042>. Acesso em: 19 set. 2019.

SOUZA, V. *Imagens vencedoras*: fotojornalismo e os processos de produção de realidades e invisibilidades midiáticas. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Paulista, São Paulo, 2016. Disponível em: [https://www.unip.br/presencial/ensino/pos\\_graduacao/strictosensu/comunicacao/download/com\\_viniciuspereiradesouza.pdf](https://www.unip.br/presencial/ensino/pos_graduacao/strictosensu/comunicacao/download/com_viniciuspereiradesouza.pdf). Acesso em: 8 abr. 2019.

SOUZA, V. Quer que desenhe? A leitura de textos como se fossem imagens. In: SOUSA, J. P. (org.). *Jornalismo e estudos mediáticos*: memórias. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2018. p. 121-135.

SOUZA, V. Contra fotos não há argumentos: Influência das imagens nas *fake news* e seu impacto nos fluxos comunicacionais e na atual crise democrática. In: SOUSA, J. P. (org.). *Jornalismo e estudos mediáticos*: memórias II. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2019. p. 99-110.

(A) TERRA é plana. Direção: Daniel J. Clark. Estados Unidos: Netflix, 2018. (1 h 35 min), color.

URIBE, G. Bolsonaro elogia inquérito polêmico que levou à prisão brigadistas de Alter do Chão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/bolsonaro-elogia-inquerito-polemico-que-levou-a-prisao-brigadistas-de-alter-do-chao.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2019.

VIEIRA, H. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: GALLEGOS, E. S. (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 91-96.

# EFEITOS DE SENTIDO, BOICOTES E RITUAIS DE DESPOJAMENTO:

os significados transferidos  
pela publicidade aos bens  
de consumo

PABLO MORENO FERNANDES  
MAURÍCIO GOMES DE FARIA

## Introdução

Neste texto, analisamos a campanha publicitária global veiculada pela marca Nike em 3 de setembro de 2018, por ocasião da comemoração de 30 anos do *slogan* “*Just do it*”. A campanha, cujo tema consistia em demonstrar histórias de pessoas que fizeram grandes esforços em nome do que acreditam, teve como peça principal um vídeo intitulado *Dream Crazy*,<sup>1</sup> lançado em 5 de setembro de 2018, com participação de atletas patrocinados pela Nike, com narração de Colin Kaepernick, atleta de futebol americano também patrocinado pela marca.

---

1 NIKE | DREAM CRAZY. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fq2CvmgoO7I>.

A repercussão da campanha começou antes da veiculação do vídeo. Os atletas que apareceriam na peça postaram imagens *teaser* em suas redes sociais com fotos em preto e branco e frases do vídeo. Colin Kaepernick realizou postagens no Instagram, no Twitter e no Facebook no dia 3 de setembro de 2018. A postagem é composta por uma imagem que contém uma fotografia e dois blocos de textos, uma com a frase “Acredite em algo. Mesmo se isso significar sacrificar tudo”,<sup>2</sup> e outra com o *slogan* da marca, “*Just do It*”, acompanhado do símbolo da marca, *Swoosh*, uma asa estilizada em referência à deusa grega Nice, que simboliza a vitória. O texto de legenda repete a primeira frase da postagem. A imagem corresponde a uma fotografia em formato retangular na qual é apresentado o rosto de Colin Kaepernick, enquadrado em plano-detulhe, de frente.

A peça recebeu mais de 70 mil comentários e mais de 1 milhão de curtidas no Instagram. No Twitter, foram mais de 900 mil curtidas, mais de 356 mil *retweets* e 45 mil respostas à postagem, à época de nossa coleta.<sup>3</sup> A campanha motivou propostas de boicote à Nike, tornadas públicas pelas redes sociais.

A partir das reações à campanha, nosso objetivo é identificar a transferência de sentido realizada entre os signos do mundo culturalmente constituído para os produtos da marca, a partir da construção narrativa da peça veiculada pela Nike e pela postagem de Colin Kaepernick em sua conta no Instagram. Com isso, nos aprofundamos na discussão sobre a publicidade aliada às causas sociais e as interferências destas nos rituais de consumo.

Nossa fundamentação teórica se inicia com reflexões sobre identidade e racismo, posicionando o objeto no campo antropológico. Em seguida, abordamos o consumo contemporâneo como ferramenta de formação identitária, próximo às vivências do consumidor e ao “espírito do tempo”. Explora também os rituais de consumo discutidos por McCracken (2010) – posse, troca, arrumação e despojamento – na intenção de compreender as transferências de significados contidos na marca e nos bens para o indivíduo a partir do consumo mediado, e com base na repercussão da campanha. A discussão acontece em diálogo com as reflexões sobre o consumo político, por meio de ações de boicote (*boycott*) e de estímulo à compra de produtos (*buycott*) a partir de posicionamentos de marcas junto a causas sociais.

---

2 “Believe in something. Even if it means sacrificing everything.”

3 Levantamento realizado em julho de 2019.

Acreditamos que estudar os rituais de consumo e sua dimensão política, em uma sociedade midiaticizada, revela a ampliação do poder do consumidor para fora do discurso da marca no ambiente digital – interferindo não apenas no nível discursivo, mas também nas práticas de consumo globalizadas. Justificamos também que a campanha analisada, assim como o olhar teórico sobre ela, oferece percepções sobre as disputas de sentido na contemporaneidade, analisando como um exemplo de intolerância – especificamente a racial, disfarçada de patriotismo – passa a afetar e ser afetada pelo discurso de promoção de consumo de uma marca.

## Identidade e racismo: *Black Lives Matter*

O mundo globalizado trouxe uma série de mudanças à sociedade e vamos discutir aqui especificamente seu efeito sobre as identidades, a fim de contextualizar a emergência do movimento *Black Lives Matter*, essencial para a compreensão dos significados em trânsito em *Dream Crazy*.

Até então concebida como elemento único e estável de sua forma de estar no mundo, a identidade passa a funcionar de forma múltipla, fragmentada e, até mesmo, contraditória. Construída no discurso e em locais históricos e institucionais, a identidade é, segundo Hall, (2014, p. 109) “produto da marcação da diferença e da exclusão”. Isso se dá em razão das complexidades a que está submetida. Para o autor, as identidades podem funcionar como “pontos de identificação e apego apenas por sua capacidade para excluir.” (HALL, 2014, p. 110) Por esse motivo, são construídas mediante jogos de poder, pois o estabelecimento de diferenças é que as desestabilizam, ao deixar algo fora do que as identidades categorizam.

Tomando a identidade como elemento de agrupamento e diferenciação que no âmbito do discurso estabelece disputas de poder e jogos políticos, pode-se compreender o racismo. Os processos de escravidão de pessoas negras, capturadas no continente africano, foram legitimados por meio de teorias biológicas (todas refutadas). Isso criou um imaginário amplamente difundido na Europa e na América sobre a inferioridade das pessoas negras. Instituições políticas e religiosas tiveram papel essencial na legitimação dessas teorias que, durante séculos, permitiram que a escravização de pessoas negras acontecesse.

Temos, portanto, que a identidade negra foi constituída pelo olhar do branco que racializou os povos africanos em uma mesma categoria em função de traços

fenotípicos, em contraponto à sua branquitude que, pela falta de menção, é tomada como a noção de sujeito universal. Monsma (2013, p. 4) explica que a racialização e o racismo são “produtos do colonialismo e do imperialismo da Europa e das ‘novas Europas’, ou colônias de assentamento”. O autor afirma que racialismo consiste na “crença na existência de ‘raças’ biológicas”, ao passo que o racismo corresponde às “formas de racialismo que afirmam a superioridade uma ‘raça’ sobre outra e servem para justificar a dominação racial”. (MONSMA, 2013, p. 1)

No caso dos Estados Unidos, os mais de 300 anos de escravidão, abolida em 1863, deixaram marcas significativas no processo de racialização, estabelecendo hierarquias que colocaram as pessoas negras, 13,6% da população do país, (US CENSUS BUREAU, 2010) à margem. O histórico de segregação racial foi construído por meio de leis discriminatórias que separavam negros dos espaços institucionais, fortalecendo desigualdades, construindo uma cultura excludente na qual o direito à educação, à justiça, à religião, à saúde e ao bem-estar social foram negados. Essas leis começaram a ser combatidas pelos movimentos de luta por direitos civis da primeira metade do século XX. (ANDREWS, 1985) Esses movimentos lutaram pela revogação das leis segregacionistas e pela adoção de programas de igualdade de oportunidades em nível institucional.

Ainda assim, o país possui, historicamente, práticas de segregação racial como marca e os indicadores sociais escancaram as desigualdades. Os negros são maioria entre pobres e na população carcerária; possuem piores empregos, com menores salários, além de menores índices de escolaridade. (MORRIS; TREITLER, 2019) Eles também são maioria das vítimas de morte em abordagens policiais violentas, fato que deu origem a uma série de movimentos em defesa da vida de pessoas negras, (PEREIRA, 2019) dentre eles o *Black Lives Matter*.

Originado em 2012, buscando afirmar, como explica Pereira, (2019, p. 125) o *Black Lives Matter* busca resgatar “sobretudo a humanidade das populações negras. A violência policial, que mata jovens negros em números alarmantes, desumaniza”. Historicamente, em razão da cultura racista da sociedade estadunidense e das políticas segregadoras do país, foi construído um imaginário do homem negro violento, criminoso e abusador de mulheres. Esse imaginário serviu, ao longo do tempo, para justificar as ações policiais violentas que culminavam com a morte dos acusados que se enquadrassem nesse padrão. (MONTEIRO; CECCHETTO, 2011)

Recorrendo a dispositivos móveis, negros e negros dos Estados Unidos passaram a registrar, por meio de fotografias e de filmagens, abordagens violentas

de policiais. Essa atitude começou a dar visibilidade às ações que corroboravam denúncias de políticas genocidas por conta do aparato de segurança. A partir do registro das abordagens, tornaram-se públicos casos em que a polícia atacou pessoas desprotegidas, desarmadas e que forjou cenas de crimes para culpar as vítimas dessas ações.

O nome do movimento é explicado por Guimarães e Silva (2018, p. 51) pela iniciativa de “exigir direitos através da exibição do corpo negro em risco, em choque, flagelado”. Os vídeos de denúncia das abordagens policiais foram tornados públicos pelas redes sociais e o YouTube foi uma importante plataforma para a midiaticização dos conteúdos, tanto quanto dos protestos que se desdobram a partir de sua divulgação.

Celebridades engajaram-se no movimento, como a cantora Beyoncé, que manifestou apoio à causa por meio de referências a ele no videoclipe *Formation*, em 2016. No mesmo ano, a cantora apoiou novamente o *Black Lives Matter* quando a polícia assassinou Alton Sterling, de 37 anos, na Louisiana, e Philando Castile, 32 anos, em Minnesota. Além dela, outras celebridades da música, como Jay-Z, Kanye West, Alicia Keys e o *rapper* canadense Drake também apoiaram o movimento, usando sua visibilidade para denunciar a violência policial. O tema, com foco na estratégia de denúncia do movimento, foi abordado em produções audiovisuais realizadas por negros, como nos filmes *Moonlight* (2016) e *Se a Rua Beale falasse*, de Barry Jenkins (2019), e *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay; além das séries *Scandal* (2015), *Orange is the new black* (2017) e *Cara gente branca* (2017), entre outros.

Em endosso ao movimento, em 2016, Colin Kaepernick sentou-se durante a execução do hino nacional dos Estados Unidos, na abertura de um jogo do seu time, San Francisco 49ers. Em outros jogos, o atleta foi acompanhado por um colega do time, Eric Reid, colocando-se de joelhos durante a execução do hino. O San Francisco 49ers declarou apoio ao protesto dos atletas, em nome da liberdade de expressão, em nota à imprensa: “Em respeito aos princípios americanos como liberdade de religião e liberdade de expressão, reconhecemos o direito de um indivíduo escolher participar – ou não – da celebração do hino nacional”. (EM PROTESTO..., 2016)

Em 2017, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump criticou os atletas pela atitude, (JOGADORES..., 2017) acusando-os de falta de respeito a um dos símbolos da pátria. O protesto repetiu-se em outros times e em outras modalidades esportivas (DIEZ, 2017) e repercutiu de formas diversas na mídia e nas redes

sociais, com manifestações favoráveis e contrárias aos atletas, até que a National Football League (NFL) proibiu os protestos, em 2018.

Questionado pela sua atitude, o jogador declarou:

Eu não vou me levantar para mostrar orgulho pela bandeira de um país que oprime pessoas negras e pessoas de cor. Para mim, isso é maior do que futebol americano e seria egoísta da minha parte olhar para o outro lado. Há corpos na rua e pessoas sendo pagas para sair livres do assassinato.<sup>4</sup> (WELLS, 2018, tradução nossa)

Após a polêmica, Kaepernick e Reid foram colocados no banco de reservas, o que foi interpretado como uma punição pelos protestos. Kaepernick rompeu seu contrato com o San Francisco 49ers em 2017 e desde então não assinou contrato com nenhum outro time da NFL. Eric Reid foi contratado por outro time, o Carolina Panthers, mas reclama do tratamento que passou a receber da Liga, como, por exemplo, pela recorrência em que é sorteado para realizar testes antidoping. (FERREIRA, 2019) Os dois jogadores moveram um processo por conluio contra a NFL, encerrado em 2019, graças a um acordo entre as partes, cujos termos são sigilosos. (NFL..., 2019)

Em função de seu posicionamento, Kaepernick foi considerado o cidadão do ano pela revista GQ e recebeu o prêmio de “embaixador da consciência” da Anistia Internacional. (RONCOLATO, 2018) Ele também lançou a campanha *Know Your Rights*, que visa a conscientizar jovens sobre educação superior e empoderamento.<sup>5</sup> O atleta é patrocinado pela Nike desde 2011 e a empresa manteve seu contrato, mesmo com sua ausência em campo.

Por esse motivo, a participação de Colin Kaepernick como protagonista da campanha de 30 anos do *slogan Just do It* desperta reações. O tema da campanha fala sobre acreditar em algo e, no caso da postagem do atleta, vem acompanhado da ideia de que esse sonho deve ser levado adiante, mesmo que custe tudo. No caso, “tudo” se refere à carreira no esporte, ainda que em termos de imagem e de fatu-

---

4 “I am not going to stand up to show pride in a flag for a country that oppresses black people and people of color. To me, this is bigger than football and it would be selfish on my part to look the other way. There are bodies in the street and people getting paid leave and getting away with murder.”

5 <https://kaepernick7.com/pages/know-your-rights-camp>.

ramento comercial o atleta tenha encontrado outros lugares para agir como figura pública. Há, portanto, um imaginário simbólico que interessa à Nike, que associa o alto rendimento no esporte à luta política adotada pelo jogador, cuja narrativa constrói uma ideia de que este levou sua bandeira ao extremo, sacrificando algo importante – sua atuação no futebol americano – em nome do combate ao racismo. No entanto, para as pessoas racistas, sua presença é um desrespeito aos valores patrióticos do país, uma vez que a luta antirracista de Kaepernick se manifestou por um protesto cujos significados foram associados a um signo de forte valor para os estadunidenses: o hino nacional.

## Consumo, rituais e transferência de significados

Em meio às tensões discutidas no tópico anterior, é necessário compreender o lugar do consumo na construção dos sentidos da vida cultural. Para isso, recorremos a Grant McCracken (2010), que entende que esses sentidos se dão por meio de transferência de significados das mercadorias para os bens de consumo. No caso da campanha da Nike, o que nos instiga é a reação ao tema despejada nos produtos da marca e o modo como estes perdem os vínculos sígnicos materiais para ganhar vínculos simbólicos como expressões de posicionamentos sociais, culturais e políticos.

Direcionar o olhar para as características da pós-modernidade e identificar como o excesso de possibilidades instaurou a efemeridade nas relações do sujeito com o consumo (e com a sua própria identidade) torna possível entender como a cultura e os bens materiais se entrelaçam e, juntos, são capazes de fornecer caminhos para uma leitura dos conflitos sociais. Featherstone (1995) utiliza a expressão “cultura de consumo” para ressaltar a centralidade das mercadorias no entendimento da contemporaneidade a partir de duas perspectivas: dos bens como comunicadores e como bens culturais. Segundo o autor, o indivíduo é consciente que se comunica por meio de suas roupas, casa, mobiliários, carro e outras atividades, e que estes serão interpretados e classificados.

Featherstone (1995) posiciona a cultura do consumo não somente como derivada da produção, haja vista que as mercadorias passam a adquirir diversas significações posteriores; por meio da publicidade, por exemplo. Em sintonia com o autor, McCracken (2010, p. 99) afirma que “os bens de consumo têm uma significação que vai além de seu caráter utilitário e de seu valor comercial”. Essa pers-

pectiva também está alinhada à amplificação dos estudos de consumo sugeridos por Miller (2007), enxergando no potencial comunicativo dos signos do consumo a fonte para a compreensão da existência humana: “Uma vez que os bens de consumo são pensados como um sistema simbólico, isso abre a possibilidade para de algumas formas ‘ler’ a própria sociedade através do padrão formado entre os bens.” (MILLER, 2007, p. 44)

Nos interessa como esses conjuntos de signos se movimentam entre a cultura, as marcas, os bens e os consumidores, e quais os agentes que atuam nesses deslocamentos. Em *Dream Crazy* percebemos todos esses agentes produzindo sentido sobre esses signos, a partir da publicidade, das redes sociais, da imprensa e da vida cotidiana. Para McCracken (2010), os bens possuem uma qualidade móvel contida nos significados que carregam. Dessa forma, na tentativa de mapear o percurso do significado, o autor acredita que a significação parte de um mundo culturalmente constituído e se transfere, em seguida, para o bem de consumo. Posteriormente, ela se afasta do objeto e se transfere para o consumidor individual. (MCCRACKEN, 2010, p. 100) De forma resumida, há três localizações para o significado: o mundo culturalmente constituído, o bem de consumo e o consumidor individual. E dois momentos de transferência: mundo-para-bens e bens-para-indivíduo.

Tendo em vista que a cultura é o ponto de partida do processo de significação, McCracken (2010) acredita que ela funcione, ao mesmo tempo, como “lente” e “plano de ação da sociedade”. Como lente, a cultura determina como o mundo é visto e, enquanto plano de ação, determina como o mundo será moldado pelo esforço humano. Dentro da segunda perspectiva de análise da cultura, em que o próprio sujeito tem o poder de formatá-la, é possível fazer uma aproximação com a ideia de Canclini (1995, p. 17) sobre a cultura ser uma montagem, “uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode ler e utilizar”.

A potencialidade diferenciadora contida nos bens, em paralelo aos princípios culturais, também pode ser encontrada em uma abordagem de significação mais aberta proposta por Canclini (1995). Ao afirmar que os bens abrem espaço para a interpretação e dependem dos esforços do indivíduo, o autor evidencia que esse processo pode ser feito de maneira distinta em função de questões culturais e de repertório. Para ele, cada objeto que pressupõe um ato de consumo “é um texto aberto, que exige a cooperação do leitor, do espectador, do usuário, para ser com-

pletado e significado. Todo bem é um estímulo para pensar e ao mesmo tempo um lugar impensado”. (CANCLINI, 1995, p. 92)

Para que o processo de significação aconteça “de fora para dentro”, ou melhor, do mundo-para-bens, é preciso alguns instrumentos de transferências que, para McCracken (2010), podem ser exemplificados pela publicidade e pelo sistema da moda. Partindo da publicidade, a capacidade de fundir um bem de consumo a uma representação do mundo culturalmente constituído, por meio das especificidades de um anúncio, coloca a ação publicitária como importante método de condução dos significados. Dessa forma, pensando-se no processo de enunciação publicitária, ainda na sua criação, ainda que o cliente já forneça certas propriedades dos bens, a agência de publicidade tem o papel de buscar uma equivalência simbólica com os aspectos culturais mais adequados e materializá-la na criação da(s) peça(s). “Nesta medida, a propaganda funciona para nós como um léxico dos significados culturais correntes.” (MCCRACKEN, 2010, p. 109) A partir dessa compreensão, faz sentido a inserção do atleta na campanha, carregando os significados culturais desejados pela Nike.

*Dream Crazy*, em termos semióticos, traz a fotografia como sinsigno icônico representando a imagem de Colin Kaepernick. O sinsigno icônico, segundo Peirce (1931), “é qualquer objeto da experiência, à medida que alguma qualidade dele o faça determinar a ideia de um objeto”<sup>6</sup>. Sendo assim, a composição visual da imagem, enquadrando o rosto do atleta, com a frase inserida ao meio e a presença do logotipo e do *slogan*, contextualizam a mensagem transferindo o significado dos signos para os objetos (do mundo culturalmente constituído para os bens de consumo): os quatro elementos (foto, frase, logo e *slogan*) servem para incorporar os significados das lutas de Colin Kaepernick nos produtos da Nike. No caso da imagem, é um sinsigno que incorpora qualissignos (PEIRCE, 1931, CP 2.255, tradução nossa) na representação da figura do atleta. Peirce explica que os qualissignos “são um tipo peculiar e só formam um signo sendo efetivamente incorporados”<sup>7</sup>. (PEIRCE, 1931, CP 2.245, tradução nossa)

A partir daí, tem início a transferência de significado dos bens para o consumidor individual, por meio da produção de interpretantes sobre a campanha. Peirce

6 “is any object of experience in so far as some quality of it makes it determine the idea of an object”.

7 “are of a peculiar kind and only form a sign through being actually embodied.”

(1931, CP 2.255, tradução nossa) explica que o sinsigno icônico, “sendo um Ícone e, portanto, um signo de pura semelhança, do que quer que seja, só pode ser interpretado como um signo de essência, ou Rema.”<sup>8</sup> Por esse motivo, compreendemos o conteúdo da postagem como signo de natureza remática, em relação aos interpretantes gerados. O rema, segundo Peirce (1931, CP 2.250, tradução nossa), corresponde a “um signo de possibilidade qualitativa, ou seja, é compreendido como representando tal e tal objeto possível. Qualquer Rema, talvez, vai carregar alguma informação, mas ela não é interpretada como se fosse fazê-lo”<sup>9</sup> Podemos compreender aí as lacunas de sentido deixadas no conteúdo da postagem de Kaepernick para que a mente interpretadora produza sentido. É preciso conhecer os protestos e as lutas do jogador para que se estabeleça uma associação, positiva ou negativa, entre ele e o tema da campanha. A esse processo de preencher as lacunas Peirce (1931, CP 8.183, tradução nossa) dá o nome de “conhecimento colateral”.

Como sinsigno icônico, e, por consequência, um rema, a postagem convoca ao processo de interpretação o conhecimento colateral da audiência para compreender o que se pretende dizer, completando o processo de transferência de significado aos moldes do que coloca McCracken (2010): dos bens para o consumidor individual. Isso é natural na semiose dos signos remáticos, como explica Peirce, (1931, CP 2.272) pois estes correspondem a uma proposição com espaços em branco. No entanto, o processo de semiose é infinito e, por esse motivo, começa aí uma nova semiose, que, no caso de *Dream Crazy*, precisa ser explicada a partir de outro lugar de transferência do significado, segundo McCracken (2010), no sistema da moda.

Embora seja semelhante à lógica de transferência feita pela publicidade, o sistema da moda é um instrumento de movimentação de significado mais complexo, uma vez que pode atuar na invenção de significados culturais (através de líderes de opinião) e/ou na reforma radical destes. (MCCRACKEN, 2010) Além das fontes de significado serem mais numerosas e mutáveis, os agentes que captam os significados e transferem para os bens materiais não se concentram em apenas uma instância. Enquanto na publicidade McCracken (2010) aponta as agências – na figura do

---

8 “Being an Icon, and thus a sign by likeness purely, of whatever it may be like, it can only be interpreted as a sign of essence, or Rheme”.

9 “is a Sign of qualitative Possibility, that is, is understood as representing such and such a kind of possible Object. Any Rheme, perhaps, will afford some information; but it is not interpreted as doing so.”

diretor de criação – como principal agente, no sistema da moda o autor elenca os *designers* de produto e, em um segundo grupo, os jornalistas de moda e observadores sociais. Os primeiros, longe dos holofotes do sistema da moda, são responsáveis pela transformação simbólica e física dos bens de consumo, agindo diretamente nas percepções dos indivíduos sobre o produto. Já para os jornalistas e observadores sociais cabe a função de análise e diferenciação significativa dos bens, identificando certas inovações no campo e desempenhando, com isso, um trabalho posterior ao dos *designers* (mas que pode influenciar diretamente na ressignificação).

Lipovetsky (2007) olha para os movimentos da moda como sistemas simbólicos e moduladores de identidades a partir da esfera do consumo. Fazendo um paralelo com a publicidade, o autor entende que ela trabalha baseada em três vetores: originalidade, mudança e efêmero. Segundo ele, “a publicidade é discurso de moda, alimenta-se como ela do efeito choque, de minitransgressões, de teatralidade espetacular.” (LIPOVETSKY, 2007, p. 187) Essa aproximação entre ambas atividades acontece principalmente na capacidade de atribuir valores aos bens materiais que extrapolam os limites físicos dos mesmos (a espetacularização). A transferência do mundo-para-bens, mediada pelos agentes, traz a nível público o sentido não literal, “significantes que ultrapassam a realidade objetiva dos produtos.” (LIPOVETSKY, 2007, p. 46)

Observados os movimentos do significado no mundo cultural por meio dos dois instrumentos de transferência, é preciso explorar como este significado – já contido nos bens – se transfere para os indivíduos. Para McCracken (2010), essa transferência do bem-para-consumidor acontece em quatro rituais distintos: rituais de troca, de posse, de arrumação e de despojamento. A apropriação do termo “ritual” parte da concepção de Van Gennep (1960) e Turner (1967) e se mostra a mais adequada para esta reflexão, uma vez que o ritual pode ser definido como “uma oportunidade para afirmar, evocar, assinalar ou revisar os símbolos e significados convencionais da ordem cultural”. (MCCRACKEN, 2010, p. 114)

Em síntese, o ritual de troca diz respeito à escolha, à compra e à apresentação dos bens de consumo; enquanto o ritual de posse é a afirmação de domínio do proprietário que se manifesta por meio da discussão, da comparação com bens similares ou outra ação cujo intuito seja exibir o material. Na pós-modernidade, com a popularização dos dispositivos fotográficos, os registros – e principalmente a publicação dos mesmos na perspectiva do consumo midiaticado (TRINDADE; PEREZ, 2014) – são vestígios do exercício dos rituais de posse. Já no ritual de arru-

mação, a extração de significados se dá na natureza perecível do objeto, percebida na conservação, na manutenção e na preparação de uso. Por último, o ritual de despojamento é percebido em dois momentos distintos: quando o indivíduo toma posse de um bem pertencente a outra pessoa no passado (e aí torna-se necessário ressignificar o objeto a fim de aproximá-lo de sua identidade cultural); e quando o indivíduo está perto de se desfazer do bem (apagando o significado que foi atribuído ao longo da posse).

*Dream Crazy* ilustra o cruzamento da publicidade e da moda com a cultura e nos ajuda a entender como as reações dos consumidores partem da identificação de significados transferidos e desvendados nos rituais. Estes significados são incorporados no mundo culturalmente constituído e voltam movimentando um processo cíclico de transferência, tal qual o processo de semiose, sem que o consumidor individual seja a última etapa. Na verdade, ele é o destino e o início da significação, uma vez que é agente integrante e interfere constantemente no destino da marca. (seja lucrativa ou simbolicamente)

A participação de Colin Kaepernick em *Dream Crazy* deu-se em razão do contrato do atleta com a Nike, mas o seu protagonismo pode ser explicado pelos significados envolvidos em sua imagem. Na ocasião dos protestos na NFL, em 2016, as camisas do San Francisco 49ers com o número 7 (número do jogador) tornaram-se as mais vendidas nas lojas de esporte, como manifestação de adesão das pessoas à causa do jogador, em um movimento de *buycott*, na perspectiva do consumo político. Ao mesmo tempo, circularam nas redes vídeos de pessoas queimando camisas do time com o número do atleta, em um movimento de boicote.

Para Copeland (2014), o chamado consumo político é considerado um exercício de participação política, ainda que não haja consenso se ele é, de fato, político. A autora discute duas práticas que vão caracterizá-lo: o *buycott* – ativismo que consiste na compra de produtos e serviços como reconhecimento aos posicionamentos das marcas; e o *boycott* – exercício de punir marcas com atitudes indesejadas deixando de comprar seus produtos. Em ambos os casos, a postura é adotada em função de posicionamentos sociais, políticos, ambientais e éticos das marcas.

Bannet-Weiser e Lapsansky (2008, p. 1249, tradução nossa) explicam que esses discursos visam a integrar as narrativas das marcas, que precisam ser compostas por esses valores, que transcendem o que se abordava na publicidade: “A linguagem da marca é mantida por narrativas pessoais – estilo de vida, identi-

dade, empoderamento – mais do que a linguagem histórica da propaganda, que dependeu fortemente de argumentos de uma eficiência do produto em um mercado competitivo.”<sup>10</sup> Percebe-se, portanto, que além dos atributos materiais, marcas devem estar atentas aos significados em circulação na sociedade para que haja envolvimento do público com seu discurso em um contexto de hibridização entre as noções de consumo e de cidadania. (CANCLINI, 1995)

Para Endres e Panagopoulos, (2017, p. 8) o ato de consumir está mais próximo da vida privada do que da vida compartilhada. Por isso, os autores reconhecem que política e consumo, duas dimensões distintas, aproximam-se: “Nossa pesquisa sugere que os indivíduos responderão a essas atividades, uma descoberta que pode (ou não) afetar os cálculos corporativos sobre os riscos ou oportunidades associados ao envolvimento em manifestações políticas.”<sup>11</sup>

A emergência dos *boycotts* e *buycotts* é justificada pela organização da sociedade em rede, como explicam Endres e Panagopoulos (2017). Para os autores, as redes sociais transformam a paisagem sociopolítica, interligando os sujeitos em escala global. A isso soma-se também maior transparência que se configura nesse cenário, por meio de maior publicidade nas políticas das organizações: “Conforme o acesso a informações sobre políticas das corporações torna-se mais espalhado, por exemplo, a relação entre partidarismo expressivo e o comportamento de consumo deve se tornar mais forte.” (ENDRES; PANAGOPOULOS, 2017, p. 8, tradução nossa)<sup>12</sup>

Baek (2010) aborda o papel das identidades na mobilização pela participação política. O autor explica que as marcas usam a diversidade como apelo para atrair os desejos dos consumidores, porque isso está relacionado às suas identidades e interesses por representação. A partir disso, compreende-se o desejo das marcas por essa aproximação. Com a hibridização entre valores públicos e privados e a emergência de identidades cada vez mais plurais e complexas, e, finalmente, com

---

10 “The language of the brand is maintained by personal narratives – lifestyle, identity, empowerment – more than the historical language of advertising, which relied heavily on claims of a product’s efficiency in a competitive market.”

11 “Our research suggests individuals will be responsive to these activities, a finding that may (or may not) affect corporate calculations about the risks or opportunities associated with overt political involvement.”

12 “As access to information about the politics of corporations becomes more widespread, for instance, the relationship between expressive partisanship and consumer behavior may grow even stronger.”

a percepção do consumo como exercício de cidadania, as organizações são tensionadas por aproximações com esses discursos, sendo obrigadas a se posicionar acerca de causas ou a responder diante de crises que se instauram pela adoção de determinadas políticas institucionais.

Com o lançamento de *Dream Crazy* em 2018, novo movimento de consumo político volta a acontecer em relação à imagem de Colin Kaepernick, mas dessa vez o objeto para materialização dos significados é a marca Nike, que transferiu para seus produtos os significados associados ao atleta. Por meio da *hashtag* *#NikeBoycott* e *#JustBurnIt*, consumidores começaram a publicar vídeos destruindo produtos da marca – relacionados ou não ao atleta – em reação contrária à campanha. (FORTIN; HAAG, 2018)

As ações colocaram os sentidos da marca em voga pela midiaticização e pelo movimento dos significados atribuídos aos produtos pelos consumidores individuais. No caso, entram em trânsito por rituais de posse levados diretamente ao despojamento, saltando os demais rituais de consumo, em razão do significado que aqueles bens passam a carregar em si: destruir os produtos Nike, naquele contexto, significava para aquelas pessoas manifestar sua opinião contrária a Colin Kaepernick e aos seus protestos, destruindo o objeto que continha em si aqueles interpretantes.

O próprio presidente dos Estados Unidos motiva o fortalecimento da polêmica ao criticar a campanha nas redes sociais, acusando a marca de ser antipatriota, assumindo uma posição. (GREEN, 2019) A imprensa repercute amplamente o caso, dando visibilidade às *hashtags* e aos vídeos em que as pessoas destroem o produto. Esse é outro detalhe importante: o ritual de despojamento passa por um processo de midiaticização, até então incomum. Mais do que simplesmente deixar de consumir o produto ou de destruí-lo, é preciso fazer isso de forma midiaticizada, por meio do registro em vídeo e da postagem nas redes sociais, fazendo com que o significado circule.

## Considerações finais

Com o lançamento da campanha e a repercussão negativa, as ações da Nike na bolsa de valores de Nova York caíram 3,16% no dia 4 de setembro de 2018, fortalecendo a ideia de que o boicote à marca iria trazer prejuízos à sua imagem. (AÇÕES..., 2018)

No entanto, com o passar do tempo o que se viu foi um movimento contrário. Apesar dos protestos em forma de ritual de despojamento, análises de postagens nas redes sociais sinalizaram que o boicote não teve tamanha adesão como outras ações da mesma natureza. (BARY, 2018)

Após a veiculação da campanha, as vendas *on-line* da Nike cresceram 31%. (MESMO..., 2018) Apesar dos números positivos, não houve mobilização nas redes sociais propondo a aquisição dos produtos da marca. Pode-se inferir que esse movimento foi resultado de uma identificação coletiva com os signos apresentados na campanha, que levaram os sujeitos a adquirir os produtos como forma de responder coletivamente aos sentidos oferecidos pela marca: o apoio àqueles que sonham alto, como a narrativa apresentada sobre a história de Colin Kaepernick.

Podemos afirmar que os números sinalizaram para um movimento de *buycott* dos produtos Nike, ainda que este não tenha possuído uma dimensão midiaticizada como os boicotes. Esse movimento de *buycott* consistiu em um processo de realização de rituais de posse sem a mesma midiaticização que os rituais de descarte produzidos pelos que protestaram contra a marca. As duas ações colocam os sentidos da marca em voga pela midiaticização e os significados atribuídos a elas entram em trânsito, seja por rituais de troca, levados ao ritual de posse – sem a midiaticização –, seja por rituais de posse, levados diretamente ao despojamento – com a midiaticização desses.

Em termos de repercussão e circulação em um cenário de consumo midiaticizado, *Dream Crazy* trouxe resultados para a Nike. Fora a visibilidade negativa da repercussão por meio de *hashtags* e postagens em redes sociais, a polêmica fez com que o nome da marca circulasse em diversas notícias na imprensa – seja esportiva, de negócios, de *marketing* e publicidade, seja nas discussões sobre política. Alves (2018) relata que o valor correspondente à mídia espontânea obtida pela Nike ultrapassou os US\$ 43 milhões, segundo dados do APEX Marketing Group. Para completar, em 2019, a marca foi premiada com o Grand Prix no Festival Cannes Lions, na categoria *Outdoor*, por *Dream Crazy*. (STRAZZA, 2019)

Para finalizar, apontamos a complexidade do objeto de estudo pelo volume de sentidos em circulação na campanha. A reação inicial contrária à presença de Colin Kaepernick foi justificada pela leitura dos protestos do atleta como antipatriotas. No entanto, os protestos vieram em apoio à pauta antirracista, visando a sensibilizar a sociedade para o genocídio da população negra. Assim, pode-se perceber que

a presença do jogador na campanha corresponde a um endosso da Nike, ainda que indiretamente, ao movimento *Black Lives Matter*. Nesse sentido, a reação contrária das pessoas, que passam a mediatizar um ritual de descarte antecipado dos produtos, pode ser interpretada como uma reação contrária ao movimento que luta pelas vidas negras. Por outro lado, o movimento ganha visibilidade, mas não é possível perceber a pauta como foco da polêmica nos signos em circulação na campanha. O que repercute na imprensa e nas redes sociais coloca a pauta do *Black Lives Matter* em segundo plano, dando mais destaque aos números de venda, índices de bolsas de valores e alcance de mídia espontânea da Nike, apontando as ambiguidades do consumo e de sua dimensão política na contemporaneidade.

## Referências

AÇÕES da Nike caem com escolha de Colin Kaepernick para campanha. *Valor*, São Paulo, 4 set. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2mIFwGS>. Acesso em: 12 maio 2019.

ALVES, S. Campanha da Nike com Colin Kaepernick rende US\$ 43 milhões em exposição na mídia. *B9 Criatividade Negócios*, São Paulo, 7 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2mSRY1f>. Acesso em: 30 ago. 2019.

ANDREWS, G. R. O negro no Brasil e nos Estados Unidos. *Lua Nova*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 52-56, jun. 1985. Disponível em: <https://bit.ly/2mrH1TL>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BAEK, Y. M. To Buy or Not to Buy: Who are Political Consumers? What do they Think and How Do they Participate?. *Political Studies*, London, v. 58, n. 5, p. 1065-1086, 2010.

BARY, E. Here's what Twitter data say about the Nike boycott. *Market Watch*, New York, . 11 set. 2018. Disponível em: <https://on.mktw.net/2wRYWVq>. Acesso em: 20 maio 2019.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*; Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.

COPELAND, L. Conceptualizing Political Consumerism: How Citizenship Norms Differentiate Boycotting from Buycotting. *Political Studies*, London, v. 62, 2014.

DIEZ, B. Como protesto de jogador contra o racismo se espalhou e virou ato anti-Trump. *BBC Mundo*, Los Angeles, 27 set. 2017. Disponível em: <https://bbc.in/2mGLWY>. Acesso em: 14 abr. 2019.

EM PROTESTO contra racismo, jogador da NFL fica sentado durante o hino. *GloboEsporte.com*. Rio de Janeiro, 27 ago. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/2mrPp5G>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ENDRES, K; PANAGOPOULOS, Costa. Boycotts, buycotts, and political consumerism in America. *Research and Politics*, New York, v. 4, n. 4. nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/30m0Niq>. Acesso em: 30 jun. 2019

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERREIRA, W. Jogador da NFL que se ajoelha durante o hino dos EUA retira processo contra liga. *Torcedores*, São Paulo, 16 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2miMwUV>. Acesso em: 22 maio 2019.

FORTIN, J.; HAAG, M. Campanha da Nike com polêmico ex-atleta da NFL gera protestos nos EUA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2FibRyv>. Acesso em: 12 maio 2019.

GREEN, D. Trump says Nike is 'getting absolutely killed' over its Colin Kaepernick ad, but the boycott movement may already be dying. *Business Inside*. 26 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2mSnHQ1>. Acesso em: 23 maio 2019.

GUIMARÃES, T.; SILVA, T. Black lives matter: o uso de dispositivos móveis no registro, denúncia e mobilização contra a violência racial nos Estados Unidos. *Revista de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, v. 11, n. 33, 2018.

HALL, S. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014

JOGADORES de futebol americano se ajoelham em protesto contra violência policial; Trump critica atletas e NFL. G1. São Paulo, 25 set. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2msAW9F>. Acesso em: 23 ago. 2019.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MCCRACKEN, G. *Cultura & consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

MESMO com boicote, vendas da Nike cresceram após anúncio polêmico. *Isto é Dinheiro Negócios*, São Paulo, 10 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2laJgJl>. Acesso em: 25 ago. 2019.

MILLER, D. Consumo como cultura material. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

MONSMA, K. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos da pós-abolição paulista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27., 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPUH, 2013.

MONTEIRO, S.; CECCHETTO, F. Discriminação, cor/raça e masculinidade no âmbito da saúde: contribuições da pesquisa social. In: GOMES, R. (org.). *Saúde do homem em debate*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6jhfr/06>. Acesso em 28 jul. 2019.

MORRIS, A.; TREITLER, V. B. O estado racial da união: compreendendo raça e desigualdade racial nos Estados Unidos da América. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, pp.15-31. jun. 2019.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard University Press, 1931.

PEREIRA, A. A. Black lives matter nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 122-143, abr./jun. 2019.

RONCOLATO, M. O apoio da Nike ao jogador Colin Kaepernick. E o debate nos EUA. *Nexo Expresso*, São Paulo, 5 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2NUBz4d>. Acesso em: 2 maio 2019

STRAZZA, P. Cannes Lions 2019: Anúncio estrelado por Colin Kaepernick rende GP de Outdoor para Nike. *B9 Criatividade*, São Paulo, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2laLoTj>. Acesso em: 2 ago. 2019.

TRINDADE, E.; PEREZ, C. Os rituais de consumo como dispositivos midiáticos para a construção de vínculos entre marcas e consumidores. *ALCEU*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 157-171, jul./dez. 2014.

US CENSUS BUREAU. *The Black Population: 2010*. Washington, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/1O791Rc>. Acesso em: 20 ago. 2019.

WELLS, A. Colin Kaepernick Sits During National Anthem Before Packers vs. 49ers. *Bleacher Report*. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2lIE9I6>. Acesso em: 22 mar. 2019.

## SOBRE AS ORGANIZADORAS

### **Ana Paula da Rosa**

Graduada em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo. Realizou mestrado em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É pós-doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. É líder do grupo "Laboratório de Circulação, Imagem e Mídiação" (LACIM) e membro do grupo Mídiação e Processos Sociais. *E-mail: anaros@unisinos.br*

### **Barbara Heller**

Graduada em Teoria Literária pela Unicamp. Realizou mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em Teoria Literária pela Unicamp. É pós-doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e pela Escola de Comunicação e Artes da USP. Atualmente é docente e vice-coordenadora do PPGCOM em Comunicação da Universidade Paulista (Unip). É líder do grupo de pesquisa "Narrativas da Memória: Representações, Identidades e Culturas". É membro do Observatório em Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom) da ECA-USP. Foi fundadora, vice-coordenadora e coordenadora do Grupo de Trabalho "Memória nas Mídias", da Compós, de 2015 a 2017. *E-mail: b.heller.sp@gmail.com*

### **Danila Cal**

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Comunicação e Esfera Pública (UFMG). É professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA e líder do grupo de pesquisa "Comunicação, Política e Amazônia" (Compoa). Coordenou o Grupo de Trabalho "Comunicação e Política" da Compós, em 2017 e 2018, e foi vice-presidente da Compolítica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (2017-2019). Conquistou o Prêmio de Teses Eduardo Peñuela – 2015 da Compós e menção honrosa no Prêmio Compolítica de Teses (2013-2014). *E-mail: danila@ufpa.br*



## SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

### **Aline Dalmolin**

Professora adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Fez estágio pós-doutoral em Comunicação na UFSM. Possui graduação em Jornalismo pela UFSM, mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Líder do grupo de pesquisa do CNPq “Circulação midiática e estratégias comunicacionais” e coordenadora do projeto “Moralidades contemporâneas, fundamentalismos pós-modernos: a circulação dos discursos de ódio na mídia contemporânea”.  
*E-mail: aline.dalmolin@ufsm.br*

### **Allan Santos**

Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Bacharel em Comunicação e Mídia com especialização em Publicidade e Propaganda e Relações Públicas pelo City College of New York. É também pesquisador integrante do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS – Fiocruz/UFRJ) e servidor da Fundação Biblioteca Nacional (divisão de Manuscritos).  
*E-mail: allansantos29ny@gmail.com*

### **Amanda Rezende Lopes**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), na linha de pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais, sob orientação do professor João Freire Filho. Especialista em Marketing Digital pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Integrante do Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade (NEMES). Atualmente, é bolsista da Capes e pesquisa as representações e as manifestações de ódio nos discursos sobre mulheres parlamentares.  
*E-mail: amandarezende.jor@gmail.com*

### **Amanda Santos**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Bolsista CNPq. É formada

em Comunicação Social – Produção Editorial pela UFRJ e mestre em Comunicação pela mesma instituição. Participa desde 2013 do grupo de pesquisa “Risco, Portador e Vítima Virtual”, sob orientação do professor Paulo Roberto Gibaldi Vaz.

*E-mail: amandassantos94@gmail.com*

### **Ângela C. S. Marques**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Comunicação Social pela UFMG. É pesquisadora do CNPq e tem pós-doutorado na Universidade Stendhal, Grenoble III, na França. É autora dos livros *Apelos solidários* (Intermeios, 2017), escrito com Angie Biondi; *Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière* (Appris, 2018), com Marco Aurélio Prado; e *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018), com Luis Mauro Sá Martino. É organizadora do livro *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018).

*E-mail: angelasalgueiro@gmail.com*

### **Baga de Bagaceira Souza Campos**

Doutorando pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Poscom/UFBA) – Mídia e Formatos Narrativos, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFRB. Integra o grupo de pesquisa “Corpo e Cultura” (CNPq-UFRB) desde 2014, na linha de pesquisa Corpo e Expressão. Membro do coletivo Aquenda de Diversidade Sexual e de Gênero. Performer e ativista *queer*.

*E-mail: bagadebagaceira1992@gmail.com*

### **Bruna Silveira**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Mestre pela mesma instituição. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integra o grupo de pesquisa “Mídia e Esfera Pública” (EME-UFMG). Bolsista Capes. Atuou em organização social focada no estímulo da autonomia dos públicos de periferias. Possui interesse acadêmico na

área de comunicação política, sobretudo em relação aos temas: intolerância, crise da democracia, conservadorismos e democracia deliberativa.

*E-mail: bsilveira9@gmail.com*

### **Denise Tavares**

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano e do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Integração Latino-americana pela Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Pesquisa o audiovisual, em especial o documentário. Colíder do grupo de pesquisa “MULTIS – Núcleo de Estudos e Experimentações do Audiovisual e Multimídia”.

*E-mail: denisetavares51@gmail.com*

### **Diosana Frigo**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM-UFSM), na área de concentração Comunicação Midiática e na linha de pesquisa Mídia e Estratégias Comunicacionais. Mestra em Comunicação pelo POSCOM-UFSM. Integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais”. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo e em Ciências Econômicas pela UFSM. Realizou intercâmbio estudantil na Universidad Nacional del Litoral (UNL, 2010/1), em Santa Fé, Argentina, por intermédio do Programa Escala Estudantil, da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM).

*E-mail: diosanafrigo@gmail.com*

### **Gabriel Pansardi Ruiz**

Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru). Especialista em Comunicação Popular e Comunitária pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Educação, Comunicação e Artes da UEL sob orientação de Márcia Neme Buzalaf. Membro do grupo de pesquisa “Autoritarismos e estereótipos: passado presente futuro”. Professor do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Pitágoras – Unidade Londrina.

*E-mail: comunica.gruiz@gmail.com*

### **Gabriella Hauber**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais, com período sanduíche na Universität Mannheim, Alemanha. Mestre e graduada em Comunicação Social também pela UFMG. Integra o grupo de pesquisa em “Mídia e Esfera Pública” (EME-UFMG). Bolsista Capes/DAAD. Tem interesse na área de Comunicação e Política, Direitos Humanos e Teoria Deliberativa. Atuou em projetos sociais voltados para a defesa do meio ambiente e dos direitos de crianças e adolescentes.

*E-mail: gabihauber@gmail.com*

### **Hanna Cláudia Freitas Rodrigues**

Doutoranda em Artes da Cena pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Cena da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação – Mídia e Formatos Narrativos, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especializada em Filosofia Contemporânea pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduada em Direito pela Faculdade Social da Bahia. Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Filosofia (CNPq/NEF/UEFS), do grupo de estudos do “Corpo na Filosofia e Psicanálise” (GEFIP-UEFS) e do grupo de estudos em ciência política “Nenhuma rede é maior do que o mar: rede de sentidos, antagonismo e ontologia” (UEFS). É *performer* urbano-intervencionista e atua como arte-educadora no campo da Dança.

*E-mail: hannacfr@gmail.com*

### **Igor Sacramento**

Pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz (PPGICS-Fiocruz), e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-UFRJ). Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ (ECO-UFRJ), tendo realizado estágio pós-doutoral na mesma instituição. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (PQ-2). É coordenador do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS – Fiocruz/UFRJ). Atua principalmente em temas ligados ao estudo das configurações históricas do campo midiático e de suas implicações

nas representações culturais, na participação política, na construção social da memória, nos regimes de verdade, nos processos de subjetivação e nos discursos sobre corpo, saúde e doenças. É autor e organizador de mais de 10 livros.

*E-mail: igorsacramento@gmail.com.*

### **João Freire Filho**

Professor associado da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Realizou pós-doutorado sênior, com bolsa do CNPq, no PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (PQ-1D). Recebeu, em 2011 e em 2018, o Prêmio Compós como orientador da melhor tese. Autor e organizador de diversos livros, dentre eles: *Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano* (Mauad, 2007) e *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade* (FGV, 2010). Coordenador do Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade (NEMES).

*E-mail: joaofreirefilho@gmail.com*

### **José Luiz Braga**

Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) desde 1999. Pesquisador PQ-1A do CNPq. Doutor pela Université de Paris II, Institut Français de Presse. Mestre em Educação pela Florida State University. Especialização em Ciências Políticas pela Université de Toulouse, França, e em TV Educativa, pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). Foi professor na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Universidade de Brasília (UnB). Foi presidente da Compós (1993-95). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (2002-2004). Áreas de pesquisa: métodos de pesquisa; crítica mediática; midiatização e processos sociais.

*E-mail: jbraga@unisinos.br*

### **Jude Civil**

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com ênfase em Relações Públicas. Atualmente cursando mestrado em Comunicação Social pelo PPGCOM-UFMG. Desenvolve projeto de pesquisa com o tema “Diálogos entre discursos midiáticos sobre imigrantes e experiências de um

homem negro haitiano”. Trabalhou entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2018 na Rádio UFMG Educativa. Foi bolsista do projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades ([www.afetos.com](http://www.afetos.com)), entre março e dezembro 2018.

*E-mail: civil.jude90@gmail.com*

### **Júlia dos Anjos**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), na linha de pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais, sob orientação do professor João Freire Filho. Mestre pela mesma instituição, com bolsa Capes, tendo defendido a dissertação *Megeiras (in)domadas: discurso de ódio antifeminista nas redes sociais*. Atualmente, é bolsista do CNPq com projeto de pesquisa sobre feminicídio na mídia. Integrante do Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade (NEMES).

*E-mail: julianjos@gmail.com*

### **Julia Ester de Paula**

Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também concluiu sua graduação em Comunicação Social – Jornalismo. É pesquisadora do grupo de pesquisa em “Mídia e Esfera Pública” (EME) e estuda as discussões em torno da temática do parto na esfera pública brasileira. Tem interesse em estudos de deliberação e metodologias de pesquisa em mídias digitais.

*E-mail: juliaester.paula@gmail.com*

### **Julio Cesar Sanches**

Doutorando em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (IHAC-UFBA), integrante do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (NECHS/Fiocruz/UFRJ). É autor do livro *Genealogia do grotesco: A modernidade como fábrica de corpos monstruosos* (2016), fruto da dissertação de

mestrado defendida em 2015 no PPGCOM da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista Capes.

*E-mail: sanches.julius@gmail.com*

### **Kelly Cristina de Souza Prudencio**

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora associada no Departamento de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o grupo de pesquisa “Comunicação e Participação Política” (COMPA-UFPR). Pesquisa mídias e movimentos sociais, ativismo digital, lutas por reconhecimento e estudos de enquadramento noticioso e interpretativo. Organizou com Rousiley Maia e Ana Carolina Vimieiro o livro *Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo*, pela Edufba.

*E-mail: kelly.prudencio5@gmail.com*

### **Larissa Moreira de Oliveira Arantes**

Jornalista e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou em veículos como o *Jornal O Tempo* e a Rádio UFMG Educativa. É correspondente da Rádio Itatiaia em Brasília, onde trabalha na cobertura da área de política. Estuda o impacto das lutas sociais nas políticas de transporte urbano.

*Email: moliveira.larissa@gmail.com*

### **Leonardo Santa Inês**

Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de “Processos Comunicativos e Práticas Sociais”, com período sanduíche na University of California – Irvine, EUA. Integra o grupo de pesquisa “Mídia e Esfera Pública” (EME-UFMG). Professor do curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Possui graduação em Comunicação Social – Relações Públicas e em Jornalismo, além de mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Uneb. Atua na área de comunicação e política, direitos humanos, democracia digital, deliberação e sistema deliberativo.

*E-mail: leoinescunha@gmail.com*

### **Luciano Souto Dias**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professor titular do curso de graduação em Direito na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (FADIVALE).  
*E-mail: lucianosouto2005@yahoo.com.br*

### **Luís Mauro Sá Martino**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero e pesquisador da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi pesquisador-bolsista na Universidade de East Anglia, na Inglaterra, e é autor dos livros *Métodos de Pesquisa em Comunicação* (Vozes, 2018), *Teoria da Comunicação* (Vozes, 2009), *Comunicação e Identidade* (Paulus, 2010) e *The Mediatization of Religion* (Routledge, 2016). Publicou, em coautoria com Ângela Marques, o livro *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018).  
*E-mail: lmsamartino@gmail.com*

### **Maiara Orlandini**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Integra o grupo de pesquisa em “Mídia e Esfera Pública” (EME-UFMG) e é financiada pela CAPES/INCT. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sua pesquisa concentra-se na área de comunicação política e tecnologias, com ênfase em ativismo digital.  
*E-mail: maiaraorlandini@hotmail.com*

### **Márcia Neme Buzalaf**

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru), tem mestrado em Relações Internacionais e Teoria Política na Universidade de Westminster (Londres) e doutorado em História pela UNESP (unidade de Assis). É docente no Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), na graduação, *lato e stricto sensu*, e coordena o grupo de pesquisa “Autoritarismos e estereótipos: passado, presente, futuro”.  
*E-mail: marciabuzalaf@gmail.com*

### **Maria Clara Aquino Bittencourt**

Pesquisadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos). Doutora e mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Laboratório de Investigação do Cibercontecimento (LIC).

*E-mail: jaquino@unisinos.br*

### **Maurício Gomes de Faria**

Docente do curso de Publicidade e Propaganda das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU/FIAM-FAAM). Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e publicitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Integrante do Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo (Gesc3), da USP. Trabalha com comunicação e marketing esportivo e pesquisa temas relacionados ao consumo midiático e midiático com foco nas práticas publicitárias contemporâneas.

*E-mail: mauricio.gfaria@gmail.com*

### **Mohammed ElHajji**

Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (POS-ECO), e em Psicossociologia Social (EICOS) – ambos da UFRJ. Também é integrante e coordenador local do MITRA – Master Erasmus Mundus em Migrações Transnacionais. Membro também do GERACII – Grupo de Pesquisa em Comunicação Internacional e Intercultural da UQAM (Université du Québec à Montréal). Coordenador do Fórum de Migrações e do Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, do Diaspotics – Núcleo de Pesquisa em Migrações Transnacionais e Comunicação Intercultural, e do LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária. Pesquisador do CNPq.

*E-mail: hajjimoha@gmail.com*

### **Nicole Sanhotene**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Bolsista Capes. É formada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFRJ e mestre em Comunicação pela

mesma instituição. Participa desde 2014 do grupo de pesquisa “Risco, Portador e Vítima Virtual”, sob orientação do professor Paulo Roberto Gibaldi Vaz.

*E-mail: freire.nicole@gmail.com*

### **Otávio Cezarini Ávila**

Doutorando em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do grupo Diaspotics – Núcleo de Pesquisa em Migrações Transnacionais e Comunicação Interultural e editor do *site* oestrangeiro.org, projeto de formação e informação do grupo sobre as migrações no Brasil. Graduado em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista FAPERJ.

*E-mail: otaviozczav@gmail.com*

### **Pablo Moreno Fernandes**

Docente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Publicitário pelo Centro Universitário Newton Paiva. Integrante do grupo de pesquisa em “Comunicação, Raça e Gênero” (Coragem), da UFMG, e do Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo (Gesc3), da USP. Pesquisa temas relacionados ao consumo contemporâneo e sua atuação na identidade, com foco nas relações raciais. Autor do livro *Publicidade que entretém: a circulação transbordada dos conteúdos de marca*.

*E-mail: pablomoreno@gmail.com*

### **Paulo Vaz**

Professor associado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Bolsista do CNPq (1A). Coordena as atividades do grupo de pesquisa “Risco, Portador e Vítima Virtual”. Autor dos livros *Um pensamento infame* (Imago, 1992) e *O inconsciente artificial* (Unimarco, 1997).

*E-mail: paulovaz.ufrj@gmail.com*

### **Pedro Camelo**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Integra o grupo de pesquisa “Mídia e Esfera Pública” (EME-UFMG). Bolsista CNPq. Enquanto graduando, foi bolsista de iniciação científica no grupo EME. Dentro do grupo, atuou na elaboração do projeto “Compartilha: Democracia e Diversidade na Escola”. Possui interesse acadêmico em comunicação e política, estudos sobre crise da democracia e deliberação.

*E-mail: pedrobcamelo@gmail.com*

### **Regiane Lucas de O. Garcêz**

Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também é professora permanente. É uma das coordenadoras do Observatório Latino-Americano de Comunicação e Deficiência, pesquisadora do grupo de pesquisa em “Mídia e Esfera Pública” (EME-UFMG) e coordenadora do Grupo de Trabalho de Comunicação e Democracia da Compólitica. Atua nas áreas de lutas sociais e ativismo, pessoas com deficiência e representação política não eleitoral.

*E-mail: regianelucasgarcez@gmail.com*

### **Renata Pitombo Cidreira**

Mestra e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui graduação em Comunicação com habilitação em Jornalismo pela mesma Instituição. Tem pós-doutorado em Sociologia pela Université René Descartes, Paris V-Sorbonne. Professora associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), instituição na qual coordenou o PPGCOM entre 2017 e 2019. Lidera o grupo de pesquisa “Corpo e Cultura”, cadastrado no CNPq. Autora dos livros *Os sentidos da Moda* (Annablume, 2005), *As formas da Moda* (Annablume, 2013), dentre outros.

*E-mail: pitomboc@yahoo.com.br*

### **Rousiley C. M. Maia**

Doutora em Ciência Política pela Universidade de Nottingham, Reino Unido. É bolsista do CNPq e tem pós-doutorado no Boston College, EUA. Escreveu *Deliberation across Deeply Divided Societies* (com Steiner, Jaramillo e Mameli,

2017), *Recognition and the Media* (2014), *Deliberation, the Media and Political Talk* (2012), *Media e Deliberação* (2008) e *Comunicação e Democracia* (com Wilson Gomes, 2008). Atualmente, é editora do *Journal of Communication* e do *Information, Communication & Society*.

*E-mail: rousiley@ufmg.br*

### **Sandra Pereira**

Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é jornalista e roteirista cinematográfica pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro. Coautora do argumento e roteirista do longa-metragem *Diga o meu nome*, projeto selecionado para o 12º Encontro de Coprodução do Festival Internacional de Cine em Guadalajara, México, e vencedor do edital do CineBRasil TV. Ministrou oficinas de roteiro no SESC-Rio (Festival de Inverno) e na Escola de Cinema Darcy Ribeiro, e cursos sobre documentário e produção cinematográfica no SESC-Copacabana. Atualmente é roteirista do Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES).

*E-mail: sandraperei@gmail.com*

### **Sônia Caldas Pessoa**

Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). Doutora em Estudos Linguísticos (Poslin-UFMG), com estágio doutoral na Université Paris Est-Crèteil / Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication – Paris, França). Mestre em Estudos Linguísticos (Poslin-UFMG) e graduada em Comunicação Social/Jornalismo (FAFI-BH). Coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades ([www.afetos.com](http://www.afetos.com)) e da Web Rádio Terceiro Andar. Coordenadora do curso de graduação em Jornalismo da UFMG. Diretora científica adjunta da Intercom.

*E-mail: soniacaldaspessoa@gmail.com*

### **Thais Choucair**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais, com período sanduíche na University of

Canberra, Austrália. Integra o grupo de pesquisa em “Mídia e Esfera Pública” (EME/UFMG). Bolsista Capes/Print. Mestre e graduada em Comunicação Social também pela UFMG. Atua na área de comunicação e política, metodologias quantitativas e qualitativas, ativismo digital, deliberação, sistema deliberativo, enquadramento.  
*E-mail: choucair.thais@gmail.com*

### **Vanessa Veiga de Oliveira**

Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UFMG). Doutora e mestre em Comunicação Social pela UFMG, com estágio doutoral realizado na University of North Carolina at Chapel Hill com bolsa Fulbright. Realiza pesquisas na interface da comunicação e política, em temas que envolvem direitos humanos, saúde pública, memória coletiva, teoria do reconhecimento, deliberação e opinião pública.

*E-mail: vanessaveiga@ufmg.br*

### **Vinicius Souza**

Fez graduação na Faculdade Cásper Líbero e mestrado e doutorado na Universidade Paulista (Unip), com orientação do Prof. Dr. Eduardo Peñuela Cañizal, e sanduíche na Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, com o Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa. Cofundador da MediaQuatro ([www.mediaquatro.com](http://www.mediaquatro.com)) e dos Jornalistas Livres ([www.jornalistaslivres.org](http://www.jornalistaslivres.org)), tem centenas de reportagens e fotos publicadas; autoria em seis livros; capítulos em outros seis; e coautoria no documentário *América Minada* (2007). Professor adjunto na Faculdade de Comunicação e Artes (FCA) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM), na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Líder do grupo de pesquisa em “Comunicação, Política e Cidadania” (CICLO-UFMT).

*E-mail: vgpsouza@uol.com.br*

### **Viviane Borelli**

Professora associada do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Realizou estágio pós-doutoral (2016) com bolsa Capes na Universidade Nova de Lisboa, com supervisão de João Pissarra Esteves. Doutora em Ciências

da Comunicação pela Unisinos, mestre em Ciência do Movimento Humano pela UFSM e jornalista pela UFSM. Líder do grupo de pesquisa do CNPq “Circulação midiática e estratégias comunicacionais”, e coordenadora do projeto “A circulação discursiva no contexto de midiatização da sociedade”.

*E-mail: viviborelli10@gmail.com*



	<b>COLOFÃO</b>
<b>FORMATO</b>	17 x 24 cm
<b>TIPOGRAFIAS</b>	Adobe Devanagari Avenir Next
<b>PAPEL</b>	Alcalino 75g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300 g/m <sup>2</sup> (capa)
<b>IMPRESSÃO</b>	EDUFBA
<b>CAPA E ACABAMENTO</b>	Gráfica 3
<b>TIRAGEM</b>	300 exemplares

Este livro volta-se ao público acadêmico e em geral com interesse em estudos sobre Comunicação e processos sociais. Tem como proposta valorizar a alteridade como postura ética e política, o que permite acreditar na possibilidade de conversão de experiências de desrespeito em força motriz por reconhecimento. Ao mesmo tempo, evidencia as dissonâncias, os contraditórios e, especificamente, como a Comunicação lida com tais questões em uma sociedade marcada pela midiatização, cada vez mais complexa. Os múltiplos olhares aqui reunidos reforçam que a democracia é o único regime possível em uma sociedade pluralista e tem como elemento central os processos de comunicação.



compós